



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - PPGCOM

**INTELECTUAIS MIDIÁTICOS:
RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS INTELECTUAL E
JORNALÍSTICO EM VEÍCULOS IMPRESSOS DO BRASIL**

PALMAS (TO), Junho de 2018

MAYANA ALENCAR DE MATOS

**INTELECTUAIS MIDIÁTICOS:
RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS INTELECTUAL E
JORNALÍSTICO EM VEÍCULOS IMPRESSOS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Antônio José Pedroso Neto.

PALMAS (TO), Junho de 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M433i Matos, Mayana Alencar de Matos.
 Intelectuais Midiáticos: relações entre os Campos Intelectual e
 Jornalístico em veículos impressos do Brasil. / Mayana Alencar de Matos
 Matos. – Palmas, TO, 2018.
 241 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
 – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
 Comunicação e Sociedade, 2018.
 Orientador: Antônio José Pedroso Neto

 1. Intelectuais Universais. 2. Intelectuais Midiáticos. 3. Campo
 Jornalístico. 4. Enquadramento. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAYANA ALENCAR DE MATOS

INTELECTUAIS MADIÁTICOS: RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS INTELECTUAL E JORNALÍSTICO EM VEÍCULOS IMPRESSOS NO BRASIL

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 28/06/2018

Banca Examinadora:



Dr. Antônio José Pedrosa Neto
Universidade Federal do Tocantins
Orientador



Dr. Fábio Henrique Pereira
Universidade de Brasília
Primeiro avaliador



Dr. Marcelo Brice Assis Noronha
Universidade Federal do Tocantins
Segundo avaliador



Dra. Marina Helzenreder Ertzogue
Universidade Federal do Tocantins
Terceiro avaliador

Dr. André Luiz Campanha Demarchi
Universidade Federal do Tocantins
Suplente

Palmas, 28 de junho de 2018

*À memória do meu pai Gilberto Lustosa de
Matos. “Amor que almeja seguir amando”.*

*Las teorías y las escuelas, como los micróbios
y los glóbulos, se devoran entre si y con su
lucha aseguran la continuidad de la vida.
Marcel Proust, Sodoma y Gamorra*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo o amor incondicional ao meu ser. Aos meus intercessores, Santa Filomena, Nossa Senhora de Fátima, São José e ao meu Anjo da Guarda pela espirituosa proteção.

Infinitamente agradecida à minha mãe Adirce Alencar de Matos por ser a sustentação da nossa união familiar. Eu não teria caminhado sem o seu amor, a sua coragem, sabedoria e generosidade. Agradeço ao meu pai Gilberto, que acompanhou, vibrou e orientou-me nos primeiros meses deste mestrado, até a sua partida repentina seis meses depois. Esteve e sempre estará ao meu lado. Aos dois, obrigada por me apresentarem o caminho do conhecimento, a maior herança que poderiam me oferecer.

Agradeço aos meus irmãos, Tayara e Ville, por partilharem, ainda que mergulhados na mesma dor desorientadora pela perda do nosso pai, auxílio e amor em doses possíveis, nos momentos em que mais precisei ao longo dessa jornada. Aos meus sobrinhos, Lana e Lucas, por terem sido meus oásis de alegria nos desertos deste percurso. Agradeço à minha avó Adília Barbosa de Alencar, pelos momentos de alegria e descontração no primeiro ano de mestrado, antes da sua partida inesperada. Em nome destes, agradeço a cada membro da minha abençoada família. Apesar da distância, nos momentos de fraqueza, bastou-me a certeza do carinho de cada um, a garantia de poder recorrê-los quando preciso fosse. Muito obrigada a todos os meus tios e primos, em especial à tia Stela e à minha prima Zenaide, que pessoalmente, me socorreram em momentos tão difíceis.

Grata aos meus colegas de trabalho que muito me aturaram, mas muito me ampararam. Pela paciência, generosidade, por cada gesto de cuidado. Partilharam comigo Andressa (em cada café da manhã e aventuras afora), Marina (em cada lanche da tarde), Renato (na sensatez diante dos meus surtos), Thâmara, Maiara, Darlyanne, Marcella, Heloize, Guilherme e Érica. Igualmente muito agradecida pela força e incentivo de todos vocês. Às queridas Lúcia, Kelline e Tiara pela empatia para comigo. Em nomes destes, aos meus amigos, Vital e Neto, por serem tão prestativos quando muito precisei.

Às minhas amigas especiais Ustana Ferraz e Távilla Carolina. Sem vocês, tudo teria sido mais pesado. Obrigada Távilla pelos puxões de orelha, pelo incentivo, vigilância constante, relembrando-me sempre dos prazos. À Ustana, pela sua coragem de partilhar desafios semelhantes, me ensinar com essa troca e oferecer seu bom humor inteligente. À Sirlene Dias e ao Kleyton Moreira que, mesmo não nos vendo com tanta frequência, sempre se dispuseram a me ajudar. Em nome destes, agradeço aos demais colegas do IFTO, do Campus Paraíso do Tocantins e da Reitoria, que demonstraram tanto carinho, preocupação e torcida para comigo.

À minha irmã de alma Rosângela Veloso e toda a sua família. Quanta generosidade ao longo desse percurso... A quem eu mostrei o máximo da minha fragilidade e da minha força. Em vários pedidos de socorro, fui atendida com amor, sensibilidade e generosidade. No sufoco das adversidades, agradeço por me fazer lembrar sempre de quem eu realmente sou e, ainda, por compartilhar tantas risadas, pela leveza e paz proporcionadas.

Agradeço ainda à minha irmã de alma Suane Lustosa. Essa bonita que sempre esteve comigo, preenchendo meus intervalos com imensa alegria e sendo a minha força quando esta me faltou. Instrumento de Deus nesta minha jornada. Trouxe a sua fé, seu sorriso, sua

solidariedade para me reerguer (literalmente) e me ajudar a seguir em frente. Também minha gratidão aos meus primos-amigos Ceir Oliveira e Wesley Barbosa, sempre dispostos a preencher meus dias de solidão, oferecendo auxílio e seus preciosos tempos. Agradeço ainda ao grupo de leitores da Paróquia São Luís Orione e, em nome deles, a cada membro dessa comunidade, por cada oração, acolhimento e apoio nesse trajeto. Ao meu amigo de longas datas Padre Joaquim, que mesmo estando a quilômetros de distância, me proporcionou brilhantes reflexões, orações e carinho, que tanto me acalentou.

Obrigada aos amigos especiais que conquistei no mestrado. “Os de Sempre” enxergaram e acreditaram na minha capacidade quando eu já não tinha mais “sanidade” para crer e ver. Não sei se teria conseguido sem a ajuda fraterna e técnica de vocês. Neste percurso, abriram-me os olhos quando tudo parecia escuridão. Deram-me atalhos quando parecia não haver saídas. Literalmente não me deixaram desistir. Que bom que nos encontramos nesse momento de nossas vidas. Obrigada Yago Modesto, Alan Milhomem, Ana Santos, Aron Batista, William Castro e Marina Bitar.

Agradeço ao meu orientador Dr. Antônio José Pedroso Neto pela confiança, pelos conselhos, por partilhar desta descoberta e se dispor a me auxiliar nesse caminho. Em seu nome, agradeço aos demais professores integrantes do PPGcom e à Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Aos que direta ou indiretamente contribuíram para o fim deste ciclo, meu muito obrigada!

MATOS, Mayana Alencar de. **Intelectuais Midiáticos: Relações entre os Campos Intelectual e Jornalístico em veículos impressos do Brasil**. 2018. 241f . Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender e analisar a dinâmica de interação entre os campos Intelectual e Jornalístico a partir de publicações de intelectuais veiculadas nos jornais impressos O Estado de São Paulo, O Globo, Folha de São Paulo e Valor Econômico. Foram utilizados procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento com o propósito de identificar a frequência de publicações e analisar categorias e enquadramentos atribuídos aos textos desses sujeitos. As Manifestações de Junho de 2013 foram utilizadas como recorte temporal e temático para a análise das tomadas de posição dos intelectuais. Recorreu-se a pesquisa bibliográfica para tratar das estruturas e funcionamentos dos dois campos, bem como apontar reflexões sobre o surgimento de intelectuais midiáticos, indicados por alguns teóricos, como uma nova categoria de atuação desses sujeitos. Os resultados apontam para diferentes polos de atuação dos intelectuais dentro do Campo Jornalístico. Verificou-se que, em partes, alguns intelectuais se distanciam dos valores e princípios universais que os caracterizam como intelectual clássico, crítico e engajado, na medida em que aproximam seus posicionamentos a discursos homogêneos, semelhantes aos da classe política. Outros, por sua vez, apresentam heterogeneidade na tomada de posição, se distanciando das posições dos políticos e também entre os próprios pares. O presente estudo indica uma configuração de subcampo entre os intelectuais midiáticos, uma diversidade de representações destes sujeitos no universo jornalístico, bem como contribui para a reflexão sobre a função dos intelectuais nos processos de interação com os meios de comunicação.

Palavras-chaves: Intelectuais universais. Intelectuais midiáticos. Campo Jornalístico. Manifestações de Junho. Enquadramento.

MATOS, Mayana Alencar de. **Media Intellectuals: relations between the Intellectual and Journalistic fields in printed vehicles of Brazil**. 2018. 241f Masters dissertation. (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

ABSTRACT

This work aims to understand and analyze the dynamics of interaction between the Intellectual and Journalistic fields from the publications of intellectuals published in the newspapers O Estado de São Paulo, O Globo, Folha de São Paulo and Valor Econômico. Methodological procedures of Content Analysis and Framing Analysis were used with the purpose of identifying the frequency of publications and analyzing categories and frameworks attributed to the texts of these subjects. The Manifestations of June 2013 were used as a temporal and thematic clipping for the analysis of the positions of the intellectuals. Bibliographic research was used to deal with the structures and functions of the two fields, as well as to point out reflections about the emergence of media intellectuals, indicated by some theorists, as a new category of performance of these subjects. The results point to different poles of action of the intellectuals within the Journalistic Field. It has been found that in parts some intellectuals distance themselves from the universal values and principles that characterize them as classic, critical, and engaged intellectuals, in that they approximate their positions to homogenous discourses, similar to those of the political class. Others, in turn, present heterogeneity in the positioning, distancing themselves from the positions of politicians and also among the peers themselves. The present study indicates a configuration of subfield among the media intellectuals, a diversity of representations in the journalistic universe, as well as contributes to the reflection on the function of the intellectuals in the processes of interaction with the mass media.

Keywords: Universal Intellectuals. Media intellectuals. Journalistic field. Manifestations of June. Framing.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Jornalistas e Intelectuais na Folha de São Paulo em junho de 2013	89
Gráfico 2 - Publicações de intelectuais por editorias na Folha de São Paulo em junho de 2013	91
Gráfico 3 - Intelectuais e Jornalistas no O Globo em junho de 2013	92
Gráfico 4 - Publicações dos intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013	93
Gráfico 5 - Intelectuais por editorias na Folha de São Paulo em junho de 2013	95
Gráfico 6 - Intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das categorias para a Análise de Conteúdo Categórica.....	104
Quadro 2 - Descrição das categorias para a Análise de Enquadramento	114
Quadro 3 - Identificação dos intelectuais mais frequentes em cada jornal	117
Quadro 4 - Identificação de agentes do campo político	120
Quadro 5 - Relação dos intelectuais e políticos com Análise de Conteúdo Categórica.....	129
Quadro 6 - Relação dos intelectuais e políticos com os Enquadramentos	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Jornalistas e Intelectuais na Folha de São Paulo em junho de 2013	88
Tabela 2 - Publicações de intelectuais por editorias em junho na Folha de São Paulo	90
Tabela 3 - Intelectuais e Jornalistas no jornal O Globo em junho de 2013	92
Tabela 4 - Publicações dos intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013	93
Tabela 5 - Intelectuais por editorias na Folha de São Paulo em junho de 2013	94
Tabela 6 - Intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013	95
Tabela 7 - Total de publicações e de intelectuais no ano de 2013 por jornais	97
Tabela 8 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião no Estadão	97
Tabela 9 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião na Folha de São Paulo	98
Tabela 10 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião no O Globo	98
Tabela 11 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião no Valor Econômico	99
Tabela 12 - Total de textos de intelectuais que citam as Manifestações de Junho por jornais	103
Tabela 13 - Predominância na Análise de Conteúdo Categórica no total das publicações	122
Tabela 14 - Predominância na Análise de Conteúdo Categórica entre os intelectuais	122
Tabela 15 - Predominância na Análise de Conteúdo Categórica entre os políticos	123
Tabela 16 - Relações entre intelectuais e Análise de Conteúdo Categórica	126
Tabela 17 - Relação dos políticos com a Análise de Conteúdo Categórica	128
Tabela 18 - Predominância de Enquadramentos no total das publicações	131
Tabela 19 - Predominância de Enquadramento nas publicações dos intelectuais	131
Tabela 20 - Predominância de Enquadramento nas publicações dos políticos	132
Tabela 21 - Relação dos intelectuais com a Análise de Enquadramento	134
Tabela 22 - Relação dos políticos com a Análise de Enquadramento	135

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CAMPO INTELECTUAL: OS INTELECTUAIS E SUAS FUNÇÕES	19
2.1	Interações intrínsecas e extrínsecas ao Campo Intelectual	27
2.2	Representatividade intelectual: dilemas e perspectivas.....	34
2.3	Intelectuais brasileiros: institucionalização das práticas	40
3	CAMPO JORNALÍSTICO: CONCEITOS, ESTRUTURAS E IDEOLOGIAS ..	44
3.1	Os caminhos de produção: do acontecimento à notícia.....	49
3.2	Paradigmas que consolidam as práticas jornalísticas	54
4	O INTELECTUAL MIDIÁTICO: EMERGE UMA NOVA CATEGORIA?	66
4.1	Pressupostos teóricos para um conceito de intelectual midiático	70
4.2	As Manifestações de Junho: protestos que marcaram o ano de 2013 no Brasil	80
5	METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO	86
5.1	Exploração do material	86
5.1.1	Sobre o trabalho-piloto	87
5.1.2	Identificação dos intelectuais no caderno de Opinião em 2013	96
5.2	Manifestações de Junho de 2013: recorte temporal e temático	100
5.2.1	Codificação	100
5.2.2	Categorização	103
5.3	Caminhos para a Análise de Enquadramento	107
5.3.1	Aplicabilidade do conceito de Enquadramento	112
6	INTELECTUAIS DOS NOVOS TEMPOS: DIVERSIDADE DE REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO MIDIÁTICO	117
6.1	Análise de Conteúdo Categórica: intelectuais e políticos se manifestam de forma semelhante no campo jornalístico.....	121
6.1.1	Relação dos sujeitos, observados separadamente, com a Análise de Conteúdo Categórica	126
6.2	Análise de Enquadramento: aproximações e distanciamentos entre intelectuais e políticos no campo jornalístico	130
6.2.1	Relação dos sujeitos com os enquadramentos	133
6.2.2	Tomada de posição entre intelectuais e políticos no Campo Jornalístico.....	143
6.3	Dinâmica de interação entre o Campo Intelectual e o Campo Jornalístico	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
	APÊNDICE	158
	ANEXOS.....	164

1 INTRODUÇÃO

São diversas as correntes de pensamento que tratam sobre o que é ser intelectual e como atuam na sociedade. No decorrer das mudanças culturais e socioeconômicas ao longo da história, as funções e práticas desse sujeito foram, por muitos estudiosos, analisadas no intuito de compreender qual o seu papel na sociedade. Antes, caracterizado por ter definido o seu lugar de fala, sua independência, autonomia, por um agir revolucionário, por ser engajado em lutas sociais a partir de valores e princípios universais, os intelectuais desse mundo contemporâneo se deparam com as transformações decorrentes da emergência da cultura de massas, do avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, com os efeitos da mídia sob as relações sociais, culturais, religiosas, políticas ou econômicas.

Essa forma de buscar entender a relação dos intelectuais, seu universo de conhecimento frente os meios de comunicação e, conseqüentemente, os diversos questionamentos sobre a legitimidade e consagração dos espaços representativos desses detentores do saber, é objeto de reflexão de diversos estudiosos que voltam os seus olhares para a análise de um novo perfil de atuação do intelectual.

De um modo geral, pensadores como Gramsci, Sartre, Deluze e Bourdieu entendem o intelectual como um sujeito de notório saber, engajado em transformações sociais, crítico, contestador da ideologia dominante, possuidor de conduta moral, provido de ideias que prezam pela igualdade e pela justiça, que buscam compreender e analisar a sociedade. No que diz respeito à função e o papel desses sujeitos na sociedade, estudiosos tecem reflexões sobre a postura do intelectual, se estes conseguem manter uma atuação independente, legítima ou autônoma nos processos de interação sociais, especialmente no que diz respeito às pressões exercidas por campos externos, como o campo jornalístico, levando-se em conta as transformações, os efeitos e a produção simbólica dos meios de comunicação no mundo moderno.

Com base nas teorias de Bourdieu (1997; 1989; 2007; 1974) o campo jornalístico ocupa no meio social um lugar estratégico vinculado à posse dos meios de produção de informar (poder de difusão de produtos simbólicos) que lhe assegura um poder de dominação ou legitimação sobre os demais campos. O autor caracteriza o campo jornalístico como um universo de autonomia reduzida devido às fragilidades de regras e leis acerca dos processos de produção de suas atividades e que, por esse motivo, possibilita que seja invadido por outros campos caracterizados por regras e leis específicas e definidas, como o caso dos

campos econômico, político e intelectual. Essa interação faz com que, segundo o autor, o campo jornalístico banalize a ação dos demais campos e resulte em discursos e necessidades homogêneos.

Partindo desse raciocínio, compreende-se que a legitimidade do trabalho dos intelectuais está atrelada à sua “arena” de atuação, a partir do reconhecido pelos seus pares e se posicionando em consonância com as regras que regem o próprio campo intelectual. Quanto mais próximos estiverem aos limites dessa arena fechada, mais propícios os intelectuais estão a sofrerem mudanças no seu modo de interação e a aproximarem-se da lógica de funcionamento de outros campos, como o da comunicação. Essa interação deslegitima a produção simbólica “pura” desse segmento, e sua instância de consagração passa a ser o universo midiático onde as leis são regidas pela e para o alcance da audiência (BOURDIEU, 1974).

Essa crítica chega aos intelectuais midiáticos na medida em que estes se deslocam do seu universo de origem e passam a buscar o reconhecimento e a consagração de seus trabalhos no campo jornalístico. Considerando-se o poder que os meios de comunicação exercem sobre o que a sociedade deve pensar e como pensar, influenciando no modo de agir de indivíduos das mais diferentes esferas da sociedade, indaga-se se, no cenário de expansão midiática da atualidade, há espaço para uma atuação política autônoma, crítica, contestadora dos intelectuais. Seu trabalho continua a ser legitimado pelo o campo de suas origens ou está subordinado a obter a consagração por meio de outras instâncias? O intelectual engajado, revolucionário, convicto de princípios de igualdade e justiça social encontra espaço para exercer sua atividade com sua originalidade ou esta figura está em declínio? Há um deslocamento no campo de atuação desse sujeito?

Esses e outros questionamentos que emergem sob a figura do intelectual são decorrentes das transformações sociais e tecnológicas que surgiram na contemporaneidade, em especial a grande visibilidade midiática, que é tida por muitos intelectuais como um espaço útil a tornar público e acessível o conhecimento. Devido à influência do processo histórico no qual estão inseridos, no que tange aos intelectuais dos novos tempos, a aproximação com os meios de comunicação não é vista como ameaça à legitimidade de sua atuação, na medida em que sustentam, nos processos de interação, o caráter vocacional de sua função, inerente à sua própria atividade de ser, entre outros papéis, a figura contestadora do estado das coisas, o *status quo*. Nessa linha de pensamento, é possível o sujeito manter essas características próprias do intelectual mesmo quando interage com o campo jornalístico (SAID, 2005; BOBBIO, 1997; FOUCAULT, 2017; LECLERC, 2004).

Por outro lado, essa interação com os meios de comunicação pode ser almejada pelos intelectuais como espaço estratégico a alcançar patamares de poder, *status*, notoriedade ou fama, numa atuação onde os princípios universais dão lugar aos princípios particulares e, como garantia para o ingresso e permanência naquele novo lugar, passam a incorporar aspetos inerentes ao universo midiático. Entre outras consequências, ganham reputação e reconhecimento não pelos pares do seu campo de origem, mas por jornalistas que os promovem e os consagram como legítimos no senso comum (BOURDIEU, 1997; TRAQUINA, 2005; DELUZE; PARNET, 2004).

Nesse sentido, esta pesquisa parte da seguinte indagação: Na dinâmica de interação entre o campo intelectual e o campo jornalístico, a partir de publicações em jornais impressos, como se dá o posicionamento dos intelectuais dentro do campo jornalístico? Ao se manifestarem em um campo midiático, eles mantêm os princípios morais e universais que o caracterizam como intelectual clássico, crítico e engajado?

Hipoteticamente, na dinâmica de interação entre os campos intelectual e jornalístico, os sujeitos intelectuais se distanciam dos valores e princípios universais que os caracterizam como intelectual clássico, crítico e engajado. O presente estudo tem a hipótese que a figura do intelectual, ao ingressar no campo jornalístico, se desprende da sua função social contestadora e adequa suas opiniões às abordagens imediatistas, superficiais e homogêneas, com fins particularistas.

Para testar a hipótese, foram analisados textos assinados por intelectuais, considerados neste trabalho como aqueles que se identificam como não jornalistas, em edições dos veículos impressos Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo (Estadão), O Globo e Valor Econômico. Os veículos impressos de grande circulação se apresentam como significativos espaços de lutas simbólicas, onde estão em jogo diversos interesses, seja no processo de construção e/ou desconstrução da compreensão social acerca de diversos acontecimentos. A escolha dos veículos se dá pelo fato de serem avaliados como os maiores jornais em número de circulação impressa no país por ano, segundo os dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Uma ressalva se faz para o caso do jornal Valor Econômico. O jornal Valor Econômico não figura às primeiras posições na lista dos que possuem maior número de circulação, mas especificamente, está entre os mais importantes jornais que tratam do tema economia e finanças no formato de circulação diária. Sua linha editorial abre espaços para reflexões mais profundas e, por vezes, ligadas a diferentes classes de pensadores e leitores¹.

¹ Conforme dados da apresentação institucional do veículo disponível na página eletrônica na internet (2016).

Após identificação de todos os intelectuais presentes nos jornais no ano de 2013, foi feita a Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento de 75 textos que tratam das Manifestações de Junho de 2013, de intelectuais que aparecem com maior frequência na editoria de Opinião dos veículos mencionados.

Com o intuito de buscar compreender cada vez mais as relações existentes entre esses dois universos, em um contexto onde o campo jornalístico emerge como instância de consagração do trabalho intelectual, como espaço para socialização de pensamentos e saberes, como local de acessibilidade ao conhecimento, ou ainda como ambiente propício para alcançar degraus de notoriedade e poder, algumas pesquisas já estão sendo desenvolvidas no exterior e no Brasil acerca dessa temática.

O sujeito intelectual que se vê na condição de ter que ajustar sua prática às necessidades de audiência midiática é objeto de estudo em pesquisas empíricas diversas. A partir de sua relação com a mídia, o posicionamento dos intelectuais foi analisado em estudos de teses e dissertações acerca das edições francesa e argentina da revista *Le Monde Diplomatique*; em programas de telejornal veiculados no Brasil e França; em entrevistas com jornalistas brasileiros que dividem suas atividades profissionais com outras inerentes ao campo intelectual; sob aspectos epistemológicos nos sentidos de atuação dos intelectuais; e, ainda, por meio da produção desses sujeitos nas mídias digitais. É possível notar também, por meio das publicações de artigos científicos, uma tímida, porém, não menos importante, discussão sobre a postura (ou uma nova postura) do intelectual frente à dinâmica de transformações provocadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, a saber, àqueles que buscam refletir sobre o papel do intelectual na construção de novos discursos sobre crimes nos meios de comunicação; que investigam a imagem do intelectual para a construção da identidade do jornalista; que visam analisar a inserção do intelectual em redes latino-americanas de TV; e outros que discutem a produção cultural e participação política desses sujeitos em redes sociais. As descrições e os resultados desses estudos estão dispostos no capítulo 4.

Nesse sentido, seja no contexto histórico de transformações políticas, econômicas e sociais que deram origem à categoria dos intelectuais, seja nos novos espaços de representatividade desse segmento no século XXI, a figura do intelectual foi pensada, avaliada e contestada por diversas correntes de estudos. Nessa direção, o presente trabalho também busca avançar nas discussões sobre o perfil e a função desses sujeitos na contemporaneidade, de modo a investigar quem são os intelectuais midiáticos no Brasil, qual

a relação com o jornalismo impresso nesse contexto e o que os tornam pertencentes a esse grupo emergente de atuação na sociedade.

É objetivo geral deste trabalho, compreender e analisar a dinâmica de interação entre o campo intelectual e jornalístico, a partir do posicionamento de intelectuais exposto em suas publicações impressas em veículos de grande circulação no país. O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: identificar quem são os intelectuais que ocupam espaços nos veículos impressos do Brasil; indicar a frequência de interação dos intelectuais com o campo jornalístico; categorizar temas que são abordados pelos intelectuais; identificar quais são os enquadramentos dados pelos intelectuais em suas publicações; verificar se os intelectuais mantêm características de atuação universal à luz de conceitos teóricos sobre o campo intelectual; discutir sobre a tomada de posição dos intelectuais no campo jornalístico.

Nessa direção, o segundo capítulo desta pesquisa refere-se às características que regem o Campo Intelectual, no qual foram discutidos conceitos sobre o perfil do intelectual, sua atuação dentro e fora do seu campo de origem, dilemas sobre a representatividade desses sujeitos, o perfil e atuação do intelectual no Brasil, bem como são indicados caminhos teóricos para compreensão da função do intelectual na atual sociedade.

No terceiro capítulo, são apresentadas teorias que sustentam o modo de produção do Campo Jornalístico, estruturas e ideologias que caracterizam as práticas e o funcionamento deste campo, bem como apresentada uma discussão sociológica acerca dos caminhos de produção da notícia e de paradigmas que consolidam o exercício da atividade jornalística.

O quarto capítulo, trata-se de processos de interação entre os dois campos, indicando o perfil do intelectual midiático. Também é apresentada uma breve revisão de literatura acerca da aproximação desses dois universos e, ainda, pressupostos teóricos que buscam conceituar quem são e como atuam os intelectuais midiáticos.

Os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa são apresentados no quinto capítulo. São descritas as técnicas da Análise de Conteúdo e da Análise de Enquadramento, bem como é contextualizada a importância e a aplicabilidade dessas técnicas em estudos de comunicação. É disposto todo o percurso metodológico que vai desde a exploração do material, passando pela constituição do *corpus*, até a categorização e identificação dos enquadramentos dados pelos intelectuais nas publicações sobre as Manifestações de Junho de 2013.

No sexto capítulo são apresentados os dados, resultados e discussões, bem como as relações de predominância das categorias e enquadramentos entre os textos e os sujeitos, comparativos entre os posicionamentos dos sujeitos, conjunto e separadamente, além de

discussões sobre tomadas de posição dos intelectuais e processos de interação entre os dois campos. Por último as considerações finais, referências, apêndice e anexos.

2 CAMPO INTELECTUAL: OS INTELECTUAIS E SUAS FUNÇÕES

O conceito de campo intelectual marca uma ruptura na moderna sociologia da cultura. É um conceito criado por Bourdieu (2002) a partir de seus estudos sobre o sistema escolar francês nos anos 60 e se estendeu para investigações em áreas do conhecimento como formação de elites intelectuais, os campos profissionais, a percepção artística, formas de consumo estético, o campo das academias, político, questões de representação, bem como os processos de “autonomização” do campo literário.

Deste modo, em sua obra, assim é definido o campo intelectual como um espaço social relativamente autônomo de produção de bens simbólicos que possibilita uma compreensão de um autor ou uma obra, ou ainda uma formação política ou cultural, em termos que transcendem a percepção substancialista (o autor e obra em existências separadas) e a percepção mecanicista, estruturalista, que reduz a apenas aos determinantes sociais. É por meio das estruturas do campo intelectual que o autor se conecta com a sociedade. Campo este estruturado por um sistema de relações sociais, competências e conflitos entre grupos de situação e oposição diversas (BOURDIEU, 2002).

O termo intelectual teve sua origem na França com o caso Dreyfus. O caso se refere à prisão e condenação do oficial Alfred Dreyfus por um crime que não havia cometido. Com o escândalo, o governo francês tentou esconder o caso. Dois anos depois, com o fato vindo à tona, os franceses se dividiram entre os prós e contras ao caso Dreyfus. Escritores da época retrataram o ocorrido, em protestos e manifestos, abordando os dreyfusistas e anti-dreyfusistas como grupos de intelectuais que se reuniam para discutir e opinar sobre assuntos ligados ao fato. O termo que se originou em meio a disputas ideológicas, com o passar dos anos foi adquirindo conceitos sociológicos até se configurar como um segmento no mundo sociocultural e político (ESCOBAR, 2010).

Em um artigo, intitulado *J'accuse*, dirigido ao presidente da República, publicado em 13 de janeiro de 1898, no jornal *L'Aurore*, Émile Zola exige a revisão do processo de Dreyfus e recebe uma lista de apoio assinada por escritores, cientistas, um músico e também professores, estudantes, arquitetos, advogados, médicos e outros (ROUANET, 2006). “É Maurice Barrés, antidreyfusista, que qualifica essa iniciativa, por derrisão, de ‘protesto dos intelectuais’, palavra nova e que se quer pejorativa, mas que é imediatamente retomada pelos interessados” (WOLFF, 2006, p. 47).

De acordo com Rouanet (2006), a sustentação de Zola teve como base princípios éticos e valores universais, perspectiva esta que tem sido ressaltada por muitos teóricos para conceituar a figura do intelectual, conforme também sugere Wolff (2006, p.47, grifo do autor),

Desde a época, e ao longo de todo o século XX, a palavra refere-se àqueles que, exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, em particular), em outras palavras, *o intelectual é aquele que transforma uma autoridade intelectual em autoridade política em nome de uma autoridade moral*. Assim, deve haver três condições, parece, para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (o universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir.

Wolff (2006, p. 48) sugere que este intelectual não está relacionado às categorias socioprofissionais inerentes às atividades de produção, sejam elas agrícolas, artesanais ou industriais, nem de distribuição. Também não está relacionado às categorias que tem uma função técnica. Este intelectual é constituído em “atividades distanciadas em relação ao processo utilitário (produção ou distribuição), e no qual o papel pessoal do indivíduo (seu talento, seu gênio, sua invenção) é essencial”.

O autor sustenta que é desse distanciamento, de um lado, e da personalidade, de outro, que o intelectual tem seu reconhecimento, sendo essa uma condição de ser intelectual. “Por isso os intelectuais a que nos referimos procedem essencialmente das atividades ditas de criação (artes, letras, ciências) e também, secundariamente, das práticas de mediação: informação, educação” (WOLFF, 2006, p. 48).

A outra condição para ser intelectual é a “necessidade de uma consciência de valores morais universais, de concepções da sociedade em geral ou mesmo de visões do mundo” (WOLFF, 2006, p. 48). Ideias voltadas aos interesses da sociedade, do coletivo, em qualquer lugar, para além do querer pessoal, do interesse particular. Para o autor, o intelectual deve intervir em nome dessa consciência e ideais.

Nesse caminho, o intelectual é aquele que fala em nome de todos, que pensa racionalmente, isto é, que se posiciona com distanciamento do seu interesse pessoal, da sua emoção, das suas opiniões pessoais em prol do universal. É um sujeito que intervém no espaço público “em nome de valores absolutos” (WOLFF, 2006, p. 51).

Vários são os pensadores que dedicaram seus estudos a entender o que é ser intelectual e de que forma eles atuam. De maneira geral, Gramsci (1982) considerou o intelectual como

aquele engajado em funções de crítico e em lutas por ideais universais. Gramsci (1982, p. 6) parte do questionamento de que se “é possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais?”. O autor acredita que as investigações para encontrar a resposta a esta indagação não deve ser concentrada nas ações intrínsecas ao intelectual. Ao contrário, deve-se analisar o conjunto de relações no qual essas atividades estão inseridas, aos grupos a que pertencem, no contexto geral das relações sociais.

Nessa perspectiva, Gramsci (1982, p.7) defende que há graus diversos da atividade intelectual e que todas as pessoas desempenham a função de intelectual na sociedade, que cada um promove uma prática intelectual, “ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo”. O autor sustenta que ao longo da história formam-se categorias especializadas no que diz respeito às práticas e funções intelectuais e que as escolas e instituições tiveram grande influência nesse processo:

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, "produzem" intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito freqüentemente, especializaram-se na "poupança", isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território "econômico" e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual (GRAMSCI, 1982, p.10).

Na concepção de Gramsci (1982) existem dois tipos de intelectuais: o tradicional e o orgânico. O primeiro estaria ligado às atividades profissionais especializadas, está sempre em movimento, manifestam suas atividades intelectuais de diversas formas. E o segundo, às classes ou a um grupo social determinado que objetivam poder e conquista de autoridade, que é estático, independente. O pensador é contrário à elitização dos intelectuais e defende a socialização do conhecimento.

Gramsci (1982) apresenta um quadro de reflexões sobre a originalidade do intelectual em regiões da Itália, onde diferencia os urbanos dos rurais e também pela Europa e América, objetivando esclarecer as funções desse sujeito do tipo orgânico daquele designado tradicional. O intelectual apresentado por Gramsci (1982) pertence às relações sociais, que

promove mudanças a partir de um modo de produção, que está sempre em expansão com o seu tempo. Nesta ótica, os intelectuais são visto “como pertencentes a uma classe social e com a função de representar os interesses dessa classe no conjunto da vida social” (DURIGUETTO, 2014, 284).

Sob a teoria gramsciana, de acordo com Malina, Oliveira e Azevedo (2007), os grupos sociais originários em funções táticas voltadas para a economia, geram paralelamente grupos de intelectuais, consistentes e conscientes do seu papel para os demais diversos campos de atuação, para além do econômico, o social e político. Nesse sentido, “são chamados intelectuais atuantes os que desempenham uma função de destaque ou crucial numa sociedade, e de intelectuais não atuantes os que não desempenham” (MALINA; OLIVEIRA; AZEVEDO, 2007, p.74).

Segundo os autores ora citados, Gramsci entende que os critérios de diferenciação entre o sujeito intelectual e suas atribuições em relação a outras categorias devem ser investigados no conjunto das relações sociais e históricas em que os mesmos se encontram, como por exemplo, as classes as quais eles representam:

Na perspectiva de gramsciana, os intelectuais podem ser orgânicos, advindos da própria classe a que pertencem, e a teoria, neste caso, emerge intrinsecamente na classe, não havendo necessariamente uma vinculação advinda de maneira extrínseca. Desta forma, os valores são fundamentais para os intelectuais quando vistos através da teoria gramsciana. Suas concepções ou visões sociais de mundo são determinantes na escolha da perspectiva de vida, do modelo de sociedade e da vinculação social à classe dominante ou à dominada (MALINA; OLIVEIRA; AZEVEDO, 2007, P.78)

Para Sartre (2017) os sujeitos intelectuais eram caracterizados por notório saber específico e deveria usar dessa condição para criticar a sociedade e os poderes, de modo a buscar as transformações sociais e políticas. Os conceitos sobre o que é ser intelectual estiveram ligados à oposição entre o saber universal e a ideologia dominante:

Acho que o intelectual clássico que conhecemos, porque assim foi nossa formação, era pra começar, alguém recrutado no que eu chamaria de setor dos trabalhadores especializados no saber prático. São pessoas cuja ocupação é constituir dados técnicos ou práticos de alguma forma, a partir de uma saber científico. São aquelas que passam do saber científico, por exemplo, ao saber do médico, do engenheiro. A partir de então, o intelectual se encontra num plano onde individualmente se serve do particular a partir de noções ou práticas universais [...] É essa contradição constante do saber universal e de sua utilização prática, singular ou particular desse saber que

cria no técnico do saber prático a possibilidade de ser intelectual (SARTRE, 2017, 2:47:15 - 2:49:05).

Sartre (2017, 2:26 - 2:40), ao se considerar intelectual, tece críticas a si próprio. Ele afirma que o intelectual deve acolher essa contradição em si. “Contesto a mim mesmo como intelectual clássico e, na medida em que me contesto, em que me recuso a levar a sério de ser um escritor elitista, estou do lado dos que lutam contra a ditadura burguesa”. O autor confirma que existe uma contradição em si, que escreve para a burguesia e é solidário aos operários que querem derrubá-la, e atribui essa contradição ao cenário contemporâneo de sua época. “Vendo a diferença entre o pensamento e a conduta política universal e a conduta e o pensamento político particular de um governo burguês, denuncia o pensamento particular, a política particular burguesa, em nome do universal” (SARTRE, 2017, 2:50:09 - 2:50:27). Esta seria a concepção clássica de um intelectual, aquele que denuncia.

De acordo com Rouanet (2006), o sujeito intelectual tem como condição necessária aderir ao paradigma universalista e aponta esse aspecto como sendo evidente em todas as civilizações, visto como um seguimento responsável por criar uma interpretação do mundo à sociedade de sua época. O autor indaga sobre o que faz levar um especialista a sair do seu meio profissional do saber prático para se transformar em um intelectual e, assim como Sartre (2017), destaca que estes sujeitos são movidos pela contradição entre os mecanismos universais de suas profissões e o particularismo de suas ideologias e classes. “Diante dessa contradição, o especialista do saber prático assume a perspectiva da classe explorada, transformando-se em intelectual” (ROUANET, 2006, p. 74).

O autor argumenta ainda que essa contradição pode levar noutra direção, podendo o especialista assumir a perspectiva da classe exploradora. Este, na visão do autor, seria um falso intelectual:

Sua função [do intelectual] é contribuir para que a sociedade progrida em direção à universalidade, abandonando suas características particularistas, o que só poder ser obtido na medida em que os intelectuais ajudem a classe trabalhadora a universaliza-se, contribuindo assim para a superação do sistema de classes. Sem dúvida, o especialista do saber prático que toma consciência da contradição entre o universalismo do seu saber e o particularismo de sua situação de classe sempre pode assumir a perspectiva da classe exploradora, mas nesse caso não um verdadeiro intelectual, e sim um falso intelectual (ROUANET, 2006, p. 74).

Nessa perspectiva do autor, o verdadeiro intelectual é visto como aquele que, politicamente, mantém uma relação direta com a democracia e é dotado de capacidade para

desvencilhar-se do seu âmbito social, com propósitos a agir no espaço público a partir de valores coletivos de justiça, razão, liberdade e verdade.

Leclerc (2004, p. 10-11) aponta em seu estudo a dificuldade de buscar a definição de intelectual. Para o autor, em cada época da história surgiram tipos sociais, como por exemplo, na era clássica, o homem da sociedade, o nobre da corte, o filósofo das Luzes, e que o intelectual ora se apresenta como o tipo social simbólico da contemporaneidade. “A sociologia dos intelectuais constitui antes um programa, ou um projeto, do que uma especialidade claramente definida”.

Nesse sentido, o autor sustenta que do caráter vago e problemático do estatuto dos intelectuais decorrem dificuldades de observação metodológica e teóricas. São elas: a observação dos intelectuais comparada à de outros grupos sociais; a cisão entre os grandes nomes e os “anônimos” e a abundância do discurso dos intelectuais sobre si mesmos (LECLERC, 2004). Em meio a esses desafios, o autor busca a conceituação de intelectual não apenas pelo olhar do caso Dreyfus, mas também levanta a questão com base em períodos anteriores, de modo pensar o papel dos intelectuais da Idade Média, Grécia antiga, China, Rússia, Alemanha.

Nesse anacronismo, assim denominado pelo autor, ao analisar as continuidades e rupturas que perpassam o caminho que vai do letrado ao intelectual, Leclerc (2004, p.29) acredita que o nascimento do intelectual está ligado à perda da influência religiosa na sociedade no continente europeu, ou seja, da separação das instituições governamentais das instituições religiosas, do distanciamento das influências religiosas também quanto à política e à cultura. “Os intelectuais estão ligados à modernidade, isto é, ao secularismo, ao pluralismo religioso, ao nascimento das liberdades de pensamento e de publicações codificadas no final do século XVIII pela Revolução Francesa, sob a expressão ‘direitos do homem’”.

De um modo geral, o autor ora citado reitera que os intelectuais têm sobre si uma função assumida em que se engajam, sejam sozinhos ou em grupos, para tomar partido numa causa pública e que colocam em dúvida o discurso oficial exposto pelos poderes e instituições. Por outro lado, também surgiu na Europa entre 1880 e 1900, um grupo da qual a característica principal era pensar publicamente, “representar uma forma de ‘dominação’ (ou de superioridade) cultural e intelectual e interessar-se pela sorte das classes populares” (LECLERC, 2004, p. 56). Nos dois casos existe uma relação com o povo, da qual levantam-se, conforme expõe o autor, questionamentos e análises obrigatórias quando se trata de analisar a condição dos intelectuais. Nesse sentido, no que diz respeito à pretensão dos

intelectuais de falarem em “nome do povo”, de se colocarem como “representantes” ou “porta-vozes”, o autor sugere a seguinte interrogação:

A questão da representação discursiva e política dos que devem então ser considerados como sem-voz, dos silenciosos, dos mudos (dos “sem linguagem”?) leva a encarar o problema da origem desse silêncio suposto das classes inferiores. Estão elas submetidas a uma tal dominação política e cultural que são incapazes de se exprimir por si mesmas? São elas censuradas? São “inconscientes”, incapazes de falar em sua própria linguagem? Esta série de questões abre caminho para outra interrogação. O que é que funda a legitimidade da pretensão dos intelectuais de representarem o povo e em que seu discurso tem mais crédito que o dos políticos? Seria possível que a não-posse do poder político pelos intelectuais lhes confira por isso uma credibilidade maior? (LECLERC, 2004, p.58).

A partir desses questionamentos, levantados da reflexão da relação entre o intelectual e o povo, Leclerc (2004) acredita que o sujeito intelectual, mesmo vindo de origens da classe dominante, ele pode se colocar a serviço da classe popular.

Como também podem os intelectuais se encontrar desvinculados, seja de suas origens ou da ordem a qual pertencente, para se posicionarem, emitirem opiniões, analisar com profundidade para além de outras camadas sociais. Isso, conforme o pensamento de Mannheim (2013, p. 91):

A chave da nova época do saber está no fato de que os homens cultos deixam de constituir uma casta ou estamento fechado, passando a integrar um estrato aberto ao qual ganham acesso pessoas das mais variadas procedências. Uma visão unitária do mundo já não pode mais imperar, e o hábito de pensar dentro de um sistema escolástico fechado, dá lugar ao que se pode chamar de processo intelectual.

Na perspectiva de Mannheim (2013, p. 92), esse intelectual, que integra um estrato amplo, não se encontra fechado a um determinado tipo de classe, nem tão pouco, se sobrepõe às classes. Por sua vez, “paira” sobre a sociedade, localizado entre as diversas camadas sociais, com pontos de vistas diferenciados, que se alternam, sobre uma mesma experiência. O autor atribui essa característica como decorrente da época moderna e que retrata “uma fonte potencial de suas limitações – ou seja, uma falsa universalidade e a ilusão de ter apreendido o ponto de vista dos outros quando apenas percebeu suas expressões”.

Esses atores sociais, na visão do autor, carregam consigo conflitos e contradições inerentes ao seu tempo, crescentes tanto quanto forem diferentes as camadas sociais da qual decorrem. Este sujeito intelectual, “possui uma disposição dinâmica e encontra-se

perenemente preparado para rever suas opiniões e começar de novo, pois ele tem pouco atrás de si e tudo à sua frente” (MANNHEIM, 2013, p. 92).

Deste modo, o intelectual, por estar situado entre as relações de classes, ele pode ser encontrado em várias áreas do conhecimento. Mannheim (2013, p. 92) chama a atenção para a necessidade de entender esse processo intelectual à luz das características do seu tempo, de modo que não seja aplicado um padrão de análise de uma época diferente da qual estes sujeitos pertencem. “O anseio por segurança permitido por aquela ordem social estável não deve impedir o reconhecimento das conquistas realizadas pela ordem subsequente”.

Essa argumentação do autor se sustenta no comportamento da *intelligentsia*², também chamado por ele de camada intersticial, conforme esclarece:

Pode-se resumir as características essenciais desse grupo do seguinte modo: é agregado situado entre e não acima das classes. O membro individual da *intelligentsia* pode ter, como frequentemente ocorre, uma orientação particular de classe, e em conflitos reais ele pode alinhar-se com um ou outro partido político. Mais ainda, suas posições podem revelar uma clara posição de classe. Mas além e acima dessas afiliações, ele é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não apenas de uma, como faz a maioria dos participantes de controvérsias. Dissemos que ele está *equipado* para encarar os problemas de sua época a partir de mais de uma única perspectiva, ainda que em diferentes casos ele possa atuar como partidário e alinhar-se como uma classe (MANNHEIM, 2013, p. 81, grifo do autor).

Deste modo, Mannheim (2013, p. 96) sugere um caminho de reflexão que se critica a sociologia marxista sobre o assunto, na medida em que não se limita, segundo ele, a enxergar os intelectuais como “meros provedores de ideologias para certas classes”. De acordo com o autor, esta característica “é apenas uma dentre uma variedade de funções ideacionais”.

Em seu estudo, Mannheim (2013) considera quatro diretrizes para sociologia acerca do processo intelectual. São elas: a origem social dos intelectuais; suas associações particulares; sua mobilidade ascendente ou descendente e sua função na sociedade inclusiva. O autor perpassa, a partir dessas diretrizes, a explicar o conceito de intelectual e se utiliza de exemplos da movimentação desses agentes sociais no interior de diversos estratos sociais, como grupos eclesiais, feudais, artísticos, burgueses, entre outras classes, justificando, assim, o papel do intelectual, a partir da associação e dissociação desses sujeitos entre as diversas camadas sociais.

² O termo *Intelligentsia* tem sua origem em debates sobre o papel da elite cultural na Rússia (VIEIRA, 2007).

Mannheim (2013, p. 128) sustenta que não existe determinismo no que se refere a entender o universo dos intelectuais. “Se o determinismo completo é impraticável em qualquer área da sociologia, é ainda mais na abordagem de um grupo de indivíduos cujo traço fundamental é estar à margem” já que este, segundo o autor, interage com uma grande variedade de movimentos sociais. Nessa perspectiva, o intelectual é analisado sob uma direção que vai além do pertencimento a uma classe fechada. Na abordagem sobre quem são estes sujeitos, o autor argumenta que fatores mais complexos estão envolvidos:

(...) os antecedentes sociais do indivíduo; a fase específica da curva de sua carreira – se ele está em ascensão, no auge ou em descenso, se ele ascende individualmente ou enquanto membro de um grupo; se ele se encontra bloqueado em seu avanço ou decaído à sua situação inicial; a fase de um movimento social do qual participa – inicial, média ou final; a posição de sua geração em relação a outras; seu habitat social; e finalmente, o tipo de agrupamento no qual desenvolve suas atividades (MANNHEIM, 2013, p. 128).

Para o autor, esses fatores são importantes, isto é, mesmo que não se possa indicar o comportamento dos intelectuais, servem para compreender um modo de pensar que surge em um dado cenário. Mannheim (2013, p.138) defende que o intelectual deve ter um “esforço contínuo de avaliar, diagnosticar e prognosticar, descobrir alternativas quando aparecem, compreender e localizar diferentes pontos de vistas antes de rejeitá-los ou assimilá-los”. Esses sujeitos, conforme expõe o autor, não precisam estar presos a polos extremos para agir conscientes e cumprir seus propósitos.

2.1 Interações intrínsecas e extrínsecas ao Campo Intelectual

Nesse percurso em busca de uma conceituação sobre quem são os intelectuais e quais são as funções na sociedade, autores tecem seus argumentos a partir da relação desses sujeitos com outros campos de atuação, como por exemplo, o campo político, religioso, artístico, econômico e, entre outros, o campo da comunicação.

Nesse contexto de interação com as demais esferas sociais, Bourdieu (2002) argumenta que o campo intelectual funciona como um campo magnético de linhas de forças na medida em que os agentes e as instituições estão em uma relação de forças que se agregam e confrontam em sua estrutura específica em um determinado momento do tempo.

Bourdieu (2002, p.10) explica que uma das características do campo intelectual se refere à postura de oposição às instâncias de poder:

Ahora bien, la historia de la vida intelectual, dominado por un tipo particular de legitimidad, se definía por oposición al poder económico, al poder político y al poder religioso, es decir, a todas las instancias que podían pretender legislar en materia de cultura en nombre del poder o de una autoridad que no fuera propiamente la intelectual.

O autor esclarece que a legitimidade do campo intelectual se deu na medida em que estes se libertaram, econômica e socialmente, da dependência da tutela da aristocracia e da Igreja, e de seus valores éticos e estéticos, bem como quando passaram a surgir instâncias específicas de seleção e consagração intelectuais, como, por exemplo, as academias (BOURDIEU, 2002).

Acerca dos aspectos que levam a legitimidade e consagração do campo intelectual, Bourdieu (2002) explica que está relacionada ao jogo que nele se joga, na medida em que os agentes seguem ou não as regras desse jogo. Há os que se empenham em conservar e manter as práticas que regem o campo e há aqueles que desejam romper com os princípios:

Los'que quieren romper con las reglas de la práctica común y rehusan conferir a su actividad y a su producto la significación y la función acostumbradas, se ven constreñidos a crear íntegramente el sustituto (que no puede aparecer como tal) de lo que se ha dado, con la forma de certidumbre inmediata, a los fieles de la cultura legítima, a saber, el sentimiento de la legitimidad cultural de la práctica y todas las reiteraciones que le son solidarias, desde los modelos técnicos hasta las teorías estéticas (BOURDIEU, 2002, p.35).

Assim como nos demais campos sociais, as lutas concorrenciais, as posições e os interesses configuram as estruturas e formas de interação do campo intelectual. Cada agente se configura conforme ao grau de pertença ao seu campo, à posição que ocupa, e esta posição está diretamente relacionada ao seu poder dentro do campo (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu (1997, p.81) aponta que o campo dos intelectuais está sujeito às pressões da estrutura do campo jornalístico. “Um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos”. Nessa visão, a legitimidade do trabalho do intelectual, que deveria ser consagrado no âmbito profissional, científico, discursivo, acadêmico ou artístico, por exemplo, passa a ser reconhecida na medida em que estes ocupam espaços dentro da mídia e, nesse caminho de rendição às limitações do campo jornalístico, ganham visibilidade e notoriedade. Bourdieu (1997) entende o intelectual

como detentor de saber universal, mas que perde sua autonomia na medida em que se sujeita às regras impostas pelo campo jornalístico.

Foucault (2017, p. 131) sustenta que o intelectual “dizia a verdade à aqueles que ainda não a viam e em nome daqueles que podiam dizê-la: consciência e eloquência”. Mas que no cenário contemporâneo, os intelectuais descobriram que “as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles, e elas o dizem muito bem”. Porém, o autor ressalta que existe um sistema de poder que torna inválido esse discurso, do qual também fazem parte os intelectuais:

Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também fazem parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 2017, p. 131-132).

O intelectual apontado por Foucault (2017, p.132) não é aquele que luta por uma tomada de consciência, visto que, enquanto saber, segundo o autor, essa já foi apropriada pelas massas e, enquanto sujeitos, foi adquirida pela burguesia. Nessa perspectiva, o intelectual deve lutar “para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los”.

Foucault (2017, p. 46) chama de intelectual específico contrapondo à figura de intelectual universal. Para o pensador, o intelectual atua em determinados setores específicos, que o situa, seja pela sua condição de trabalho ou de vida. “Certamente com isso ganharam uma consciência muito mais concreta e imediata de lutas. E também encontram problemas que eram específicos, ‘não universais’, muitas vezes diferentes daqueles do proletariado ou das massas”.

No pensamento de Foucault encontra-se uma defesa à atuação dos intelectuais ligados aos meios de comunicação, considerando estes como detentores de um saber mais específico do que universal. Se contrapondo às definições mais conservadoras sobre a atuação do intelectual, o filósofo propôs um engajamento dos intelectuais no universo jornalístico, para a produção de “reportagens de ideias” (ESCOBAR, 2010, p.107-112).

Por outro lado, Gilles Deluze era contrário a essa aproximação dos intelectuais com a mídia. “Para o filósofo, intelectual e meios de comunicação de massa eram essencialmente

opostos. O primeiro tinha o tempo e a imperceptibilidade como aliados, enquanto que o segundo vivia do imediatismo e da ditadura da imagem” (ESCOBAR, 2010, p.113.). Nesta percepção, o intelectual deveria ser resistente ao imediatismo dos meios de comunicação.

Deluze e Parnet (2004, p. 37) chamam essa interação, entre o intelectual e os meios de comunicação, de jornalização do escritor. “As relações de força mudavam completamente entre imprensa e livro; os escritores ou os intelectuais ficavam a serviço dos próprios jornalistas, ou, então, faziam-se seus próprios jornalistas, jornalistas de si mesmos”. Para os pensadores, os intelectuais nessa percepção, se transformam em subordinados dos profissionais entrevistadores, apresentadores, jornalista, “exercícios de palhaços que as rádios e as televisões fazem o escritor que consente sofrer”.

Sobre esses processos de interações, Bourdieu (1989) defende seu ponto de vista sobre os intelectuais a partir da teoria dos campos. O autor vê a sociedade como campos sociais nos quais estão inseridos atores sociais de posse de capital econômico, social, cultural e simbólicos dos quais geram assimilações de disposições que diferenciam os espaços a serem ocupados. Bourdieu (1989, p. 66) avançou com a ideia de campo a partir de estudos sobre as interações existentes no campo intelectual:

Com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual – sobretudo as interações entre os autores ou entre os autores e os editores – tinham disfarçado as relações objetivas entre as posições ocupadas por esses agentes, que determinam a forma de tais interações (sic).

Depois o autor passou a avançar para a aplicabilidade do conceito a outros universos. Bourdieu (1989, p. 67) viu nessa transferência de método do estudo sobre campo intelectual a possibilidade de existir semelhanças quanto à estrutura e funções entre os campos sociais, “permitindo levar a um nível de generalidade e de formalização mais elevado os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos”.

Conceituando espaço social, Bourdieu (1989) argumenta que estes são compostos por agentes ou grupos de agentes que são definidos conforme suas posições neste espaço, de modo que estando em uma posição não seja possível ocupar uma posição inversa. O autor esclarece que na medida em que as propriedades que constroem este espaço são atuantes, pode-se entender também este espaço como “um conjunto de relações de forças objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes

individuais ou mesmo às interações directas entre os agentes” (sic) (BOURDIEU, 1989, p.134). Assim, ressalta:

Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autónomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção económica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas (sic) (BOURDIEU, 1989, p.153)

O autor trata de campo como sendo um espaço social estruturado, de lutas e forças, onde existem dominantes e dominados, e que o montante e variedade de capitais vão definir a posição e atuação de cada agente dentro do campo de modo a interferir naquilo que faz. “Trata-se então de examinar como a restrição estrutural exercida por esse campo, ele próprio dominado pelas pressões de mercado, modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos” (BOURDIEU, 1997, p.99). Essa modificação, segundo o autor, afeta o que se faz e o que se produz, além de exercer efeitos semelhantes nos universos “fenomenicamente” diversos. Conforme a variedade de capitais dos agentes, a oposição de forças são distribuídas entre dominantes e dominados e é a partir dessas relações de poder que o campo é estruturado, seja o campo intelectual, seja o campo jornalístico, e assim para com os demais campos sociais.

Bourdieu (1989) explica que a noção de campo partiu de uma transferência de pensamento norteado pela perspectiva econômica, porém não de modo reducionista de interesse material e busca de aumentar recursos financeiros, mas de um modo que viesse a ser aplicada de como um modelo originário, construído pouco a pouco, de generalização em generalização. “A teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho)” (BOURDIEU, 1989, p.69).

Neste percurso, o autor então elucida o que se pode esperar com a aplicabilidade do conceito de campo nos estudos empíricos sobre diferentes universos:

Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que os sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-

motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir” (sic) (BOURDIEU, 1989, p.69).

É também por meio desse conceito, que o presente trabalho busca compreender as ações dos intelectuais (os produtores) e suas produções textuais (obras produzidas) em um universo por eles apropriado como neste caso, o campo jornalístico, objetivando-se assim, desvelar seus posicionamentos, identificar se estão atrelados aos princípios que regem seu campo de origem ou ao campo por eles escolhidos para manifestarem suas produções.

Nessa perspectiva, faz-se necessário entender o conceito de “*habitus*” que destaca o lado ativo do agente social no campo. Mesmo internalizando as representações da estrutura social, ele age sobre elas, não sendo apenas o seu reflexo ou resultado involuntário dos condicionamentos sociais. “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também uma haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1989, p.61, grifo do autor). Essas internalizações a determinadas práticas de um grupo ou classe são chamadas pelo autor de *habitus*:

É lembrar somente que o número de práticas fenomenalmente muito diferentes organizam-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim, de tal modo que essas práticas contribuem para a reprodução do capital possuído. Isto porque essas ações têm por princípios o *habitus*, que tende a reproduzir as condições de sua própria produção, gerando nos domínios mais diferentes da prática, as estratégias objetivamente coerentes e as características sistemáticas de um modo de reprodução (BOURDIEU, 1989, p. 386, grifo do autor)

Nessa direção, no que diz respeito ao capital simbólico ou cultural, político, artístico, econômico, jornalístico, entre outros, os agentes entram em lutas e relações de modo a impor suas visões, gostos e interesses, sendo estes determinados pela posição que ocupam no espaço que transformam ou pretendem conservar. Deste modo, os agentes constroem a realidade social, a partir de lutas constantes entre dominantes e dominados para manter ou alterar as suas posições nos campos sociais (BOURDIEU, 1989).

Sobre essa forma de dominação, Bourdieu (1997) sustenta que é com essa circunstância que indivíduos ou membros de associações se deparam quando querem difundir uma informação. Isso ocorre quando no campo da produção cultural, por exemplo, os agentes

se encontram em posição inferior e buscam exercer a dominação ao ter acesso à notoriedade pública, na medida em que passa ocupar espaços nos meios de comunicação.

Bourdieu (1997, p. 66) cita os intelectuais e os políticos para esclarecer esse jogo de forças em relação ao campo jornalístico. “O que lhes proporciona ser cercados (pelo menos os mais poderosos deles) de uma consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais...”. O autor insiste em argumentar que todo esse jogo de forças no campo e em relação a outros campos é reflexo também da posição em que os agentes ocupam dentro de cada campo. E assim esclarece:

Se os campos científicos, políticos, literários são ameaçados pela influência da mídia é que há, no interior desses campos, pessoas heterônomas, pouco consagradas do ponto de vista dos valores específicos do campo, ou, para empregar a linguagem corrente, “fracassadas” ou em vias de fracassar, que têm interesse na heteronomia, que têm interesse em ir buscar, fora, consagrações (rápidas, precoces, prematuras e efêmeras) que não obtiveram no interior do campo e que, além disso, serão muito bem-vistas pelos jornalistas porque não lhes dão medo (à diferença dos autores mais autônomos) e estão dispostos a passar por suas exigências (BOURDIEU, 1997, p.91).

Para o autor, os sujeitos intelectuais inseridos nesse lugar de relações de forças ou lutas, no campo intelectual, de produção artística ou científica ou de qualquer outro campo, quer seja para transformá-las, quer seja para conservá-las, estão submetidos a uma especificidade particular de capital que é tida como ferramenta e alvo de lutas de concorrências no interior do campo, “[...] a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas” (BOURDIEU, 2004, p.170).

Essa particularidade de capital, econômico ou cultural, que define as estratégias dos intelectuais no posicionamento espacial e, conseqüentemente, a tomadas de posição no interior do campo intelectual, é assim argumentada por Bourdieu (2004, p.172):

[...] eu diria que o campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico.

Nesse caminho por uma conceituação sobre quem são os intelectuais, teóricos buscam analisar a tomada de posição desses sujeitos no mundo contemporâneo, caracterizado cada vez mais pelos avanços dos mecanismos de comunicação de massa. São diversos os apontamentos na tentativa de desvelar se é possível o intelectual permanecer engajado aos valores universais de justiça e verdade, com posição e voz independente, quando adentra ao campo midiático.

2.2 Representatividade intelectual: dilemas e perspectivas.

Foi a partir desse questionamento e buscando entender o que é, qual sua função, quais representações incidem sobre a prática do sujeito intelectual, que Edward W. Said teceu reflexões durante as Conferências Reith de 1993, acerca do papel dos intelectuais na sociedade. O autor defende que a postura do intelectual deve ser universal, “cujo desempenho público não pode ser previsto nem forçado a enquadrar-se num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido” (SAID, 2005, p.12).

Conforme argumenta o autor, essa postura deve ser inerente ao sujeito intelectual independente da sua vinculação social e das suas origens. Esse indivíduo deve se opor ao *status quo*, dirigir-se a maior público possível, “questionar o nacionalismo patriótico, o pensamento corporativo e um sentido de privilégio de classe, raça ou sexo” (SAID, 2005, p.13). O autor defende que o intelectual se torna impotente, por vezes, diante do exercício de poder dos governos, dos meios de comunicação ou corporações, de modo que isso dificulta a possibilidade de exercer mudanças, restando ao simples papel de testemunha e não de um agente transformador (SAID, 2005).

Nessa direção, Said (2005, p.16, grifo do autor) expõe o que o leva a definir suas representações da consciência do intelectual: “mais um espírito de oposição do que de acomodação, porque o ideal romântico, o interesse e o desafio da vida intelectual devem ser encontrados na dissensão contra o *status quo*” e que deve prevalecer na prática desse sujeito cativação do público, vencer na troca de acusações, nos debates, optar pela “autoironia à chuva de confetes”. Essa postura confrontante, segundo o autor, não renderá ao intelectual grandes redes de amizade, nem tão pouco altos cargos, salários ou grande honras. “É uma condição solitária, sim, mas é sempre melhor do que uma tolerância gregária para com o estado das coisas” (SAID, 2005, p. 17).

Na representação de intelectual apontada pelo autor, os sujeitos praticam suas ações com base em princípios universais, de liberdade e de justiça:

A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. E esse papel encerra uma certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete (SAID, 2005, p.26, grifo do autor).

Em suas colocações, Said (2005) expõe que importa mais o que o intelectual representa ao expor suas ideias e convicções, do que propriamente o modo como as articula ao público. Essa representação, por sua vez, está intrínseca a dois universos, o privado e o público, porque, por um lado, está permeada por origens, valores próprios, experiências particulares e, por outro lado, no modo como com as pessoas assimilam, discutem, se posicionam acerca do que é posto. Essa relação pode gerar complicações, segundo o autor.

Assim, Said (2005, p. 26) defende que “não existe algo como o intelectual privado, pois a partir do momento que suas palavras são escritas e publicadas, ingressamos no mundo público. Tampouco existe somente um intelectual público”. O autor sugere que o intelectual não deve atuar para que o público goste e o aprove, é preciso, ao contrário, “causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável” (SAID, 2005, p.27).

Nessa visão, o intelectual deve expor com clareza suas convicções, representar um ponto de vista e articular representações ao público. Isso pode ocorrer por meio de livros, palestras, em salas de aula ou nos meios de comunicação. Said (2005) aponta que é na vida pública moderna que se pode compreender essa representatividade dos intelectuais, seja de pequeno ou grande movimento social, mas também no estilo de vida que carrega e desempenha socialmente. O autor discorre sobre a importância de uma representação independente do intelectual:

As representações do intelectual, suas articulações por uma causa ou ideia diante da sociedade, não têm como intenção básica fortalecer o ego ou exaltar uma posição social. Tampouco têm como principal objetivo servir a burocracias poderosas e padrões generosos. As representações intelectuais são a atividade em si, dependentes de um estado de consciência que é cética, comprometida e incansavelmente devotada à investigação racional e ao juízo moral; e isso expõe o indivíduo e coloca-o em risco. Saber como usar bem a

língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual (sic) (SAID, 2005, p. 33).

Nessa direção, sob a ótica do pensamento de Novaes (2006, p.12) o intelectual pode se desdobrar em outras atividades e funções, que não necessariamente deve ser “um homem de letras, o artista, o político, o historiador, o filósofo, o escultor, o sábio etc., ou seja, sabe-se que nem todo homem de letras, nem todo artista, nem todo político etc. é intelectual”. O autor ressalta que isso não significa que estes não possam vir a ser um intelectual.

Nessa visão do autor, não existe o sujeito intelectual que atua em tempo integral como tal nem que seja totalmente intelectual. Para transformar-se em intelectual o ser deve possuir outras atividades acumuladas, “deixar de lado os saberes particulares para se dedicar ao trabalho da crítica e à luta pelos ideais universalizantes: razão, justiça, liberdade e verdade. Daí o intelectual se caracteriza pelo desvio de todo determinismo” (NOVAES, 2006, p. 13). Esta figura passa então a lidar com questões indeterminadas, segundo o autor.

Noutro aspecto, Chauí (2006, p.29) aponta um caminho que diferencia um intelectual de um ideólogo:

Com a noção de engajamento como tomada de posição no interior da luta de classes, como negação interna das formas de exploração e dominação vigentes em nome da emancipação ou da autonomia em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural, podemos diferenciar o intelectual e o ideólogo. Este inserido no mercado, fala a favor da ordem vigente, justificando-a e legitimando-a. Aquele fala contra.

Na linha de raciocínio apresentada por Bobbio (1997), os meios de comunicação não são vistos como ameaça ao trabalho dos intelectuais. O autor não acredita que possa desaparecer a categoria de intelectuais, como sustentam outros pensadores. Também não deixam de ser intelectuais porque passam de um universo para outro. Ao contrário, argumenta que “o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de ideais por meio da palavra, e com a palavra, agora e sempre mais, a imagem” (BOBBIO, 1997, p.12). Isso se deve à característica de uma sociedade pluralista, onde aumentaram os meios de manifestar e expandir ideias, de difundir as produções intelectuais.

Para o pensador, não se pode incorrer ao risco de generalizar quando se fala sobre os intelectuais. “Seja qual for o modo em que venham a ser definidas a natureza e a função do intelectual [...] não é possível alcançar uma definição restritiva o suficiente para tornar plausível um juízo de absolvição ou de condenação global” (BOBBIO, 1997, p.9). Para o

autor, os intelectuais são transformistas. Bobbio (1997) expõe o que ele considera ser assertivas definitivas ao que é comumente dito sobre os intelectuais:

Os intelectuais dever ser desaprovados porque são sempre ‘contra’. Mas isso é dito pelos poderosos do dia. Não, os intelectuais dever ser execrados porque são conformistas. Mas isso é dito pelos que pretendem se tornar os poderosos do futuro. Falam demais, são grilos falantes, prontos a responder a todas as perguntas de modo a fazer aparecer seu nome nos jornais ou, pior, a serem chamados para participar de um debate televisivo. Não, dizem os que não querem se comprometer demais com as questões difíceis [...] São os ‘cães de guarda’ do poder constituído (BOBBIO, 1997, p.10).

Para Bobbio (1997) essas assertivas são juízos atribuídos à natureza do intelectual e sua função na sociedade. Antes, porém, o autor sugere que sejam observadas as situações do momento ou casos particulares. Para o autor, em alguns estudos sobre o declínio dos intelectuais existe um distanciamento histórico, incorre em erros de origem histórica e acabam por generalizar sobre o que se diz do fim dos intelectuais. De acordo com essa visão, os intelectuais sempre existiram nas sociedades, porque ao lado do poder econômico e do poder político, existia o poder ideológico “sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra” (BOBBIO, 1997, p. 11).

Nesse sentido, semelhante à Bobbio (1997), Said (2005) também reflete sobre a atuação desse sujeito intelectual no mundo massificado, influenciado pelos meios de comunicação e chama a atenção para a difícil tarefa de não alinhar às corporações. O autor pondera nesse aspecto, ao afirma que “os intelectuais pertencem ao seu tempo” e que está sujeito a ser “arrebanhado” pela mídia. Nesse cenário, torna-se difícil exercer sua tarefa ao se ver em situação de oposição entre a grande massa e o indivíduo. Ainda assim, o intelectual deve primar pelo senso crítico, recusar receitas fáceis e ideias prontas que vão de encontro aos dominantes. Deve movimentar-se para contestar não apenas de “modo passivo”, mas em público (SAID, 2005, p.34-36).

Said (2005) não ignora que sujeitos ou grupos intelectuais possam atuar de forma alinhada com instituições, grupos de comunicação, governo ou corporações e deste modo adquirem poder, *status*, autoridade. Ao que foi posto em discussão acima, de que o sujeito se anula na medida em que aceita as condições dessas instituições para legitimar as práticas, Said (2005) chama a atenção para o cuidado em não generalizar. O autor não coloca a função do

intelectual em situações opostas: ou é intelectual puro ou contaminado. Ao contrário, assim sustenta:

Acusar todos os intelectuais de vendidos só porque ganham a vida trabalhando numa universidade ou num jornal é uma acusação grosseira e, afinal, sem sentido. Seria indiscriminadamente cínico afirmar que o mundo é tão corrupto que, em última análise, todos sucumbem ao dinheiro. Por outro lado, não é muito menos sério considerar a pessoa do intelectual um modelo perfeito, uma espécie de cavaleiro reluzente tão puro e tão nobre a ponto de desviar qualquer suspeita de interesse material (SAID, 2005, p.74).

Assim também, Said (2005) afirma que a ameaça ao trabalho do intelectual não está no universo acadêmico, nas práticas jornalísticas, nas editoras, canais de TV ou outras instituições. Está, porém, no que ele chamou de profissionalismo do trabalho intelectual, algo que se faz para ganhar a vida, com horário para entrar e sair, preso ao relógio e ao “que é considerado um comportamento apropriado, profissional – não entornar o caldo, não sair dos paradigmas ou limites aceitos, tornando-se, assim, comercializável e, acima de tudo, apresentável e, portanto, não controverso, apolítico e ‘objetivo’” (SAID, 2005, p. 78).

O autor expõe que há pressões que desafiam a força de vontade do sujeito intelectual, como a especialização, tendo em vista que “mata os prazeres do arrebatamento e da descoberta, ambos irredutivelmente presentes na índole do intelectual” (SAID, 2005, p.81). Essa condição, segundo o autor, deixa o público habituado a aceitar tudo que os especialistas dizem. A outra pressão a qual o trabalho do intelectual está sujeito é a *expertise*. “Para ser um especialista, você tem de ser credenciado pelas autoridades competentes; elas ensinam a falar a linguagem correta, a citar as autoridades certas, a sujeitar-se ao território correto” (SAID, 2005, p.82). A terceira pressão apontada pelo autor se refere à “tendência inevitável para o poder e a autoridade entre seus adeptos, para as exigências e prerrogativas do poder e para se tornar diretamente empregado por ele” (SAID, 2005, p.83).

Também Rouanet (2006, p. 76-77) expõe sobre as mudanças que passam pela atividade do intelectual. O autor argumenta que houve transformações nas condições que sustentavam o prestígio dos intelectuais, na sua relação com a democracia e na crescente profissionalização do seu trabalho. “Estão surgindo profissionais ‘especialistas do saber teórico’ (...) demógrafos que nunca ouviram falar em Rousseau, cientistas políticas que nunca leram Proust”. O autor aponta ainda o desenvolvimento rápido da cultura de massa como razão dos dilemas sob a atuação dos intelectuais. A cultura de massa é fechada em si e “julga já possuir todo o saber de que necessita, e não está disposta a ouvir vozes críticas que venham

perturbar sua boa consciência”. Esse cenário, na visão do autor, tem favorecido a uma crise dos universais e, conseqüentemente, a um possível silêncio dos intelectuais.

Nesse contexto, Bobbio (1997) argumenta que aumentou o número daqueles que vivem de ideais em razão do surgimento da imprensa e as facilidades de difusão por ela proporcionadas. Diante dessa realidade destacada no universo do sujeito intelectual perante a essas pressões ao exercício de suas funções genuínas, Said (2005, p. 86), por sua vez, vê como sendo este o desafio a ser enfrentado pelo intelectual da atualidade: o dilema para o “intelectual é tentar lidar com as restrições do profissionalismo moderno, como tenho discutido, sem fingir que elas não existem ou negando sua influência, mas representando um conjunto diferente de valores e prerrogativas”.

O autor convida a refletir sobre a quem se dirige a atuação do intelectual, visto que não há como ignorar a autoridade e o poder e a relação entre os mesmos. Esse sujeito se posta como um contestador ou como adulator dos dominantes? Age com criticidade ou a espera de premiações? Esse é um desafio, conforme o indica, ao afirmar que a característica mais difícil de “ser um intelectual é representar o que se professa por meio do trabalho e de intervenções, se se enrijecer numa instituição ou tornar-se uma espécie de autônomo agindo a mando de um sistema ou método” (SAID, 2005, p.120).

Conhecer a si próprio de modo a analisar e criticar seu próprio campo, reconhecer o poder dos intelectuais, suas estruturas, seus mecanismos de reprodução também são papéis atribuídos ao intelectual. E, por esta razão, esses agentes ficam sob o dilema de exercer seu poder crítico e ao mesmo tempo denunciar essa crítica como sendo um poder (WOLFF, 2006). Esse dilema paira sobre a categoria na medida em que o intelectual precisa ser ouvido e por isso busca o espaço público ou o próprio campo midiático e, ao mesmo tempo, é denunciador desse espaço, do cenário midiático, “desse mesmo poder que ele exerce, muito embora afirme atacá-lo. Ele não pode consumir-se em criticar o poder dos intelectuais sem tornar vã sua própria crítica intelectual” (WOLFF, 2006, p. 65).

Rouanet (2006, p. 82) aponta três dimensões diferentes para esses dilemas enfrentados pelos intelectuais:

Sua neurose se explica por sua condição de figura estruturalmente dividida (...): ele é dividido em seu estatuto, porque ao mesmo tempo está inserido na divisão social do trabalho e paira acima dela; dividido em sua própria sociedade, porque é ao mesmo tempo burguês e não-burguês, beneficiário de um sistema social injusto e defensor de uma ordem social que visa à eliminação de todos os privilegiados; e dividido no plano internacional, pois

tem uma dupla cidadania, a que exerce em seu país de origem e a que exerce participante virtual de uma sociedade civil que ainda não existe – a mundial.

O autor acredita que é preciso que os intelectuais aceitem suas limitações, para então desenvolver um papel importante no caminho de universalização. Estes desafios e dilemas também alcançam as relações que caracterizam a figura do intelectual no Brasil, conforme exposto a seguir.

2.3 Intelectuais brasileiros: institucionalização das práticas

A partir da avaliação dos estudos de cientistas sociais sobre os sujeitos intelectuais e suas atividades no Brasil, Miceli (2002) propõe uma reflexão sobre esse universo por meio de uma pesquisa sobre essas obras que buscaram explicar a composição interna do campo intelectual no país, ou ainda, tentaram esmiuçar contribuições dessa categoria ao trabalho cultural e político nacional. A partir do estudo dessas obras o autor buscou compreender as práticas sociais, políticas e culturais dos intelectuais no Brasil.

Miceli (2002) objetivou traçar compreensões de cunho sociológico acerca do perfil dos intelectuais entre os anos 20 e 40. O autor retrata em suas análises a dependência desses sujeitos às relações com a classe dominante, bem como traz à tona uma visão sobre a origem social daquela categoria. O autor indica um desencadeamento das atividades desses indivíduos atrelado a um contexto político institucional da época, onde, iniciantes à carreira de intelectual, concorriam por posições em setores como: partidos e instituições culturais da oligarquia paulista; frentes de mobilização político-ideológica de organizações integralistas, católicas e de esquerda; a indústria editorial alavancada pelo surto do romance e o serviço público (MICELI, 2002).

Por essa perspectiva, o autor conseguiu reconstruir, para cada categoria de intelectual, o cruzamento de “condicionantes sociais ligados às estratégias assumidas pelas suas famílias aos fatores de impulsionamento exercidos pelas mudanças em curso nos diversos setores dos mercados de postos que lhes eram destinados” (MICELI, 2002, p.111). Soma-se a esse aspecto, a posição hierárquica familiar, de linhagem pobre desses sujeitos.

Para argumentar a relação entre os intelectuais e a classe dirigente do país, Miceli (2002) busca compreensões em pesquisas empíricas sobre o perfil e estratégias de profissionalização da categoria, bem como perpassa o caminho histórico institucional da época. Tanto as origens sociais dessas pessoas como a ascende ocupação de cargos e postos

nos setores do mercado intelectual emergente esclarecem, na visão do sociólogo, a relação de dependência desse segmento com o poder político. Para o autor, é nesse contexto que consiste a gênese do campo intelectual no país.

Nessa direção, o autor argumenta que havia uma força que sustentava a “hierarquia de legitimidades” que oferecia sentindo aos postos institucionais ocupados, às suas atuações sociais, intelectuais e políticas e, ainda, aos produtos gerados:

Na falta de uma vida cultural pujante, que fosse tão vigorosa a ponto de suscitar um campo próprio de concorrência, em condições de propiciar gratificações materiais e simbólicas, os intelectuais estariam quase sempre propensos a redefinir e reorientar seus investimentos e projetos na direção da atividade política. Eis a moldura interativa responsável pela subalternização da atividade intelectual, segundo as lentes dessa abordagem (MICELI, 2002, p. 115).

Miceli (2002) busca uma orientação sociológica da vida dos intelectuais originários da Velha República de modo a identificar a vivência ligada à dinâmica politico-cultural daquele tempo. Muitos autores buscaram traçar o perfil dos intelectuais a partir do papel exercido por eles mediante ao impacto institucional, contrapondo às instancias por onde eram consagrados seus trabalhos. Nesse sentido, o autor, ao analisar essas obras, vai além, ao chamar a atenção para a inclusão na análise sobre a origem dos intelectuais no Brasil, aos aspectos referentes às experiências familiares, afetivas, educacional e política daqueles sujeitos e mostra quão a atuação dos intelectuais esteve ligada a processos de institucionalização:

Enquanto em São Paulo a atividade científica vai se consolidando no interior do recém-aberto espaço universitário, a ciência carioca tomou impulso nos institutos, museus, serviços governamentais e laboratórios particulares, sem que a análise se detenha a explorar as razões que dariam conta das linhagens familiares de cientistas no Rio de Janeiro (famílias Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, os irmãos Osório de Almeida etc.). Daí por diante, a história dessa com unidade científica, impelida pela dinâmica de uma profissionalização crescente, vai sendo cada vez mais equacionada em função de balizas predominantemente institucionais, podendo-se mapear a instauração de um campo científico a partir de uma sucessão de iniciativas de “construção institucional” (MICELI, 2002, p. 123-124).

Ao analisar diversas obras, o autor busca apresentar a ligação e dependência dos intelectuais da época a universos institucionais sejam em setores de governo, religiosos, políticos ou mesmo nos referentes à comunicação, seja na geração de modernistas mineiros,

na geração de intelectuais-jornalistas ou ainda nos grupos de intelectuais de províncias, conhecidos como folcloristas. Em cada um desses segmentos havia uma relação de dependência para com a atuação dos intelectuais e as instituições:

A parcela majoritária dos secretários das comissões estaduais de folclore eram advogados ou médicos de profissão, com incursões pela imprensa, docência e política, quase todos polígrafos com uma produção intelectual intermitente, dedicando-se à pesquisa folclórica de maneira bastante irregular. Na maioria dos Estados, o serviço público era o principal mercado de trabalho para um contingente expressivo de folcloristas (MICELI, 2002, p. 136).

Na visão sociológica de Miceli (2002) sobre o surgimento dessa categoria no Brasil, a relação de dependência entre o segmento e a classe dominante resulta em constrangimentos diversos no campo de atuação dos intelectuais visto que suas práticas são afetadas pelos interesses de núcleos dominantes, como o Estado, a Igreja, instâncias organizacionais, academia ou editoriais impressos.

Essa argumentação vai ao encontro do pensamento de Bourdieu no tocante a cumplicidade entre os agentes, do lugar de voz no qual estão inseridos e, por conseguinte, aos constrangimentos gerados nesse caminho de interação para com as instituições, na relação entre os campos, que resulta por condicionar as possibilidades de atuação desses sujeitos intelectuais.

A literatura sobre a origem dos intelectuais no Brasil é incipiente. Em uma pesquisa sobre a profissionalização, as transformações no modo de interação e legitimação da intelectualidade no Brasil e na França, aponta para um cenário de transformação do perfil do intelectual, declínio de uma intelectualidade socialista, intervenções menos universais e mais pontuais, processos de alteração de identidades e integração desses sujeitos na indústria cultural. Em termos de particularidades que definem o intelectual, no Brasil, o estudo mostra que sempre teve uma relação ambígua com o Estado, mantendo ligações com seus pares e os que obtiveram reconhecimento popular estiveram ligados às produções de audiovisual. A pesquisa revela que no Brasil, no processo de mediatização dos intelectuais, provocou uma fragmentação das representações sobre o papel desses sujeitos (PEREIRA, 2007).

Ressalta-se que este trabalho objetiva contribuir com caminhos de investigação sobre quem são e como agem os intelectuais no Brasil, frente às diversas interações sociais, como neste caso proposto, com o campo jornalístico. A partir de seus posicionamentos, analisar se estes mantêm os valores universais que os caracterizam como intelectual clássico ou se

caminham para a formação de um novo modo de atuação, uma nova categoria: de intelectuais midiáticos. Deste modo, para analisar a dinâmica dessas interações, busca-se compreender também aspectos que regem o Campo Jornalístico.

3 CAMPO JORNALÍSTICO: CONCEITOS, ESTRUTURAS E IDEOLOGIAS

É notória a influência do jornalismo no modo de pensar da sociedade. De maneira geral, o jornalismo se propõe a informar e a divulgar fatos reais que serão socializados e irão influenciar no modo de viver das pessoas. Muitos estudiosos buscam identificar como as práticas e os paradigmas do universo jornalístico são instituídos e reproduzidos ao longo de anos. Pressupostos de verdade, imparcialidade, objetividade, tempo, valores, responsabilidade social, guardiões da democracia, entre outros aspectos, norteiam os processos de produção de notícias e, conseqüentemente, a maneira como serão expostas aos indivíduos.

Ao propor uma discussão sociológica sobre a produção de informação midiática, Marchetti (2008) defende a complementariedade e interação dos estudos sobre as condições de produção da informação e os estudos dos discursos midiáticos. Para o pesquisador, os investigadores devem ir além das análises políticas e morais na compreensão desse tema. Mais do que saber como os meios fazem seu trabalho, de que forma recortam a realidade ou ainda quais os efeitos que causam, *“el interés de los trabajos de ciencias sociales, en cuanto a lo que se disse en los medios, no depende del ‘acontecimiento’ en sí mismo, sino del análisis de lo que nos disse, de las series ‘que dan sentido’”* (MARCHETTI, 2008, p.20).

De modo geral, o autor propõe a ressaltar que o enfoque sociológico das condições de produção da informação, tomando como base estudos de caso e a teoria dos campos, pode ser eficaz para estudar os meios e as produções que difundem. Marchetti (2008) aponta a escassez de análises sobre os meios de comunicação sob o olhar sociológico. Segundo o autor, *“el análisis de discurso más tradicional tiende en efecto a olvidar las condiciones sociales de acceso al espacio mediático y las lógicas de producción de los contenidos”* (MARCHETTI, 2008, p.21). O autor também procura tratar os estudos dos meios sob a ótica da estrutura de campo: o campo do jornalismo é composto por subespaços que funcionam segundo uma lógica, em partes, diferentes.

Como já exposto acima, o conceito de campo de Bourdieu (1974) compreende que agentes sociais, detentores de capitais culturais, sociais, econômicos e simbólicos, estão inseridos espacialmente em diferentes campos sociais e que cada agente ocupa espaços diferentes no campo de modo que, para permanecer ou modificar este espaço, precisa conhecer as regras do jogo do campo e se dispor a jogá-las.

Buscando conceituar o campo do jornalismo, Traquina (2005) expõe que, no senso comum, o que oferece credibilidade ao jornalismo é a realidade e não a ficção. O autor

ressalta, no entanto, que em muitas vezes essa realidade é transmitida como uma ficção, um história de novela, em diversos recortes, sendo, pois, uma enxurrada de informação “perante a qual os jornalistas sentem como primeira obrigação dar resposta como notícias, rigorosas e se possível confirmadas, o mais rapidamente possível, perante a tirania do fator tempo” (TRAQUINA, 2005, p.20).

Traquina (2005) propõe em seus estudos que o trabalho jornalístico é condicionado a inúmeros fatores internos e externos (tempo, pressão, rotina, hierarquia, etc...), mas que também possui, sua relativa autonomia de poder, bem como os agentes que o compõe também são dotados desse poder. Segundo o autor, as notícias são definidas a partir da interação dos profissionais jornalistas dentro do seu próprio campo de atuação e são elas que contribuem para a construção social da realidade. Mais do que ver algumas coisas em detrimentos de outras, o autor argumenta que os membros do campo jornalístico partilham também uma maneira de agir e de falar.

Nessa direção, em suas reflexões sobre o campo jornalístico, Neveu (2006) se utiliza dos conceitos de campos sociais de Bourdieu para pensar o universo do jornalismo como um espaço estruturado por tomadas de posição, segundo ele, ao mesmo tempo objetivas e subjetivas, compreendendo as publicações e os profissionais dentro da esfera de táticas, dependência e de disputas que os fazem se relacionar com os demais agentes do campo. A noção de campo social, “chama a pensar o campo jornalístico na sua relação com outros espaços sociais. Qual é sua autonomia ou, ao contrário, sua dependência em relação aos campos econômico, político e intelectual?” (NEVEU, 2006, p.63)

Também sob a ótica dos estudos de Bourdieu, Marchetti (2008) relacionou três níveis de análise do universo jornalístico a partir da teoria de campo. No primeiro nível, “*el campo periodístico en su conjunto está cruzado por varias opciones según el tipo de medios y por lo tanto de públicos a los cuales se dirige*” (MARCHETTI, 2008, p.23). Nesse aspecto, existe uma autonomia relativa e que depende da expectativa do público. De acordo com o autor, sob esse olhar de estruturação do espaço jornalístico, é possível realizar uma análise qualitativa e quantitativa das posições dos meios e jornalistas “*y restituir, por ejemplo, su jeraquización de la información, sus tomas de posición, las palabras que utilizan, etc.*” (MARCHETTI, 2008, p. 23).

Marchetti (2008) acredita que quanto mais completo for o enfoque sobre o tema, mais é possível esclarecer problemas discursivos da produção jornalística agregando ao estudo da linguagem própria dos discursos jornalísticos e da posição em que ocupam neste campo. Entender a produção da informação jornalística sob uma ótica de princípios estruturalistas

(analisar o peso funcional de cada profissional no interior do veículo, prestígio profissional, posições dominantes, aquele que consegue dar a notícia em primeira mão, a reputação, etc) podem ajudar na ruptura de leituras voltadas para um caminho econômico do discurso e das práticas jornalísticas.

O segundo e terceiro nível apontado por Marchetti (2008) se refere às especialidades existentes como subespaços dentro do campo jornalístico, o que ele chama de microcosmos profissionais: a crônica judicial, o jornalismo médico, científico, político, de investigação, etc. Estes funcionam dentro de uma lógica comum a todo campo e também age de forma específica. As variáveis pertinentes dentro do campo como “*los grados de competencia, la historia de las secciones, el trabajo de las asociaciones de periodistas especializados, los créditos profesionales de los diferentes medios*”, servem como dimensão comparativa no sentido de compreender como são as tomadas de posições dos diferentes tipos de jornais acerca de um acontecimento (MARCHETTI, 2008, p.24-25).

Neveu (2006, p. 84) também trata das especialidades nos subespaços do jornalismo como sendo as editorias e estas responsáveis pela divisão do trabalho entre jornalistas. Somam-se às “especializações tradicionais (jornalismo político, social, esportivo, judiciário), [...] novas editorias (saúde, educação, comunicação), ao mesmo tempo em que outras (como economia) se dividiram em subespecializações”.

O último nível que trata Marchetti (2008) acerca da lógica da produção da informação se refere à própria dinâmica de funcionamento das redações. Para o autor é importante estudar nesse processo as divisões de atividades, as diferenças entre uma redação de jornal impresso e de rádio, por exemplo, sendo assim possível distinguir o trabalho dos jornalistas dos diferentes tipos de jornais, a saber se são freelances, repórteres, editores, etc.

Marchetti (2008, p. 25) chama a atenção para esses níveis de análise, visto que desta forma, “*tratando de construir así el campo periodístico, podemos lograr ver en forma más precisa cómo influyen los problemas (económico, político, técnico principalmente) en estos diferentes niveles de producción de la información*”.

O autor argumenta sobre a dificuldade do universo jornalístico se afirmar como um campo autônomo visto ser este influenciado, dominado e até mesmo controlado por outros campos como o econômico e o político, pensamento este que vai ao encontro das discussões apontadas por Bourdieu. Esse grau de autonomia pode ser medido, segundo o autor, por meio das interferências de agentes externos ao campo, ou ainda, pela lógica de hierarquização da informação nos processos de produção da notícia na medida em que definem a ordem dos problemas sociais ou acontecimentos. “*Sin embargo, a pesar de que el espacio periodístico es*

poco autónomo frente a otros universos sociales, a veces tiene gran influencia en ellos” (MARCHETTI, 2008, p.27).

Neveu (2006) recorre aos conceitos da teoria de campos para tecer seus argumentos. Para o autor, pensar o conceito de campo só tem utilidade quando em combinação outros demais conceitos desenvolvidos por Bourdieu:

Trata-se da noção de capitais, designando os recursos (econômicos, simbólicos...) dos quais dispõem os protagonistas de um campo, que, para um jornalista, pode ser diploma de uma faculdade, uma agenda de endereços excepcional, a autoridade adquirida na descoberta do ‘escândalo’. Em seguida, será necessária a noção de *habitus*, significando sistema de disposições, matriz de esquemas de julgamentos e de comportamentos, que é ao mesmo tempo o fruto de uma socialização – e suscetível a evoluir para essa denominação – e um princípio organizador das práticas e atitudes (NEVEU, 2006, p.66).

A partir do conceito de *habitus* de Bourdieu (2007) entende-se que o Campo Jornalístico possui agentes detentores de um gosto ou preferências incorporadas (objetividade, imparcialidade, imediatismo, etc) associadas às condições de existência do próprio campo. Os capitais (econômico, cultural e social), na visão do autor, objetivados pelo campo jornalístico, estão relacionados à posição deste campo na estrutura social. A forma como assume esses capitais e incorporam determinam suas práticas que os classifica como tal e o distingue (BOURDIEU, 2007).

A sociologia de Bourdieu (2007) tenta desvendar de que maneira a sociedade consegue reproduzir nos indivíduos todas as suas estruturas, sejam elas políticas, econômicas, de valores, comportamentos e outras. A incorporação das estruturas da sociedade é que vai definir os gostos que se originam inconscientemente. A interiorização das estruturas sociais (*habitus*) é observada, de acordo com o autor, no que rege o funcionamento dos campos, inclusive do Campo Jornalístico:

As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta "razoável" nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios - ou, se preferirmos, "formas de classificação", "estruturas mentais", "formas simbólicas", ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são praticamente intermutáveis -, esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisão objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso. Por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos

agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum (BOURDIEU, 2007, p.436).

Nesse contexto, depreende-se dos conceitos de Bourdieu (2007) que a dinâmica dos “gostos e preferências” dos jornalistas está relacionada à dinâmica interna do seu próprio campo numa relação simbólica.

Traquina (2005), por sua vez, chama a atenção para o *ethos* jornalístico que tem sido, de acordo com o autor, propagado há séculos: de que o jornalismo é delineado em um modelo “formado por profissionais comprometidos com os valores da profissão, que atuam de maneira desinteressada, que fornecem informação a serviço da ‘opinião pública’, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia” (TRAQUINA, 2005, 129).

Para o autor, ser jornalista implica partilhar desse “ideal” de ser uma espécie de protetor da democracia, o que leva a crença em inúmeros valores em torno da profissão: como liberdade, autonomia dos profissionais em relação aos outros agentes sociais, credibilidade, associação à verdade, rigor, exatidão, honestidade, equidistância, objetividade. Esses valores, de acordo com o autor, se consagraram “nos códigos deontológicos que foram sendo elaborados por jornalistas em inúmeros países a partir do princípio do século XX” (TRAQUINA, 2005). Um dos valores colocados em maior discussão se trata da objetividade:

Com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa. Assim, a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros dessa comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho (TRAQUINA, 2005, p.139).

Sob esse ponto de vista, Traquina (2005) assim destaca de modo a não atribuir exclusivamente aos jornalistas como responsáveis por suas posturas dentro do seu campo de atuação, incluindo, por sua vez, a sociedade como aquela que influencia na definição da atuação do jornalista dentro do seu universo profissional. Assim também, Tchuman (1999) indica três fatores que auxiliam os profissionais jornalistas a definir um fator objetivo. Seriam a forma, o conteúdo e as relações inteorganizacionais. A autora sugere que “a ‘objetividade’ pode ser vista com um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos de sua profissão” (TCHUMAN, 1999, p. 74).

A estruturação da informação numa sequência apropriada é também apontada pela autora com um procedimento “destinado a indicar a objetividade, procedimento esse que é um atributo formal das notícias” (TCHUMAN, 1999, p. 83). Nesse ponto a autora enfatiza a teoria da pirâmide invertida, onde as informações importantes acerca de um fato aparecem no primeiro parágrafo do texto. Diferentemente dos outros procedimentos, neste caso, o repórter não tem a quem recorrer porque ele é o responsável pelo *lead* da notícia, não podendo atribuir esse aspecto a outra pessoa (TCHUMAN, 1999).

A autora trata também da relação de aproximação e distanciamento do jornalista com o fato noticiado. Os aspectos da objetividade são recorridos, segundo a autora, pelo profissional nas suas experiências para com as organizações. Assim também o senso comum é apontado como “importante na avaliação do conteúdo noticioso, uma vez que o conteúdo de uma notícia é composto de numerosos ‘factos’, e o senso comum determina se uma informação pode ser aceite como ‘factor’” (TCHUMAN, 1999, 87).

3.1 Os caminhos de produção: do acontecimento à notícia

No caminho de buscar entender o que é jornalismo, o que é noticiar, o que são as notícias e qual o papel do jornalismo na sociedade, Traquina (2005) defende que, a partir do entendimento de vários outros teóricos, as respostas “apontam para o jornalismo como a realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre profissionais do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p. 205). Processo este que se dá na relação com as fontes, outros colegas de profissão e a própria sociedade.

Hall *et al.* (1999) levanta o seguinte questionamento: qual o significado do enquadramento ou da função interpretativa da apresentação da notícia? Diante do exposto, acredita que esse significado está colocado quando os meios de comunicação mostram acontecimentos fora da experiência direta das pessoas. “Os media, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes, a única fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes” (HALL *et al.*, 1999, p.227).

Molotch e Lester (1999, p. 34) buscam entender a dinâmica existente entre as diversas formas “de necessidade de notícias e como é que as necessidades de notícias das pessoas diferentemente posicionadas perante a organização do trabalho jornalístico produzem o ‘conhecimento’ social e político dos públicos”.

Os autores sustentam que os acontecimentos servem como referenciais na organização do passado e do futuro. “Os passados e futuros são construídos e reconstruídos, como um processo contínuo das rotinas diárias” (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.34). Nesse sentido, fatos são presenciados e outros observados. As observações transformam-se em mecanismos que possibilitam “dividir, demarcar e moldar a vida, a história e o futuro”. Para autores, os acontecimentos relevantes são aqueles que interferem na demarcação do tempo. Quando isso acontece, a ocorrência se materializa “como um objeto no mundo social” e passa a ser um dispositivo para a “construção de acontecimentos futuros” (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.35).

Partindo desse ponto, os autores ressaltam sobre a construção de acontecimentos e, para tanto, defendem que a construção de acontecimentos está ligada à necessidade fim das pessoas. “Qualquer ocorrência é um recurso potencial para construir um acontecimento, e o acontecimento assim construído está continuamente dependente dos fins em vista para a sua durabilidade” (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.36). Essa construção se dá de forma individual e coletiva, e conforme apontam os autores, com propósitos diferentes. Assim também utilizarão de observações e sentidos diversos para as ocorrências. Sob esse ponto de vista, a divulgação ou não de um determinado fato depende do contexto e grupo social (MOLOTCH; LESTER, 1999).

Hall *et al.* (1999, p. 225) defendem que as notícias são produtos de aspectos estruturais da rotina de trabalho do profissional jornalista e, que por esse motivo, não retratam os acontecimentos da forma como eles realmente acontecem. Esse processo passa pela escolha dos acontecimentos e se estrutura no aspecto valor-notícia, considerado dentro da ideologia da profissão, a escolha da boa notícia. Na variedade de inúmeros acontecimentos, segundo os autores, os jornalistas vão optar por casos “extraordinários, dramáticos, trágicos, etc., numa estória para reforçar a sua notabilidade”. Essa escolha também norteadada pelo número de valores-notícias que serão atribuídos ao acontecimento. Dito isto, os autores então abordam como os valores-notícia tendem a funcionar em conjunto como uma estrutura no processo de escolha das notícias.

Nesse contexto, assim argumentam:

Estes dois aspectos de produção social de notícias – a organização burocrática dos media que produz as notícias em tipos específicos ou categorias e a estrutura de valores-notícia que ordena a seleção e a posição de determinadas ‘estórias’ dentro destas categorias – são apenas parte do processo. O terceiro aspecto – o momento da construção da própria notícia – é igualmente importante, embora menos óbvio. Isto envolve a apresentação

do item ao seu presumível público, em termos que tanto os apresentadores do item possam avaliar o tomem compreensível a esse público (HALL et al, 1999, p. 225).

Nessa direção, Molotch e Lester (1999) sustentam que a problemática sobre um determinado acontecimento, se ele é ou não relevante, surge diante dos diferentes propósitos de quem tem acesso aos mecanismos de criação do tal acontecimento. Assim também serão contraditórias as interpretações acerca do mesmo. Desta forma, “dá-se lugar a uma luta acerca da natureza da ocorrência, e embebidos nessa luta estão interesses diferentes num resultado” (MOLOTCH; LESTER, 1999, p. 37). Seguindo nesse contexto, os autores assim esclarecem os objetivos da discussão sobre acontecimentos públicos:

O trabalho de promover ocorrências ao estatuto de acontecimento público salta das necessidades de acontecimento daqueles que fazem a promoção. Ao contrário do caso dos acontecimentos privados, implica a vivência da experiência para um grande número de pessoas. Este potencial impacto público significa que o efeito multiplicador social do trabalho daqueles que criam notícias para públicos é muito maior que o efeito das pessoas que criam notícias para elas próprias e os seus homólogos mais chegados. Embora existam processos e distinções análogas para os acontecimentos privados e públicos, este maior impacto destes últimos, leva-nos a centrar a nossa discussão nos acontecimentos públicos (MOLOTCH; LESTER, 1999, p. 37).

Neste aspecto, o acontecimento é sempre construído, segundo os estudos de Charaudeau (2009). O autor argumenta que os acontecimentos vistos a comentar atravessam “pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em um ‘mundo comentado’, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença” (CHARAUDEAU, 2009, p.95). Segundo o autor, o acontecimento reside então nesse “mundo a comentar” como sendo um fenômeno imposto ao indivíduo, antes da percepção e interpretação dos mesmos. Por esse motivo, “o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito o que integra” (CHARAUDEAU, 2009, p.95).

Hall *et al.* (1999) sustentam que o processo de escolha das notícias se dá pela identificação e contextualização no qual os fatos adquirem significados através dos meios de comunicação. Sendo identificados os acontecimentos, estes são inseridos em um contexto social e cultural para o conhecimento do público e, a partir de então, ganham sentido. Desse

modo, esse caminho de fazer um acontecimento compreensível é um processo social “constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito), suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (HALL et al., 1999, p.226).

Acerca do percurso de construção de acontecimentos, os Molotch e Lester (1999, p.38) mencionam três diferentes formas: através dos “promotores de notícias”, dos “jornalistas e editores” e por meio dos “consumidores de notícias”, identificadas pelos autores como agências principais. A cada tipo, existem propósitos que norteiam esse processo de construção em conformidade com as necessidades dos acontecimentos. A partir desse esclarecimento, os autores se voltam para a análise do trabalho jornalístico desenvolvido em relação a cada segmento, citado acima, no que se refere ao processo de construção das notícias.

A saber, no que diz respeito à promoção de acontecimentos, nesse contexto, os autores defendem que a mesma ocorre quando “a acção de um actor, que ao presenciar uma ocorrência ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas” (sic) (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.39). Sobre a agência formada por jornalistas e editores, os autores argumentam que:

A natureza dos media, enquanto organização formal, enquanto rotinas de trabalho nas salas de redacção, enquanto padrões de mobilidade profissional para um grupo de profissionais, enquanto instituições de criação de lucros, está inextrível e reflexivamente ligada ao conteúdo das notícias publicadas” (sic) (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.40).

Os autores colocam em questão o jogo de necessidades das organizações jornalísticas, dos profissionais jornalistas e dos promotores ao noticiarem acontecimentos. De acordo com Molotch e Lester (1999) as necessidades de acontecimentos dos profissionais jornalistas “vêm a assemelhar-se às dos promotores que afectam as rotinas de trabalho jornalístico” (sic) (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.41). Para os autores, essa relação se dá de forma mais explícita em sociedades onde há mais controle sobre a imprensa.

No que tange à dinâmica de noticiar fatos, os autores discorrem sobre a premissa da objetividade do trabalho dos jornalistas em relação às intenções dos meios de comunicação no qual seus trabalhos estão inseridos. Para os autores, há de se pensar nas necessidades paralelas tanto de promotores quando dos jornalistas, que embora não estejam explícitas nas produções

noticiosas, “conseguem produzir um produto que favorece as necessidades de acontecimentos de certos grupos sociais e desfavorece outros” (MOLOTCH; LESTER, 1999, p. 41).

Nesse processo de reflexão sobre as práticas e procedimentos que regem o funcionamento do campo jornalístico e em que fatores implicam na propagação das notícias, bem como na relação com a sociedade, assim Traquina (2005, p.181) considera:

As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias) [...] O desenvolvimento de um campo jornalístico autônomo tem como fator crucial a profissionalização das pessoas envolvidas na atividade jornalística em que é reivindicada a autonomia e a legitimidade de exercer um monopólio sobre o poder de decidir a noticiabilidade dos acontecimentos e das problemáticas. Perder esse monopólio é pôr em causa a independência do jornalismo e a competência dos seus profissionais.

No que tange à estrutura, Lage (2005, p.16) define notícia no jornalismo moderno como “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante”. O autor indica a partir dessa definição que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los.

Neste contexto, Hall et al. (1999) defendem que a definição primária sobre o acontecimento é quem estabelece os limites de discussões posteriores, dado ao enquadramento posto. É a partir desse enquadramento que todo o desdobramento do fato será rotulado como relevante para ser noticiado. Deste modo, argumentam que não são os meios de comunicação os definidores primários da notícia, mas que os mesmos estão em uma posição secundária, de subordinação ao reproduzir as opiniões daqueles que tem acesso privilegiado aos meios, sendo tratados como “fontes acreditadas” (HALL et al., 1999, p.230). É o meio pelo qual a reprodução das ideologias dominantes é assegurada através dos meios de comunicação.

Acerca do outro aspecto inserido no percurso de construção de acontecimentos, apontado como os “consumidores de notícias”, Molotch e Lester (1999, p. 42) argumentam que estes constroem seus acontecimentos de modo semelhante ao dos promotores e dos profissionais jornalistas. “O resíduo de biográfica, materiais anteriores disponibilizados pelos media e o presente contexto, tudo isso molda o trabalho do consumidor de construção de acontecimentos”.

Lage (2005) por sua vez, aponta três fases, segundo ele, evidentes no processo de produção de uma notícia: a seleção dos eventos; a ordenação dos eventos e a nomeação. O

autor destaca ainda aspectos das limitações do código linguístico. Neste caso, esta limitação, na visão do autor, é útil no caso do produto notícia, “reduzindo tanto o número de itens léxicos (palavras e expressões) quanto de operadores (regras gramaticais) de uso corrente, [a limitação do código] aumenta comunicabilidade e facilita a produção da mensagem” (LAGE, 2005, p.22).

Lage (2006) também aponta para uma definição de linguagem jornalística que diferencia o texto jornalístico. De acordo com o autor é preciso conciliar o interesse de uma comunicação eficiente ao de aceitação social, o que “resulta na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística: ela é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal” (LAGE, 2006, p.50). O autor também aponta normas de redação em veículos impressos, conhecidos por *stylebooks*, que são os manuais de redação adotados pelos veículos impressos. Estes manuais objetivam, conforme o autor, a generalizar os procedimentos de técnicas de redação. As regras incorrem para o uso de aspas, destaques gráficos, uso de siglas, versais, números, unidades de medidas, pontuação, grafia, e uma série de normas que estrutura um formato padrão de textos nos veículos impressos.

São estruturas como essas que integram os caminhos que levam à produção de notícia, desde o acontecimento até a publicação e veiculação, especialmente no que diz respeito ao campo do jornalismo impresso. Aspectos estes ligados às práticas dos jornalistas nos processos de produção de conteúdo jornalístico.

3.2 Paradigmas que consolidam as práticas jornalísticas

Nesse caminho percorrido pelos profissionais até se chegar ao que é notícia, Traquina (2005) nos convida a refletir a partir de um questionamento que incide sobre qual a importância do jornalismo na sociedade: “um campo aberto que todos os agentes sociais podem mobilizar para suas estratégias comunicacionais ou um campo fechado a serviço do status-quo?” (TRAQUINA, 2005, p.145). Perguntas assim, de acordo com o autor, motivaram inúmeros estudos e pesquisas em torno de uma resposta. O autor toma como base algumas teorias na tentativa de responder porque as notícias são como são.

Uma delas é de que a realidade determina como são as notícias, conhecida como teoria do espelho, sob a ótica do paradigma de que “o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cautelo sem não emitir opiniões pessoais” (TRAQUINA, 2005, p. 147). Uma concepção que é, segundo o autor,

dominante no campo jornalístico. Neste aspecto da teoria do espelho, que interfere na atuação dos membros do campo jornalístico, o autor assim elucida:

“O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados como profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2005, 149).

A teoria de *gatekeeper* também é destacada por Traquina (2005) para explicar a prática dos jornalistas no seu campo de atuação. Neste caso, o procedimento de construção da informação “é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, portões que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (TRAQUINA, 2005, p.150). Sob o ponto de vista desta teoria, as notícias são analisadas apenas a partir de quem as produz: o jornalista. “Assim, é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem micro-sociológica, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macrosociológicos, ou mesmo microsociológico como a organização jornalística” (TRAQUINA, 2005, p.151).

Nesse caminho de entender porque as notícias são como são, Traquina (2005) também resgata conceitos da teoria organizacional. Esta, por sua vez, ressalta a força dos constrangimentos das estruturas organizacionais sob a atividade jornalística de modo que este profissional dê mais valor aos procedimentos da política editorial em detrimento dos seus valores e crenças pessoais. Nesse contexto, de acordo com o autor, a cultura organizacional é mais importante do que a cultura profissional. Isso inclui fatores que determinam um certo conformismo dentro da estrutura organizacional, como sanções e autoridade institucional, obrigação e estima para com superiores, aspirações para novos cargos e posições, prazer da atividade, ambiente pacífico sem interferências de sindicatos, as notícias como valor máximo (TRAQUINA, 2005).

Sob essa ótica, há uma espécie de “autonomia consentida”, dada a profissional apenas quando o seu trabalho estiver em conformidade com as normas e leis da estrutura organizacional a qual pertence. Neste caso, a fonte de gratificação do jornalista “não se localiza entre os leitores, que são manifestadamente os seus clientes, mas entre os seus

colegas e superiores. Em vez de aderir a ideias sociais e profissionais, o jornalista redefine os seus valores até o nível mais pragmático do grupo redatorial” (TRAQUINA, 2005, p.157).

Hackett (1999, p. 107) buscou analisar os desafios lançados a cada pressuposto aceitos nos estudos convencionais da parcialidade. No que diz respeito ao entendimento de que os meios refletem com exatidão a realidade (primeiro pressuposto), “vários argumentos têm sido avançados contra esta posição”: A estrutura organizacional do trabalho jornalístico interfere na contextualização dos fatos; a rede de escolha da notícia, a burocracia dentro das organizações e o ritmo de trabalho dos profissionais podem tipificar os acontecimentos; outros fatores como orçamento, taxas de audiência e a publicidade podem gerar a “nacionalização” de fatos locais (HACKETT, 1999).

Também a linguagem, na visão de estudiosos, não funciona como transmissora direta dos significados ou verdades. O determinismo mediático não é aceito para reconhecer as intervenções do jornalismo na sociedade e na política. Os “pseudo-acontecimentos” são criados previamente para serem noticiados ou reproduzidos. “As conferências de imprensa e a maioria dos discursos políticos são exemplos de pseudo-acontecimentos que são preparados para a propagação mediática” (HACKETT, 1999, p.108). O que, segundo o autor, não seria possível sem a presença dos meios de comunicação.

Nessa direção, no trajeto que se instaura desde o acontecimento original ao acontecimento elaborado, Charaudeau (2009) ressalta que a comunicação se estabelece em um duplo processo de transformação e interpretação. Desde o criar e ao receber a notícia, um “contrato de comunicação” oferece condições para representações da informação, assim a perceber:

Nesse caso, “o mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “o acontecimento bruto” e o processo de transformação consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado), ao estado de mundo midiático construído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência do processo de transação, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira (CHARAUDEAU, 2009, p.114).

Sob esse ponto de vista do autor, é nesse percurso que vai da transformação do acontecimento bruto, passando pela instância de produção midiática, que chega à notícia como sendo um acontecimento construído, segue para a instância de recepção até o acontecimento interpretado, que é gerado “um espaço público de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a opinião pública” (CHARAUDEAU, 2009, p.115).

Nesse contexto, Hall et al. (1999) enfatizam as transformações que perpassam uma afirmação de um definidor primário à linguagem cotidiana, ou seja, para um código, um mapa de discursos, habitualmente usado por um jornal em específico: o idioma público. Nessa direção, passam a tratar da relação entre o idioma público e a voz editorial. Para os autores, seja na forma de editorial que preza pelo “nós acreditamos”, seja pela linha do que afirma “o público acredita”, os meios de comunicação instituem um elo de mediação entre os dominantes e o público. No processo de formação ativa da opinião pública, assim sugerem refletir acerca dos media:

Em sociedade onde o grosso da população não tem acesso directo nem poder sobre as decisões centrais que afectam suas vidas, onde a política oficial e a opinião estão concentradas e a opinião popular está dispersa, os media desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as acções e perspectivas dos poderosos (sic) (HALL et al, 1999, p. 234).

Nessa direção, segundo Hackett (1999, p. 110), pode não haver, de fato, “nenhum mundo de ‘factos concretos’, prístinos, evidentes, situado fora dos limites do significado e da linguagem, sobre o qual o discurso jornalístico (ou científico) se debruce”. O autor argumenta que o jornalismo participa ativamente na luta pela significação dos fatos e que, por esse motivo, não se pode limitar a acusar as notícias de distorcerem o seu verdadeiro significado.

Deste modo, nesta visão, as notícias são resultado dessa interação dentro da própria empresa jornalística. “O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle” (TRAQUINA, 2005, p.158).

Nessa perspectiva da estrutura organizacional, Neveu (2006, p. 67) entende que certas editorias possuem o peso da legitimidade no processo de produção das notícias. Certas especializações como a política, a economia e as finanças dispõem de um *status* de editorias nobres, em oposição às especialidades mais populares como geral e esportes. Para o autor, essa hierarquia se dá por meio de vários critérios como formação em escolas de jornalismo, possibilidade para jornalistas desses cadernos obterem cargos de direção.

O prestígio social também é apontado pelo autor como parâmetro de hierarquização das publicações, na medida em que isso dependa de um perfil social de consumidores, “tanto que esses são recrutados entre os detentores de capital econômico e cultural (NEVEU, 2006, p.68). No que tange ao conflito de legitimidade dentro do campo jornalístico, as tensões

podem emergir “em visões conflitantes de excelência profissional” (NEVEU, 2006, p. 73). Os interesses seguem uma lógica mercadológica incorporada nas estruturas que regem aquele universo:

O grande profissional se mede então por sua capacidade de gerar audiência, de trabalho vivo, de expressar a atualidade na linguagem do emocional e até do sensacional. A não ser por tomar o confidencial como garantia de profundidade e de virtude, essa consagração pela audiência não é em si escandalosa. Ela convida ao debate quando a capacidade de antecipar os veredictos do mercado e de valer-se do sucesso programado torna-se a principal qualidade jornalística, ou quando, segundo um artifício agora rotineiro, a audiência é apresentada como o equivalente funcional do voto universal (NEVEU, 2006, p.74)

Nessa direção, tomado pelas leis que regem o mercado, impera sobre o campo jornalístico um exercício de atribuições que atenda aos interesses de lucros e benefícios a curto prazo. “A submissão da imprensa à lógica empresarial alterou a pauta jornalística. As notícias sobre economia e política dão lugar à cobertura de assuntos mais vendáveis (*‘soft news’*) e com alto conteúdo emocional. O objetivo é a maximização do público” (PEREIRA, 2004, p. 9, grifo do autor).

Traquina (2005) argumenta que essa teoria organizacional indica para a importância do fator econômico na atuação do campo jornalístico, e este por sua vez, determina a resposta ao questionamento do porque as notícias são como são: o jornalismo também é um negócio e como empresa jornalística vai, cedo ou tarde, se deparar com a dinâmica do poder econômico de gastos e lucros. “As receitas provêm essencialmente das vendas e da publicidade. O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico” (TRAQUINA, 2005, p.158).

Bourdieu (1997) explica que para entender as relações de força que existem em um veículo jornalístico, por exemplo, é preciso compreender a posição em que ele ocupa perante a concorrência, bem como de maneira invisível, essas relações existem de forma não perceptível através de mecanismos resultantes do mercado, dos anunciantes, do capital de prestígio, entre outros. Existe, na visão do autor, para além das interações interpessoais, do jogo de influência, das práticas da profissão, um conjunto de relações de forças objetivas que constituem a estrutura do campo.

Além do peso econômico, das fatias de mercado, Bourdieu (1997) chama a atenção para o peso simbólico, segundo o autor, mais difícil de mensurar, que cai sobre a atividade prática dos jornalistas e, ainda, sobre o poder de influência do veículo. “Por exemplo, um

jornal deixa de ser dominante quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita a lei” (BOURDIEU, 1997, p. 60).

Um jornal pode ser uma autoridade no seu universo ou pelo grande número de tiragens, do ponto de vista de anunciantes, ou suficiente pelo fato de ser dotado de capital simbólico. Esses são tidos pelo autor como dois fatores de poder dentro de um campo jornalístico. Ora serve ao conformismo, ora ao academicismo, ou ainda aos valores de mercado (BOURDIEU, 1997).

Ao analisar essa autonomia relativa do campo jornalístico, em razão da dependência com o poder econômico, PEREIRA (2009) destaca que o exercício das atividades jornalísticas replica o arcabouço das relações de dominação existentes no âmbito maior do campo, no caso do econômico. “Um jornal sensacionalista, por exemplo, se aproxima dos critérios impostos pelo polo econômico do jornalismo, enquanto uma revista de cultura oscila em direção ao polo intelectual” (PEREIRA, 2009, p. 3).

Nesse processo assinalado pelos autores de que há uma transformação de fatos em notícias e, estas, em mercadoria, Marcondes Filho (1986) indica uma investigação que explique o caráter político, econômico e ideológico da notícia. Para o autor, sob o olhar da economia política, assim define o que é notícia:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político (MARCONDES FILHO, 1986, p.13).

Também a parcialidade, tratada aqui por Traquina (2005, p. 162) como teoria política, está ligada aos procedimentos de produção da notícia no universo jornalístico. “O filão de investigação em torno dos chamados estudos da parcialidade parte do princípio de que as notícias devem refletir a realidade sem distorção”. Nessa direção, o autor explica a prática de produção da notícia sob a ótica da teoria de ação política:

Os media noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente certos interesses políticos: na versão de esquerda, os media noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as

notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2005, p.163).

No tocante às investigações sobre os processos de produção da notícia, Hackett (1999) defende a mudança do paradigma da parcialidade para ideologia nos estudos dos meios. Na visão do autor, mais do que analisar a parcialidade partidária, é importante verificar os conceitos de orientação estruturada e a efetividade ideológica nos processos de produção jornalística, e que os pressupostos acerca da parcialidade e da objetividade devem ser vistos mais como objetos de investigação do que padrões de avaliação. Hackett (1999) discorre sobre os critérios adotados nos estudos convencionais sobre a parcialidade e a objetividade e busca mostrar como essa visão é insuficiente para o estudo dos meios de comunicação enquanto instituição política e ideológica.

Conforme sustenta, os próprios jornalistas utilizam os conceitos de parcialidade e objetividade ao avaliarem seus trabalhos. A objetividade é defendida como lema e pedra angular do jornalismo americano. Assim, os acadêmicos também adotam a parcialidade e a objetividade como conceitos em seus estudos sobre jornalismo. Por outro lado, a utilização de parcialidade e objetividade enquanto ferramenta de análise do funcionamento ideológico dos media tem levantado contestações (HACKETT, 1999).

Ao delinear essas críticas e contestações, o autor discorre sobre o que convencionalmente se entende sobre parcialidade e objetividade nos *media*. A maioria das definições considera a parcialidade como “a intrusão da opinião subjetiva do repórter ou da organização jornalística no que é pretensamente um relato factual” (HACKETT, 1999, 103). O autor cita ambiguidades sobre os conceitos de parcialidade na prática jornalística que refletem nas diferentes formas e definições operacionais nos estudos da parcialidade.

Nesse sentido de ambiguidade dos conceitos de parcialidade, Hall et al. (1999, p. 231) argumentam que a seletividade dos meios configura independência e autonomia na medida em que nem todas as afirmações dos “porta-vozes” são reproduzidas. Nesse aspecto, enfatiza que “tais critérios – comuns a todos os jornais – são, todavia, diferentemente utilizados, avaliados e tornados operacionais por cada jornal”. Esse processo leva para o que o autor chama de idioma público dos media:

O significado de utilizar o idioma público na marcação da agenda é que devolve a linguagem de comunicação do dia a dia ao consenso. Embora seja verdade que a linguagem ‘do dia a dia’ já está saturada de inferência e interpretações dominantes, o processo contínuo de traduzir definições

oficiais formais para termos de conversação corrente reforça, ao mesmo tempo que disfarça, as ligações entre os dois discursos. Isto é, os media ‘pegam’ na linguagem do público e, em cada ocasião, devolvem-lha modificada com conotações dominantes e consensuais (HALL et al., 1999, p.233).

Por outro lado, dando voz aos definidores primários, os meios legitimam os processos de controle dominante. É o cerne da “cultura de poder” e da “cultura de significações”. Sob esse olhar, os autores indicam que há um encerramento eficaz e ideológico em torno do acontecimento e que os meios se tornaram um aparelho dos poderosos detentores do controle: “um aparelho ideológico do estado” (HALL, 1999, p.248).

Os conceitos de equilíbrio ou a uniformidade da cobertura jornalística são, segundo o autor, critérios comumente adotados nos estudos sobre parcialidade incontestavelmente porque “os pontos de referência adequados nem sempre estão disponíveis e porque este critério está legalmente consagrado” (HACKETT, 1999, p.104). Porém, existem variantes para além destes procedimentos básicos:

Mc Quail, por exemplo, sugere várias possíveis manifestações de parcialidade: a argumentação explícita e a compilação de provas a favor de um ponto de vista; a utilização tendenciosa de factos e comentários, sem qualquer declaração explícita de favoritismo; o uso de linguagem que dá outra cor a um relato de outro modo factual e transmitindo um implícito mas claro juízo de valor; a omissão de argumentos a favor de uma parte numa reportagem supostamente imparcial. (McQuail, 1977, p. 107). Hofstetter e Buss (1978, p. 518) rejeitam três potenciais definições de parcialidade: a mentira clara, a distorção através do ênfase dado mais a certos factos que a outros, o enaltecimento de certos valores (sic) (HACHET, 1999, p. 104).

Hackett (1999) cita os autores acima porque do ponto de vista deles, embora esses conceitos sejam comuns em questões polêmicas, os mesmos não venham a ser úteis nas investigações científicas. Os autores citados sugerem que a parcialidade seja tratada como “selectividade” (sic) “que pode ou não levar a um tratamento desequilibrado, desigual ou injusto, de indivíduos ou assuntos” (HACKETT, 1999, p.104). A partir do entendimento dos autores citados, Hackett (1999) sustenta o conceito de orientação estruturada da parcialidade. “Os padrões de informação, semelhantes nos seio de cada meio mas diferentes entre os media, são a prova *prima facie* da parcialidade estrutural” (HACKETT, 1999, p.104, grifo do autor).

De acordo com Traquina (2005), os defensores da teoria estruturalista, os meios de comunicação não estão limitados a “criar” as notícias, nem tão pouco se reduzem a transmitir a ideologia de classe dominante em um sentido conspiratório. Mais do que essa reflexão, “os

media não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos, mas a sua relação estrutural com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário” (TRAQUINA, 2005, p. 179, grifo do autor), na medida em que reproduzem as ideias das fontes com acesso privilegiado e que para o jornalismo, são tratadas como fontes confiáveis.

Nesse contexto de estrutura da produção de notícia, Hall et al (1999) então discorrem sobre práticas dos meios de comunicação e o que eles chamam de “adequação” entre as ideias dominantes e as ideologias. O objetivo é verificar como os meios reproduzem as definições dos poderosos sem estarem ao seu serviço. Para tanto, distinguem, nesse processo, definidores primários e secundários. Na visão dos autores, tanto as pressões da prática jornalística, na corrida contra o tempo, bem como as exigências de imparcialidade e objetividade, contribuem para produzir acesso “sistematicamente estruturado aos medias por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas” (HALL, 1999, p.229).

Desse modo, os meios reproduzem simbolicamente a estrutura de poder que impera na ordem institucional da sociedade. Os meios concentram nos porta-vozes institucionais, que transmitem as opiniões dominantes, a sua fonte de informação, e assim, os transformam em “definidores primários” de categorias. Nessa direção, os autores assim elucidam:

O importante da relação estruturada entre os media e os *primary definers* institucionais é que permite aos definidores institucionais estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico em questão. Então esta interpretação ‘comanda a ação’ em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates. Os argumentos contrários a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na sua definição de ‘o que está em questão’ – devem ter como seu ponto inicial esta estrutura de interpretação (HALL, 1999, p.230, grifo dos autores).

Hackett (1999, p.111) considera importante, no processo de compreensão dos papéis políticos do jornalismo, a mudança do paradigma da parcialidade para ideologia nos estudos dos meios. Nesse sentido, ao analisar o pressuposto de que as posições políticas determinam a parcialidade noticiosa (segundo pressuposto), o autor assim elucidam, ao afirmar que neste caso, “o partidismo político da parte dos donos, anunciantes ou responsáveis editoriais é o principal obstáculo que se põe à informação objectiva”. A solução, na visão de alguns autores apontados Hackett (1999) “é diversificar politicamente o pessoal e as perspectivas existentes nos media”.

A partir de alguns exemplos de coberturas políticas, o autor aponta que os entendimentos do ponto vista organizacionais das notícias avançam para uma teoria da “atitude política”, porém não é o suficiente. “A análise do papel e determinantes ideológicos dos meios de comunicação social não se esgota nem na abordagem da atitude política nem na abordagem organizacional” (HACKETT, 1999, p. 113).

O terceiro pressuposto discutido se refere à caracterização da parcialidade no conteúdo noticioso onde os estudos se concentram na produção mediática. Com o avanço no interesse pela ideologia e a desvalorização da parcialidade buscam-se novos métodos de interpretação dos textos produzidos pela mídia. A quarta pressuposição analisada trata da “parcialidade como favoritismo para um partido, candidato ou grupo de interesses em detrimento de um outro” (HACKETT, 1999, p117). O autor sugere que analisar um veículo apenas pela ótica de ser parcial ou imparcial durante um período eleitoral é uma visão limitada, que muito além, os estudiosos têm se dedicado a estudar os conceitos de ideologia, a ideia de que a notícia funciona como ideologia.

Nesse caminho de procurar entender por que as notícias são como são, Traquina (2005) recorre também à teoria construcionista, em que a notícia é vista como construção da realidade. Seguindo para as teorias estruturalistas e interacionistas, que sugerem que as notícias “são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2005, p.173).

Essas teorias destacam a importância da cultura jornalística, a ideologia dos agentes desse campo, rotinas e práticas utilizadas para suas ações, de modo que, “contestam a visão de que os jornalistas são observadores passivos e defendem a posição de que, ao contrário, são de fato participantes ativos na construção da realidade” (TRAQUINA, 2005, p.174). Estes e outros paradigmas, na visão do autor, conduziram por muitos anos as práticas dos agentes que integram ao campo jornalístico e seu modo de produzir e difundir notícias e, ainda, que os legitimam como tal.

Bourdieu (1997, p.65) sustenta que o campo jornalístico dispõe de um monopólio os instrumentos de produção e difusão da informação e que através dessas ferramentas dá acesso aos cidadãos, produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, “ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é à grande difusão”. Sobre essa forma de dominação, o autor afirma que é com essa circunstância que indivíduos ou membros de associações se deparam quando querem difundir uma informação.

Pensar nos limites de atuação dos agentes do campo jornalístico é refletir no sentido de que as concepções que norteiam as práticas dos profissionais jornalistas implicam em seus produtos simbólicos. Conforme aponta Pereira (2004), do espírito missionário de guardador da sociedade, que fiscaliza as instituições a partir de princípios e valores democráticos, o “jornalismo romântico”, ao aprofundamento do caráter mercadológico que permeia o universo da imprensa tornando-a uma espécie de “jornalismo de mercado” é um caminho que interfere nas diversas representações dos jornalistas através da sua interação para com a própria profissão, com a sociedade e com os demais campos sociais. Nesse sentido, o autor destaca:

De acordo com essa perspectiva, é impossível analisar o espaço jornalístico sem situá-lo numa rede de dependências com os campos político, econômico e intelectual, cujas lógicas determinam as modalidades de funcionamento dessa atividade. O fato de o jornalismo atual reiterar valores ligados ao profissionalismo, à concorrência e à luta pela audiência evidenciam, na concepção bourdieusiana, um progressivo distanciamento dos mecanismos de dominação do campo político e intelectual em direção à submissão dessa atividade aos constrangimentos econômicos (PEREIRA, 2009, p.3).

Marcondes Filho (1986) também sustenta esse processo de transformação da atividade jornalística em “uma grande empresa capitalista”. Em uma sociedade de base capitalista dificilmente haveria de ter um jornal isento à ordem mercadológica existentes nas mais diversas esferas sociais. O autor indica que nesse contexto, há duas formas do jornalismo atuar frente ao público receptor: ou introduzindo a dúvida, a reflexão, a inovação ou agindo em conformidade com a ordem estabelecida, as expectativas e padrões já esperados:

No jornalismo, o primeiro tipo refere-se à atuação arrojada e crítica, construtora de opinião, atuante politicamente e inspirada nas formas de uso da imprensa como veículo de questionamento de valores, de promoção de novas ideias e, acima de tudo, de “salto para frente” de seu público, de sua participação política. A segunda forma é a do marketing jornalístico. Enquanto a primeira avança além do conhecido, ousa lançar-se em busca de novas relações e de transformação, a segunda é confirmação do dado e do esperado (MARCONDES FILHO, 1986, p.34).

Acerca dos processos de profissionalização do jornalista, Pereira (2004) expõe que, na França, se deu como uma resposta à sociedade diante da falta de credibilidade dos indivíduos junto às comunicações do Estado e, se estabeleceu de uma maneira inconsciente. “Por isso, as fronteiras que demarcam a identidade do jornalista francês são delimitadas a partir de uma cultura e de uma ética profissional, regidas principalmente pelo espírito de missão”

(PEREIRA, 2004, p.5). No Brasil, no entanto, segundo o autor, a profissão do jornalista se firmou de uma maneira atrelada à intromissão do Estado o que pode ter dificultado a prática do “jornalismo romântico” no país.

Sob essa ótica, onde o mercado impera sobre a “pureza” do trabalho jornalístico, os profissionais, agentes deste campo, têm suas práticas submetidas, consciente ou inconscientemente, a um exercício de “jornalismo de mercado”, dotado deste modo de uma autonomia relativa:

A deterioração do mercado de trabalho traz um sentimento de resignação dos profissionais às condições impostas pelas empresas. Para se manter no emprego ou conseguir um melhor status, o jornalista se vê cada vez mais tentado a desrespeitar algumas regras morais e deontológicas da profissão (como à checagem sistemática das fontes ou o respeito à veracidade da informação). Com isso, o texto jornalístico adquire um caráter cada vez mais instrumental, identificado com os interesses do mercado. O jornal é produzido como um manual para a vida cotidiana. O jornalista perde a aura de herói e identifica-se, cada vez mais, como simples operário de um sistema de produção taylorizado (PEREIRA, 2004, p. 10).

Procurou-se nesta seção apontar modelos de prática que imperam e sustentam as formas de produção no Campo Jornalístico. São diversas as correntes de pensamentos que indicam conceitos de ideologias presentes nos meios de comunicação, que determinam o seu funcionamento, a relação entre os agentes internos e externos ao campo e os tipos de orientações e relações sistemáticas que estruturam o relato noticioso, sendo este o principal produto simbólico do Campo Jornalístico. Apontadas as características do Campo Intelectual e do Campo Jornalístico, parte-se então, na seção seguinte, para uma reflexão sobre o processo de interação entre esses dois universos, incluindo uma breve revisão de literatura sobre intelectual midiático.

4 O INTELLECTUAL MIDIÁTICO: EMERGE UMA NOVA CATEGORIA?

Os processos de transformação nas estruturas de autolegitimação do campo intelectual, em que o trabalho tradicional do intelectual voltado às transformações sociais deu lugar à busca pelo reconhecimento de seus pares, levou a uma dependência desses sujeitos ao campo midiático, conforme sugere Bourdieu (1984), como espaço de consagração e legitimação ao ser alcançado pelo intelectual.

Este processo de influência dos meios de comunicação como espaço de legitimação dos intelectuais, o fim do caráter político do espaço público e o declínio gradativo dos valores universais antes atrelados ao perfil original dos intelectuais “sustentaria a hipótese de emergência de uma nova categoria de intelectuais, os intelectuais mediáticos” (PEREIRA, 2007, p. 137).

Nessa direção, pesquisadores se dedicam a analisar a aproximação do universo acadêmico ao universo midiático. A seguir, são apresentados alguns desses estudos e seus resultados, bem como os avanços a que se propõe esta pesquisa no intuito de conceituar o perfil e entender o papel do intelectual midiático na dinâmica de interação entre os campos Intelectual e Jornalístico.

Uma pesquisa objetivou analisar os formatos de jornais televisivos em que os intelectuais assumem posições dentro do jornalismo de fluxo contínuo de informações, no estilo *all news* (em português, significa totalmente notícias), de cunho apenas jornalístico. Neste estudo, foram observados empiricamente dois programas jornalísticos: o France Info e a Globo News. A pesquisa questionou a presença dos intelectuais nos programas que são caracterizados por emitir “enxurradas” de informações 24h, transmitidas aos telespectadores, e como os veículos adotaram a estratégia de explorar o universo acadêmico, por meio da participação de intelectuais nos programas, de modo a atribuir-lhes o papel de mediador neste formato jornalístico (ESCOBAR, 2010).

A pesquisa concluiu que, com a presença do intelectual, o jornal passa então a não só informar em tempo real, mas também a analisar os acontecimentos. O trabalho levou a reflexão do seguinte contraponto: a ideia que persiste no meio intelectual de ser este um universo que desenvolve um trabalho sério, qualificado, de pensar e formar conhecimento, na contramão de interesses comerciais e imediatistas de um veículo de comunicação.

O estudo viu com bons olhos a junção desses dois universos: considerando como campos distintos de intelectuais, um que atua dentro da academia e o outro que atua dentro do

campo jornalístico, e que se complementam na medida em que o saber acadêmico tem a possibilidade de sair de um campo restrito e ser disseminado através dos veículos de comunicação. “A função desse saber, então, seria fornecer ao telespectador mais informações qualificadas, a fim de que ele possa formar um conhecimento mais consistente e, por conseguinte, ter uma opinião” (ESCOBAR, 2010,p 137).

Nesta pesquisa, almeja-se avançar na reflexão sobre o comprometimento e o papel do intelectual imerso no campo jornalístico. Diferentemente do estudo citado acima, supõe-se que nesse processo de interação, e com base na literatura apresentada, há uma mudança de postura, de linguagem, de tempo de reflexão e objetivos desses sujeitos que ingressam ao campo jornalístico. E isso, leva ao não aprofundamento da notícia, mas, ao contrário, a uma homogeneidade dos discursos.

Analisar a postura ideológica dos editoriais de veículos impressos e verificar que as mesmas se enquadram na história dos intelectuais e da política também já foi propósito de pesquisa realizada (OGASSAWARA, 2015). A análise se deu sob as edições argentina e francesa do periódico *Le Monde Diplomatique*. A revista teve como diretores não apenas jornalista, mas também intelectuais sociólogos, diplomatas e escritores. Por ter uma linha editorial politizada, a revista, segundo a pesquisa, instigou discursões sobre o papel dos intelectuais, visto que suas publicações oscilam entre atualidades, informações do cotidiano, como modelo de jornal alternativo, bem como publicações de artigos acadêmicos, referência bibliográficas, textos assinados por escritores, pesquisadores e editores especializados, considerados importantes na contemporaneidade (OGASSAWARA, 2015).

As edições possuem conteúdos tanto de jornalistas quanto de intelectuais. O estudo se propôs a discutir o papel dos intelectuais presentes nas edições do *Le Monde Diplomatique* nas relações editoriais entre a França e a Argentina, perante as contestações, análise e crítica ao contexto político vigente, à época, caracterizado por crises e derrubadas de governo nas diferentes regiões. Compreender como se deu o posicionamento dos intelectuais por meio da revista, seja na França ou na América Latina, frente às questões políticas, econômicas e sociais, neste caso, especialmente de movimentos de esquerda, foi objetivo da pesquisa. Indagou-se neste estudo se os intelectuais, ora visto como “vigilantes contra as razões do poder”, ora como “conselheiro do príncipe”, ainda mantém a indignação característica dos tempos de “*affaire Dreyfus*” ou se esta figura está em declínio. (OGASSAWARA, 2015, p. 21).

Entre outras conclusões da relação dos intelectuais e o poder, observada por meio da revista, a pesquisa revelou que o posicionamento dos intelectuais se polariza dentro do *Le*

Monde Diplomatique: “ou um certo distanciamento dos intelectuais, como observadores do presente; ou um certo compromisso mais forte, marcando posição de um lado da trincheira na batalha de ideias” (OGASSAWARA, 2015, p. 328).

Nesse sentido, nesta pesquisa objetiva-se analisar o posicionamento dos intelectuais nos jornais impressos diários de maior circulação no Brasil. Tal qual estudo citado, busca-se identificar quem são os intelectuais do país que ocupam espaços do campo jornalístico e como se manifestam a partir dessa relação para como o veículo, para com o poder e para com a sociedade.

O processo de construção identitária dos “jornalistas-intelectuais” que dividem suas atividades jornalísticas com práticas em outros espaços sociais atribuídos ao campo dos intelectuais como literatura, universidades, engajamentos políticos e outros, também já foi pesquisado com o intuito de observar como estes negociam suas atividades (PEREIRA, 2008). Neste caso, foram selecionadas e entrevistadas dez pessoas³ com convencional notoriedade de intelectual e que pertencem ao universo jornalístico. Por meio da análise de histórias de vida, o pesquisador buscou investigar as escolhas e a construção dos entrevistados em suas relações com os agentes do campo jornalístico e com as atividades de cunho intelectual.

Foram investigados os processos de transformação, segmentação e continuidade nesse modo interativo entre os espaços de representação social do intelectual e o universo jornalístico, com o intuito de entender o perfil desses sujeitos que passam a ser visto como “jornalistas-intelectuais”, profissionais que não se limitam apenas à consolidação de suas carreiras no campo jornalístico, mas que vão além, intervindo em meios literários, universidades ou movimentos políticos e sociais (PEREIRA, 2008a).

O estudo concluiu que o status dos jornalistas-intelectuais ressalta maneiras “subjetivas de interação no âmbito do mundo social que possibilitaram a construção de uma reputação, lhe permitindo atuar em outros domínios sem perderem a vinculação com o jornalismo” (PEREIRA, 2008a, p. 250). Dos entrevistados, a maioria alcançou essa posição sem ser preciso abandonar o título de jornalista ou incorporar novos estatutos. Outros, por sua vez, um grupo menor, para adquirirem a reputação de “jornalistas-intelectuais”, acumularam novos estatutos e sistemas ligados aos espaços de atuação intelectual (PEREIRA, 2008a).

O caminho a que se pretende trilhar nesta pesquisa também busca entender os processos interativos dos agentes desses dois universos, porém, com um ponto de partida

³ São eles: Adísia Sá, Alberto Dines, Antônio Hohfeldt, Carlos Chagas, Carlos Heitor Cony, Flávio Tavares, Juremir Machado da Silva, Mino Carta, Raimundo Pereira e Zuenir Ventura (PEREIRA, 2008a).

diferente do exposto no estudo acima. Diferentemente, num processo inverso de investigação, busca-se identificar e compreender quem são os sujeitos de representação intelectual que incorporam espaços ligados ao campo de atuação dos profissionais jornalistas e ganham o *status* de intelectuais midiáticos.

Nesse contexto, outros estudos se dedicaram a refletir sobre a denúncia de esgotamento da capacidade de atuação dos intelectuais e as alterações no campo da ciência para onde os intelectuais possam estar se deslocando (DEFFACI, 2012). A pesquisa aponta as transformações da carreira do intelectual para uma nova relação epistemológica, responsável por apresentar condicionantes externos à atividade científica. Somam-se a isso processos de institucionalização da ciência, espaços de profissionalização do intelectual e novas posturas no campo científico. O estudo sugere que a crise dos intelectuais apontada na contemporaneidade tem vínculo com questões epistemológicas (DEFFACI, 2012).

Assim, neste trabalho mencionado acima, Deffaci (2012) buscou avançar, diferentemente, nas reflexões desses processos de mudança para além do campo intelectual, de modo a compreender, entre outros propósitos, se há ou não o esgotamento da capacidade de atuação dos intelectuais a partir de uma observação da atuação dos mesmos fora dos limites do seu campo de origem. Essa crise de sentido de atuação pode advir não apenas de transformações que ocorrem no campo da ciência, conforme sugere o estudo acima, mas também podem se originar no deslocamento desses sujeitos para um campo externo, como por exemplo, o campo jornalístico, conforme busca-se apresentar nesta pesquisa.

Também com intuito de investigar a interação dos campos intelectual e midiático, pesquisadores se propuseram a refletir o posicionamento dos intelectuais a partir de suas produções nas mídias digitais, com o propósito de perceber as possibilidades abertas a esse segmento com o avanço da internet e das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a configuração de um novo espaço público de debates e construção de ideias criadas por estes sujeitos (MARIGLIANI, 2009). Objetivando desvendar aspectos desse formato de produção e expressão do pensamento intelectual, a pesquisa se restringiu a analisar a amostra de quatro produções de websites de filósofos, professores e pesquisadores ligados ao mundo acadêmico. A pesquisa chegou à conclusão de que estes intelectuais analisados modificam sua linguagem para um modo “mais fluida, ensaística, um formato mais subjetivo de produção, sem a rigidez das normas e regras características do meio acadêmico” (MARIGLIANI, 2009, p. 80).

O presente estudo proposto pode abrir caminhos para uma investigação desses sujeitos intelectuais também nos domínios da internet, visto que, além dos espaços ocupados nos

cadernos dos jornais impressos, alguns alimentam páginas eletrônicas dependentes (pertencentes ao próprio veículo)⁴ e independentes, como blogs, sites, hotsites, etc.

Também há pesquisas sobre relações de intelectuais latino-americanos com a mídia, como o caso do poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz, que teve relações próximas com a emissora de telecomunicações Televisa, no México. O poeta atuou como diplomata, diretor de revistas, apresentador de programas de televisão. A pesquisa propõe uma discussão sobre polêmicas, segundo a autora, geradas acerca da inserção de intelectuais latino-americanos nos meios de comunicação de massa (DORELLA, 2013).

Pesquisadores questionam em alguns trabalhos tipologias dos intelectuais e suas representatividades relacionadas à construção de identidade do jornalista no mundo moderno (LOPES, 2016). Outros ainda discutem uma inserção engajadora do intelectual para contribuir com um novo debate sobre o tratamento de crimes nos meios de comunicação (BUDÓ, 2012). A possibilidade de uma representação autônoma frente ao avanço da cultura de massa e da sociedade da informação também é debatida em estudos que discutem uma nova forma participação política dos intelectuais (CORREIA, 2013).

A partir de uma revisão sucinta da literatura foi possível observar que a relação entre esses dois universos vem avançando nas discussões e pesquisas científicas e chamando à atenção para uma necessidade de se aprofundar na compreensão dessa interação que reflete nos papéis dos agentes de ambos os campos, na dinâmica de funcionamento desses espaços (jornalístico e intelectual), nas influências que geram nas diversas camadas da sociedade e, por conseguinte, no modo de pensar e agir das pessoas.

4.1 Pressupostos teóricos para um conceito de intelectual midiático

Ao tratar dos pressupostos e crenças característicos do campo jornalístico, Bourdieu (1997) sustenta que os mesmos estão inseridos em categorias de pensamentos, em uma relação com a linguagem que em tudo influencia. Esse processo passa pelos princípios de seleção dos jornalistas para com a realidade social e o conjunto de produções simbólicas. “Não há discurso (análise científica, manifesto público etc) nem ação (manifestação, greve, etc) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística” (BOURDIEU, 1997, p. 67). Para o autor, os jornalistas retêm o que lhe é de

⁴ É possível visualizar, de uma maneira geral, essas páginas eletrônicas dispostas nas versões *online* dos jornais Folha de São Paulo, Estadão, O Globo e Valor Econômico.

interesse, adéqua às suas categorias de escolhas e deixam de fora expressões simbólicas que deveriam ser de interesse do coletivo, dos cidadãos.

No que diz respeito ao processo de interação entre os dois universos, intelectual e jornalístico, Pereira (2004) sugere refletir que é para esse cenário estrutural do campo jornalístico que intelectuais estão se movendo. Pesquisadores indicam que o conhecimento é visto como uma categoria que influencia diversas camadas sociais e que a difusão desse conhecimento produzido pelos agentes do campo científico ou acadêmico, no contexto capitalista atual, perpassa o cenário midiático:

Análise semelhante é feita por Sarro (1997) numa perspectiva ligada aos estudos culturais. Para ela, os intelectuais no sentido ‘clássico’, detentores de um monopólio discursivo, calcado na diferença de saberes, estariam, agora, imersos numa rede, onde se sobressairiam técnicos e intelectuais ligados à comunicação de massa. A autora cita dois fatores que levaram ao fim desse monopólio, que diluiria a produção intelectual num “pluralismo midiático”: 1º) A ascensão dos saberes técnicos em detrimento dos saberes filosóficos-morais; 2º) O fim das utopias políticas. Nesse sentido, a mídia ocuparia esse vácuo intelectual, estabelecendo uma relação comunitária de proximidade com o público (PEREIRA, 2004, p.12).

Nessa direção, Ribeiro (2006, p.141) enfatiza que o que caracteriza o intelectual “é o fazer público do conhecimento (...), ou seja, transferir para o grande público um conhecimento que antes era encerrado entre os que podiam saber”. Nessa perspectiva, o intelectual, por expor em praça pública a suas ideias, o torna próximo “com o publicista e boêmio”. O autor ressalta que esta aproximação não confere ao intelectual a difusão do conhecimento, mas “quem discute a apropriação, o uso do conhecimento, do que aquele que o difunde”.

Ribeiro (2006, p.147) apresenta o intelectual como aquele que media o pensamento em uma ação possível e, desse âmbito, explora algumas questões:

Primeira: o reino do intelectual é o das “mediações”. Ele é quem vincula o conhecimento ao seu valor, uma vez que, ao atribuir ou debater o valor das ideias, pensa sob forma da mediação. A mediação é condição para a ação. Ele não pode, portanto, agir – ou reagir – no imediato. Já a segunda questão é: se o intelectual efetua mediações, qual é a sua relação com a mídia? Ele, de alguma forma, se articula com ela.

Sobre essa relação com a mídia, o autor sugere que a diferença de um intelectual para um jornalista, ou ainda, do “verdadeiro intelectual” para o intelectual midiático, está ancorada no grau, não na natureza. O autor parte do questionamento de como seria o intelectual sem a

opinião pública, “sem a ideia de uma doxa ampliada, de um *sensus communis*” (RIBEIRO, 2006, p. 147).

Ribeiro (2006) então coloca a mídia como aquela que, na prática, reage no imediato, não faz mediações, dado ao seu caráter imediatista e que, segundo o autor, diversos intelectuais assim também o fazem. Deste modo, o intelectual midiático, na sua interação com o campo da difusão, “não peca pela vaidade, que talvez, aliás, seja um traço característico do intelectual propriamente dito, nisso nem melhor, nem pior que os outros humanos: peca pela presteza, pela rapidez, pelo imediatismo”. Ribeiro (2006) aponta que há o que se criticar da postura conservadora do intelectual frente às inovações científicas e tecnológicas, mas também há que reconhecer o seu feito na medida em que leva o conhecimento à praça pública, “para a casa comum da humanidade”.

Nesse sentido, Bourdieu (2004) aponta para o perfil desse sujeito intelectual como aquele que encontra espaço para se manifestar na mídia, considerada nesta, e em outras correntes de pensamento, como instância de grande consagração e legitimação. Bourdieu (2004, p. 173) chama a atenção para o cuidado com os limites do campo literário ou artístico, de modo a não se querer decidir arbitrariamente uma questão na ciência, que para ele, não está decidida na realidade: “saber quem é intelectual e quem não é, quem são os ‘verdadeiros’ intelectuais, aqueles que verdadeiramente realizam a essência do intelectual”. Para o autor, há de se ter um cuidado ao tratar da participação legítima dos agentes dentro do campo.

Deleuze e Parnet (1998) discorrem sobre a possibilidade de manter a legitimidade do trabalho dos intelectuais, de modo a separar quem realmente é intelectual, que não aceita subordinação ao jogo midiático, daqueles que se renderam às condições impostas pelo *marketing* e mídia, a fim de dar legitimidade às suas práticas:

Poderia haver, nesse caso, uma carta de intelectuais, de escritores e de artistas, onde eles mostrariam sua recusa a uma domesticação pelos jornais, rádios, televisões, mesmo que formassem grupos de produção e impusessem conexões entre as funções criadoras e as funções mudas daqueles que não têm meio nem direito de falar. Não se trata, de modo algum, de falar pelos infelizes, de falar em nome das vítimas, dos supliciados e oprimidos, e sim de criar uma linha viva, uma linha quebrada. A vantagem seria, ao menos no mundo intelectual, por menor que ele seja, separar aqueles que se dizem “autores”, escola ou *marketing*, situando seus filmes narcísicos, suas entrevistas, seus programas e seus estados de espírito, a vergonha atual, e aqueles que sonham com outra coisa – eles não sonham, isso acontece sozinho (DELUZE; PARNET, 1998, p. 38).

Essas implicações na vida social decorrentes da lógica de mercado são apontadas por Bourdieu (2007) quando destaca a relação entre o que é legítimo e ilegítimo no campo da produção cultural. O autor aborda sobre as relações entre o campo da produção erudita, suas instâncias de consagração e a circulação de seus bens simbólicos, com o campo da produção da indústria cultural, que obedece a ordem da lógica do mercado de consumo. A geração de bens simbólicos especificamente destinados ao mercado propiciaram, segundo o autor, condições para “uma dissociação entre arte como simples mercadoria e a arte como pura significação” (BOURDIEU, 2007, p. 103).

Nesse processo, para o autor, dizer daquilo que não é legítimo, tirar para fora do jogo o que não é puro, é também uma forma de afirmar o inverso, ou seja, de buscar definir uma prática que defende a legitimidade do bem simbólico que “corresponde aos interesses específicos dos detentores de um determinado capital específico” (BOURDIEU, 2004, p.173).

O campo da produção bens simbólicos, sejam eles culturais, econômicos, científico, educacional, jornalísticos, entre outros, é estruturado pelas relações objetivas ou de forças entre as posições ocupadas pelos agentes e instituições, que determinam a forma de suas interações. Segundo Bourdieu (2007) é no âmbito particular dessas relações de força específica e de lutas que tem por objetivo conservar ou transformar posições e interações. Também pela lógica de mercado, o autor argumenta sobre o deslocamento dessas relações entre os diversos campos de produção de bens simbólicos.

Estes campos, dotados de autonomia, são configurados como arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, protegidos de influências externas. No limiar dessas relações, quem se aventura de um campo para outro corre o risco de contaminar a qualidade de sua produção (BOURDIEU, 1974). É nessa “solidez” em conservar as características de cada campo, segundo o autor, que o conceito de cultura como puro e legítimo foi reforçado e sofreu nova configuração no âmbito cultural a partir das transformações provocadas pela lógica de mercado, provocando assim alterações no modo de interação social e estilos de vida.

Bourdieu (1974), em seus estudos sobre o mercado de bens simbólicos, também relata as mudanças nos diferentes campos de interações sociais quando, neste processo, se estabeleceu, conforme o autor, uma desintegração da arte enquanto pura e legítima, da arte tal como mercadoria. No campo da produção de bens culturais de pura significação, os criadores produzem suas normas e critérios de avaliação de seus produtos, bem como obedecem às suas próprias leis de legitimação e consagração, como argumenta o autor, de modo a se fecharem em uma arena de proteção frente às influências externas.

Nessa concepção de Bourdieu (1997), a influência do campo jornalístico ameaça a autonomia dos diversos campos de produção cultural, de modo a atrair os agentes mais propensos a atender as sedução da audiência, que levam à fama, ao sucesso, à notoriedade. Essa interação também se dá sob aqueles produtores culturais que ocupam lugares incertos dentro de seu campo específico. Nesse jogo de forças e lutas entre os campos intelectual e jornalístico, Bourdieu (1997) acredita que são sempre os mesmos sujeitos intelectuais a ocuparem espaços nos veículos de comunicação, o que poderia reforçar a uma homogeneização da informação nos meios.

Bourdieu (1997), neste caso, denomina de “intelectuais-jornalistas” (BOURDIEU, 1997, p. 11) aqueles que servem de duplo papel para fugir das restrições de cada campo e, ao mesmo tempo, buscam introduzir no seu campo poderes adquiridos no outro. Assim, conforme indica, podem exercer dois efeitos principais:

De um lado, fazer adotar formas novas de produção cultural, situadas em um meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico; de outro lado, impor, em especial através de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, conferindo a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado e reforçando a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores à “alodoxia”, tendem a reforçar o efeito de índice de audiência ou lista de best-seller sobre a recepção dos produtos culturais e também, indiretamente e a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas (as dos editores, por exemplo) para produtos menos requintados e mais vendáveis (BOURDIEU, 1997, p. 111).

A rendição do intelectual ao universo do jornalismo, nessa visão, se dá na medida em que precisa aceitar as condições adotadas nas práticas jornalísticas, normalmente caracterizadas pelo imediatismo, pela rápida produção textual, reflexões objetivas, acríticas, pela superficialidade. Isso se contrapõe ao perfil de atuação “legítimo” do intelectual, daquele sujeito mobilizado em causas sociais em favor de princípios universais, que se posiciona perante a ordem vigente das coisas, que propõe reflexões profundas e discursos heterogêneos (ESCOBAR, 2010; PEREIRA, 2004; BOURDIEU, 1997).

Nesse sentido, o perfil tradicional de intelectual engajado, ético, capaz de promover um processo socializador vai dando lugar a um sujeito provedor de discursos conformistas que atendem às imposições dos dirigentes dos tempos atuais (SEMERARO, 2006). Se propagam em espaços da mídia, da publicidade, do entretenimento, atraídos pela audiência do grande público. “Estariamos assistindo à decadência dos intelectuais políticos-pedagógicos

que, de militantes, críticos e pesquisadores, estariam passando a intérpretes, gerentes, divulgadores?” (SEMERARO, 2006, p.384).

Também nessa direção, entendendo que os meios de comunicação representam espaços estratégicos de difusão, visibilidade e propaganda aos discursos dos intelectuais, levando sua voz a um maior alcance e impacto, questiona-se “o que leva ou faz pensar a um indivíduo, na sua pretensão de ser ‘intelectual’ que, ao falar nas mídias, está se engajando a uma causa universal e seu engajamento levaria outros ao engajamento de outros?” (FABIEN, 2016, p.27). Os meios de comunicação podem representar um espaço eficaz ao intelectual e fomentar um tipo de intelectual diferente, de difícil definição, híbrido, com diferentes posturas e personalidades. Por outro lado, pode ainda representar um lugar preferencial para o desenvolvimento da intelectualidade atual (FABIEN, 2016).

Nesse processo de interação, Bourdieu (1997) argumenta que, para haver imposição do poder da mídia sobre o campo dos intelectuais, é preciso que haja cumplicidade entre os agentes desses campos. Assim também sustenta que, quanto mais as pessoas forem reconhecidas por seus pares no seu campo de atuação, mais resistentes serão às forças externas. Por outro lado, quanto mais tiveram suas práticas inclinadas para a lógica mercadológica, mais colaboradoras serão às forças impostas de outros universos. Para tanto, “é preciso constatar essa dependência e, sobretudo, tentar compreender lhes as razões ou as causas” (BOURDIEU, 1997, p.87).

Leclerc (2004, p. 70-71) tece argumentos para compreender como se dá o desejo de reconhecimento por parte dos intelectuais. Para o autor, essa busca como fenômeno individual “contribui para assegurar a mediação entre o individualismo (...) do intelectual e o caráter coletivo da ação e da visibilidade dos intelectuais enquanto grupo para sociedade global. A comunidade intelectual é feita assim de redes de interconhecimento e inter-reconhecimento”. O autor também busca os conceitos de Rieffel (1993) para esclarecer essa rede:

Os modos de filiação, que regem a entrada no grupo central; os modos de legitimação, que regem a construção do reconhecimento junto aos pares e no grupo da elite intelectual; e os modos de consagração, que contribuem para produzir o reconhecimento amplo, junto ao grande público, na mídia (LECLERC, 2004, p. 71).

Leclerc (2004, p.72-73) indica que é uma difícil tarefa “fazer o corte entre a função do lugar simbólico de produção das ideias e a de marcador simbólico de notoriedade e de espaço de visibilidade, desempenhado por certos lugares e certas instituições”. O autor cita exemplos desses lugares, como os domicílios privados (apartamento dos Montand/Signoret, o de Sartre,

Foucault); espaços públicos ocupados por intelectuais (Centro Beaubourg, FNAC, em Paris); editores e revistas (*Maspero, Le Seuil, Grasset, Les Temps Modernes, Le Débat*); espaços universitários estratégicos (*MSH, École des Hautes Études em Sciences Sociales, Vincennes*) e participação em programas televisivos (TV5, na France Culture), que “tornaram-se passagens obrigatórias, ritos de iniciação ou de confirmação para quem aspira na França ao estatuto de intelectual”.

De qualquer modo, na visão do autor, é dada a importância do reconhecimento de seus pares no campo de atuação intelectual. Este sujeito pertence “conscientemente e de alguma maneira à coletividade dos pares (...) cujo ponto de reunião mais denso, na França, é a *Rive Gauche*, com seu centro em *Saint-Germain-des-Prés*”. O autor esclarece que esse local cruza universos da edição, da arte e do mundo universitário, e que o intelectual, no sentido próprio do termo, ou mora nesse bairro ou frequenta-o profissionalmente. O autor utiliza-se desse argumento para enfatizar que o reconhecimento advém do pertencimento do intelectual ao grupo de seus pares.

Bourdieu (2004) destaca que essa autonomia gerada no interior do campo varia em diferentes épocas de uma mesma sociedade, bem como de acordo com os interesses dessa sociedade. Também variam os polos de dominação e os pesos atribuídos aos papéis dos intelectuais e artistas. Isso resulta nas seguintes caracterizações:

De um lado, num extremo, com a função de expert, ou de técnico, que oferece seus serviços simbólicos aos dominantes (a produção cultural também possui seus técnicos, como os operários do teatro burguês e os fazedores de literatura indústria), e de outro, no outro extremo, o papel, conquistado e definido contra os dominantes, de pensador livre e crítico, de intelectual que usa seu capital específico, conquistado por meio da autonomia e garantido pela própria autonomia do campo, para intervir no terreno da política, conforme o modelo de Zola e Sartre (BOURDIEU, 2004, p. 175).

O trabalho intelectual se desvencilha da “aura” que envolve o suas práticas tradicionais de produtores independentes, donos de seus próprios instrumentos, na medida em que realiza suas práticas em “unidades de produção diferenciadas e muitas vezes hierarquizadas técnica e socialmente” (BOURDIEU, 2007, p. 153). Bourdieu (2007) argumenta que nessa interação, procurados pelos jornalistas que ocupam posições dentro de uma estrutura que lhes asseguram o controle e o poder sobre os meios de difusão, os intelectuais acabam por conservar e reforçar essa estrutura hierárquica estabelecida no campo do qual passou a se envolver.

Esse processo de relação dos intelectuais dentro e fora do campo, o envolvimento das categorias de intelectuais e artistas em outras esferas externas, estão ligados à hierarquia que ocupam no campo das relações de produção de bens simbólicos. Nessa tomada de posição dos agentes do campo em outros externos, se justifica, na visão de Bourdieu (2007), em uma busca pelo sucesso em um campo que legitime seus produtos simbólicos. O autor explica como se dá a questão de posições e tomadas de posição nos campos:

A forma das relações que diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos dela derivados (BOURDIEU, 2007, p. 154).

A posição hierárquica que esses agentes ocupam em seus campos define a relação de interação no seu próprio campo e com outros campos externos. Quanto a essa movimentação, o autor chama a atenção para os riscos do agente se “aventurar” em outro campo que não segue as mesmas normas que o legitima. Um dos riscos é não ser reconhecidos por seus pares. Bourdieu (2007) expõe que, para que a produção não seja contaminada pelos mecanismos de um campo externo, é preciso que apenas os sujeitos produtores possuidores dos signos mais “indiscutíveis da consagração cultural, ou melhor, aqueles mais indicados como porta-vozes da palavra do grupo por serem os mais conformados às normas, podem aventurar-se fora dos limites do campo das práticas legítimas” (BOURDIEU, 2007, p.159).

Nessa direção, a partir do pensamento de Bourdieu (2007), supõe-se teoricamente que os intelectuais midiáticos representam sujeitos em posição hierárquica inferiores no seu campo de origem, aquele que desvincilhou da “aura” que legitima suas práticas tradicionais, que estão inconformados com as leis que regem o seu campo. Com isso, buscam a consagração e legitimação de seus trabalhos no campo externo, processo este que incorre ao risco de terem as suas produções contaminadas pelos mecanismos do campo que passou a pertencer, neste caso, do campo jornalístico.

Leclerc (2004, p. 86), por sua vez, argumenta que desde o Caso Dreyfus, a figura do intelectual precisou do trabalho dos jornalistas e dos veículos. “Zola (enquanto intelectual,

não enquanto romancista) é impensável sem Clemenceau⁵”. Porém, com o avanço dos meios de comunicação, a função do mediador passa a ser central. “A revista intelectual vê sua importância diminuir em proveitos do jornal e dos programas literários televisados”. Na relação dos intelectuais com a mídia, Leclerc (2004) questiona se para fazer chegar à opinião pública, o intelectual teria que recorrer aos meios oferecidos pelos profissionais da comunicação. Sob essa questão, de compreender a luta entre intelectual clássico e os meios de comunicação, o autor tece interrogações sobre quem seria o intelectual midiático:

É aquele que é célebre, visível, conhecido do público culto ou mesmo do grande público? Aquele que é “popular”, que é requisitado, celebrado pelos meios de comunicação? Não é antes, como afirmava Bourdieu, aquele que corteja a mídia, que se antecipa a duas demandas, aquele, em suma, que é dependente da mídia, de sua agenda, de suas exigências? Não é o intelectual subjugado à mídia? (LECLERC, 2004, p. 87)

O autor argumenta que o Caso Dreyfus pode ser considerado “um fenômeno midiático”, mas que por outro lado, isso não tira sua importância e significância sobre o que representou na modernidade. Leclerc (2004, p. 88) sustenta que, no mundo moderno, “assiste-se a uma fusão parcial da elite das estrelas das telas e da elite intelectual (...) Assim como as estrelas e os políticos, o intelectual existe na e pela mídia”.

Para o autor, o intelectual é fundamentalmente um profissional da criação, autor, artista e que tem suas obras divulgadas pelos mecanismos da mídia. Este intelectual lida com dois públicos diferentes. “O que chamam de sua notoriedade procede de dois domínios distintos: o do campo cultural (artístico e científico) e o da opinião pública; o da autoridade científica e cultural, de um lado, e o da visibilidade midiática, de outro” (LECLERC, 2004, p. 89).

Na visão do autor, tanto o reconhecimento dos pares quanto a popularidade entre o público, adquirida pela notoriedade, são distintas e não se sobrepõem. “O pesquisador reputado pode ser respeitado e admirado por seus pares; o mesmo não ocorre necessariamente com o intelectual ‘midiático’, cujos trabalhos podem ser criticados (avaliados negativamente pelos pares)” (LECLERC, 2004, p.90). Por outro lado, esta figura detém de popularidade pelo grande público. O autor acredita que esta situação marca dois tipos diferentes de produção intelectual, atendem a dois tipos de mercado: aos pares e à grande massa.

⁵ Georges Clemenceau, francês, foi estadista, jornalista e médico, fundador do jornal *La Justice*, o qual foi publicado o artigo de Zola, que marca o Caso Dreyfus. (In: Artigos de apoio Infopédia, 2003-2018).

Traquina (2005) também tece aspectos de como se dá o acesso ao campo jornalístico. Para tanto recorre aos conceitos de Molotch e Lester que indicam três tipos de acesso: o habitual, o disruptivo e o acesso direto. No primeiro, o agente está intrinsecamente ligado ao seu ambiente local, ocasião em que “suas necessidades de acontecimentos coincidem com as atividades de produção jornalística do pessoal dos meios de comunicação social” (TRAQUINA, 2005, p.187).

No que se refere ao acesso disruptivo, este se dá sob aqueles que “necessitam de acesso à produção de acontecimentos e que querem contribuir para a experiência pública” (TRAQUINA, 2005, p. 188) E no caso do acesso direto, este se sustenta nos próprios jornalistas “que exercem um poder na capacidade de determinar que reportagens ou trabalhos de investigação jornalística pretendem desenvolver” (TRAQUINA, 2005, 188).

Nesse jogo mútuo da interação, agentes buscam o acesso ao campo jornalístico como forma de atender os seus interesses comunicacionais, reconhecendo por sua vez, através do acesso direto, o poder do profissional jornalista na definição daquilo que será ou não noticiado. Isso pode indicar, na visão de Traquina (2005), que ao saber que o campo está inclinado aos privilegiados da classe dominante, torna crucial ter acesso ao campo jornalístico.

Deste modo, as proximidades de contato entre agentes do campo jornalístico e a intelectualidade provocam uma nova configuração do sujeito intelectual. Pereira (2004) recorre a Rieffel (1992;1993) para argumentar que a hierarquia sustentada sobre a reputação do sujeito intelectual frente aos seus pares fizeram surgir novos valores intrínsecos aos constrangimentos da mídia: “a capacidade de estar sempre presente nos media, de adaptar o discurso aos *news values* jornalístico, de interagir e se legitimar face aos profissionais do meio audiovisual, etc” (PEREIRA, 2004, p.137). Isso gerou uma contestação sobre a perda da autonomia, uma confusão entre as representações desses indivíduos e uma multiplicação de contatos entre os agentes de ambos os campos, cenário este que propiciou o surgimento dos intelectuais midiáticos, segundo o autor.

Diante do exposto, o presente estudo busca também contribuir para uma definição conceitual dessa categoria emergente, os intelectuais midiáticos, seja pelos caminhos que criticam as características dessas intervenções, seja pelas correntes que os defendem como um segmento, que se autolegitima, a partir de um novo modo de interação.

4.2 As Manifestações de Junho: protestos que marcaram o ano de 2013 no Brasil

Antes de descrever os procedimentos metodológicos desta pesquisa, considerou-se pertinente contextualizar sobre o que foram as manifestações de rua que ocorreram no Brasil em 2013, em razão deste acontecimento ser utilizado, nesta pesquisa, como recorte temático para os processos de análise, descritos mais adiante, bem como justificar a escolha do ano de 2013 no levantamento e tratamento dos dados.

As Manifestações de Junho de 2013 iniciaram quando o Movimento Passe Livre (MPL) convocou protestos contra o reajuste de vinte centavos na tarifa do transporte público da cidade de São Paulo. A partir daí, a população tomou às ruas e praças de diversas cidades do país. As manifestações de junho de 2013 ganharam as páginas da imprensa e o debate público por parte de diferentes pensadores. Considerado um fato histórico no país, a repercussão em diferentes plataformas motivou uma crescente participação de especialistas, cientistas, políticos, professores, pensadores de diversas áreas do conhecimento a ocuparem espaços na mídia para tratarem do assunto.

Deste modo, o ano de 2013 tornou-se relevante ao processo de investigação desta pesquisa, especialmente no que tange aos objetivos específicos. Após o anúncio do governo de São Paulo em aumentar a tarifa de transportes públicos em 20 centavos, passeatas lideradas pelo Movimento Passe Livre, contra os reajustes, tomaram as ruas da capital paulista, no início de junho de 2013. O momento foi marcado por três grandes atos de protestos, ocorridos em 6, 7 e 11 de junho, que reuniram milhares de pessoas em vias públicas de São Paulo. Antes desses atos paulistas, protestos contra o aumento da passagem do transporte coletivo já haviam acontecido, no início do ano, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e, em meados de maio, em Goiânia, Goiás e Natal, no Rio Grande do Norte.

Vale ressaltar, conforme mencionado anteriormente, que as Manifestações de Junho não são objeto de pesquisa deste trabalho. O contexto serviu como recorte temático para analisar o posicionamento dos intelectuais identificados na editoria de Opinião, no campo jornalístico, conforme objetivo específico proposto nesta pesquisa. No entanto, considerou-se necessário contextualizar essa temática que marcou o cenário político, social e econômico no Brasil, no ano de 2013, motivo pelo qual também foi escolhido como ano para o levantamento e análise dos dados.

As Manifestações de Junho, também conhecidas como Jornadas de Junho⁶, ganharam as manchetes dos jornais no Brasil e no mundo não apenas pela quantidade de pessoas envolvidas, mas também pelas cenas de confrontos entre policiais e participantes:

No dia 6 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) organizou o Primeiro Grande Ato contra os aumentos, que contou com cerca de dois mil manifestantes, segundo a Polícia Militar (PM), e cinco mil, segundo o MPL. Desde então, as ações já sofriam repressão da polícia e eram vistas como "vandalismo" pela maior parte da mídia brasileira. A Folha de S. Paulo, por exemplo, publicou no dia 7 de junho (sexta-feira) matéria com o título "Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP" e subtítulo "A PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter depredação". A ação policial era vista como uma medida de contenção das ações vândalas dos manifestantes (SILVA, 2015, 13).

As manifestações também foram marcadas pelo caráter inovador de mobilização, consideradas como um marco no Brasil no que se refere ao modo de convocar pessoas para atos públicos. “Os antigos panfletos de papel distribuídos de mão em mão foram substituídos definitivamente pela convocação de eventos em redes sociais” (ALFONSIN, et al., 2015, 73). Além da articulação em rede e dos confrontos que as caracterizaram, conforme opiniões e coberturas diversas, as manifestações também foram qualificadas pela:

Ausência de lideranças porta-vozes únicos do movimento; (iii) o dado de que a reivindicação “gatilho” das manifestações - o valor da tarifa de ônibus - está intrinsecamente vinculada ao direito à cidade; (iv) a progressiva diversificação de pautas; (v) a surpreendente adesão de diferentes setores sociais aos eventos convocados pelas redes sociais; (vi) o caráter nacional, considerando que manifestações foram observadas em mais de 200 cidades brasileiras; (vii) a força simbólica dos eventos de rua, capaz de arrancar respostas dos poderes públicos em diferentes esferas de governo (ALFONSIN, et al., 2015, 72-73).

Em 13 de junho de 2013 a Jornada registrou sua marca como grandioso ato público e ganhou a cobertura dos grandes veículos de comunicação no país em razão de acontecer, simultaneamente, em dezenas de capitais brasileiras. No primeiro momento, é caracterizado pela grande participação de cidadãos, jovens universitários e secundaristas, aparentemente não inseridos em tradicionais movimentos sociais. Surpreendeu, conforme apontam pesquisadores, por diferenciar de protestos anteriormente organizados por lideranças político-partidárias, a exemplo da presença de cartazes com escritas feitas à mão, considerados como

⁶ Além de Jornadas, pesquisadores também denominaram como ondas, ou ainda, atos, protesto de massa, mobilizações, revoltas etc. Essas denominações são encontradas em diversas publicações, a partir de diferentes pontos de vistas (GOHN, 2016)

registro importante dos atos de protestos “demonstrando a diversidade de posições e pensamento sobre a realidade brasileira, assim como a ausência de uma direção única e de lideranças de movimentos sociais já conhecidos no cenário político” (MOREIRA; SANTIAGO, 2013, p. 14).

Esses aspectos diferentes, considerados inovadores nas Manifestações de Junho, foram em determinados momentos incompreendidos aos olhos da classe política e da grande mídia, conforme sugerem alguns pesquisadores:

A primeira manifestação realizada por este movimento foi recebida pelos governantes e imprensa de forma bastante negativa, tendo como principal forma de enfrentamento uma feroz repressão policial. A mídia, após, inicialmente, chamar os manifestantes de vândalos e baderneiros, resolveu fazer uma virada espetacular de opinião e passou a apoiá-los. No caso dos governos, procuraram desqualificar o movimento de protesto, além de revelar a incapacidade de dialogar com a sociedade de forma direta, revelando, de fato, a fragilidade da democracia brasileira, que ainda precisa ganhar um maior aprofundamento, principalmente, porque em nossa Constituição de 1988 está assegurada a prerrogativa da participação direta e semidireta, aspecto importante para ampliação da participação a qual precisa ser efetivada (MOREIRA; SANTIAGO, 2013, p. 17).

A pluralidade de sujeitos e reivindicações, assim como a ausência de liderança, chamou a atenção, segundo Moreira e Santiago (2013, p.18), dos analistas e lideranças políticas atreladas aos movimentos sociais tradicionais. “Aspecto que por muitos foi desqualificado, por buscarem nas manifestações de junho as mesmas formas e modelos produzidos anteriormente pelos movimentos sociais tradicionais e partidos políticos”.

As manifestações seguiram pelos dias 17 e 18 de junho, consideradas noites violentas com registros de depredação em prédios públicos, incêndio de uma unidade móvel da TV Record, confrontos policiais, manifestantes e profissionais feridos. O cenário aumentou a insatisfação dos manifestantes com as reações policiais, com a cobertura jornalística e com a irredutibilidade da redução das tarifas, e o movimento ganhou mais adesão popular Brasil afora, “atingindo cerca de 400 cidades (Bava, 2013: 5) e 12 capitais (Atos..., 2013: C1), muito representativos em algumas delas, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília (DF)” (VIANNA, 2013, p. 74).

As manifestações continuaram durante os meses de junho e julho mesmo após o anúncio de medidas dos governos, que revogaram os aumentos das tarifas. Os prefeitos começaram a anunciar a diminuição das tarifas e, nos protestos seguintes os manifestantes passaram a reivindicar outras inúmeras pautas. Antes, “tinha um foco inicial contra o aumento

das tarifas dos transportes coletivos e depois ampliou o repertório de demandas para outras áreas do serviço público” (GOHN, 2016, p. 135), como Educação, Saúde, Segurança, questionamentos sobre representatividade política e uso do dinheiro público.

Nos atos, críticas foram expostas ao uso de recursos em investimentos da Copa Mundo de 2014. “Uma das grandes recusas apresentadas nas manifestações foi, sem dúvida, a crítica à copa do mundo tendo como bandeira o descaso com a saúde e a educação do país: ‘Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA’” (SILVA NETO, 2013, p. 26).

Com reações de desaprovações por parte de representantes políticos, veículos e governantes, “as manifestações se ampliaram e ganharam uma dimensão ainda maior, com forte repercussão na mídia, além do apoio e indignação de vários segmentos sociais, estendendo-se para outras cidades via as redes sociais” (MOREIRA; SANTIAGO, 2013, p. 17).

De acordo com Vianna (2013, p. 75), a cobertura midiática de grandes jornais noticiou que 1,2 milhão de pessoas participaram de manifestações pelo país em 21 de junho. Neste dia, foram registrados protestos no prédio do Itamaraty (Brasília, DF), local que também funciona o Ministério das Relações Exteriores, “houve interdição do tráfego de rodovias e grandes avenidas, depredações e saques a instalações de organizações símbolos do capitalismo”.

No mesmo dia, 21, o fim das convocações em São Paulo foi anunciado pelo Movimento Passe Livre. Com menor número de participantes, as manifestações seguiram nos meses seguintes envolvendo atos de violência, com a presença de Black Bloc, caminhando para atos isolados, com reivindicações específicas no Rio de Janeiro e outras cidades (VIANNA, 2013).

Logo após Junho de 2013, as manifestações não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa, os atos de protestos foram tópicos, com focos específicos tais como: Não vai ter Copa, Ocupações urbanas, greves de profissionais da educação pública etc. Cenas de violência protagonizadas pela polícia e pelos Black Blocs, levaram a criminalização de vários participantes dos protestos, e o refluxo das manifestações (GOHN, 2016, p. 136-137)

As Jornadas de Junho foram objeto de debates gerados por diversos intelectuais, pela academia, profissionais da imprensa, pelo campo político, econômico, religioso, alcançando repercussão em diferentes estratos sociais, em múltiplos espaços públicos. “A diversidade em termos de ideias e campos de estudos do conjunto dos autores proporcionou uma abordagem

global a partir de olhares também diversos, reforçando o caráter complexo dos movimentos sociais” (SANTANA, GOMES, 2013, p. 317).

O resultado das diferentes reflexões direcionou para abordagens das manifestações sob o aspecto de problemas urbanos, direito à cidade, cobertura de grandes veículos versus redes sociais, sobre os envolvidos e os propósitos das manifestações e a criminalização dos movimentos. Após a “onda” de protestos no mês de junho, os governos começaram a anunciar uma série de medidas na tentativa de oferecer resposta às reivindicações apresentadas nas ruas:

Entre elas: arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), que propunha a retirada de poderes de investigação do Ministério Público, registrando-as às polícias, pelo Congresso; a aprovação da destinação de royalties do petróleo explorado em território nacional para projetos na área de educação (75%) e saúde (25%), pela Câmara dos Deputados; a aprovação da qualificação de crime hediondo para delitos de corrupção, pelo Senado; e o anúncio de passe livre estadual para estudantes por parte do governo gaúcho, Tarso Genro, no dia 27 (BORGES, 2015, p.23)

Estudiosos apontam que as reivindicações, em partes, foram contempladas pelas medidas anunciadas: “o congelamento ou diminuição do preço dos transportes, o início de uma discussão sobre a gratuidade dos transportes públicos, a revogação de algumas medidas que eram impopulares, as famosas PEC” (ROUANET, 2014, 102). Por outro lado, dentre o pacote de medidas proposto pelo governo federal, a reforma política, à época, não havia avançado para se concretizar de fato.

De um modo geral, as Manifestações Junho representaram um fenômeno de massa que até hoje, dias atuais, é debatido e questionado por muitos estudiosos pelas características que a situaram. As Manifestações de Junho motivam posicionamentos diversos sobre o tema, seja pela ausência de lideranças nos atos pacíficos (vários atores e diversos segmentos participaram) e nos atos de vândalos e violência, responsabilizados também aos blackblocs, já que estes semelhantemente não possuem líderes, objetivos e locais definidos, seja ainda pelo caráter de mobilização inovador, através das redes sociais, seja pela postura incerta atribuídas à cobertura midiática, seja pelo caráter repressor das polícias, orientadas pelos governos ou, ainda, pelas respostas ou ausências delas dos poderes políticos no que diz respeito às solicitações apresentadas pelos manifestantes (ROUANET, 2014).

A complexidade do fenômeno: o que foi? Quem eram? O que queriam? Como começou? Como terminou? Os objetivos foram alcançados? A pluralidade do movimento instigou estes e muitos outros questionamentos que levaram à procura de muitas respostas em

diversos segmentos da sociedade, mas também, especialmente, por parte de intelectuais. Nesse sentido, tendo essa temática como recorte, almejando entender como estes sujeitos se posicionam no campo jornalístico, foram utilizadas, para tanto, técnicas da Análise de Enquadramento, descritas mais adiante, conforme exposto nas etapas a seguir.

5 METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO E ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO

Nesta pesquisa foram aplicados procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento. Obter a descrição objetiva, sistemática e quantitativa de conteúdos em estudos da comunicação é, entre outros, propósito da Análise de Conteúdo. Este recurso é considerado útil quando se busca compreender a comunicação para além de seus significados imediatos (BARDIN, 1977).

Foram utilizadas as seguintes etapas da Análise de Conteúdo, indicada por Bardin (1977): organização da análise, codificação, categorização, tratamento dos dados e inferências. As técnicas permitem a sistematização das etapas da pesquisa, que passam pela definição do *corpus*, a leitura flutuante, a codificação, a categorização, aplicação/análise e a inferência (BARDIN, 1977).

Essas técnicas foram aplicadas com o propósito de analisar os textos assinados por intelectuais identificados nos jornais impressos Folha de São Paulo, Estadão, O Globo e Valor Econômico, conforme as etapas descritas a seguir:

5.1 Exploração do material

Na etapa de definição do *corpus* da pesquisa, também considerado como processo de organização da análise, foram escolhidas, para exploração do material, todas as edições, do caderno de Opinião, veiculadas pelos quatro jornais impressos ao longo do ano de 2013. A escolha deste ano se deu em face às grandes manifestações de rua que ocorreram no Brasil, em junho de 2013, conforme descrito anteriormente na seção 4.2. A escolha do recorte temporal, ano 2013, se deu no intuito de seguir as regras descritas por Bardin (1977) sobre a exaustividade; representatividade; homogeneidade e pertinência na constituição de um *corpus*. “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, selecções e regras” (sic) (BARDIN, 1977, 96).

Deste modo, assim foram aplicadas as seguintes regras para a constituição do *corpus* da pesquisa:

- a) Exaustividade: Foram identificados todos os intelectuais que publicam na editoria de Opinião, de todas as edições, de janeiro a dezembro, do ano de 2013. A escolha

desta editoria foi resultado do trabalho-piloto⁷ realizado anteriormente nos jornais impressos Folha de São Paulo e O Globo.

- b) Representatividade: a representatividade se deu na medida em que foram observados todos os textos dos intelectuais das edições de maio a dezembro de 2013, que poderiam tratar das Manifestações de Junho.
- c) Homogeneidade: os documentos possuem a mesma natureza visto que todos os textos pertencem a jornais impressos.
- d) Pertinência: os documentos levantados e analisados vão ao encontro dos objetivos geral e específico deste estudo. A pertinência se dá, também, em razão de conteúdos impressos possibilitarem mais aprofundamento do assunto, comparados a outros formatos.

5.1.1 Sobre o trabalho-piloto

No caminho de constituição do *corpus*, realizou-se um trabalho-piloto com o intuito de identificar em quais espaços dos jornais encontravam-se os textos assinados pelos intelectuais, de modo a verificar, em quais editorias eles apareceriam em maior quantidade. Para tanto, foram observados todos os textos publicados nas edições diárias dos jornais impressos Folha de São Paulo e O Globo, ao longo de um mês. O mês escolhido foi o mês de junho de 2013, período este em que iniciou as Manifestações de Junho. Foram anotados os nomes de todos aqueles que assinam os textos que constam em todas as editorias daquele mês. Os dados dessa etapa foram organizados por nome do jornal, data, editoria, quem assina, se é ou não jornalista.

Posteriormente, foram confirmados quem era e quem não era jornalista. Essa confirmação se deu por meio de consultas dos nomes em sites de buscas como o Google, em portais específicos da área de jornalismo, em redes sociais como Twitter e LinkedIn, nos próprios portais virtuais dos jornais analisados, quando os próprios autores do texto se identificavam nas páginas dos jornais e, ainda, em consulta à Plataforma Lattes, na qual, a partir de seus currículos, foram verificados quais eram seus campos de atuação. Também foi possível confirmar se eram ou não jornalistas após consultas em portais de instituições públicas, privadas, páginas pessoais, de associações, partidos, ONGs e outros. Caminhos estes

⁷ O trabalho-piloto serviu para identificar qual ou quais editorias seriam analisadas na pesquisa. O resultado apontou que a maioria dos intelectuais escrevem na editoria de Opinião, conforme esclarecimentos que constam na seção 5.1.1

também apontados pelo conteúdo de seus currículos Lattes. Buscas nesse sentido também foram feitas em matérias jornalísticas de outros veículos na internet.

Foram verificados 23 cadernos na Folha de São Paulo e 10 cadernos no Jornal O Globo⁸. Para a pesquisa, foi considerado o quantitativo daqueles que não eram jornalistas, que assinam os textos, considerados neste trabalho como intelectuais oriundos de outros campos de atuação que não fosse o jornalístico. Os nomes de intelectuais que possivelmente aparecerem no meio de matérias jornalísticas não foram contabilizados, visto que o recorte dessa etapa se deu entre os que assinam e os que não assinam: jornalistas e não jornalistas. Nesta etapa do piloto não foram consideradas as páginas de propaganda e publicidade, as capas, os textos que não continham assinaturas, os espaços de notas de leitores, os textos de correspondências, os textos assinados como “Da redação”, os editoriais, cadernos específicos de textos assinados por profissionais estrangeiros. Estas exclusões foram em virtudes de tais editoriais não possuírem textos assinados, por apresentarem posicionamentos editoriais dos veículos ou pela dificuldade posterior de confirmação dos autores.

Deste modo, chegou-se aos seguintes quantitativos: foram levantados 2.257 textos em todo o jornal Folha de São Paulo durante o mês de junho de 2013. Destes, 384 foram assinados por intelectuais e 1.824 assinados por jornalistas. Outros 56 textos não foi possível confirmar se eram assinados por jornalistas ou intelectuais, conforme exposto na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Jornalistas e Intelectuais na Folha de São Paulo em junho de 2013

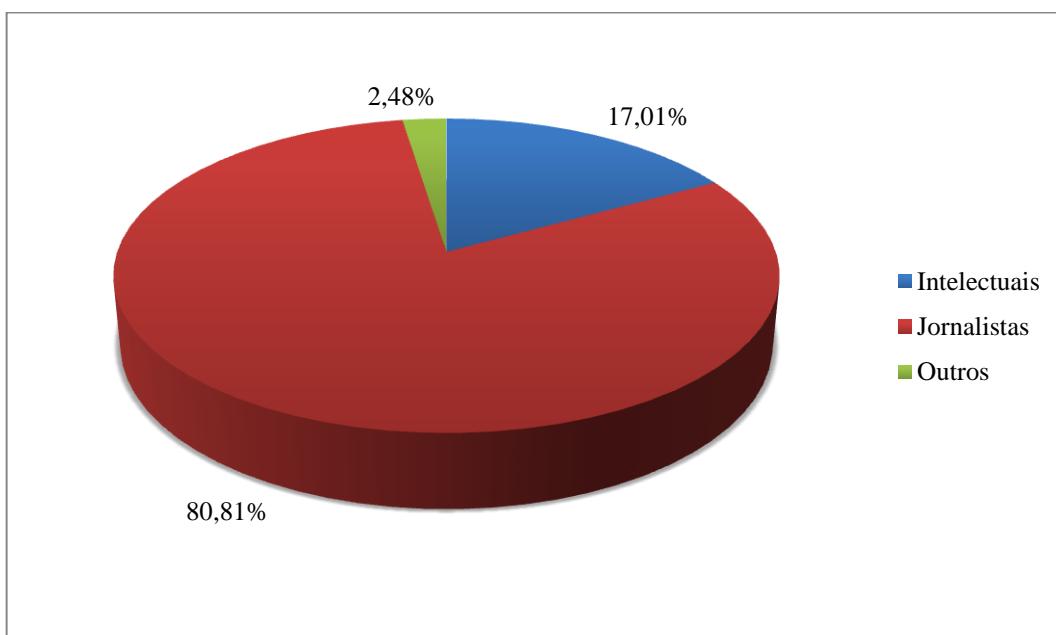
Total	Intelectuais	Jornalistas	Outros
2.257	384	1.824	56
100%	17,01%	80,81%	2,48%

Fonte: Elaborada pela autora.

Neste recorte verificou-se que os profissionais jornalistas ocupam em maior quantidade (80,81%) os espaços de publicações na Folha de São Paulo, conforme observados no Gráfico 1, a seguir:

⁸ O acesso ao material explorado foi feito via internet, ao acervo das edições dispostas pelos veículos em seus portais eletrônicos. As edições impressas dos jornais, veiculadas ao longo de décadas, estão digitalizadas e publicadas na íntegra na página *online* dos veículos. Foi necessário contratar assinatura paga mensal do jornal O Globo. A Folha de São Paulo, por sua vez, disponibiliza gratuitamente o seu acervo. Para além do trabalho piloto, também verificou-se, posteriormente, a necessidade de contratar assinatura dos demais veículos: Estadão e Valor Econômico.

Gráfico 1 - Jornalistas e Intelectuais na Folha de São Paulo em junho de 2013



Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se que os jornais possuem diferentes editorias fixas e outras que mudam semanalmente. No jornal Folha de São Paulo foram identificados, no mês de junho de 2013, as seguintes editorias: Opinião; Ilustrada / Ilustríssima; Mercado; Cotidiano; Mundo; Folha 10; Folha na Copa; Poder; Folhainvest; Ciência mais Saúde/Saúde mais Ciência; Comida; Negócios e Carreira; Veículos; Equilíbrio; Esporte; Tec; Especial Imóveis / Imóveis; Revista São Paulo; Folhinha; Guia da Folha; Revista Serafina; Especial Ambiente; Turismo. Alguns cadernos como Ilustrada e Ilustríssima destacam temas voltados à área da cultura e mudam de nome no decorrer da semana ou no caso de matérias especiais.

Na sequência, buscou-se levantar, a partir do total de textos de intelectuais identificados (384), o quantitativo de publicações dos mesmos, separados por editorias.

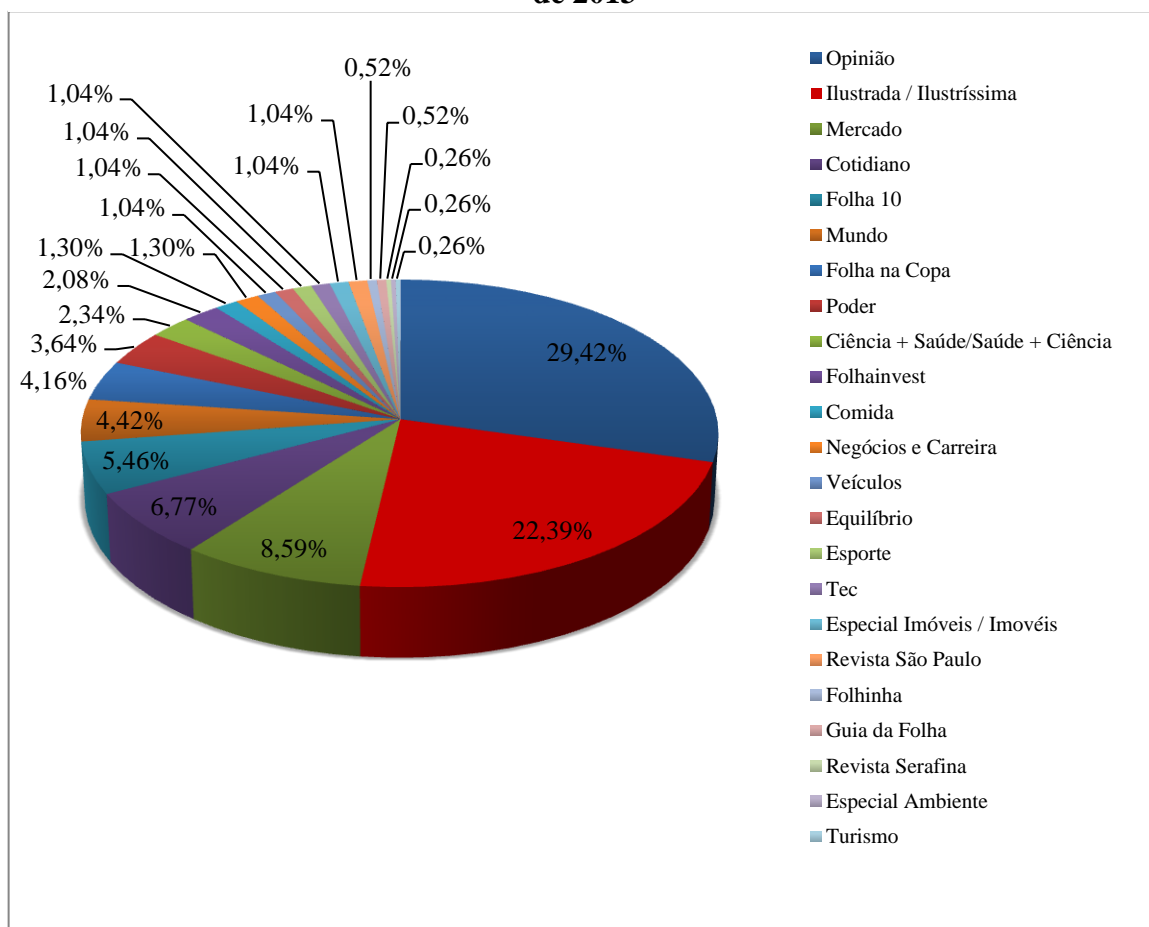
Tabela 2 - Publicações de intelectuais por editorias em junho na Folha de São Paulo

Total	Editoria	Textos	Percentual
384	Opinião	113	29,42%
	Ilustrada / Ilustríssima	86	22,39%
	Mercado	33	8,59%
	Cotidiano	26	6,77%
	Folha 10	21	5,46%
	Mundo	17	4,42%
	Folha na Copa	16	4,16%
	Poder	14	3,64%
	Ciência + Saúde/Saúde + Ciência	9	2,34%
	Folhainvest	8	2,08%
	Comida	5	1,30%
	Negócios e Carreira	5	1,30%
	Veículos	4	1,04%
	Equilíbrio	4	1,04%
	Esporte	4	1,04%
	Tec	4	1,04%
	Especial Imóveis / Imóveis	4	1,04%
	Revista São Paulo	4	1,04%
	Folhinha	2	0,52%
	Guia da Folha	2	0,52%
	Revista Serafina	1	0,26%
	Especial Ambiente	1	0,26%
	Turismo	1	0,26%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observou-se, então, que a editoria de Opinião é aquela em que mais aparecem textos publicados por intelectuais (113), seguida por Ilustrada / Ilustríssima (86) e Mercado (33).

Gráfico 2 - Publicações de intelectuais por editorias na Folha de São Paulo em junho de 2013



Fonte: Elaborado pela autora

No Gráfico 2, acima, é possível observar quais os percentuais de publicações dos intelectuais nos espaços de editorias do Jornal Folha de São Paulo durante o mês de junho de 2013, sendo a editoria de Opinião a que possui maior quantidade de textos publicados por estes sujeitos.

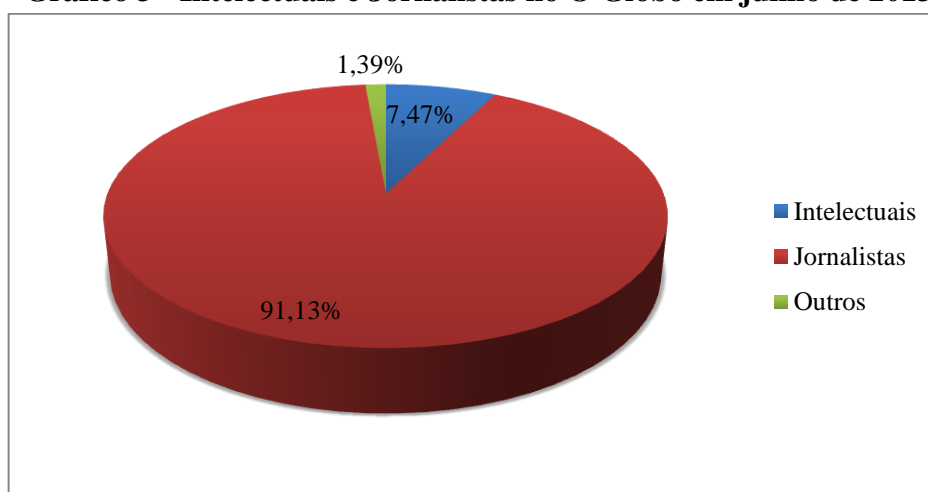
Tomando o mesmo procedimento, no jornal O Globo foi levantado o quantitativo de 2.876 textos publicados nas diversas editorias veiculadas no mês de junho de 2013. Destes, foram identificados 215 textos assinados por intelectuais e 2.621 textos assinados por jornalistas. Outras 40 publicações não foi possível confirmar se eram assinados por jornalistas ou intelectuais.

Tabela 3 - Intelectuais e Jornalistas no jornal O Globo em junho de 2013

Total	Intelectuais	Jornalistas	Outros
2.876	215	2.621	40
100%	7,47%	91,13%	1,39%

Fonte: elaborada pela autora

Neste recorte verificou-se também que os profissionais jornalistas ocupam em maior quantidade (91,13%) os espaços de publicações no jornal O Globo, conforme observados no Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Intelectuais e Jornalistas no O Globo em junho de 2013

Fonte: Elaborado pela autora.

O jornal O Globo, por sua vez, foram constatados, no piloto, as seguintes editorias: Opinião; Segundo Caderno; Revista O Globo; Prosa / Prosa e Verso; Tema em Discussão; País; Economia; Rio Show; Ela / Ela Gourmet; Rio.

Na sequência, buscou-se levantar, a partir do total de textos de intelectuais identificados (215), o quantitativo de publicações dos mesmos, separados por editorias.

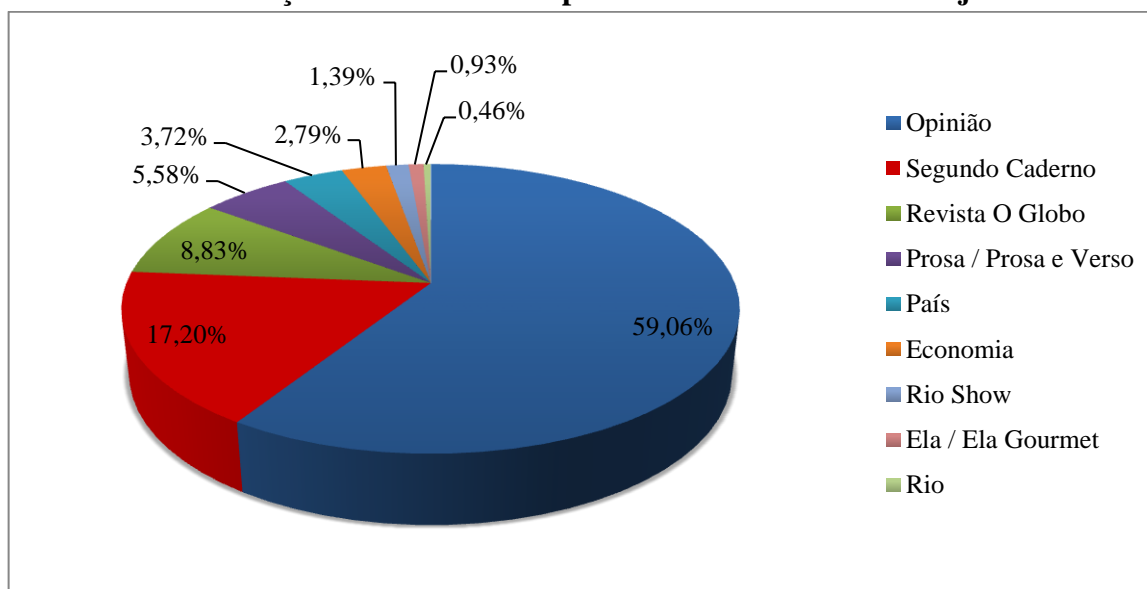
Tabela 4 - Publicações dos intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013

Total	Editoria	Textos	Percentual
215	Opinião	127	59,06%
	Segundo Caderno	37	17,20%
	Revista O Globo	19	8,83%
	Prosa / Prosa e Verso	12	5,58%
	País	8	3,72%
	Economia	6	2,79%
	Rio Show	3	1,39%
	Ela / Ela Gourmet	2	0,93%
	Rio	1	0,46%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observou-se, então, que a editoria de Opinião, no jornal O Globo, é aquela que apresenta maior quantidade de textos publicados por intelectuais (127), seguida pela editoria Segundo Caderno (37) e Revista O Globo (19).

No Gráfico 4, a seguir, é possível observar quais os percentuais de publicação dos intelectuais por editorias no jornal O Globo durante o mês de junho de 2013, sendo a editoria de Opinião a que possui maior quantidade de textos publicados por estes sujeitos.

Gráfico 4 - Publicações dos intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do trabalho-piloto também foi possível observar, no caminho de confirmação sobre qual editoria apresenta maior quantidade de intelectuais, o percentual de presença individual desses sujeitos por editorias. Observou-se que um mesmo intelectual escreve mais de uma vez na mesma editoria. Por esta razão, buscou-se a confirmação tanto pela quantidade

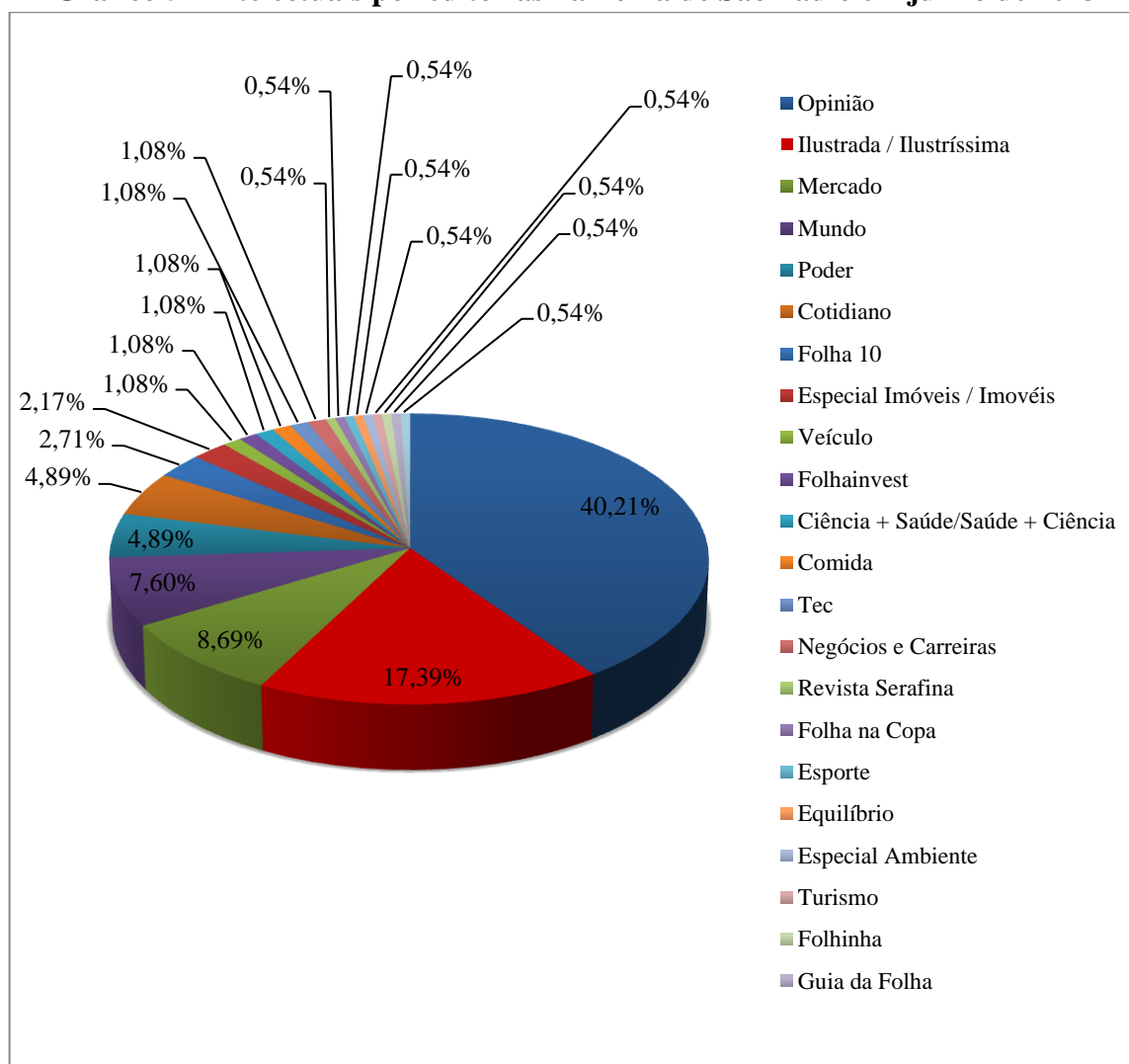
de textos, conforme já detalhado acima, quanto pela presença do nome visto individualmente. Deste modo, no jornal Folha de São Paulo constatou-se a presença de 184 intelectuais nas edições do mês de junho de 2013. Destes, 74 estão presentes na editoria de Opinião, seguida pela Ilustrada/Ilustríssima (32) e Mercado (16).

Tabela 5 - Intelectuais por editorias na Folha de São Paulo em junho de 2013

Total	Editoria	Intelectual	Percentual
184	Opinião	74	40,21%
	Ilustrada / Ilustríssima	32	17,39%
	Mercado	16	8,69%
	Mundo	14	7,60%
	Poder	9	4,89%
	Cotidiano	9	4,89%
	Folha 10	5	2,71%
	Especial Imóveis / Imóveis	4	2,17%
	Veículo	2	1,08%
	Folhainvest	2	1,08%
	Ciência + Saúde/Saúde + Ciência	2	1,08%
	Comida	2	1,08%
	Tec	2	1,08%
	Negócios e Carreiras	2	1,08%
	Revista Serafina	1	0,54%
	Folha na Copa	1	0,54%
	Esporte	1	0,54%
	Equilíbrio	1	0,54%
	Especial Ambiente	1	0,54%
	Turismo	1	0,54%
	Folhinha	1	0,54%
	Guia da Folha	1	0,54%
	Revista São Paulo	1	0,54%

Fonte: Elaborada pela autora.

No Gráfico 5, a seguir, é possível observar quais os percentuais de presenças de intelectuais por editorias no jornal Folha de São Paulo durante o mês de junho de 2013, sendo a editoria de Opinião a que possui maior quantidade presença individuais desses sujeitos.

Gráfico 5 - Intelectuais por editorias na Folha de São Paulo em junho de 2013

Fonte: Elaborado pela autora

De forma semelhante, também no jornal O Globo foi constatado o quantitativo de 148 intelectuais presentes nas edições do mês de junho. Destes, 100 aparecem na editoria de Opinião, seguida por Segundo Caderno (13) e Prosa/Prosa e Verso (11).

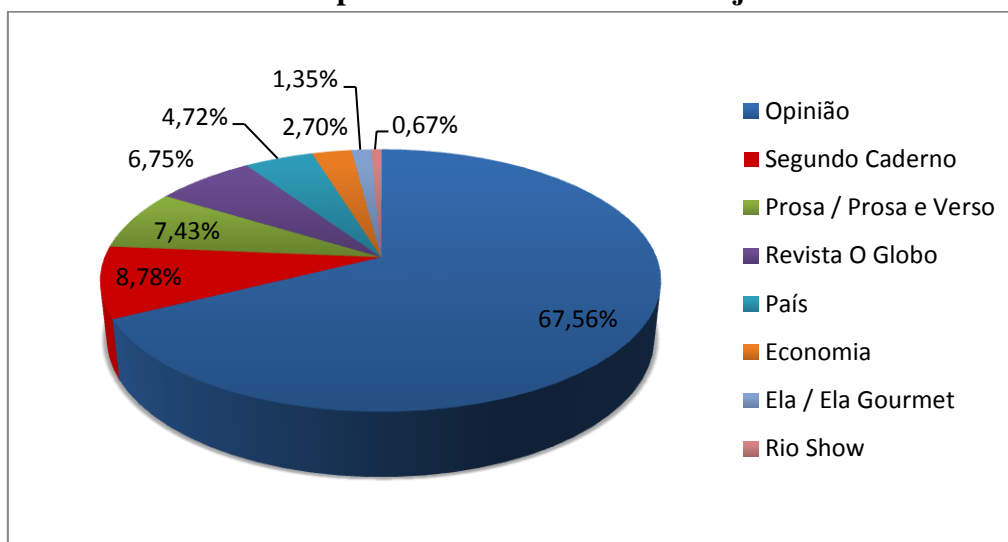
Tabela 6 - Intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013

Total	Editoria	Intelectual	Percentual
148	Opinião	100	67,56%
	Segundo Caderno	13	8,78%
	Prosa / Prosa e Verso	11	7,43%
	Revista O Globo	10	6,75%
	País	7	4,72%
	Economia	4	2,70%
	Ela / Ela Gourmet	2	1,35%
	Rio Show	1	0,67%

Fonte: Elaborada pela autora

No Gráfico 6, a seguir, é possível observar quais os percentuais de presenças de intelectuais por editorias no jornal O Globo, sendo a editoria de Opinião a que possui maior quantidade de presença individuais desses sujeitos.

Gráfico 6 - Intelectuais por editorias no O Globo em junho de 2013



Fonte: Elaborado pela autora

Seja pela frequência de textos publicados, seja pela quantidade de presenças individuais, o trabalho-piloto revelou que a editoria de Opinião é o espaço mais ocupado por intelectuais nos jornais Folha de São Paulo e O Globo. Tomando como base os percentuais apresentados, depreende-se que este também é o espaço com maior presença desses sujeitos nos jornais Estadão e Valor Econômico. A partir deste resultado, a etapa seguinte consistiu em identificar quais intelectuais aparecem nas editorias de Opinião dos quatro veículos ao longo de todo o ano de 2013.

5.1.2 Identificação dos intelectuais no caderno de Opinião em 2013

Após a conclusão do trabalho-piloto, foram observadas as editorias de Opinião dos quatro jornais impressos: Folha de São Paulo, O Globo, Estadão e Valor Econômico, com o objetivo de identificar quais intelectuais aparecem neste espaço ao longo de 2013. Novamente, foram verificados quem eram e quem não eram jornalistas, a partir dos mesmos

critérios adotados no trabalho-piloto. Foram descartadas as presenças e textos de jornalistas identificados, levando-se em consideração apenas os textos publicados por intelectuais⁹.

Nesta etapa foi possível verificar o quantitativo de publicações dos intelectuais e número de intelectuais que escrevem ao longo de 2013, no período de janeiro a dezembro daquele ano, nos quatro veículos, conforme a Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Total de publicações e de intelectuais no ano de 2013 por jornais

Jornal	Publicações	Intelectuais
Estadão	489	140
Folha de São Paulo	1.255	605
O Globo	1.560	730
Valor Econômico	539	302

Fonte: Elaborada pela autora.

Destes totais de intelectuais, foi possível identificar, verificando as repetições de seus nomes na editoria de Opinião, quais deles aparecerem com maior frequência ao longo do ano, em cada jornal observado, conforme exposto nas tabelas a seguir:

Tabela 8 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião no Estadão

Intelectual	Quantas vezes aparecem
Denis Lerrer Rosenfield	26
Carlos Alberto Di Franco*	25
Xico Graziano	25
Rubens Barbosa	24
Roberto Macedo	23
Demétrio Magnoli	21
José Serra	19

*Este nome foi excluído da análise visto que, posteriormente, constatou-se tratar de um profissional com formação na área de comunicação com publicações de livros sobre jornalismo.

Deste modo, no Estadão foi possível verificar quais os intelectuais com maior presença no ano. São eles: Denis Lerrer Rosenfield (26); Xico Graziano (25); Rubens Barbosa (24); Roberto Macedo (23); Demétrio Magnoli (21) e José Serra (19)¹⁰.

Em todos os jornais, o corte de frequência se deu no ponto em que os quantitativos de repetições decrescem significativamente e diminuem em níveis semelhantes. Muitos

⁹ O levantamento desta etapa foi disposto em tabelas do Excel: nome do jornal, data, identificação do caderno, nome do intelectual (quem assina), como ele se identifica, interna ou externamente ao jornal (o que é). Este passo foi repetido nos quatro veículos.

¹⁰ No Estadão, os números decrescem para 13, 12, 11, 10 e, assim por diante, vão diminuindo.

intelectuais apareceram apenas uma única vez ao longo de um ano. Este princípio foi adotado em todos os veículos. Deste modo, os seguintes intelectuais foram identificados no jornal Folha de São Paulo: Hélio Schwartsman (221); Henrique Meireles (54); Aécio Neves (53), Marina Silva (52) e Antônio Delfim Neto (47)¹¹ conforme Tabela 9, a seguir:

Tabela 9 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião na Folha de São Paulo

Intelectual	Quantas vezes aparecem
Hélio Schwartsman	221
Henrique Meireles	54
Aécio Neves	53
Marina Silva	52
Kenneth Maxwell*	51
Antônio Delfim Neto	47

*Este nome foi excluído da análise por se tratar de intelectual estrangeiro. Conforme esclarecido, optou-se por analisar textos de intelectuais brasileiros.

No jornal O Globo, os intelectuais que mais publicaram ao longo de um ano foram: Veríssimo (93); Paulo Guedes (49); Roberto Damatta (47); João Ubaldo Filho (46); Denis Lerrer Rosenfield (26); Cacá Diegues (25); Cristovam Buarque (25); Demétrio Magnoli (25); Rodrigo Constantivo (24); Paulo Nogueira Batista Jr. (23); Rogério Furquim Wernerck (23) e Rubens Barbosa (22)¹² conforme a Tabela 10, a seguir:

Tabela 10 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião no O Globo

Intelectual	Quantas vezes aparecem
Veríssimo	93
Paulo Guedes	49
Roberto Damatta	47
João Ubaldo Ribeiro	46
Denis Lerrer Rosenfield	26
Cacá Diegues	25
Cristovam Buarque	25
Demétrio Magnoli	25
Rodrigo Constantino	24
Paulo Nogueira Batista Jr.	23
Rogério Furquim Werneck	23
Rubens Barbosa	22

Fonte: Elaborada pela autora.

¹¹ Na Folha de São Paulo, os números decrescem para 8, 7, 6, 5 e, assim por diante, vão diminuindo.

¹² No O Globo, os números decrescem para 13, 12, 11, 10 e, assim por diante, vão diminuindo.

Por sua vez, o Valor Econômico apresenta os seguintes intelectuais que tiveram maior frequência de publicações: Armando Castelar Pineiro (12); Fabio Giambiagi (12); Jairo Sadi (12); José Luís Fiori (12); Mário Mesquita (12); David Kupfer (11); Luiz Carlos Mendonça de Barros (11); Naercio Menezes Filho (11); Gustavo Loyola (10) e Yoshiaki Nakano (10) conforme a Tabela 11, a seguir:

Tabela 11 - Frequência de intelectuais em 2013 na editoria de Opinião no Valor Econômico

Intelectual	Quantas vezes
Armando Castelar Pineiro	12
Fabio Giambiagi	12
Jairo Saddi	12
José Luís Fiori	12
Mário Mesquita	12
David Kupfer	11
Luiz Carlos Mendonça de Barros	11
Naercio Menezes Filho	11
Gustavo Loyola	10
Yoshiaki Nakano	10

Fonte: Elaborada pela autora

No caso do Valor Econômico, os números se mantiveram em uma frequência constante, com valores decrescentes muito próximos. Essa característica evidenciou a diversidade de intelectuais que publicaram no veículo ao longo do ano. Por um critério de recorte, optou-se por considerar os nomes que aparecem até a casa de número 10 na frequência de repetições.

Nesta etapa, foi possível verificar a qual campo estes intelectuais fazem parte, tanto pela forma como se identificam nas assinaturas de seus textos, como na busca pela confirmação em meios externos ao veículo, conforme exposto no trabalho-piloto. Foram identificados antropólogos, sociólogos, economistas, professores universitários, políticos, escritores, etc. Foi identificada uma amplitude de áreas de atuação destes sujeitos.

Os resultados dos cortes de frequência, ou seja, os nomes mais frequentes, alcançados nesta etapa, foram considerados como material para as fases de codificação, categorização, enquadramento e análise. Ressalta-se que, no processo de compreender a interação entre o campo intelectual e jornalístico, é objetivo deste trabalho analisar o posicionamento desses sujeitos no campo jornalístico. Para tanto, adotou-se como recorte temporal e temático as

Manifestações de Junho de 2013 com o propósito de analisar as publicações dos intelectuais acerca desse fato¹³.

5.2 Manifestações de Junho de 2013: recorte temporal e temático

Identificados os intelectuais no campo jornalístico, a etapa seguinte consistiu em verificar como estes sujeitos se posicionaram acerca das Manifestações de Junho. Enfatiza-se que as Manifestações de Junho não são objeto de pesquisa neste trabalho, mas o posicionamento de intelectuais acerca do tema. No entanto, considerou-se relevante contextualizar a temática, conforme descrito anteriormente na seção 4.2.

Seguindo o caminho metodológico deste trabalho, tendo como guia as datas de cada edição, com seus respectivos intelectuais, buscou-se localizar, na editoria de Opinião, quais destes intelectuais publicaram textos entre os meses de maio e dezembro de 2013. Como os principais atos de protestos ocorreram nos meses de junho e julho, considerou-se importante ampliar o período para antes e depois, incluindo assim maio e os demais meses. Desta forma, constatou-se que foram publicados, no período mencionado, 712 textos de intelectuais (do grupo mais frequente, conforme explicado anteriormente). Em seguida, deste total, foram verificados quais, dentre esses textos, tratavam da temática Manifestações de Junho. Essa identificação se deu por meio da técnica de codificação, detalhada a seguir.

5.2.1 Codificação

Esta técnica possibilita modificar sistematicamente os dados brutos levantados em dados de pesquisa. Na concepção de Bardin (1977), tratar o material é codificá-lo e essa organização da codificação, para o caso de uma análise quantitativa e categorial, compreende três escolhas: o recorte, que se refere à escolha das unidades; a enumeração que diz respeito à escolha das regras de contagem; e a classificação e a agregação que remetem a escolha das categorias:

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de

¹³ O propósito inicial era analisar todos os textos publicados pelos intelectuais, porém devido ao grande volume de publicações, optou-se por escolher um tema em comum, neste caso, as Manifestações de Junho de 2013.

esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (BARDIN, 1977, p.103).

Esta etapa levou ao processo de criação de categorias que deram suporte às discussões e inferências sobre o tema identificado nas publicações dos intelectuais. “Neste caso, é o como (a técnica), que poderá precisar o porquê (a teoria). Em ambos os casos, contudo, existe um elo entre os dados do ‘texto’ e a teoria do analista” (BARDIN, 1977, p.103). Neste processo, foi escolhida a unidade de contexto, que de acordo com Bardin (1977):

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo (BARDIN, 1977, p.107).

No presente estudo, a unidade de contexto é cada publicação identificada. É também na fase de codificação que são escolhidas as unidades de registos objetivando o recorte dos textos a serem analisados em categorias. Segundo Bardin (1977), procura-se nessa etapa escolher quais os elementos do texto serão levados em conta à luz da característica do material e aos objetivos da análise.

Bardin (1977) argumenta que a unidade de registo é a unidade “de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registo pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis” (BARDIN, 1977, p. 104). Segundo Bardin, as unidades extraídas após a leitura podem ser frases, palavras-chave, palavras-tema, enunciados, temas, personagens, fontes, vozes e outras.

No caso da unidade de registo assunto ou tema, Bardin (1977) assim ressalta: “O tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.” (BARDIN, 1977, p. 104) o que vai ao encontro dos objetivos desse trabalho que é, entre outros, analisar o posicionamento dos intelectuais.

Assim também, vale destacar a unidade de registo escolhida como fonte (ou vozes), que pode ser entendida, através do pensamento de Bardin (1977), como personagem, que pode servir para codificar os escritos a partir das características e atributos do indivíduo. “Quem e em que ocasião? Com que papel? Em que situação?, etc. A unidade ‘personagem’ pode ser combinada com outros tipos de unidade” (BARDIN, 1977, p. 106).

Nesta pesquisa, foram consideradas unidades de registros os seguintes elementos referentes ao tema: Cidades Rebeldes; Grandes Manifestações Cívicas Brasileiras; Jornada de Manifestações de Junho de 2013; Jornadas de Junho; Junho de 2013; Junho Político; Manifestações brasileiras de junho; Manifestações de 2013; Manifestações de Junho de 2013; Manifestações de Protesto; Manifestações de Rua no Brasil; Manifestações Populares; Manifestações reivindicatórias; Manifestações sociais de 2013; Manifestantes; Movimento Passe Livre; Movimentos de protestos; MPL; Multidões de Junho; Multidões na rua; 20 centavos; Black Blocs; O gigante acordou; Passe Livre; Primavera Brasileira; Protestos de Junho; Protestos de Junho de 2013; Protestos de Rua; Protestos Nacionais ocorridos em junho de 2013; Rebeliões de Junho de 2013; Vem pra rua; Milhares nas ruas; Povo nas ruas; Tomaram as ruas; Revolta do Busão; Fórum de Lutas; Baderneiros; Vândalos; Batalhas de rua; Voz das ruas; Passeatas; Clamor da multidão; tarifas de ônibus.

Essas unidades foram selecionadas a partir da leitura sobre as Manifestações de Junho de 2013 dispostas em artigos, dissertações e teses acerca do assunto, observando especialmente os títulos, resumos e palavras-chaves nesses trabalhos científicos. Foram selecionados e lidos 30 trabalhos científicos que tratam das Manifestações de Junho¹⁴.

Em seguida, na exploração do total das publicações desse grupo frequente de intelectuais, buscou-se verificar as presenças dessas unidades de registros nas 712 publicações levantadas. Como se tratam de textos de colunistas, que eventualmente podem ou não seguir as técnicas de produção jornalísticas, foram observadas as estruturas de composição do texto como um todo, fazendo a leitura total do material.

Ainda em conformidade com o pensamento de Bardin (1977), nesta fase de codificação são escolhidas as regras de enumeração dos textos (o modo de contagem) a partir das unidades de registros (o que se conta) objetivando levantar quantitativamente os textos a serem categorizados. Esta etapa foi executada a partir da observação de quem cita ou não cita as manifestações. Vale ressaltar que “a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição” (BARDIN, 1977, p. 106). Deste modo, dos 712 textos dos intelectuais, no período de maio a dezembro de 2013, constatou-se que 75 mencionam as Manifestações de Junho em suas publicações, distribuídos da seguinte forma: O Globo (35); Folha de São Paulo (20); Estadão (15) e Valor Econômico (5), conforme a Tabela 12, a seguir:

¹⁴ Esses trabalhos foram extraídos a partir de busca em periódicos, portais de publicações acadêmicas, Scielo, Google Acadêmico e outros portais na internet.

Tabela 12 - Total de textos de intelectuais que citam as Manifestações de Junho por jornais

Jornal	Quantidade
Estadão	15 publicações
Folha de São Paulo	20 publicações
O Globo	35 publicações
Valor Econômico	5 publicações

Fonte: Elaborada pela autora

Essa técnica de codificação, conforme citado anteriormente, leva à etapa de categorização descrita a seguir.

5.2.2 Categorização

A partir da codificação do material, a etapa seguinte consistiu em criar um sistema de categorias com o objetivo de fornecer uma representação dos dados a partir de características comuns. A autora argumenta que “classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 1977, p. 118).

A análise categorial é apontada por Bardin (1977) como aquela que “pretende tomar em consideração a totalidade de um ‘texto’, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, p. 37). A autora afirma que esse passo busca obedecer aos princípios da objetividade e racionalidade “através de números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval” (BARDIN, 1977, p. 37). O método das categorias é, segundo a autora, “espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 37).

Esta etapa de categorização também possui regras: a *exclusão mútua*, em que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; a *homogeneidade*, na qual as unidades de registro devem possuir a mesma natureza; a *pertinência*, quando a categoria está adaptada ao material de análise escolhido, em consonância com os objetivos e conceitos teóricos da pesquisa; a *objetividade e a fidelidade* onde deve-se ter a definição clara das variáveis e dos índices que determinam a entrada e a saída de um elemento na categoria; e *produtividade*, situação em que a categoria fornece resultados férteis em inferências e exatidão dos dados (BARDIN, 1977).

As categorias para análise desta proposta de estudo foram criadas e descritas a partir da conclusão das etapas de constituição do *corpus* e codificação do material coletado nos jornais impressos. Este passo está em conformidade com os processos de categorização indicados por Bardin, visto que, neste caso, o sistema de categorias “não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos. Este é o procedimento por ‘milha’”. O título conceptual de cada categoria, somente é definido no final da operação” (BARDIN, 1977, p. 119). Nesse sentido, foram criadas e descritas, a partir da leitura total dos 75 textos que tratam das Manifestações de Junho, as seguintes categorias:

Quadro 1 - Descrição das categorias para a Análise de Conteúdo Categórica

Categorias	Descrição
VIOÊNCIA	Tratam as manifestações em um contexto de violência: “caos”, “violência”, “depredação”, “truculências policiais”, “anarquistas”, “confrontos”, “guerra urbana”, “bandos”, “reacionária”, “grupos radicalizados”, “cordões de segurança”, “desordem”, “incendiários”, “cenas chocantes de violência”, “encapuzados”, “inimigo”, “coalizão”, “repressão”, “invasão”, “coagir”, “monopólio da violência”, “arma”, “ameaça física”, “criminosos”, “criminalização dos movimentos sociais”, “mascarados”, “conflito”, “Black Blocs”, “violência simbólica”, “grupo extremista”, “badernaço nacional”, “infiltrados em movimentos”, “destruição, medo e insegurança”.
MOVIMENTO DE ESQUERDA	Tratam as manifestações em um contexto que associa ao movimento de esquerda: “hegemonia ideológica socialista”, “esquerda hegemônica”, “obsoleta ideologia socialista”, “exploração socialista”, “líderes dos Sem Terra (MST)”, “do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)”, “movimentos controlados por facções dissidentes (PSOL, PSTU)”, “extrema esquerda”, “movimento social organizado”, “Via Campesina”, “Movimento dos Pequenos Agricultores”, “CUT”, “UNE”, “movimentos sociais aparelhados”.
CRÍTICA AOS GOVERNOS LULA, DILMA E PT	Tratam as manifestações, sobretudo em um contexto de críticas aos governos Dilma, Lula e PT: “lulopetismo” “a sombra onipresente de Lula no governo Dilma”, “ministro Gilberto Carvalho”, “Dirceu”, “vaia avassaladora contra Dilma Rousseff”, “Mais Médicos”, “presidente Dilma”, “no Brasil de Lula e Dilma”, “a presidente da República” “próprio governo petista que está”, “Bolsa Família”, “mensalão” “queda abrupta da popularidade da presidente Dilma Rousseff”, “concentração de recursos públicos no governo federal”, “ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, “governo federal”, “concentração de poder financeiro e político no governo federal”, “projeto petista”, “PT”, “governo Dilma”, “governo Lula”, “Palácio do Planalto”, “imagem de Lula, o regente da festa macabra”, “Copa mais cara da história”, “legado do presidente honorífico”, “dinheiro gasto para construir o Mané Garrincha”, “a mais cara de todos os tempos”, “contrapõem a Copa à saúde e educação”, “Fifa é o verdadeiro presidente do Brasil hoje”, “Dilma colhe os frutos da herança de Lula”, “herança maldita”, “governo Lula”, “Dilma meteu os pés pelas mãos”, “Foi detonada”, “constituente exclusiva”, “nível de confusão que impera no governo”, “Palácio pressionou”, “Planalto deve está amaldiçoando o momento”, “meu julgamento da era petista é o pior possível”, “Dilma não fez uma única reforma estrutural”, “contra a presidente e sua equipe”, “em suas fantásticas escolhas (Lula?)”, “No Brasil de Lula e Dilma”,

	<p>“promessas que feitas pelo próprio governo petista”, “muda a data do Bolsa Família”, “posições lulistas e messiânicas”, “Lula e Dilma são indissociáveis”, “a presidente ouve e não escuta”, “e quando o faz, cria outras passeatas e abre a coletividade para outros problemas”, “presidente desorientada”, “dinheiro público a fundo perdido na Copa”, “a presidente não conduz, mas é conduzida”, “líder insegura, incapaz de lidar com as expectativas das ruas”, “governo não governa”, “Assembleia Constituinte para a reforma política”, “mudanças na legislação eleitoral via plebiscito”, “o governo federal patrocina manobras que visam tirar o foco das legítimas manifestações”, “PT não gosta da classe média”, “entre os dirigentes nacionais não caiu a ficha”, “Copa não vai trazer benefícios na infraestrutura das cidades”, “10 anos de hegemonia do PT”, “Reunião do Diretório Nacional do PT”, “PT domina completamente o Executivo”, “relações entre o PT e a democracia são nebulosas”, “dificuldades da administração Dilma Rousseff, mais evidentes após as manifestações de junho”, “presidente Dilma Rousseff continua a insistir no tal plebiscito”.</p>
CRÍTICA AOS GOVERNOS	<p>Tratam as manifestações em um contexto de críticas aos governos em geral: “insensibilidade dos políticos”, “abuso da coisa pública”, “ocupação da máquina pública”, “crise de representatividade”, “decreto do governador Sérgio Cabral”, “incoerências”, “grupo restrito”, “despreparo”, “leviandade”, “degeneração das práticas políticas”, “pelas mãos do Estado”, “aparelhamento da máquina pública”, “desmoralização dos partidos”, “falta de responsabilidade à classe política”, “medidas provisórias”, “não sobrevivem incólumes”, “ausência de encontro com a sociedade com o governo”, “escândalos”, “obras superfaturadas”, “partidos no poder”, “insatisfação com a podridão do poder”, “política degradante”, “política velhaca instalada na República”, “governantes do Rio de Janeiro e de São Paulo”, “Cúpula do Congresso”, “Presidente da Câmara”, “políticos reagiram”, “ausência de representação”, “ausência de ação dos governantes”, “total inércia dos governantes”, “colapso da confiança na democracia”, “o cidadão comum sente-se menos representado pelos partidos e políticos”, “uma nação envergonhada dos seus políticos”, “qualquer figura, atual ou histórica, serve como símbolo da nossa desarrumação”, “políticos ficaram inseguros”, “crise da democracia representativa”, “corrupção endêmica”, “crônica deficiência dos serviços públicos”, “financiamentos de campanhas”, “O Estado não funciona”, “elite corrupta em busca de interesse próprio”, “rejeição total da classe política, dos partidos e do Estado”, “o povo será muito mais exigente com os políticos”, “sistema político com déficit de representação”, “tratamento indigno”, “representantes se apartaram dos representados?”, “o clamor constrange a todos”, “os gritos não foram ouvidos”.</p>
ECONOMIA	<p>Tratam as manifestações, mas principalmente aspectos da economia, em um contexto de críticas ao modelo econômico vigente no país: “política econômica”, “intervencionismo estatal”, “funcionamento de mercado”, “direito de propriedade”, “baixo crescimento econômico”, “meta”, “desaceleração”, “fracasso da nova matriz de política econômica”, “más notícias sobre o BNDES”, “investimento privado financiado com recurso do governo”, “decisões econômicas”, “crise cambial”, “inércia econômica”, “mecanismo de mercado”, “desregulamentação”, “inflação”, “desoneração tributária”, “consumo”, “PIB”, “livre-mercado”, “responsabilidade fiscal”, “gastos federais”, “consumo da classe média”, “Lei dos Portos”, “lucro”, “desenvolvimento econômico”, “teoria econômica”, “piora da economia”, “crise de produtividade”, “desemprego”, “mercado financeiro”, “números econômicos”, “empresários e trabalhadores”, “reações esquizofrênicas”, “aversão à economia de mercado”, “capitalismo sem lucro”, “fatores de produção”, “carência de recursos no governo”, “Petrobrás”, “gestão da política fiscal”, “carga tributária”, “modelo está esgotado”. “crescimento bem</p>

	fraco”, “alta de alimentos”, “ambiente econômico disfuncional”, “deterioração da gestão da política fiscal”, “sistema tributário com características marcadamente regressivas”, “modelo está esgotado”.
OPORTUNISMO	Tratam as manifestações, porém de forma desconexa aos temas abordados, em um contexto de oportunismo. Indicam tirar proveito da pauta “manifestações”, mencionando-as de forma sucinta, vaga, distante do assunto debatido: “criação do partido Rede”, “estatização dos partidos”, “Fundo Partidário”, “subordinação dos partidos ao Estado”, “Justiça Eleitoral é, ao lado da Justiça do Trabalho, uma das desastrosas invenções do varguismo”, “partidos estatais”, “sopa de legendas partidárias”, “regras do jogo”, “Estado hostil”, “estatização dos partidos”, “capital fluminense ter derrotado a cidade ventosa na disputa pelos Jogos Olímpicos de 2016”, “entregue a Chicago o direito de sediar o evento”, “socialização dos prejuízos e da privatização dos lucros”, “suspeitas de favorecimentos”, “aumento do desemprego entre os jovens”, “guerra mundial por empregos”, “marginalizaram toda uma geração”, “futuro dos jovens ameaçados pelo legado institucional dos mais velhos”, “conflito entre as gerações”, “garantias trabalhistas e previdenciárias”, “formação de opiniões”, “filtros cognitivos”, “lentes distorcidas”, “mentes moldadas por grandes ideologias políticas”, “a formação de opiniões alimenta-se de uma obsoleta ideologia socialista”, “pessoalismo do herói a ser lido pelo lado do direito ou do avesso”, “ética da caridade”, “voz dos oprimidos”, “encruzilhada entre demandas legais e prestígios pessoais”, “um tanto perdido e um tanto achado”, “o leitor pode inferir, deferir ou embargar”, “sistema distrital”, “financiamento de campanhas”, “representação parlamentar”, “aproximação do eleitor”, “representantes dos povos indígenas”, “os índios não se deixaram enganar”, “novo personagem que tem forma de multidão”, “altivez indígena recusando a manipulação”, “governabilidade”, “horário político”, críticas gerais ao governo Dilma e PT em um contexto de pré-candidatura; visita do Papa Francisco ao Brasil; “juventude esteve no centro de suas mensagens”; “as palavras alentadoras de Francisco fizeram todo sentido”, críticas gerais ao governo Dilma e PT em um contexto de visita a vítimas de enchentes. “Sabedoria” e “loucura” das massas e multidões.
CARÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Tratam as manifestações em um contexto que associa à carência de serviços públicos: “deterioração dos serviços públicos”, “transporte urbano é prioridade”, “transporte eficiente”, “saúde e educação”, “serviços prestados pelo setor público é sofrível”, “gestão dos sistemas educacionais e hospitalares nos Estados e municípios continua péssima”, “transporte público caótico”.
MOVIMENTO AUTÔNOMO	Tratam as manifestações em um contexto de iniciativa independente: “novo sujeito político”, “novas formas de representação política”, “novo sujeito, coletivo e difuso”, “que não obedece a um comando único”, “age a partir de vários centros”, “nova militância despreocupada em aparelhar”, “ativismo autoral”, “não se submete a direções partidárias ou sindicais, ONGs ou lideranças carismáticas”.
OUTROS	Não encaixou nas demais categorias ou se encaixaria em mais de uma categoria, visto não haver predominância.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa direção, de modo a alcançar objetivos específicos do presente trabalho, a próxima etapa consistiu na criação e descrição de categorias para a Análise de Enquadramento. Neste intuito, recorreu-se, como base teórica, as obras de autores que tratam do conceito e operacionalização de enquadramento, bem como indicam exemplos sobre a

aplicabilidade empírica do conceito em diferentes objetos de pesquisa, como os estudos de Mendonça e Simões (2012), Porto (2004), Motta (2010), autores estes que tratam da Análise de Enquadramento à luz dos estudos do sociólogo Erving Goffman, considerado ser o primeiro autor a iniciar pesquisas sobre Análise de *Framing* (enquadramento).

5.3 Caminhos para a Análise de Enquadramento

Atualmente, a noção de enquadramento vem sendo considerado um modelo alternativo para estudos no âmbito da comunicação, especialmente quando se busca compreender como as coberturas midiáticas influenciam no modo de pensar do público acerca dos acontecimentos do dia a dia. Com o propósito de buscar compreender a dimensão interpretativa e simbólica das relações sociais, foi possível aplicar esse tipo de análise em pesquisas sobre campanhas políticas, reality-shows, eventos, movimentos sociais e até mesmo em conversa informais, segundo apontam os autores Mendonça e Simões (2012). “Heuristicamente rica e bastante maleável, a noção parece se adaptar a diferentes problemas de pesquisa, embasando abordagens metodológicas distintas” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.188).

No que diz respeito à origem dos estudos sobre enquadramento, Mendonça e Simões (2012) recorrem às reflexões de Goffman sobre *Frame Analysis* para esclarecer um pouco mais o conceito de enquadramento nas interações sociais:

O objetivo de Goffman não é o de investigar grandes estruturas e sistemas sociais. Seu foco incide sobre as pequenas interações cotidianas que organizam a experiência dos sujeitos no mundo, os quais se deparam, em toda situação, com a questão: “O que está acontecendo aqui?”. Para o autor, o enquadramento é justamente o que permite responder a essa indagação (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.189).

Nessa concepção de Goffman, mencionada por Mendonça e Simões (2012), quando o sujeito se depara com uma determinada situação, é necessário entender qual o quadro que se estabelece e, na sequência, qual o posicionamento que deve adotar perante esse quadro. Nesse pensamento, entende-se que é possível “isolar alguns quadros básicos disponibilizados pela cultura, a fim de compreender a organização da experiência” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.190).

Nesse sentido, parte-se para a categorização dos quadros, a começar pelos primários, que se referem àqueles cuja aplicação é imediata e direta em uma cultura, segundo indicam os

autores. Foi nesse contexto que Goffman apontou os conceitos de chave: um conjunto de regras e convenções onde a ação é transformada a partir de um quadro primário e, na sequência, vai atualizando (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.190).

Estes autores exploram possibilidades de operacionalização do conceito de enquadramento em diferentes pesquisas empíricas. Citam autores como D'Angelo, que ressalta o conceito a partir de três paradigmas diferentes: cognitivo, construcionista e crítico; Mauro Porto, que adota conceitos de enquadramento noticioso e enquadramento interpretativos, e Chog e Druckman que distinguem *frames* em pensamentos de *frames* em comunicação (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Os autores analisam uma categorização baseada em três grandes modelos de apropriação do conceito:

O primeiro é composto por estudos que enfocam e analisam a situação comunicativa, buscando pensar a maneira como mensagens metacomunicativas participam de sua definição. Uma segunda vertente inclui pesquisas que adotam o enquadramento para realizar análises de conteúdo discursivo, explorando as molduras e as saliências produzidas por enunciados. Por fim, a terceira perspectiva dedica-se ao estudo de frame effects produzidos pela adoção estratégica de discursos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 191).

O presente estudo recorre ao modelo de apropriação em que a noção de enquadramento será utilizada para análise de conteúdos discursivos, dos textos produzidos pelos intelectuais nos jornais, de modo a saber qual a tomada de posição desses sujeitos, qual a ênfase, a seleção e exclusão de elementos ocorre em seus enunciados veiculados no espaço público.

Enquadramento é então entendido como um marco cognitivo que oferece compreensão sobre um fenômeno a partir da seleção, ênfase e/ou exclusão de determinados elementos da realidade. É entendido como um mecanismo destinado a enquadrar acontecimentos e, assim, gerar um recorte específico de interpretação e sentido aos mesmos (PORTO, 2004). Também Gaye Tuchman contribuiu para análises sobre os enquadramentos e os processos de produção de notícias. Porto (2004) recorre à Tuchman para destacar que “as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade” (PORTO, 2004, p.79). O autor também aponta que enquadramentos são mecanismos que ordenam o discurso por meio de “práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2004, p.80).

O conceito de enquadramento também é considerado por alguns autores um método complementar a teorias sobre agendamento da mídia (agenda *setting*). Esta junção de

perspectivas teóricas recebe o apoio e também críticas de pesquisadores. Por ser um conceito recente nos estudos da comunicação, o enquadramento é visto tanto como um novo mecanismo que possibilita novas perspectivas a teorias em desuso, bem como pode ser complementar a paradigmas já existentes, de modo a oferecer novos olhares sobre os efeitos dos meios de comunicação (PORTO, 2004).

Porto (2004) sustenta que, nos estudos sobre o papel dos meios de comunicação em processos políticos tem-se optado, cada vez mais, pelo uso do conceito de enquadramento para análise empírica de fenômenos sociais. “Enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais” (PORTO, 2004, p. 78). Vale ressaltar que os enquadramentos escolhidos pelos meios de comunicação são percebidos cognitivamente pela sociedade de modo a influenciar no entendimento sobre os acontecimentos, sejam eles de cunho político, social, cultural, religioso, etc (PORTO, 2004).

Conforme sugere Porto (2004, p.91-92), os enquadramentos podem ser noticiosos, que “seria o ‘ângulo da notícia’, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros” ou interpretativo, que “promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc.”. Neste caso, são interpretações promovidas por atores sociais diversos.

Nessa direção, Mendonça e Simões (2012) enfatizam que nas pesquisas com enquadramento tem-se buscado analisar cada vez mais discursos midiáticos. Os estudos de enquadramento que iniciaram nas observações das interações sociais, passam a ser dedicados a pesquisas ligadas aos meios de comunicação, a sociedade e a política. “Tal interesse se deve à percepção de que quadros específicos adquirem visibilidade nos media e atravessam outros processos sociais” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.191). Nesse caminho, esta pesquisa adota a Análise de Enquadramento almejando observar, entre outros aspectos, quais “quadros específicos” dos textos produzidos pelos intelectuais adquirirão visibilidade no jornalismo impresso e como os temas da realidade são enquadrados por eles em seus posicionamentos textuais.

Em estudos de enquadramento baseados na realização de análises de conteúdo, Mendonça e Simões (2012) apontam que o cerne da questão é analisar enunciados e discursos de natureza variada, identificando o modo como a realidade é enquadrada por eles.

Neste caso, se tratam de pesquisas que buscam compreender a “maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a

seguir certa trilha interpretativa. Tal abordagem tornou-se a mais empregada tanto em estudos de jornalismo como naqueles de comunicação e política” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.193).

Nesse horizonte de busca por novos olhares em análises de enquadramento utilizadas no âmbito da comunicação, Motta (2010) argumenta que, no jornalismo político, o enquadramento que predomina é o *framing* dramático. Para chegar a tal conclusão, o autor recorreu a importantes conceitos sobre *framing* jornalístico e também reforça os conceitos de correntes teóricas acerca do tema, levantados por Tchuman, Porto e Goffman.

Motta (2010) trata de *framing* jornalístico como sendo uma ferramenta utilizada para enquadrar acontecimentos. Este conceito, segundo o autor, ganhou força em pesquisas especializadas agregadas a recentes estudos teóricos sobre os efeitos políticos da mídia e agenda pública. “Essas teorias afirmam que a mídia não apenas agenda nossas preocupações, mas também influi sobre como pensamos acerca dos temas políticos” (MOTTA, 2010, p. 140).

Nessa direção, o autor sugere que, para além dos estudos de análise de enquadramento, comumente concentrados nas perspectivas jornalísticas, ou aos conteúdos, às produções das notícias, ou ainda, às operações semânticas utilizadas para enquadrar a realidade, é necessário analisar o caráter cultural dos *framing*. Conforme aponta o autor, o aspecto cultural está atrelado à origem das teorias do enquadramento e, por esse motivo, defende em seus estudos que, analisar o enquadramento de notícias vai além da “reflexão sobre a produção e recepção de conteúdos jornalísticos”. Estes processos, por sua vez, se dão no campo cultural, na medida em que a cultura perpassa tanto o universo dos leitores como dos jornalistas, bem como o processo de interação entre ambos (MOTTA, 2010, pp. 143-144).

Assim, o autor defende que há “reciprocidade de expectativas entre os interlocutores do ato de comunicação. (...) Frames, na origem da teoria, são princípios organizativos culturalmente compartilhados” (sic) (MOTTA, 2010, p.143). Deste modo, na visão de Motta (2010), o enquadramento no campo jornalístico se dá por meio de uma reciprocidade de expectativas geradas sob aspectos culturais:

Na comunicação jornalística a reciprocidade é débil e difusa. Mas essa comunicação ocorre nos microepisódios (encontros afetivos e efetivos) do cotidiano nos quais são estabelecidos consensos cooperativos ou acordos cognitivos entre os interlocutores que tornam a comunicação possível. Os interlocutores (“remotos” emissores e receptores) projetam expectativas de situação um em relação ao outro, ao contexto e aos fins a alcançar. Estabilizam a situação de comunicação e tornam possível a interação. Nesta

situação de interatividade ambos o interlocutores se valem de frames (enquadramento, marcos) para organizar o conhecimento da realidade. Esses marcos, como vou argumentar em seguida, são narrativos, pertencem à cultura (MOTTA, 2010, p. 144).

Nessa direção, ao refletirem sobre a comunicação política na América Latina, Cañizález e Ponce (2015) também chamam a atenção para a criação de significados entre os interlocutores nos processos de divulgação midiática. Os autores afirmam que o processo de ação dos meios de comunicação vai além das atitudes e opiniões individuais. Por sua vez, se estabelece nos efeitos simbólicos que produzem:

Se trata de un proceso en el cual es evidente la adaptación por parte de la sociedad al hecho de que los medios estén presentes en muchos ámbitos, entonces no resulta extraño que los mismos se vean como integrantes de la esencia social. El impacto de su acción ya no se ubica en la influencia directa sobre actitudes y conductas, sino que vas más allá, a la creación de significados que coadyuvan en la conformación de una realidad (CAÑIZÁLEZ; PONCE, 2015, p.345).

Cañizález e Ponce (2015) corroboram do pensamento de Motta (2010), na medida em que recorrem aos argumentos de Laraña (1999), para afirmar que “*la cobertura mediática, asimismo, permite una dramatización de los hechos, atribuye el liderazgo de las acciones sociales a ciertas personas e intensifica la imagen de conflicto con las instituciones* (CAÑIZÁLEZ; PONCE, 2015, p.347). Os autores ressaltam a preferência dos meios por aspectos de conflito e drama no noticiário.

Sobre identificar os níveis de incidências dos meios de comunicação em processos de criação de marcos cognitivos, Cañizález e Ponce (2015, p. 346) indicam que há uma diversidade de perspectivas teóricas relevantes, entre elas: a *agenda-setting*; *priming* e *framing*, “*que ratifican la importância de los medios em la percepción que las audiências construyen sobre su entorno*”.

Esse panorama teórico exposto acima reforça o uso recorrente desse mecanismo de análise em conteúdos do universo jornalístico. Teorias sobre Análise de Enquadramento que, conforme indicam os autores, apontam para observar a capacidade dos meios de influenciar sobre o que e como se deve pensar a realidade.

5.3.1 Aplicabilidade do conceito de Enquadramento

Segundo Mendonça e Simões (2012), as pesquisas realizadas que utilizam de análise de enquadramento almejam examinar especialmente os discursos midiáticos. Os estudos de enquadramento que iniciaram nas observações das interações sociais, passam a ser dedicados a pesquisas ligadas aos meios de comunicação, a sociedade e a política. “Tal interesse se deve à percepção de que quadros específicos adquirem visibilidade nos media e atravessam outros processos sociais” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.191).

Nesta direção, os autores citam exemplos de objetos de estudo envolvendo fenômenos midiáticos como o caso do sequestro da jovem Eloá pelo ex-namorado Lindenberg, de grande repercussão na mídia nacional. Neste caso, segundo os autores, a análise de enquadramento revelou que “o sequestro foi, a princípio, inscrito em um quadro mais amplo de violência urbana no Brasil, ao lado de outros casos que envolvem dramas individuais” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 192), deixando de fora, por exemplo, o crime a partir do quadro de violência de gênero. Este exemplo reforça o conceito de enquadramento aqui já exposto em que a mídia utiliza de inclusão, ênfase e exclusão de determinados aspectos no processo de noticiar. Neste exemplo, um enquadramento foi predominante ao outro: o fato não foi tratado no noticiário como violência de gênero.

Outro exemplo dessa abordagem focada na situação é a pesquisa sobre o programa Pânico na TV onde foi adotada a análise de enquadramento como procedimento de síntese para compreender a dinâmica de interação do programa televisivo (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.192). Os autores mencionam também outros estudos que envolvem a noção de enquadramento à de *performance* na análise de *reality shows* tendo como objetos de estudo os programas Big Brother Brasil e Ídolos. “Ao identificar os quadros que orientam distintas situações interativas, investigam-se as formas como os sujeitos definem situações e agem no interior delas, atualizando valores sociais” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.193).

A análise sobre a cobertura da eleição presidencial pelo Jornal Nacional, da Rede Globo em 1994, mostrou que foram utilizados vários enquadramentos pelo telejornal: Fernando Henrique com habilidades de unir forças políticas e Lula atrelado a conflitos sindicais e discórdias, segundo dados levantados por Mauro Porto (2004). Outro exemplo sobre o uso do conceito de enquadramento em pesquisas está ligado aos movimentos sociais em coberturas de telejornais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recebe enquadramento de violência, perigo e conflito (cunho dramático), e enquadramento de irracionalidade e irresponsabilidade (cunho moral). Também tem sido utilizado o conceito de

framing em estudos comparativos entre o jornalismo praticado no Brasil e no exterior (PORTO, 2004, p. 86-89).

Em alguns estudos, a noção de enquadramento é adotada junto às análises de conteúdo, como é o caso desta pesquisa. Nesse contexto, os autores Mendonça e Simões (2012) indicam que o cerne da questão é analisar enunciados e discursos de natureza variada, identificando o modo como a realidade é enquadrada. Neste caso, feito em conjunto, almeja-se compreender a forma como o “próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa. Tal abordagem tornou-se a mais empregada tanto em estudos de jornalismo como naqueles de comunicação e política” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.193). Neste aspecto, os autores enfatizam que:

Um importante marco dessa vertente é o texto de Robert Entman, em que o autor explica que “enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou um tratamento recomendado” (Entman, 1993, p. 52). Visto que os *frames* podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, fica evidente sua dimensão política. Importante destacar, ainda, que Entman defende que tais enquadramentos perpassam todo o processo comunicativo: eles se situam nos interlocutores, nos textos e na própria cultura. Assim, o poder de enquadrar algo não está em nenhuma dessas instâncias, mas na relação entre elas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.193).

Nessa direção, sob essa ótica, estudos foram feitos sobre a cobertura jornalística em torno de movimentos pacifistas na guerra do Vietnã, bem como na análise da abordagem midiática dada à guerra do Iraque e ainda em estudos sobre discursos acerca do tema aborto no Brasil e nos Estados Unidos. Também existem pesquisas realizadas sobre como a TV enquadra eleições presidenciais e seus candidatos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

De modo a buscar compreender a forma pela qual “proferimentos intercambiados em situações controversas expressam formas alternativas de interpretar uma dada situação” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p.194), também foram realizadas pesquisas sobre interpretações do Programa Bolsa Família nos meios de comunicação, debates públicos acerca do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e investigações sobre o tema deficiência nos media (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Portanto, é possível perceber o crescente uso das noções de enquadramento em diferentes processos de comunicação, bem como identificar, conforme apontam os autores mencionados, aspectos desse novo paradigma em pesquisas já realizadas. O conceito de

enquadramento aplicado às pesquisas em comunicação vem ganhando espaço como uma alternativa para entender o papel que a mídia exerce, especialmente em processos políticos. Seja para agregar a teorias consagradas, seja para questionar a fragilidade de outros padrões, é notório, conforme as visões teóricas aqui apresentadas, a aplicabilidade dessa ferramenta.

Nessa direção, no que se refere ao método Análise de Enquadramento proposto nesse estudo, após a leitura total dos textos que tratam das Manifestações de Junho, foram criadas e descritas as categorias de enquadramento conforme o Quadro 2, a seguir. Foram observados elementos recorrentes, enfoques específicos ou recortes da realidade mais enfatizados em detrimentos de outros, almejando, assim, indicar quais os posicionamentos dos intelectuais no campo jornalístico, quais os “marcos cognitivos” (PORTO, 2004) identificados em suas publicações, que possibilitaram identificar o sentido construído, “os pacotes interpretativos” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012) oferecidos pelos intelectuais para o tema Manifestações de Junho.

Quadro 2 - Descrição das categorias para a Análise de Enquadramento

Quadros de sentidos	Descrição
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA	Enquadramento que interpreta as manifestações como resultado e/ou sinal de crise de representatividade política. Os eixos são: distanciamento dos políticos e/ou ideologias partidárias em face aos cidadãos. Representados deslocados dos representantes. A classe política detém privilégios divergentes às reivindicações do povo. Ressalta a “ocupação da máquina pública” pela classe política. Jovens esquecidos pela política. Frustração da juventude com os destinos políticos no Brasil, manifestantes carregam forte negação do sistema político. Colapso da confiança na democracia. “Os cidadãos se sentem cada vez menos representados pelos partidos, pelos políticos e pelos governos”.
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE ECONÔMICA	Enquadramento que associa as manifestações a uma crise de representatividade econômica. Os eixos são: governos com alta arrecadação de impostos e pouco investimento em serviços públicos. “Muita tributação e muito gasto público para pouco resultado”. Financiamentos, via tesouro público, em projetos privados, em descompasso com a carência de investimentos em serviços públicos reivindicados pela população. “As elites econômicas não gostam de ver o povo, nem mesmo a classe média das ruas”. O mercado “domesticou” a urna e “colonizou” a política. “Inconsistência entre a carga tributária elevada e os serviços públicos de baixa qualidade”.
GOVERNOS SÃO OS CULPADOS	Enquadramento que atribui culpa aos governos pelas manifestações. Os eixos são: críticas aos gestores, seja de um modo geral ou a diferentes políticos, como sendo responsáveis pelo cenário de manifestações. Atribui “despreparo”, “leviandade” aos atos dos governantes. “Todos os políticos ficaram iguais no seu narcisismo e na sua surdez”. Manifestantes estão nas ruas envergonhados dos seus políticos. O Congresso Nacional não ouve as reivindicações. “Falta vontade política”. “Simboliza

	como imagem de toda a política”.
DILMA/LULA/PT SÃO OS CULPADOS	Enquadramento que atribui culpa aos governos Lula, Dilma e PT pelas manifestações. Os eixos são: críticas à presidente Dilma, ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores como sendo responsáveis pelo cenário político, econômico e social no país. O inimigo é a elite politizada na “década balofa do lulopetismo”. “A desmoralização da ágora – eis a pior herança do lulopetismo”. Opiniões contrárias às medidas e propostas realizadas e/ou anunciadas pelos governos Lula e Dilma. Responsabilidade dos governos pelos gastos com a “farra” da Copa do Mundo, a escolha do país como sede, investimentos em criação e segurança nos estádios. Investigações como o caso Pasadena. As manifestações são consequências da “herança maldita” do governo Lula, são greves do PT contra o PT. O governo Lula “cooptou os movimentos sociais”. Crítica à proposta de reforma política e aos pacotes de medidas apresentados após as manifestações; o Mais Médicos, pacto para Educação, Constituinte Exclusiva, Plebiscito, etc. Permanência da esquerda no poder associada a atos de corrupção. Resposta da presidente “criou outras passeatas e abre coletividade para novos problemas”.
DESQUALIFICAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES E DAS MANIFESTAÇÕES	Enquadramento que expõe as manifestações como movimento efêmero. Os eixos são: diminui o impacto das manifestações, como sendo algo passageiro, sem efeitos concretos; sugere olhar as manifestações como atos que geram efeitos superficiais não capazes de promover mudanças.
VIOLÊNCIA PROVOCADA E/OU CAPITANEADA PELA ESQUERDA	Enquadramento que atribui um sentido de violência às manifestações associada a atos promovidos e/ou capitaneados por grupos, partidos, políticos ou movimentos de esquerda. Os eixos são: confere a prática de violência à “extrema esquerda”, “partidos de esquerda”, “sindicatos”, “movimentos sociais organizados”, “sindicatos de professores”, “representantes de esquerda que usa irrestritamente a violência”, a responsabilidade por atos de violência, de vandalismo, black blocs, depredações às manifestações.
ATOS VIOLENTOS	Enquadramento que atribui sentido de violência às manifestações. Os eixos são: vandalismo, depredação e/ou invasões, agressões, confrontos, atitudes policiais, socos, pontapés, sem imputar os atos a partidos, políticos ou governos.
PRETEXTO	Enquadramento que não enfatiza as manifestações, mas se utiliza delas como subterfúgio na argumentação de outros temas. Os eixos são: opiniões evasivas sobre as manifestações em um contexto sobre a visita do Papa Francisco ao Brasil e seus depoimentos sobre participação dos jovens e cristãos na política. Cita as manifestações em um contexto sobre processos de criação de partidos no Brasil, criação do partido Rede, críticas aos órgãos da justiça eleitoral, fundos partidários. As manifestações aparecem vagamente em um contexto sobre conceitos de massas, multidões e seus efeitos positivos e negativos. Citadas em um contexto de disputa pela sede e realização dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro, bem como, em uma temática sobre índices de desempregos de jovens, acesso dos jovens ao mercado de trabalho, futuro da juventude versus geração mais velha. Expõe sucinta opinião sobre as manifestações em um contexto temático sobre

	<p>revoluções tecnológicas, formação de opinião oriunda de ideologia socialista, filtros cognitivos. Um breve trecho sobre manifestações é posto em temática que aborda quem são heróis, oprimidos, esquerda, direita no cenário político, movimentação de agentes, autocrítica. De forma sucinta as manifestações são mencionadas em uma argumentação acerca de sistema distrital, financiamento de campanhas, sistema de representação parlamentar. Aparecem em um contexto de representatividade dos povos indígenas. Mencionada brevemente em um contexto de reflexões sobre a relação do governo federal com o processo eleitoral de 2014. As manifestações são inseridas em um contexto de críticas ao governo federal por ocasião de visita de Dilma às vítimas de enchentes.</p>
OUTROS	Não se aplica aos enquadramentos descritos

Fonte: Elaborado pela autora.

Os procedimentos para a Análise de Conteúdo Categórica e Análise de Enquadramento vão ao encontro dos objetivos específicos deste trabalho que é categorizar temas que são abordados pelos intelectuais, bem como identificar quais enquadramentos são dados pelos mesmos em suas publicações. Passamos então a apresentação dos resultados. De acordo com Bardin (1977, p. 38), esta etapa tem como propósito a inferência “de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Segundo a autora, a inferência é entendida como uma interpretação final dos dados da pesquisa.

6 INTELLECTUAIS DOS NOVOS TEMPOS: DIVERSIDADE DE REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO MIDIÁTICO

A partir do procedimento metodológico, foi possível apontar quem são os intelectuais que aparecem nos jornais impressos Estadão, Folha de São Paulo, O Globo e Valor Econômico, bem como aqueles que aparecem com maior frequência de publicações nos veículos ao longo de um ano. Este resultado vai ao encontro do objetivo específico deste trabalho que se propõe a identificar quem são os intelectuais que ocupam espaços nos veículos impressos do Brasil, assim como indicar a frequência de interação dos intelectuais com o campo jornalístico.

No entanto, desta identificação, observou-se, no resultado, um grupo de sujeitos que pertence e atua como agentes do campo político. Essa observação se deu a partir da identificação desses sujeitos em suas publicações, bem como por meio de exploração em meios externos, no sentido de confirmar o campo de atuação dos mesmos quando não se identificavam, conforme já descrito nos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Optou-se, então, por dividir esses grupos no processo de análise dos resultados da pesquisa. A seguir, o grupo de sujeitos intelectuais que ocupam, com mais frequência, a editoria de Opinião, nos veículos impressos observados:

Quadro 3 - Identificação dos intelectuais mais frequentes em cada jornal ¹⁵

Jornal	Intelectuais	Como se definem no jornal	Campo de atuação
Estadão	Denis Lerrer Rosenfield	Professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Estadão	Xico Graziano	Agrônomo	Sócio-diretor da OIA/Certificação sócio ambiental. Diretor executivo do Observatório Político.
Estadão	Rubens Barbosa	Presidente do Conselho do Comércio Exterior da Fiesp	Docente no setor de Administração Escolar e Economia da Educação na USP.
Estadão	Roberto Macedo	Economista e professor da Faap	Docente aposentado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

¹⁵ As fontes para confirmação do campo de atuação desses sujeitos, quando não se identificam, são portais de universidades, como USP, FGV, UFRGS, UFRJ, entre outras. Páginas eletrônicas pessoais, portais de instituições públicas e privadas, organizações e currículos dispostos na Plataforma Lattes

Estadão	Demétrio Magnoli	Sociólogo e doutor em Geografia Humana pela USP	Sociólogo, doutor em Geografia Humana pela FFLCH – USP e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP.
Folha de SP	Hélio Schwartzman	Bacharel em Filosofia, autor de livros. (site do jornal)	Não localizado.
Folha de SP	Antônio Delfim Neto	Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal. Professor catedrático na USP. (site do jornal)	Professor aposentado da USP. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA.
O Globo	Veríssimo	Não se define	Escritor da literatura contemporânea brasileira. Conhecido pelas suas crônicas de humor, publicadas em jornais e reunidas em diversos livros.
O Globo	Paulo Guedes	Não se define	Um dos fundadores do Instituto Millenium. É economista com Ph.D. Foi professor de macroeconomia na PUC, FGV e no IMPA no Rio de Janeiro. Fundador e sócio do grupo financeiro BR Investimentos e um dos fundadores do Banco Pactual.
O Globo	Roberto Damatta	Antropólogo	Professor titular da PUC-RJ.
O Globo	João Ubaldo Ribeiro	Escritor	Romancista, cronista e tradutor. Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)
O Globo	Denis Lerrer Rosenfield	Professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
O Globo	Cacá Diegues	Cineasta	Cineasta, diretor, co-produtor, escritor e foi nomeado membro do Conselho Superior de Integração Social da Universidade Estácio de Sá.
O Globo	Demétrio Magnoli	Sociólogo e doutor em Geografia Humana pela USP	Sociólogo, doutor em Geografia Humana pela FFLCH – USP e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP.
O Globo	Rodrigo Constantino	Economista	Presidente do Instituto Liberal, que atua como instituição voltada para

			pesquisa, produção e divulgação de ideias. Autor de livros.
O Globo	Paulo Nogueira Batista Jr.	É economista e diretor executivo pelo Brasil e mais dez países no FMI	Economista. Foi vice-presidente do Banco Brics (ou NDB).
O Globo	Rogério Furquim Werneck	Economista e professor da PUC-RJ	Professor titular da PUC-RJ. Interesse de pesquisa concentrado na economia do setor público.
O Globo	Rubens Barbosa	Presidente do Conselho do Comércio Exterior da Fiesp	Docente no setor de Administração Escolar e Economia da Educação na USP.
Valor Econômico	Armando Castelar Pinheiro	Coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV e professor do IE/UFRJ	Professor na UFRJ, atuou como pesquisador do IPEA e chefe do Departamento Econômico do BNDES, professor na Escola Brasileira de Economia e Finanças FGV.
Valor Econômico	Mário Mesquita	Economista e sócio do banco Brasil Plural. Anteriormente foi diretor de Estudos Especiais e depois diretor de Políticas Econômicas do Banco Central, 2006 – 2010.	Economista-chefe do Itaú Unibanco.
Valor Econômico	Naercio Menezes Filho	Professor titular – Catédra IFB e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper. É professor associado da FEA-USP.	Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo Professor Titular (cátedra IFB) e Coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Professor Associado da Universidade de São Paulo e Consultor da Fundação Itaú Social.
Valor Econômico	Gustavo Loyola	Doutor em Economia pela EPGE/FGV. Foi presidente do Banco Central e é sócio diretor da Tendências Consultoria Integrada, em SP.	Sócio-diretor da empresa de consultoria Tendências Consultoria Integrada.
Valor Econômico	Yoshiaki Nakano	Mestre e Doutor em Economia pela Cornell University. Professor e diretor da EESP/FGV. Ex-secretário da Fazenda do governo Mário Covas (SP).	Diretor da Escola de Economia de São Paulo e Professor dos cursos de pós-graduação acadêmica e graduação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que dos 23 intelectuais identificados, três se repetem em dois jornais diferentes. São eles: Denis Lerrer Rosenfield (Estadão e O Globo), Demétrio Magnoli

(Estadão e O Globo) e Rubens Barbosa (Estadão e O Globo). Ressalta-se ainda que, deste total de intelectuais, dois não publicaram textos acerca das Manifestações de Junho, conforme constata-se na etapa de codificação do material e, por este motivo, não aparecem no processo de análise de seus posicionamentos. São eles: Rubens Barbosa e João Ubaldo Ribeiro.

Junto aos intelectuais, aparecem agentes do campo político com maior frequência de publicações na editoria de Opinião dos veículos impressos observados. A saber, conforme o Quadro 4 seguinte:

Quadro 4 - Identificação de agentes do campo político¹⁶

Jornal	Campo político	Como se definem	Campo de atuação
Folha de SP	Aécio Neves	É senador pelo PSDB-MG. Foi candidato à Presidência em 2014 e governador de Minas entre 2003 e 2010. É formado em economia pela PUC-MG. (site)	Economista, foi deputado, governador e é senador pelo PSDB.
Folha de SP	Marina Silva	Ex-senadora, foi ministra do Meio Ambiente no governo Lula e candidata ao Planalto em 2010. Foi candidata a vice-presidente na chapa de Eduardo Campos, do PSB, em 2014.	Professora Associada e Palestrante da Fundação Dom Cabral. Foi deputada, senadora, ministra e candidata à presidência.. Pré-candidata à presidência em 2018 pela Rede Sustentabilidade.
Folha de SP	Henrique Meirelles	Presidente do Conselho da J&F. Foi presidente do Banco Central de 2003 a 2010.	Ex-Ministro da Fazenda, ex-presidente do Banco Central (entre 2003 e 2010), ex-presidente do banco mundial BankBoston e pré-candidato do MDB à presidência da República em 2018.
Estadão	José Serra	Ex-governador e ex-prefeito de São Paulo	Foi professor da Unicamp, foi deputado, prefeito, governador, ocupou secretarias, ministérios, foi candidato à presidência da República. É Senador pelo PSDB
O Globo	Cristovam Buarque	Senador (PDT-DF)	Ex-governador. Ex-ministro. É Professor Emérito da UnB, professor colaborador de diversas universidades estrangeiras. Escritor e Senador.

Fonte: Elaborado pela autora

¹⁶ As fontes para confirmação do campo de atuação dos agentes políticos são: site do Senado, páginas eletrônicas pessoais, de partidos políticos, fundações, currículo Lattes e notícias em portais web.

Considerou-se importante mantê-los no processo de análise, para de forma comparativa, analisar o posicionamento tanto dos intelectuais, quanto dos agentes políticos, que dividem o mesmo espaço nos veículos impressos. Nota-se, a partir das discussões teóricas aqui expostas, que há uma dificuldade conceitual sobre o estatuto ligado à atividade intelectual.

Optou-se nesta pesquisa pela apropriação de conceitos que indicam o intelectual como aquele que atua de forma crítica no espaço público, que se apresenta como portador da razão, da verdade, liberdade, dos valores absolutos e universais, de uma prática autônoma. Porém, ressalta-se que, conforme debatido no capítulo teórico, em termos de particularidades que definem o intelectual, no Brasil, estudos mostram que este sempre teve uma relação ambígua com o Estado. Na visão sociológica de Miceli (2002) a relação de dependência entre o segmento e a classe dominante resulta em constrangimentos diversos no campo de atuação dos intelectuais visto que suas práticas são afetadas pelos interesses de núcleos dominantes, como o Estado, a Igreja, instâncias organizacionais, academia ou editoriais impressos (MICELI, 2002).

Observa-se nos resultados que, alguns nomes indicados como intelectuais, tiveram no seu histórico, atuações ligadas ao campo político, conforme descrito no Quadro 3, mas que, no recorte temporal, ao observar seus campos de atuação, nota-se que não estão com exercícios ligados diretamente à atividade política, aspecto pelo qual levou a esta divisão neste processo de análise: grupo de intelectuais, grupo de políticos.

Deste modo, a etapa seguinte consistiu então em verificar quais categorias e enquadramentos foram predominantes nas publicações desses sujeitos, tomando como ponto de partida a matriz de categorização (ACC e AE), conforme Apêndice A. Entende-se por ACC Análise de Conteúdo Categórica e AE Análise de Enquadramento. Inicia-se essa verificação pela Análise de Conteúdo Categórica (ACC), conforme seção a seguir.

6.1 Análise de Conteúdo Categórica: intelectuais e políticos se manifestam de forma semelhante no campo jornalístico

Do total de textos analisados, quantitativamente observou-se a predominância da categoria *Críticas aos governos Dilma/Lula/PT*. As categorias *Oportunismo* e *Críticas aos governos* dividem as segundas e terceiras colocações conforme exposto nas tabelas a seguir. Do total de textos é possível observar os seguintes quantitativos:

Tabela 13 - Predominância na Análise de Conteúdo Categórica no total das publicações

Categorias	Total Intelectual e Políticos	Percentual (75 textos)
Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	21	28%
Oportunismo	14	18.66%
Crítica aos governos	13	17.33%
Violência	8	10.66%
Economia	7	9.33%
Outros	5	6,6%
Movimento de Esquerda	3	4%
Carência de Serviços Públicos	2	2.66%
Movimento autônomo	2	2.66%

Fonte: Elaborada pela autora

Ao observar separadamente, os resultados apontam também para a predominância da categoria *Crítica aos governos Lula/Dilma/PT*. Na Tabela 14, a seguir, nota-se quais categorias foram mais predominantes no grupo de intelectuais:

Tabela 14 - Predominância na Análise de Conteúdo Categórica entre os intelectuais

Categorias	Intelectuais	Percentual (56 textos)
Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	14	25%
Crítica aos governos	10	17.85%
Oportunismo	9	16.07%
Violência	8	14.28%
Economia	6	10.71%
Outros	5	8.92%
Movimento de Esquerda	3	5.35%
Carência de Serviços Públicos	1	1.78%
Movimento autônomo	0	0.0%

Fonte: Elaborada pela autora.

Assim também no grupo de agentes do campo político foi identificada a categoria *Crítica aos governos Dilma/Lula/PT* como aquela que mais predominou entre as demais. A saber:

Tabela 15 - Predominância na Análise de Conteúdo Categórica entre os políticos

Categorias	Políticos	Percentual (19 textos)
Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	7	36.84%
Oportunismo	5	26.31%
Crítica aos governos	3	15.78%
Movimento autônomo	2	10.52%
Economia	1	5.26%
Carência de Serviços Públicos	1	5.26%
Violência	0	0.0%
Outros	0	0.0%
Movimento de Esquerda	0	0.0%

Fonte: Elaborada pela autora.

A categoria *Crítica aos governos Lula/Dilma/PT* evidencia textos que tratam das Manifestações de Junho, porém em um contexto de críticas à gestão dos ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, ambos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esta categoria indica argumentos com reprovações aos governos de Dilma e Lula sob aspectos econômicos e políticos. São enfatizados gastos com obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 em detrimento de investimentos em serviços públicos.

As manifestações são mencionadas junto a opiniões contrárias às medidas anunciadas pelo governo federal diante das reivindicações, a exemplo do programa Mais Médicos, proposta de Assembleia Constituinte e Plebiscito para reforma política, além de demais pactos anunciados para a educação. O conteúdo também expõe apontamentos negativos à postura e/ou ausência de postura desses governos diante das manifestações. Os textos são marcados por elementos que evidenciam essas características, como *“imagem de Lula, o regente da festa macabra”*; *“Dilma meteu os pés pelas mãos”*, *“meu julgamento da era petista é o pior possível”*, *“Copa mais cara da história”*, *“Dilma não fez uma única reforma estrutural”*, *“Fifa é o verdadeiro presidente do Brasil hoje”*, *“no Brasil de Lula e Dilma”*, entre outros.

A categoria *Crítica aos governos* caracteriza-se por textos que tratam as manifestações em um contexto de críticas aos governos em geral. Neste caso, o conteúdo evidencia críticas à classe política como um todo. As opiniões indicam desconfiança da população nos partidos e políticos, apontam distanciamento entre os governantes e a sociedade, bem como ausência de representatividade política. Sem especificar, tratam de problemas de corrupção, insegurança política e abusos no sistema político. Nesta categoria encontram-se os seguintes elementos de identificação: *“insatisfação com a podridão do poder”*; *“ausência de ação dos governantes”*, *“uma nação envergonhada dos seus políticos”*; *“rejeição total da classe política, dos partidos e do Estado”*, *“abuso da coisa pública”*, entre outros.

A categoria *Oportunismo* aponta textos que tratam as manifestações, porém de forma desconexa aos temas abordados, em um contexto de oportunismo. Indicam tirar proveito da pauta “manifestações”, mencionando-as de forma sucinta, vaga, distante do assunto debatido. Observa-se neste caso o predomínio de temas diferentes, porém, em meio à abordagem, são citadas as manifestações de forma evasiva. Percebe-se, nesses conteúdos, ausência de conexão do fato Manifestações de Junho com o tema argumentado em sua totalidade. São tratados temas como visita do Papa Francisco ao Brasil, sistema de criação de partidos no país, representatividade dos povos indígenas, indicativos de formação de opiniões, quadros de estatísticas sobre a juventude, etc.

Também se enquadram nessa categoria conteúdos que abordam a presidente Dilma Rousseff em um contexto específico de pré-campanha e visita a vítimas de enchentes. Os elementos que indicam essas características são: “*as palavras alentadoras de Francisco fizeram todo sentido*”; “*criação do partido Rede*”; “*sistema distrital*”; “*futuro dos jovens ameaçados pelo legado institucional dos mais velhos*”, “*os índios não se deixaram enganar*”, “*sopa de legendas partidárias*”, entre outros.

No que tange à predominância das categorias *Crítica aos governos Lula/Dilma/PT*; *Crítica aos governos* e *Oportunismo*, tanto no grupo dos intelectuais quanto no grupo dos agentes políticos, denota-se a semelhança quanto às interpretações atribuídas por esses sujeitos ao tema Manifestações de Junho. De acordo com Leclerc (2003, p. 55-57), na relação entre os intelectuais e o povo, os intelectuais originários do Caso Dreyfus, ou ainda àqueles detentores da *intelligentsia*, possuem uma função assumida na qual “se engajam, individual ou coletivamente, para tomar partido numa causa pública e que põem em dúvida a verdade oficial apresentada pelos poderes e instituições”. Nota-se, a partir das predominâncias das categorias que os intelectuais analisados nesta pesquisa se distanciam deste perfil ora ressaltado, visto que abordam a temática com frequência de elementos semelhantes aos identificados nos textos dos políticos.

Por outro lado, os intelectuais tematizaram críticas aos governos em geral e a um governo em específico. “Se é verdade que os intelectuais têm privilégios com o poder e se fazem parte das ‘classes dominantes’, que relações eles mantêm (ou pretendem manter) com as classes ditas inferiores?” (LECLERC, 2003, p. 57). Observa-se ainda que os políticos em questão fazem, historicamente, no cenário político, oposição aos governos mencionados. Denota-se, a partir dos elementos definidos das categorias, a aproximação dos intelectuais com os políticos no que se refere à intenção da mensagem transmitida, visto que “a tabulação

de frequência é suposta ser um indicador útil da mensagem que o público está a receber” (HACKETT, 1999, p. 114).

Leclerc (2003, p.84-85) indaga sobre quais aspectos os intelectuais se juntam ao que ele chama de “elite irresponsável”. Entre estes aspectos, para o autor, está o recrutamento do mundo da cultura e os intelectuais são “presumidos ‘inocentes’ (honestos, bem-intencionados, incorruptíveis, etc), não sendo, por princípio, detentores do poder político” e que a sua responsabilidade de partilhar os valores e princípios universais são “muitas vezes obstruídos pelas exigências da ‘política dos políticos’”. O autor destaca que quando essa responsabilidade está atrelada ao poder, “supõe um certo espírito de negociação, portanto o senso do acordo, mas pode se deixar corromper pela acomodação e pela covardia”.

Ressalta-se que esta relação de aproximação com a “classe dominante” se dá no meio jornalístico, conforme observa-se nesta pesquisa. Bourdieu (1997, p. 66) destaca que este espaço, o campo jornalístico, exerce uma forma de dominação rara que possibilita a notoriedade, a visibilidade, tornar conhecido sujeitos que buscam este espaço para difundir informações, situação esta que “para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital”.

Esta relação próxima com o Estado (PEREIRA, 2007; MICELI, 2002) pode representar uma nova configuração desses sujeitos, tanto no que diz respeito à relação dos mesmos com o campo político, quanto na relação de dependência do campo jornalístico para com este e demais campos. “É impossível analisar o espaço jornalístico sem situá-lo numa rede de dependência com os campos políticos, econômicos e intelectual” (PEREIRA, 2009, p.3). Nessa relação de interdependência, de aproximação entre estes campos, de distanciamento dos valores universais, quando se desprende das suas práticas tradicionais, “sustentaria a hipótese de emergência de uma nova categoria de intelectuais, os intelectuais midiáticos” (PEREIRA, 2007, p.137). Compreende-se, deste modo, que estes sujeitos podem ser considerados intelectuais midiáticos na medida se posicionam como “um sujeito provedor de discursos conformistas que atendem às imposições dos dirigentes dos tempos atuais” (SEMERARO, 2006).

Nesta direção, a seguir, buscou-se observar quais categorias predominaram nas publicações dos intelectuais individualmente, bem como dos agentes pertencentes ao campo político.

6.1.1 Relação dos sujeitos, observados separadamente, com a Análise de Conteúdo Categórica

Esta seção inicia-se pela observação da Tabela 16, na qual, aponta quais intelectuais tiveram suas publicações concentradas nas categorias ACC que predominaram, bem como nas demais.

Tabela 16 - Relações entre intelectuais e Análise de Conteúdo Categórica

Intelectuais	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Oportunismo	Crítica aos governos	Violência	Economia	Movimento de Esquerda	Carência de Serviços Públicos	Movimento Autônomo	Outros
Demétrio Magnoli	6	2		2		1			
Xico Graziano			1						
Denis Lerrer Rosenfield	2			4	2	2			
Roberto Macedo		1							
Hélio Schwartzman	1	2	1	1					2
Antonio Delfim Neto					1				
Cacá Diegues			1	1					1
Roberto Damatta	2	1	1						1
Rogério Furquim Werneck	1				1				
Paulo Nogueira Batista Jr.			2						
Paulo Guedes	1	3	1						
Rodrigo Constantino	1								
Veríssimo			1						1
Gustavo Loyola		1							
Yoshiaki Nakano			1						
Naercio Menezes Filho							1		
Armando Castelar Pinheiro			1						
Mário Mesquita					1				

Fonte: Elaborada pela autora.

Na categoria *Críticas aos governos Dilma/Lula/PT* aparecem: Demétrio Magnoli; Denis Lerrer Rosenfield; Hélio Schwartzman; Roberto Damatta; Rogério Furquim Werneck; Paulo Guedes e Rodrigo Constantino. Na categoria *Oportunismos* também escrevem Demétrio Magnoli, Hélio Schwartzman e Roberto Damatta, além de Roberto Macedo, Paulo Guedes e Gustavo Loyola. E, por sua vez, na categoria *Críticas aos governos*, metade dos intelectuais escreveram textos que se enquadram nessa categoria. São eles: Xico Graziano,

Hélio Schwartsman, Cacá Diegues, Roberto Damatta, Paulo Nogueira Batista Jr, Paulo Guedes, Veríssimo, Yoshiaki Nakano e Armando Castelar Pinheiro.

Quatro deles, Demétrio Magnoli, Denis Lerrer Rosenfield, Hélio Schwartsman e Cacá Diegues, abordaram as manifestações em um contexto de violência. A categoria *Violência* é caracterizada por textos que destacam atos de violência, depredação de espaços públicos e privados, confrontos entre manifestantes e a polícia, ações de vandalismo, ações de black blocs, ambiente de insegurança e medo. Esta categoria é marcada pelos seguintes elementos: “*cenas chocantes de violência*”, “*guerra urbana*”, “*truculências policiais*”, “*encapuzados*”, entre outros.

Outros três, Denis Lerrer Rosenfield, Antonio Delfim Neto e Rogério Furquim Werneck, abordaram o tema manifestações em um contexto de críticas ao modelo econômico vigente no país. Os textos, sobretudo tratam de índices de inflação, intervenção do Estado na economia, modelo de gestão de política fiscal, apontam crises de produtividade. A categoria Economia tem como indicadores os seguintes elementos: “*baixo crescimento econômico*”, “*responsabilidade fiscal*”, “*piora da economia*”, “*modelo está esgotado*”, “*crise cambial*”, entre outros.

Observa-se que apenas um único intelectual, Naercio Menezes Filho, do jornal Valor Econômico, tratou das manifestações em um contexto que associa à carência de serviços públicos. Na categoria *Carência de Serviços Públicos* são enfatizados problemas no sistema de transporte público, indica dificuldades nas áreas de saúde e educação. Os elementos indicativos desta categoria são: “*serviços prestados pelo setor público é sofrível*”, “*gestão dos sistemas educacionais e hospitais nos Estados e municípios continua péssima*”, “*transporte público caótico*”, etc.

Também é possível perceber que nenhum intelectual tratou do tema Manifestações de Junho em um contexto de autonomia e/ou iniciativa independente. Observa-se ainda que dos intelectuais identificados, dois, Demétrio Magnoli e Denis Lerrer Rosenfield, trataram do tema manifestações em um contexto que associa ao movimento de esquerda.

Neste caso, na categoria Movimento de Esquerda, as manifestações são apontadas como movimentos controlados e organizados por grupos que atuam em movimento de esquerda partidária no país. São elementos que caracterizam esta categoria: “*esquerda hegemônica*”, “*movimentos controlados por facções dissidentes (PSOL, PSTU)*”, “*movimento social organizado*”, “*CUT*”, “*UNE*”, “*MST*”, entre outros.

Tabela 17 - Relação dos políticos com a Análise de Conteúdo Categórica

Campo Político	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Oportunismo	Crítica aos governos	Violência	Economia	Movimento de Esquerda	Carência de Serviços Públicos	Movimento Autônomo	Outros
José Serra	3								
Marina Silva		1	1					2	
Henrique Meireles		1			1		1		
Aécio Neves	2	3							
Cristovam Buarque	2		2						

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 17, acima, observa-se de que forma os políticos se encaixam nas categorias da Análise de Conteúdo Categórica. Percebe-se que, todos os sujeitos do campo político aparecem dentre as três categorias predominantes já mencionadas. Aécio Neves, José Serra e Cristovam Buarque trataram do tema manifestações associadas à categoria *Crítica aos governos Lula/Dilma/PT*. Aécio Neves também aparece na categoria *Oportunismo* junto à Marina Silva e Henrique Meirelles. Na categoria *Crítica aos governos*, nota-se a presença de publicações de Marina Silva e Cristovam Buarque. Henrique Meirelles aparece ainda nas categorias *Economia e Carência de Serviços Públicos*.

A categoria *Movimento Autônomo* é marcada pela presença de textos de Marina Silva. Nesta categoria as manifestações são abordadas em um contexto de iniciativa independente, sem controle de alianças partidárias ou grupos políticos. É destacado como ativismo autoral, que não se submete à dirigentes de organizações. Os elementos que indicam esta categoria são: “*novas formas de representação política*”, “*não se submete a direções partidárias ou sindicais, ONGs ou lideranças carismáticas*”, “*age a partir de vários centros*”, entre outros.

No quadro a seguir, observa-se, de modo geral, a relação desses sujeitos com as categorias da Análise de Conteúdo Categórica.

Quadro 5 - Relação dos intelectuais e políticos com Análise de Conteúdo Categórica

Análise de Conteúdo Categórica	Intelectuais e Políticos
Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	<ul style="list-style-type: none"> - Demétrio Magnoli - Denis Lerrer Rosenfield - Hélio Schwartsman - Rogério Furquim Werneck - Paulo Guedes - Roberto Damatta - Rodrigo Constantino <ul style="list-style-type: none"> • José Serra • Aécio Neves • Cristovam Buarque
Oportunismo	<ul style="list-style-type: none"> - Demétrio Magnoli - Hélio Schwartsman - Paulo Guedes - Roberto Damatta - Roberto Macedo <ul style="list-style-type: none"> • Henrique Meirelles • Marina Silva • Aécio Neves
Crítica aos governos	<ul style="list-style-type: none"> - Hélio Schwartsman - Roberto Damatta - Veríssimo - Xico Graziano - Cacá Diegues - Paulo Nogueira Batista Jr. - Paulo Guedes - Yoshiak Nakano - Armando Castelar Pinheiro <ul style="list-style-type: none"> • Marina Silva • Cristovam Buarque
Economia	<ul style="list-style-type: none"> - Rogério Furquim Werneck - Gustavo Loyola - Mário Mesquita - Antonio Delfim Neto - Denis Lerrer Rosenfield <ul style="list-style-type: none"> • Henrique Meirelles
Movimento de Esquerda	<ul style="list-style-type: none"> - Denis Lerrer Rosenfield - Demétrio Magnoli
Carência de Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Naercio Menezes Filho <ul style="list-style-type: none"> • Henrique Meirelles
Movimento autônomo	<ul style="list-style-type: none"> • Marina Silva
Violência	<ul style="list-style-type: none"> - Hélio Schwartsman - Demétrio Magnoli - Denis Lerrer Rosenfield - Cacá Diegues
Outros	<ul style="list-style-type: none"> - Hélio Schwartsman - Veríssimo - Roberto Damatta - Cacá Diegues

Fonte: Elaborada pela autora

A partir dos resultados, observou-se ainda que dos 12 textos identificados no jornal Estadão, conforme constam no Apêndice A, 10 se repetem com o mesmo conteúdo no jornal O Globo, na mesma data. Os textos são de autoria do sociólogo Demétrio Magnoli e do professor de Filosofia Denis Lerrer Rosenfield. Este, por sua vez, substituiu apenas o título em duas de suas publicações, mantendo o mesmo conteúdo. No jogo de forças e lutas entre os campos intelectual e jornalístico, Bourdieu (1997) acredita que são sempre os mesmos sujeitos intelectuais a ocuparem espaços nos veículos de comunicação, o que poderia levar a uma homogeneização da informação.

Objetivou-se nesta seção apresentar o resultado das relações dos indivíduos intelectuais e políticos com a Análise de Conteúdo Categórica. A seguir, a apresentação da relação desses sujeitos com a Análise de Enquadramento.

6.2 Análise de Enquadramento: aproximações e distanciamentos entre intelectuais e políticos no campo jornalístico

Os meios de comunicação se utilizam de vários elementos para pautar acontecimentos e dão a estes enfoques que serão recebidos e discutidos pela sociedade. Como já esclarecido neste trabalho, os jornais podem oferecer quadros de sentidos que possibilitam sugerir definições de problemas, diagnóstico de causas, fazer avaliações morais ou recomendações, bem como indicações de soluções na abordagem de diversos temas. Estes resultados também estão dispostos na matriz de categorização (ACC e AE), no Apêndice A. Este passo vai ao encontro dos objetivos específicos deste trabalho, entre eles, identificar quais enquadramentos são dados pelos intelectuais em suas publicações.

Conforme indicado no procedimento metodológico, foram criadas e descritas, a partir da leitura do mesmo material, as seguintes categorias de enquadramento: *Crise de representatividade política*; *Crise de representatividade econômica*; *Governos são os culpados*; *Dilma/Lula/PT são os culpados*; *Desqualificação das reivindicações e das manifestações*; *Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda*; *Atos violentos*; *Pretexto*; *Outros*. A tabela a seguir demonstra qual destas foi a que mais predominou entre o total de publicações:

Tabela 18 - Predominância de Enquadramentos no total das publicações

Enquadramento	Intelectuais/Políticos	Percentual (75 textos)
Dilma/Lula/PT são os culpados	19	25.33%
Pretexto	14	18.66%
Crise de representatividade política	12	16%
Outros	8	10.66%
Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda	7	9.33%
Crise de representatividade econômica	6	8%
Governos são os culpados	6	8%
Atos violentos	2	2.66%
Desqualificação das reivindicações e das manifestações	1	1.33%

Fonte: Elaborada pela autora

Do total de textos analisados, observou-se a predominância do enquadramento *Dilma/Lula/PT são os culpados*. Os enquadramentos *Pretexto* e *Crise de representatividade política* dividem as segundas e terceiras colocações. Separadamente, também é possível verificar a mesma predominância dos enquadramentos no grupo de intelectuais:

Tabela 19 - Predominância de Enquadramento nas publicações dos intelectuais

Enquadramento	Intelectuais	Percentual (56 textos)
Dilma/Lula/PT são os culpados	12	21.42%
Crise de representatividade política	12	21.42%
Pretexto	9	16.07
Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda	7	12.5%
Outros	6	10.71%
Crise de representatividade econômica	4	7.14%
Governos são os culpados	3	5.3%
Atos violentos	2	3.57%
Desqualificação das reivindicações e das manifestações	1	1.78%

Fonte: Elaborada pela autora

Por sua vez, no grupo de agentes do campo político, observa-se que os enquadramentos que figuram as primeiras colocações são: *Dilma/Lula/PT são os culpados*, *Pretexto* e *Governos são os culpados*. A saber, conforme tabela a seguir:

Tabela 20 - Predominância de Enquadramento nas publicações dos políticos

Enquadramento	Políticos	Percentual (19 textos)
Dilma/Lula/PT são os culpados	7	36.84%
Pretexto	5	26.31%
Governos são os culpados	3	15.78%
Outros	2	10.52%
Crise de representatividade econômica	2	10.52%
Crise de representatividade política	0	0.0%
Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda	0	0.0%
Atos violentos	0	0.0%
Desqualificação das reivindicações e das manifestações	0	0.0%

Fonte: Elaborada pela autora

Diante dos resultados, nota-se um distanciamento em relação às categorias *Governos são culpados* e *Crise de representatividade política*. Essa relação é discutida mais à frente, nas seções seguintes. Adiante, no Quadro 6, verifica-se, de modo geral, em quais enquadramentos os intelectuais e políticos se encaixam a partir de suas publicações acerca das Manifestações de Junho.

Quadro 6 - Relação dos intelectuais e políticos com os Enquadramentos

Enquadramento	Intelectuais e Políticos
Dilma/Lula/PT são os culpados	<ul style="list-style-type: none"> - Demétrio Magnoli - Denis Lerrer Rosenfield - Hélio Schwartsman - Rogério Furquim Werneck - Paulo Guedes - Roberto Damatta <ul style="list-style-type: none"> • José Serra • Aécio Neves • Cristovam Buarque
Pretexto	<ul style="list-style-type: none"> - Demétrio Magnoli - Hélio Schwartsman - Paulo Guedes - Roberto Damatta - Roberto Macedo <ul style="list-style-type: none"> • Henrique Meirelles • Marina Silva • Aécio Neves
Governos são os culpados	<ul style="list-style-type: none"> - Hélio Schwartsman - Roberto Damatta - Veríssimo <ul style="list-style-type: none"> • Marina Silva • Cristovam Buarque

Crise de representatividade econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Paulo Nogueira Batista Jr. - Rogério Furquim Werneck - Gustavo Loyola - Mário Mesquita • Henrique Meirelles
Crise de representatividade política	<ul style="list-style-type: none"> - Xico Graziano - Denis Lerrer Rosenfield - Cacá Diegues - Paulo Nogueira Batista Jr. - Paulo Guedes - Yoshiak Nakano - Naercio Menezes Filho - Armando Castelar Pinheiro
Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda	<ul style="list-style-type: none"> - Demétrio Magnoli - Denis Lerrer Rosenfield - Rodrigo Constantino
Atos violentos	<ul style="list-style-type: none"> - Hélio Schwartsman - Cacá Diegues
Desqualificação das reivindicações e das manifestações	<ul style="list-style-type: none"> - Hélio Schwartsman
Outros	<ul style="list-style-type: none"> - Demétrio Magnoli - Antonio Delfim Neto - Hélio Schwartsman - Veríssimo - Roberto Damatta • Marina Silva

Fonte: Elaborada pela autora

Como já exposto neste trabalho, enquadramento é entendido como marco cognitivo que oferece compreensão sobre um fenômeno a partir da seleção, ênfase e/ou exclusão de determinados elementos da realidade. Segundo Porto (2004), são mecanismos que ordenam o discurso, constroem uma determinada realidade e, assim, geram um recorte específico de interpretação e sentidos acerca dos fatos. Com o propósito de saber qual a tomada de posição desses sujeitos, a seguir, analisou-se os quadros de sentidos oferecidos por estes sujeitos em seus posicionamentos nas publicações acerca das Manifestações de Junho.

6.2.1 Relação dos sujeitos com os enquadramentos

As tabelas a seguir demonstram, de forma separada, essa relação: quais enquadramentos são dados pelos intelectuais e quais são dados pelos políticos. Ainda nesta seção, buscou-se apontar comparativos entre essas relações de modo a observar onde há posicionamentos semelhantes ou distantes entre os sujeitos. Antes, porém, optou-se por apresentar a disposição dessa relação nas tabelas, conforme a seguir:

Tabela 21 - Relação dos intelectuais com a Análise de Enquadramento

Intelectuais	Dilma/Lula/PT são os culpados	Pretexto	Governos são os culpados	Crise de representatividade econômica	Crise de representatividade política	Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda	Atos violentos	Desqualificação das reivindicações e das manifestações	Outros
Demétrio Magnoli	5	2				2			2
Xico Graziano					1				
Denis Lerrer Rosenfield	2				4	4			
Roberto Macedo		1							
Hélio Schwartsman	1	3	1				1	1	1
Antonio Delfim Neto									1
Cacá Diegues					2		1		
Roberto Damatta	2	1	1						
Rogério Furquim Werneck	1			1					
Paulo Nogueira Batista Jr.				1	1				
Paulo Guedes	1	3			1				
Rodrigo Constantino						1			
Veríssimo			1						1
Gustavo Loyola				1					
Yoshiaki Nakano					1				
Naercio Menezes Filho					1				
Armando Castelar Pinheiro					1				
Mário Mesquita				1					

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 22 - Relação dos políticos com a Análise de Enquadramento

Campo Político	Dilma/ Lula/PT são os culpados	Pretexto	Governos são os culpados	Crise de representatividade econômica	Crise de representatividade política	Violência Provocada e/ou capitaneada pela esquerda	Atos violentos	Desqualificação das reivindicações e das manifestações	Outros
José Serra	3								
Marina Silva		1	1						2
Henrique Meireles		1		2					
Aécio Neves	1	3							
Cristovam Buarque	2		2						

Fonte: Elaborada pela autora.

a) Dilma/Lula/PT são os culpados

Este foi o enquadramento que mais predominou entre as publicações observadas. Esta categoria atribui culpa aos governos Lula, Dilma e PT pela ocorrência das manifestações. Nos textos são evidenciados eixos de críticas à presidente Dilma Rousseff, ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores como sendo responsáveis pelo cenário político, econômico e social no país no qual eclodiram os atos de protestos. Por exemplo, no texto intitulado *Protesto*, de 20/06/2013, no jornal Estadão, do sociólogo Demétrio Magnoli é possível identificar a culpabilidade atribuída a partir do trecho “*O inimigo é toda a elite política reorganizada na década de balofa euforia do lulopetismo*”.

Do mesmo autor, no texto *A Copa de Lula*, de 04/07/2013, no jornal O Globo, traz o tema manifestações associado à críticas a esses governos pelos gastos com a Copa do Mundo e a escolha do país como sede. “*A mais cara da História, ela é a síntese perfeita do legado político do presidente honorífico*” se referindo ao ex-presidente Lula e, ainda, “*Eles protegem, sobretudo, a imagem de Lula, regente da festa macabra*”, se referindo à realização da Copa.

Outro exemplo vem do antropólogo Roberto Damatta, no texto *Notas de uma magra trincheira*, do jornal O Globo, de 26/06/2013, que também se refere às manifestações em um contexto de críticas aos governos Dilma e Lula, na medida em que argumenta que o

movimento “*denuncia a ausência de encontro da sociedade com o governo. Governo que, no Brasil de Lula e Dilma, tem sido mais instrumento de aristocratização do que solução de problemas*”. Os sentidos de culpa são atribuídos a partir de trechos como “*Segurança, educação, transporte confiável e cumprimento de promessas feitas pelo próprio governo petista que está – eis um ponto implicitamente lembrado pelos manifestantes – no poder que governa o Brasil*”. Damatta, no texto *Ninguém sabe com quem está falando*, de 07/08/2013, no jornal O Globo, assim menciona a cerca da presidente Dilma Rousseff “*E quando o faz, cria outras passeatas e abre a coletividade para novos problemas*”.

Também nessa categoria se enquadram, no contexto das manifestações, textos com opiniões contrárias às medidas e propostas realizadas e/ou anunciadas pelos governos Lula e Dilma, como observa-se, por exemplo, no texto *Pés pelas mãos*, de 26/06/2013, do filósofo Hélio Schwartzman, no jornal A Folha de São Paulo, que diz “*Foi justamente no ponto mais importante, o da reforma política, que Dilma meteu os pés pelas mãos*”. Também no Estadão encontram-se eixos indicativos dessa categoria, a exemplo do professor de Filosofia Denis Lerrer Rosenfield quando diz, na publicação intitulada *O Marciano, o Brasil e Aristóteles*, de 15/07/2013, no jornal Estadão, que “*Dilma colhe os frutos da herança maldita de Lula, que crescem nas ruas em manifestações populares*”.

Nesta mesma categoria, também, encontram-se publicações do político José Serra que sugerem interpretações de culpa a esses governos pelas manifestações. No texto *Problemas demais, governo de menos*, de 27/06/2013, no jornal Estadão, o ex-governador e ex-prefeito de São Paulo menciona “*o foco principal das tensões situa-se no Palácio do Planalto, o grande responsável, aos olhos da população (e é mesmo) pela condução do país*”. O texto tece especialmente críticas às medidas anunciadas pelo governo federal após as manifestações. “*Como pôde a Presidente da República errar de forma tão bisonha?*”. O senador Aécio Neves expõe no texto *Classe Média*, de 01/07/2013, as manifestações em um contexto de críticas ao PT. “*A presença maciça da classe média no movimento de protesto coloca em xeque, com mais ênfase, as contradições do partido*”.

Observa-se neste quadro de sentido que os intelectuais Demétrio Magnoli, Denis Lerrer Rosenfield, Hélio Schwartzman, Roberto Damatta, Rogério Furquim Werneck e Paulo Guedes enquadram seus textos de forma semelhante aos posicionamentos dos políticos José Serra, Aécio Neves e Cristovam Buarque. Neste aspecto, todos orientaram seus posicionamentos no sentido de atribuir culpa os governos Lula, Dilma e PT pelas manifestações.

b) Pretexto

Esta categoria também aparece entre as mais predominantes e se refere ao enquadramento que não enfatiza as manifestações, mas se utiliza delas como subterfúgio na argumentação ou exposição de outros temas. Por exemplo, o texto *Conflito de gerações*, de 29/07/2013, o economista Paulo Guedes cita vagamente as manifestações em uma temática central que aborda índices de desempregos de jovens, acesso dos jovens ao mercado de trabalho, futuro da juventude versus geração mais velha. “*O futuro dos jovens é ameaçado pelo despreparo, pelo egoísmo, pela irresponsabilidade, pela desatenção e pelo legado institucional dos mais velhos*”, cita na publicação.

Outros exemplos são textos que citam as manifestações em um contexto de opiniões sobre a visita do Papa Francisco ao Brasil. O texto *‘La politica è troppo sporcata’*, de 01/08/2013, do economista e professor Roberto Macedo, no jornal *Estadão*, e texto do senador Aécio Neves, *Em boa hora*, de 29/07/2013, no jornal *Folha de São Paulo*, se enquadram nessa categoria. Ambos tratam do tema central da visita papal e evasivamente mencionam as manifestações nas argumentações do tema em questão.

Texto que cita as manifestações em um contexto sobre processos de criação de partidos no Brasil, criação do partido Rede, críticas aos órgãos da justiça eleitoral e sistema de fundos partidários é enquadrado na categoria Pretexto. Nesse sentido, Demétrio Magnoli aparece com o texto *Marina e as regras do jogo*. As manifestações são citadas, sutilmente, praticamente de forma desconexa com o tema central abordado, como também é exemplo o texto de Henrique Meirelles, *Poder para os eleitores*, de 30/06/2013, no jornal *Folha de São Paulo*, que menciona as manifestações em uma argumentação acerca de sistema distrital, financiamento de campanhas, sistema de representação parlamentar. Aparecem a ex-senadora Marina Silva com questões sobre representatividade dos povos indígenas e o filósofo Hélio Schwartzman tratando de conceitos de massas, multidões e seus efeitos positivos e negativos. Outros exemplos aparecem em contextos temáticos sobre revoluções tecnológicas, formação de opinião oriunda de ideologia socialista, filtros cognitivos, bem como processo eleitoral 2014 e visita da presidente a vítimas de enchentes.

Nota-se que os intelectuais Demétrio Magnoli, Roberto Macedo, Hélio Schwartzman, Roberto Damatta e Paulo Guedes tomam posições acerca das manifestações sob o mesmo enquadramento dado pelos políticos Marina Silva, Henrique Meirelles e Aécio Neves.

c) Governos são os culpados

Este enquadramento figura entre os mais utilizados nas publicações dos agentes do campo político. O enquadramento atribui culpa aos governos, seja de um modo geral ou a diferentes políticos (que não seja especificamente Dilma, Lula e PT) pelo cenário das manifestações. Os eixos são críticas aos gestores por “despreparo”, “leviandade”, ausência atitudes e questionamentos de que não ouvem as reivindicações. Estes termos encontram-se no texto *Despreparo escancarado*, de Hélio Schwartzman, de 27/07/2013, da Folha de São Paulo, assim como menciona “*nossos dirigentes se põem e baixar medidas provisórias e decretos, que produzem efeitos legais imediatos, como se possuíssem todas as respostas sem margem a dúvidas*”.

Também é possível observar esta atribuição no texto *Revolta e Futebol*, de Roberto Damatta, de 19/06/2013, no jornal O Globo, a exemplo do trecho “*surpreendente onda de tumultos urbanos motivados pela total inércia dos governantes diante do caos vivemos nas cidades brasileiras*”. E ainda nesta colocação “*Eis um ponto de partida para compreender como o protesto termina em revolta porque a densidade dos gestos corresponde à ausência de ação dos governantes, que não são mais distinguíveis por partido ou por atitudes*”.

Outro exemplo deste quadro de sentido também é observado na publicação *Cadê o De Gaulle?*, de Veríssimo, de 27/06/2013, no jornal O Globo. Assim menciona: “*Uma nação envergonhada dos seus políticos e das suas mazelas está inteira nas ruas*”. A ex-senadora e atualmente pré-candidata à presidência da República Marina Silva e o senador Cristovam Buarque também atribuem este enquadramento em suas publicações. A exemplo do texto *O Senhor e os anéis*, de 05/07/2013, na Folha de São Paulo, em que Marina Silva menciona “*Esse clamor constrange a todos, pois os problemas da política, devo insistir, não são técnicos, mas éticos*”. E ainda, “*Faltam vontade política e senso de responsabilidade, eis o motivo do constrangimento*”. Também é possível observar essa característica, por exemplo, no texto *Surto e alerta*, de Cristovam Buarque, em 24/08/2013, no O Globo, quanto atribui culpa à classe política, “*além de ser vista como responsável pelos erros é vista como privilegiada e tolerante com a corrupção, sem diferenciar os partidos*”.

Observa-se que, os intelectuais Hélio Schwartzman, Roberto Damatta e Veríssimo tecem seus argumentos sob este aspecto de forma semelhante aos posicionamentos dos políticos Marina Silva e Cristovam Buarque. Porém, no universo de 56 textos dos intelectuais, o percentual deste enquadramento (5.3%) denota que estes exploram bem menos este quadro de sentido do que os políticos.

d) Crise de representatividade econômica

Este enquadramento associa as manifestações a uma crise de representatividade econômica. As manifestações são abordadas em um contexto que expõe a alta arrecadação de impostos por parte dos governos em detrimento de poucos investimentos em serviços públicos. Nesta categoria aparecem os intelectuais do Jornal Valor Econômico. O economista Gustavo Loyola expõe no texto *Muita tributação e muito gasto*, de 01/07/2013, que há um contraste entre os “anseios” e as “expectativas da cidadania”, segundo ele, explicitado nas manifestações, na medida em que “*a atuação do Estado brasileiro, que arrecada praticamente 40% do PIB nacional e oferta serviços públicos de baixa qualidade em áreas críticas como saúde e educação*”. Também ressalta que a insatisfação da população com os serviços públicos prestados “*indica que o modelo brasileiro de muita tributação e muito gasto público para pouco resultado está esgotado*”.

Também o economista Mário Mesquita, no texto *A marcha da irracionalidade*, de 08/08/2013, sugere esse quadro de sentido e assim expõe: “*É verdade que parte da irritação da população reflete a clara inconsistência entre a carga tributária elevada e os serviços públicos de baixa qualidade*”. Nesta categoria, também Henrique Meirelles, no texto *Não somos sapos, afinal*, de 07/07/2013, na Folha de São Paulo, indica esse enquadramento na medida em que assim expõe: “*A arrecadação tributária bruta no Brasil é elevadíssima. Há recursos, a questão é como gastá-los de forma eficiente e estabelecer prioridades*”.

Observa-se neste enquadramento que os intelectuais Paulo Nogueira Batista Jr., Gustavo Loyola, Rogério Furquim Werneck e Mário Mesquita atribuem esse sentido ao tratar das manifestações e, no universo do campo político, apenas Henrique Meirelles enquadra seus posicionamentos neste mesmo sentido. Nota-se um distanciamento no comparativo entre os posicionamentos dos intelectuais e dos políticos neste enquadramento.

e) Crise de representatividade política

Este enquadramento interpreta as manifestações como resultado e/ou sinal de crise de representatividade política. Esta categoria aparece entre as mais predominantes e com o maior número de intelectuais. Nenhum agente do Campo Político teve suas publicações enquadradas nesta categoria. Estão entre os eixos que a caracteriza: distanciamento dos políticos e/ou ideologias partidárias em face aos cidadãos; representados distantes dos representantes; a

classe política detém privilégios divergentes às reivindicações do povo. O agrônomo Xico Graziano, por exemplo, no texto *Caboclo ativista*, de 26/06/2013, do jornal *Estadão*, sugere essa interpretação a partir de indicativos como esse trecho: *“Na briga contra o valor da passagem de ônibus, claramente se encontra a frustração da juventude acerca dos destinos políticos do Brasil, a insatisfação contra a podridão do poder. Os jovens parecem sentir desdenhados, esquecidos e humilhados pela política”*.

O cineasta Cacá Diegues também atribui esse quadro de sentido às manifestações em seu posicionamento. No texto *Uma crise de representação*, de 15/06/2013, no jornal *O Globo*, assim menciona: *“Todos esses movimentos se explicam pela ausência de representação de seus membros no campo da política. Como cada vez mais nos sentimos menos representados pelos que estão no poder (mesmo que eleitos por nós), só nos resta ir às ruas para ao menos mostrar que existimos”*. Também o economista Paulo Nogueira Batista Jr, no texto *Ação direta*, de 22/06/2013, do jornal *O Globo*, enquadra o tema manifestação no sentido de crise de representatividade política. *“O cidadão comum se sente cada vez menos representado pelos partidos, pelos políticos e pelos governantes”*. E, ainda, *“as manifestações de rua no Brasil, a exemplo de episódios similares em outros países nos anos recentes, traduzem um colapso da confiança na democracia”*.

É possível perceber esse quadro de sentido, por exemplo, no texto do economista e professor Yoshiaki Nakano, no texto *A indignação do povo e o caminho*, de 09/07/2013, no jornal *Valor Econômico*: *“É a rejeição total da classe política, dos partidos e do Estado, simbolizado nas marchas para os palácios governamentais e ataques às Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional”*. Assim também acrescenta, *“as pessoas começam a perceber que, individualmente, são a fonte de poder e querem ser ouvidas, e seus interesses e expectativas respeitados”*.

Outro exemplo também vem do *Valor Econômico*, em que o economista e professor Armando Castelar Pinheiro, no texto *Ainda as manifestações de junho*, de 02/08/2013, apresenta esse enquadramento na medida em que argumenta que um dos motivos das manifestações é *“a percepção de que o sistema político tem um déficit de representação”*. E ainda, sobre o cenário de ocupações dos espaços e mobilização nas redes, diz que *“cada um representa a si mesmo, e apenas a si. Não há porta vozes, nem líderes”*. Agentes do campo político não aparecem nesta categoria.

Aqui, observa-se distanciamento entre as posições dos intelectuais e dos políticos. Individualmente, oito intelectuais (quase metade dos sujeitos) atribuem este enquadramento quando tratam das manifestações em suas publicações: Xico Graziano, Denis Lerrer

Rosenfield, Cacá Diegues, Paulo Batista Nogueira Jr., Paulo Guedes, Yoshiaki Nakano, Naercio Menezes Filho e Armando Castelar Pinheiro. Nota-se uma exposição clara de crítica à classe política nos textos (21.42%). Nenhum político aparece atribuindo crítica de crise em sua própria classe.

f) Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda

Este enquadramento atribui um sentido de violência às manifestações associada a atos promovidos e/ou capitaneados por grupos, partidos, políticos ou movimentos de esquerda. Encontram-se eixos que indicam esse quadro de sentido no texto *Democracia e Violência*, do professor de Filosofia Denis Lerrer Rosenfield, de 26/08/2013, no jornal Estadão. Ao argumentar sobre atos de violência durante as manifestações, assim os apresenta: “*Nota-se que nas jornadas de junho e nas manifestações de julho/agosto grupos de extrema esquerda fizeram uso impunemente da violência como se esta fosse um instrumento legítimo de luta política*”. Noutro texto, *O uso político da violência*, de 04/11/2013, também no Estadão, o filósofo trata de ações de grupos de black blocs e as apresentam como consequência de tentativa de partidos de esquerda procurar ter o monopólio e apropriação das manifestações: “*A heteronomia entrou em pauta. O resultado foram ‘greves’ e ‘manifestações’ que terminaram em completo fiasco*”.

Outro exemplo desse enquadramento encontra-se no texto *Indignai-vos nas ruas*, do economista Rodrigo Constantino, de 25/06/2013, no jornal O Globo, nas menções sobre atos de violência e cenário de revolta, assim expõe: “*há grupos radicais de esquerda tentando se apropriar dos protestos. Afinal, isso é o que eles sempre fizeram: incitar as massas e criar baderna*”.

O sociólogo Demétrio Magnoli, no texto *Nas franjas do Black Bloc*, de 15/08/2013, no Estadão, ao tratar das raízes desse grupo e seu envolvimento nas manifestações, assim associa: “*Bruno Torturra, o Mídia Ninja ligado a Marina Silva, definiu os Black Blocs como ‘uma estética’ e defendeu a ‘ação direta’, desde que dirigidas aos bancos. Pablo Ortellado, filósofo e ativista, elogiou a ‘ação simbólica’ de destruição de uma agência bancária*”.

Observa-se que os intelectuais Demétrio Magnoli, Denis Lerrer Rosenfield e Rodrigo Constantino atribuem o enquadramento violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda aos seus posicionamentos. Por outro lado, agentes do campo político não aparecem nesta categoria, não tocam no assunto sobre este ponto de vista.

g) Atos violentos

Este enquadramento que atribui sentido de violência às manifestações. Os eixos são: vandalismo, depredação e/ou invasões, agressões, confrontos, atitudes policiais, socos, pontapés, sem imputar os atos a partidos, políticos ou governos especificamente. Esses quadro de sentido interpretativo observa-se no texto *Alma em fogo*, de Cacá Diegues, de 21/09/2013, no jornal O Globo. O cineasta cita as manifestações em contexto de descrição sobre origens e ações de black blocks. E assim, associa: *“Quem quiser que ache o quebra-quebra, o vandalismo, a violência que surgiu no meio de nossos protestos populares, manifestações espontâneas”*. Também o texto *Protesto em série*, do filósofo Hélio Schwartzman, de 04/06/2013, se enquadra nesta categoria na medida em que descreve atos de violência no contexto das manifestações. *“Um manifestante tem o direito de resistir a agressões policiais que considere injustas. Isso pode até envolver socos e pontapés, mas é difícil perceber como o legítimo exercício da autodefesa passe por queimar ônibus e destruir vitrines”*. Observa-se que apenas os intelectuais Hélio Schwartzman e Cacá Diegues atribuem este enquadramento aos seus posicionamentos. Agentes do campo político não aparecem nesta categoria.

h) Desqualificação das reivindicações e das manifestações

Este enquadramento que expõe as manifestações como movimento efêmero. Os eixos são: diminui o impacto das manifestações, como sendo algo passageiro, sem efeitos concretos; sugere olhar as manifestações como atos que geram efeitos superficiais não capazes de promover mudanças. Nota-se este quadro de sentido no texto *O tamanho das mudanças*, do filósofo Hélio Schwartzman, de 25/06/2013, na Folha de São Paulo: *“Os protestos não durarão para sempre (...) manifestações dão trabalho, impõem ônus às cidades e acabam enjoando”*. E ainda, *“Só acho que, para além do impacto concreto e passageiro sobre tarifas, seu efeito positivo é um pouco mais sutil e indireto”*. Apenas Hélio Schwartzman atribuiu este sentido e os políticos não aparecem nesta categoria.

i) Outros

Os textos que se encontram nesta categoria não foram identificados os enquadramentos descritos acima. O critério de exaustividade foi utilizado, porém os textos tratam das manifestações em um contexto que não se aplica aos quadros de sentidos já

descritos. Além de publicações de alguns intelectuais, encontram-se nesta categoria também alguns textos da ex-senadora Marina Silva.

6.2.2 Tomada de posição entre intelectuais e políticos no Campo Jornalístico

No tocante à Análise de Enquadramento, foi possível observar a predominância dos enquadramentos *Dilma/Lula/PT são os culpados* e *Pretexto* entre as publicações dos intelectuais e dos políticos. Por outro lado, os enquadramentos *Crise de representatividade política* e *Governos são culpados* aparecem de forma diferente entre as publicações dos sujeitos.

Os intelectuais que atribuíram culpa aos governos Dilma/Lula/PT pela ocorrência das manifestações são: Demétrio Magnoli, Denis Lerrer Rosenfield, Hélio Schwartzman, Roberto Damatta, Rogério Furquim Werneck e Paulo Guedes. Nesse mesmo quadro de sentido aparecem os políticos José Serra, Aécio Neves e Cristovam Buarque.

Nessa direção, novamente os intelectuais Demétrio Magnoli, Hélio Schwartzman, Roberto Damatta, Paulo Guedes tem seus enquadramentos semelhantes aos dos políticos no que diz respeito ao quadro de sentido *Pretexto*, no qual aparecem Marina Silva, Henrique Meirelles e novamente Aécio Neves. O intelectual Roberto Macedo também figura este enquadramento.

Acerca do enquadramento *Crise de representatividade política*, quase metade dos intelectuais atribuem este enquadramento quando tratam das manifestações em suas publicações: Xico Graziano, Denis Lerrer Rosenfield, Cacá Diegues, Paulo Batista Nogueira Jr., Paulo Guedes, Yoshiaki Nakano, Naercio Menezes Filho e Armando Castelar Pinheiro. Por outro lado, nenhum político aparece neste enquadramento. Aqui, nota-se expressiva crítica dos intelectuais à classe política. Uma diferença na tomada de posição entre os sujeitos, visto que os próprios políticos não atribuem críticas à classe a qual pertencem.

Acerca do enquadramento *Governos são culpados*, observa-se a presença dos intelectuais Hélio Schwartzman, Roberto Damatta e Veríssimo, que tecem seus argumentos sob este aspecto de forma semelhante aos posicionamentos dos políticos Marina Silva e Cristovam Buarque. Diferentemente, este enquadramento não figura entre os mais predominantes entre os intelectuais, mas aparece entre os três mais predominantes no grupo dos políticos. No entanto, observa-se ainda que, mesmo não sendo maioria entre os intelectuais, dois destes tecem críticas aos governos Dilma/Lula/PT, de forma semelhante ao político Cristovam Buarque.

Observa-se ainda que alguns intelectuais que atribuem um sentido de violência às manifestações associada a atos promovidos e/ou capitaneados por grupos, partidos, políticos ou movimentos de esquerda, como Demétrio Magnoli e Denis Lerrer Rosenfield, são os mesmos que tecem críticas aos governos Dilma/Lula/PT. Ainda no que se refere aos comparativos de tomadas de posição, os intelectuais Rogério Furquim Werneck, Paulo Batista Nogueira Jr, Gustavo Loyola e Mário Mesquita atribuem o enquadramento Crise de representatividade econômica aos seus textos. Postura semelhante ao enquadramento também adotado pelo político Henrique Meirelles.

A partir dos resultados dos enquadramentos, observa-se que houve semelhanças entre os “pacotes interpretativos” atribuídos por estes sujeitos, mas, também, verificou-se diferenças entre em alguns nos quadros de sentidos atribuídos às Manifestações de Junho.

Intelectuais que atribuem culpa aos governos Dilma/Lula/PT figuram entre os que mais aparecem em número de publicações. Igualmente esta categoria predomina entre os políticos. Entretanto, o grupo de intelectuais que menos atribuiu culpa aos governos Dilma/Lula/PT se divide entre as demais enquadramentos. Estes, trataram as manifestações sob outros aspectos, como econômico, atos de violência, desqualificação das reivindicações e manifestações.

De um modo geral, nota-se que os sujeitos intelectuais analisados deixaram de fora de seus textos abordagens que poderiam gerar debates com mais profundidade de reflexão sobre o tema, como por exemplo, argumentações do ponto de vista da classe estudantil, do protagonismo da juventude, de questões de cidadania, nem tão pouco, perspectivas de legitimação do movimento. E quando situaram algum aspecto que poderia ir ao encontro do interesse coletivo, como no caso da categoria *Carências de serviços públicos*, colocaram-no infimamente no espaço utilizado. As categorias predominantes ilustram a uniformidade de abordagens direcionadas a criticar, sob pontos de vistas semelhantes, às relações entre governos, partidos, classe política, poder público e manifestantes.

Depreende-se dos resultados que, não foram apontadas para reflexão, possíveis soluções que ultrapassem as questões políticas e econômicas. Para além da ocupação de espaços públicos, também não se constatou, por parte dos intelectuais, profundidade no tratamento das manifestações sob o olhar de uma nova configuração de mobilização e envolvimento cidadão a partir do uso de novas tecnologias¹⁷.

¹⁷ Aspectos observados a partir da leitura de artigos, teses e dissertações que tratam da temática Manifestações de Junho de 2013.

Observa-se que houve recortes específicos de interpretação acerca do tema, próximos e distantes entre os sujeitos. Os sujeitos ofereceram compreensão do assunto a partir da seleção, ênfase e/ou exclusão de determinados elementos da realidade (PORTO, 2004). No meio jornalístico, Hackett (1999, p.121) e Hall (1999), ao tratarem de enquadramento, sustentam que as formas de transmissão de notícias podem servir para “disfarçar (ou esconder) as pressuposições ideológicas subjacentes”.

Ao verificar que pontos de reflexão acerca das Manifestações de Junho ficaram de fora do enfoque dado pelos intelectuais, não tiveram aprofundamento, colocando o tema, de um lado, sob os mesmos pontos de vistas, como observados nos resultados (criticar governos, pretexto, crise de representatividade política), infere-se em parte que, um grupo desses sujeitos superficializa seus discursos com características que se assemelham a ideologias políticas, na medida que se aproximam das posições dos políticos. Isso nos remete Hall et al. (1999, p. 227), quando questiona a função interpretativa da apresentação da notícia no meio jornalístico¹⁸. O autor supõe que os meios de comunicação mostram acontecimentos fora da experiência das pessoas. “Os medias, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes, a única fonte de informação acerca de muitos acontecimento e questões importantes”.

Hackett (1999, p. 119) argumenta, na relação entre ideologias e o seu papel nos meios de comunicação, enquanto campo que vem a “fornecer ideias, influenciar desejos e, ajudar a definir a realidade social (...) o efeito do reforço dos mass media, há muito reconhecido, poderia ser reinterpretado como fazendo parte de um processo hegemônico ou de legitimação”. No que se refere à postura dos intelectuais que se enquadram na mesma categoria dos políticos, denota-se distanciamento do intelectual clássico, crítico e engajador ao ingressar no campo jornalístico, na medida em que, nesse processo de descolamento, têm seus posicionamentos inclinados à ideologias políticas, tendo o meio jornalístico como legitimador. Como já mencionado, os intelectuais Demétrio Magnoli, Denis Lerrer Rosenfield, Hélio Schwartzman, Roberto Damatta, Rogério Furquim Werneck e Paulo Guedes (Conforme Tabelas 21 e 22).

Entretanto, por outro lado, um conjunto de intelectuais atribuiu quadros de sentidos que se diferenciam aos dos políticos e, ainda, àqueles intelectuais que predominaram em críticas a governos específicos. Denota-se heterogeneidade na tomada de posição desses

¹⁸ Um fator limitante da pesquisa é não poder tratar de forma comparativa os enquadramentos desses sujeitos com possíveis enquadramentos em matérias produzidas por jornalistas. Contudo, optou-se pelos apontamentos teóricos acerca de enquadramento no universo jornalístico, das estruturas de funcionamento deste campo, como indicador para a análise dos posicionamentos dos intelectuais identificados neste trabalho, de modo a observar se são posturas superficiais, imediatistas ou não.

sujeitos, na medida em quem oferecem outros diferentes aspectos de interpretação em suas abordagens. Como Paulo Nogueira Batista Jr., Cacá Diegues, Yoshiaki Nakano, Naercio Menezes Filho, Armando Castelar Pinheiro, Mário Mesquita, Veríssimo, Rodrigo Constantino, Gustavo Loyola (Conforme Tabelas 21 e 22).

Neste aspecto, observa-se polos de atuação diferentes entre os próprios intelectuais. Os que mais publicaram tendem a criticar governos e governos específicos, além da categoria *Pretexto*. E os que menos publicaram se distribuem noutros enquadramentos. Neste sentido, o que ora aplica-se a um possível distanciamento do intelectual clássico em grupo, não se pode incorrer aos demais. Como reforça Bobbio (1997, p. 9), é um risco generalizar esse estatuto. “Seja qual for o modo em que venham a ser definidas a natureza e a função do intelectual [...] não é possível alcançar uma definição restritiva o suficiente para tornar plausível um juízo de absolvição ou de condenação global”.

6.3 Dinâmica de interação entre o Campo Intelectual e o Campo Jornalístico

No que se refere aos resultados da Análise de Conteúdo Categórica, denota-se que intelectuais e políticos tendem a se manifestar de forma semelhante sob o mesmo ponto de vista, no tocante à predominância das categorias. Hackett (1999, p. 116) também recorre a Hall (1982) para ressaltar interpretações que podem ser inferidas a partir da análise de conteúdo que, segundo o autor, “pressupõe uma noção referencial de linguagem, na qual (através de convenções consensuais) as palavras podem estar relacionadas diretamente com os seus referentes do mundo real”. O autor acrescenta que se a mensagem midiática pode ser “entendida como um tipo de construção linguística vazia, então ela pode espelhar as intenções dos seus produtores de um modo relativamente simples”.

No que se refere à Análise de Enquadramento, observou-se aproximações e distanciamentos entre os sujeitos. Este aspecto, observado a partir de quem o emite, sugere pensar nas intenções dos quadros de sentidos atribuídos. Os políticos, em seus textos, não criticam sua própria classe (não aparecem no enquadramento Crise de representatividade Política), por outro lado, intelectuais aparecem tratando de crise de representatividade política. “Assim, o aparecimento de ‘equilíbrio’ entre políticos concorrentes, a apresentação das ‘duas facetas da estória’, pode servir para desviar a atenção do espectador de questões como a de se apresentar o problema nestes termos ou a da razão de se tratar realmente de um ‘problema’” (HACKETT 1999, p.120-121).

Uma condição para ser intelectual é a “necessidade de uma consciência de valores morais universais, de concepções da sociedade em geral ou mesmo de visões do mundo” (WOLFF, 2006, p. 48). Ideias voltadas aos interesses da sociedade, do coletivo, em qualquer lugar, para além do querer pessoal, do interesse particular. Para o autor, o intelectual deve intervir em nome dessa consciência e ideais. O intelectual engajado com os princípios coletivos e universais é aquele que fala em nome de todos, que pensa racionalmente, isto é, que se posiciona com distanciamento do seu interesse pessoal, da sua emoção, das suas opiniões pessoais em prol do universal, da justiça e da verdade. É um sujeito que intervém no espaço público “em nome de valores absolutos” (WOLFF, 2006, p. 51).

Acerca da estrutura da produção de notícia, Hall et al (1999) então discorre sobre práticas dos meios de comunicação e o que eles chamam de “adequação” entre as ideias dominantes e as ideologias. O objetivo é verificar como os meios reproduzem as definições dos poderosos sem estarem ao seu serviço. Para tanto, distinguem definidores primários e secundários nesse processo. Na visão dos autores, tanto as pressões da prática jornalística, na corrida contra o tempo, bem como as exigências de imparcialidade e objetividade, contribuem para produzir acesso “sistematicamente estruturado aos meios por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas” (HALL, 1999, p.229).

Desse modo, segundo os autores, os meios reproduzem simbolicamente a estrutura de poder que impera na ordem institucional da sociedade. Os meios concentram nos porta-vozes institucionais, que transmitem as opiniões dominantes, a sua fonte de informação, e assim, os transformam em “definidores primários” de categorias. Seguindo este raciocínio, depreende-se que alguns dos intelectuais analisados neste trabalho, quando tecem posições que se aproximam de sujeitos do campo político (estes, “detentores de posições institucionalizadas privilegiadas”), perdem engajamento crítico, revolucionário, se distanciam dos valores coletivos, deixam de ser mediadores entre a classe dominante e dominada e, passam para a condição de “porta-vozes institucionais”, rendendo-se às condições e estruturas de produção que regem o campo jornalístico, conforme os autores indicam.

Por outro lado, existem outras formas de representação intelectual dentro deste mesmo espaço jornalístico, com tomadas de posição que se diferenciam entre seus pares e também da classe dominante, conforme apontam os dados. Denota-se que essa característica seja inerente à pluralidade e complexidade dos novos tempos, de modo a demonstrar uma nova atuação desses sujeitos frente aos meios de comunicação de massa, “representando um conjunto diferente de valores e prerrogativas” (SAID, 2005, p. 86).

Segundo Pereira (2007, p.136, grifo do autor), “a elaboração do discurso intelectual deve prever agora sua condição de enunciação, o que representa uma diluição do monopólio discursivo da *intelligentsia* num pluralismo mediático”. O autor argumenta que, entre outros aspectos, a configuração de uma confusão entre as representações desses indivíduos e uma multiplicação de contatos entre os agentes de ambos os campos, propiciou o surgimento de uma nova categoria de intelectuais, o surgimento dos intelectuais midiáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais dos novos tempos se deparam com os desafios decorrentes das transformações provocadas pelo avanço dos meios de comunicação, pela influência que a mídia, as novas tecnologias, a cultura de massa provocam nas diferentes relações sociais, nas diversas camadas da sociedade. O estatuto da atividade intelectual é debatido por muitos estudiosos e, quando se deparam com a pluralidade de agentes que caracterizam este campo, encontram, entre outras razões, dificuldade conceitual sobre o lugar de fala desses sujeitos.

Nesta pesquisa buscou-se compreender a dinâmica de interação entre o campo intelectual e o campo jornalístico partindo do seguinte problema: a partir de publicações em jornais impressos, como se dá o posicionamento dos intelectuais dentro do campo jornalístico? Ao se manifestarem em um campo midiático, eles mantêm os princípios morais e universais que o caracterizam como intelectual clássico, crítico e engajado?

Na tentativa de desvelar compreensões acerca da temática, foram utilizados procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento em publicações de sujeitos intelectuais que mais frequentemente ocupam páginas da editoria de Opinião nos jornais impressos Estadão, O Globo, Folha de São Paulo e Valor Econômico.

É objetivo geral deste trabalho, compreender e analisar a dinâmica de interação entre o campo intelectual e jornalístico, a partir do posicionamento de intelectuais exposto em publicações veiculadas em jornais impressos de grande circulação no país. O estudo alcançou este propósito na medida em que contribuiu, a partir de pesquisa bibliográfica, para compreensão sobre o campo intelectual, seus agente e funções, bem como sobre as estruturas de funcionamento do campo jornalístico, de modo a propor diálogos, seja pelas correntes que criticam essa interação, seja por aqueles que defendem a aproximação entre esses dois universos. Além disso, a breve revisão de literatura justificou a relevância do debate proposto, visto ser este um tema recorrente à contemporaneidade, que ora se apresenta como nova temática a ser pesquisada.

O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: identificar quem são os intelectuais que ocupam espaços nos veículos impressos do Brasil. Este objetivo foi alcançado na medida em que foram levantados todos os nomes de intelectuais que assinam publicações na editoria de Opinião dos quatro jornais observados ao longo de 2013. Outro objetivo específico se refere à indicar a frequência de interação dos intelectuais com o campo

jornalístico. A frequência de intelectuais foi identificada de modo a observar quais são aqueles que mais publicam na editoria de Opinião, bem como constituiu o *corpus* para análise de seus posicionamentos. Está entre os propósitos da pesquisa, categorizar temas que são abordados pelos intelectuais, o que foi possível alcançar com a identificação e categorização dos textos que tratam das Manifestações de Junho de 2013. Compreende-se que também que foram identificados os enquadramentos dados pelos intelectuais em suas publicações e, ainda, proposta discussão sobre a tomada de posição dos intelectuais no Campo Jornalístico. Verificou-se ainda se os intelectuais mantêm características de atuação universal à luz de conceitos teóricos sobre o Campo Intelectual.

O resultado da análise dos dados corrobora parcialmente à hipótese de que, na dinâmica de interação entre os campos intelectual e jornalístico, os sujeitos intelectuais se distanciam dos valores e princípios universais que os caracterizam como intelectual clássico, crítico e engajado. A figura do intelectual, ao ingressar no campo jornalístico, se desprende da sua função social contestadora e adequa suas opiniões às abordagens imediatistas, superficiais e homogêneas, com fins particularistas no que diz respeito a um determinado grupo de intelectuais identificados. Na interação com o campo jornalístico, o intelectual clássico, crítico e engajado, que tem, entre outras funções, a de ocupar espaços públicos com reflexões profundas, portando valores coletivos, absolutos, de justiça, verdade, liberdade, dá lugar a uma atuação inclinada a discursos homogêneos, semelhantes aos da classe política, da ideologia dominante.

Entretanto, não foi possível atribuir esse aspecto a todo o grupo de sujeitos investigados, visto que alguns intelectuais demonstram tomada de posição diferentes, com pluralidade de abordagens, divergentes de posicionamentos dos políticos e também dos próprios pares, de modo a configurar um subespaço dentre os intelectuais, característica esta atribuída aos intelectuais dos novos tempos, os intelectuais midiáticos.

Quanto à relevância técnico-científica da pesquisa realizada, o trabalho contribui no caminho de busca conceitual sobre esses sujeitos, no sentido de aprofundar nas questões que envolvem o estatuto do intelectual e seu lugar de fala. No que se refere às limitações desta pesquisa, ressalta-se a inviabilidade de avançar com elementos mais comparativos, seja no campo de origem, seja no campo ora apropriado, como por exemplo, verificar as publicações destes intelectuais no seu campo de atuação, bem como identificar matérias jornalísticas que tratam de temas semelhantes. Isso possibilitaria avançar nas discussões sobre as tomadas de posição desses sujeitos dentro do seu próprio campo, comparadas aos posicionamentos de

jornalistas, na produção de suas notícias, o que levaria a um parâmetro mais amplo sobre como estes agentes atuam dentro e fora do seu campo.

Como possibilidade de melhoria desta pesquisa, recomenda-se para trabalhos futuros avançar na análise sobre as relações entre os intelectuais e o campo político nesses processos de interação, visto que políticos aparecem, conforme identificados neste trabalho, dividindo o mesmo espaço de opinião com os intelectuais no universo jornalístico. Neste caminho, sugere-se acrescentar a análise de vozes no intuito de contribuir na compreensão da interação entre esses dois campos, visto que os intelectuais também aparecem como vozes entrevistadas, como personagens em matérias jornalísticas, além de poder descobrir qual dentre estes campos tem mais autonomia um sobre o outro, quem pauta mais os debates: os intelectuais, os políticos ou os jornalistas.

Também sugere-se utilizar destes instrumentos de pesquisa para analisar quais instituições, a qual estes intelectuais estão vinculados, aparecem com mais frequência no meio jornalístico. Não sendo este objetivo desta pesquisa, notou-se, ainda assim, um indicativo, de modo geral, que são as mesmas instituições de ensino que ocupam frequentemente o espaço de Opinião nos jornais observados, a exemplo da USP, UFRJ, FGV, Unicamp e UFRGS. Outras instituições e universidade possivelmente aparecem em menor quantidade neste espaço midiático.

O contexto é vasto, inovador e possibilita inúmeras discussões, entre elas, questionar como se dá essa interação no meio televisivo, radiofônico ou ainda nas mídias sociais e outros canais na internet. Não houve intenção neste trabalho de estabelecer convicções conceituais, de forma determinista, sobre o perfil do intelectual, visto que, conforme exposto, diversos autores defendem a aproximação entre esses dois universos. Logo, buscou-se colaborar com a compreensão sobre as responsabilidades desses sujeitos, sejam eles universais ou midiáticos, frente às transformações e complexidades da sociedade inerentes ao mundo moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFONSIN, B. M. et al. **As Manifestações de Junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade.** In: Revista de Direito da Cidade, v. 7, n. 1, p. 71-90, 2015. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/15200>> Acesso em: 5 mar. 2018.
- Associação Nacional de Jornais (ANJ) <<http://www.anj.org.br/>> [20/11/2016]
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, PT: Edições 70, 1977.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder.** São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BORGES, T. G. F. **Entre o espetáculo e o debate público: enquadramento sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil.** (Dissertação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/127029>> Acesso em: 5 mar. 2018.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. **Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.
- _____. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. **Razões e Práticas: Sobre a teoria da ação.** Campinas, São Paulo: Papirus 1996.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- _____. **Campo poder, campo intelectual: itinerário de um conceito.** Montessor, 2002.
- BUDÓ, M. N. **Newsmaking criminology: o papel dos intelectuais na construção de um novo discurso sobre o crime nos media.** In: Comunicação e Cultura. Lisboa, 2012, p. 107-123. Disponível em <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/18167>> Acesso em: 13 nov. 2016.
- CAÑIZÁLES, A.; PONCE, M. **La comunicación política en América Latina: entre la consolidación como disciplina y la apertura de nuevos enfoques de investigación interdisciplinar.** In: Bolaño, C.; Druetta, D. C.; Cimadevilla, G. (Coordinadores). La contribucion de America Latina al campo de la comunicacion: historia, enfoques teóricos, epistemológicos y tendencias de la investigación. Buenos Aires: Editora Prometeo Libros, 2015.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHAUÍ, M. **Intelectual engajado: uma figura em extinção?** In: NOVAES, Adauto (org.). O Silêncio dos Intelectuais. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

CLEMENCEAU, G. In: Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$georges-clemenceau](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$georges-clemenceau)>. Acesso em: 08 mai. 2018.

CORREIA, J. C. **Os intelectuais na sociedade da informação: produção cultural e participação política.** In: Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, v. 16, n. 2, p. 125-142, mai./ago. 2013. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1183/1124> Acesso em: 13 nov. 2016.

DEFFACI, Z. **Construção e crise do sentido da atuação dos intelectuais: o aspecto epistemológico e o dilema político.** Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual Política Unesp/Araraquara, 2012, São Paulo. Disponível em: <http://repositorio.Unesp.br/bitstream/handle/11449/106303/deffacci_fa_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 3 jan. 2017.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos.** Lisboa, Relógio d'Água, 2004.

DORELLA, P. **Octavio Paz na Televisa: uma análise sobre a inserção do intelectual na mídia.** In: Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, v. 16, n. 2, p. 28-45, mai./ago. 2013. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1177/1113> Acesso em: 13 nov. 2016.

DURIGUETTO, M. L. **A questão dos intelectuais em Gramsci.** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a04n118.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2018.

ESCOBAR, A. F. **A qualidade da informação na mídia *all news* e o papel dos intelectuais.** Tese (Doutorado em Mídias e Mediações Culturais) Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=7> Acesso em: 8 jan. 2017.

Estadão. <<http://www.estadao.com.br/>> [16/01/2017]

FABIEN, J. **Imagem dos Intelectuais no século XXI: As dificuldades de entender seu papel social na sociedade contemporânea.** In: Revista Saberes Universitários. Unicamp. Vol 1, nº 2, p. 14-31, Campinas, SP. 2016. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/saberes/article/view/6944/4345>> Acesso em: 7 mai. 2017.

Folha de São Paulo <<http://acervo.folha.uol.com.br/?cmpid=menulate>> [16/01/2017]

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder.** São Paulo: Graal, 2017.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

GOHN, M. G. M. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.** In: Revista Diálogo Educacional, v. 16, n. 47, 2016.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1891/189145380007/>> Acesso em: 5 mar. 2018.

HACKETT, R. **Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos**. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, S. et al. **A produção social das notícias: O mugging nos media**. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: VEGA, 1999.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática: 2006.

_____. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática: 2005.

LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

LOPES, F. L. **Significados da imagem de intelectual para a construção da identidade do jornalista**. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós, Brasília, v.12, n.3, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/431>> Acesso em: 13 nov. 2016.

MALINA, A.; OLIVEIRA, V. M.; AZEVEDO, A. C. **Uma discussão sobre o conceito de intelectual em Karl Mannheim e Antonio Gramsci**. In: Trabalho & Educação-ISSN 1516-9537, v. 16, n. 2, p. 69-80, 2007.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática S.A, 1986.

MARIGLIANI, T. **Produção intelectual nas mídias digitais: expressões do pensamento contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009, São Paulo. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2725/1/Tatiana%20Marigliani1.pdf>> Acesso em: 8 jan. 2017.

MARCHETTI, D. **El análisis sociológica de la producción de información mediática**. In: Comunicación y medios. Instituto de la Comunicación e Imagen. Universidad de Chile, 2008. Disponível em <<http://www.revistapolitica.uchile.cl/index.php/RCM/article/viewFile/670/566>> Acesso em 6 fev. 2017.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito**. RBCS v. 27, n. 79. 2012.

MICELI, S. **Intelectuais Brasileiros**. In: MICELI, S. (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: Capes, 1999.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. **As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In: TRAQUINA, N. (Org.) *Jornalismo: Questões, teorias, histórias*. Lisboa: VEGA, 1999.

MOREIRA, O. L. M.; SANTIAGO, I. M. F. L. **Vem prá rua: os protestos de junho**. In: SOUZA, A. A.; SOUSA, C. M. (Org) *Jornadas de junho: repercussões e leituras*, 2013. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13359>> Acesso em: 5 mar. 2018.

MOTTA, L. G. **Enquadramento lúdico-dramático no jornalismo: mapas culturais para organizar narrativamente os conflitos políticos**. In: L. F. Miguel e F. Biroli (Orgs.) *Mídia: Representação e democracia* (pp. 137 – 161). São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. Paris: La Découverte, 2001.

NOVAES, A. (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

O Globo. <<https://oglobo.globo.com/>> [16/01/2017]

OGASSAWARA, J. S. **Intelectuais no Le Monde Diplomatique: relações entre França e Argentina (1999-2011)** Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18012016-114936/pt-br.php>> Acesso em: 8 jan. 2017.

Plataforma Lattes. <<http://lattes.cnpq.br/web/plataforma-lattes/o-que-e>> [28/04/2017]

PEREIRA, F. H. **Uma análise sociológica das relações entre a mídia e os intelectuais**. Resenha. In: Revista FAMECOS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/4812/6>> Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. Artigo. In: Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=715>> Acesso em 18 mar. 2017.

_____. **Pensar o Jornalismo enquanto prática sócio-discursiva: uma revisão das perspectivas francófinas**. In: Comunicação: Veredas (Unimar), v.8, 2009.

_____. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: Identidade, práticas e transformações no mundo social**. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade de Brasília, 2008a. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1155>> Acesso em: 5 jan. 2017.

_____. **Intelectuais e mídia: um estudo comparado entre Brasil e França**. In: Estudos em Comunicação nº 1, 133-160, 2007. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/pereira-fabio-henrique-intelectuais-midia.pdf>> Acesso em: 13 fev. 2017.

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A. A. C. (org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp / Salvador: Edufba, 2004.

RIBEIRO, R. J. **O cientista e o intelectual**. In: NOVAES, A. (org.). O Silêncio dos Intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROUANET, S. P. **A crise dos universais**. In: NOVAES, A. (org.). O Silêncio dos Intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROUANET, L. P. **Manifestações de junho: entre a estética e a política**. In: Analytica: Revista de Psicanálise, v. 3, n. 5, p. 101-114, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972014000200006> Acesso em: 5 mar. 2018.

SAÏD, E. W. **Representações do Intelectual**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTANA, G.A.C.; GOMES, M. B. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior 2013. In: Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 3, n. 1, p. 317-320, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/revista/24981/V/3>> Acesso em: 5 mar. 2018.

SARTRE, J. **Sartre por ele mesmo**. Documentário gravado para a TV Francesa em 1976. Publicado por Saulo Dourado, 2017. Youtube. 3:07:58. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=wCS5V6nAWIk>> Acesso em: 25 mar. 2018.

SEMERARO, G. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. In: Cad. Cedes, Campinas, vol.26, n.70, p. 373-391, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>> Acesso em: 6 jan. 2017.

SILVA, I. P. M. S. **Enquadramentos das Manifestações de Junho de 2013 nos jornais The New York Times e Le Monde**. (Monografia) Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/12476>> Acesso em: 6 abr. 2018.

SILVA NETO, O. G. **Brasil, 2013: Reflexões e metáforas. Jornadas de junho: repercussões e leituras**. In: SOUZA, A. A.; SOUSA, C. M. (Org.) Jornadas de junho: repercussões e leituras, 2013. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/13359>> Acesso em: 5 mar. 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. Florianópolis, SC: Insular, Volume 1, 2. Ed. 2005.

TUCHMAN, G. **A objectividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objectividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, N (Org.) Jornalismo questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja. 1999.

Valor Econômico <<http://www.valor.com.br/>> [16/01/2017]

VIANNA, A. M. **As multidões de junho de 2013 no Brasil: o desafio de explicar e compreender**. In: Revista Espaço Acadêmico, v. 13, n. 146, p. 36-48, 2013. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21301>> Acesso em: 5 mar. 2018.

VIEIRA, C. E. **Intelligentsia e intelectuais. Sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual.** In: Revista Brasileira de História da Educação, v. 8, n. 1 [16], p. 63-85, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588>> Acesso em: 7 fev. 2018.

WOLFF, F. **Dilemas dos Intelectuais.** In: NOVAES, A. (org.). O Silêncio dos Intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

APÊNDICE

APENDICE A – Matriz de categorização para Análise de Conteúdo Categorical e Análise de Enquadramento

Data	Jornal	Caderno	Nome da Matéria	Intelectual	Categorial	Enquadramento
2013/06/20	Estadão	Espaço Aberto/A2	Protesto	Demétrio Magnoli	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/25	Estadão	Espaço Aberto/A2	Cabloco Ativista	Xico Graziano	Crítica aos governos	Crise de representatividade política
2013/07/01	Estadão	Espaço Aberto/A2	A usurpação do novo	Denis Lerrer Rosenfield	Movimento de Esquerda	Crise de representatividade política
2013/07/04	Estadão	Espaço Aberto/A2	A Copa de Lula	Demétrio Magnoli	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/15	Estadão	Espaço Aberto/A2	O marciano, o Brasil e Aristóteles	Denis Lerrer Rosenfield	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/29	Estadão	Espaço Aberto/A2	Política e Economia	Denis Lerrer Rosenfield	Economia	Crise de representatividade política
2013/08/01	Estadão	Espaço Aberto/A2	La politica è troppo sporcata'	Roberto Macedo	Oportunismo	Pretexto
2013/08/01	Estadão	Espaço Aberto/A2	Da arte de iludir	Demétrio Magnoli	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Outros
2013/08/15	Estadão	Espaço Aberto/A2	Nas franjas do Black Bloc	Demétrio Magnoli	Violência	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/08/26	Estadão	Espaço Aberto/A2	Democracia e violência	Denis Lerrer Rosenfield	Violência	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/09/26	Estadão	Espaço Aberto/A2	Marina e as regras do jogo	Demétrio Magnoli	Oportunismo	Pretexto
2013/11/04	Estadão	Espaço Aberto/A2	O uso político da violência	Denis Lerrer Rosenfield	Violência	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/06/14	Folha	Opinião / A2	Protestos em série	Hélio Schwartzman	Violência	Atos violentos

2013/06/19	Folha	Opinião / A2	Entre a sabedoria e a loucura	Hélio Schwartzman	Oportunismo	Pretexto
2013/06/25	Folha	Opinião / A2	O tamanho das mudanças	Hélio Schwartzman	Outros	Desqualificação das reivindicações e das manifestações
2013/06/26	Folha	Opinião / A2	Pés pelas mãos	Hélio Schwartzman	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/26	Folha	Opinião / A2	Emergência	Antonio Delfim Neto	Economia	Outros
2013/07/27	Folha	Opinião / A2	Despreparo escancarado	Hélio Schwartzman	Crítica aos governos	Governos são os culpados
2013/07/28	Folha	Opinião / A2	É a comida, estúpido	Hélio Schwartzman	Outros	Outros
2013/07/30	Folha	Opinião / A2	Chicago 2016	Hélio Schwartzman	Oportunismo	Pretexto
2013/06/15	O Globo	Opinião/18	Uma crise de representação	Cacá Diegues	Crítica aos governos	Crise de representatividade política
2013/06/19	O Globo	Opinião/23	Revolta e futebol	Roberto Damatta	Crítica aos governos	Governos são os culpados
2013/06/20	O Globo	Opinião/21	Protesto	Demétrio Magnoli	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/21	O Globo	Opinião/22	O governo e clamor das ruas	Rogério Furquim Werneck	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/22	O Globo	Opinião/27	Ação direta	Paulo Nogueira Batista Jr.	Crítica aos governos	Crise de representatividade política
2013/06/24	O Globo	Opinião/15	Novos tempos	Paulo Guedes	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/25	O Globo	Opinião/21	Indignai-vos nas urnas!	Rodrigo Constantino	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/06/26	O Globo	Opinião/23	Notas de uma magra trincheira	Roberto Damatta	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/27	O Globo	Opinião/21	Cadê o De Gaulle?	Veríssimo	Crítica aos governos	Governos são os culpados
2013/06/29	O Globo	Opinião/22	Meu coração não precisa de partido	Cacá Diegues	Outros	Crise de representatividade política
2013/07/01	O Globo	Opinião/17	Luzes acesas	Paulo Guedes	Oportunismo	Pretexto

2013/07/01	O Globo	Opinião/16	A usurpação do novo	Denis Lerrer Rosenfield	Movimento de Esquerda	Crise de representatividade política
2013/07/04	O Globo	Opinião/19	A Copa de Lula	Demétrio Magnoli	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/06	O Globo	Opinião/23	Seda e aço	Paulo Nogueira Batista Jr.	Crítica aos governos	Crise de representatividade econômica
2013/07/08	O Globo	Opinião/13	Brasília faminta	Paulo Guedes	Crítica aos governos	Crise de representatividade política
2013/07/15	O Globo	Opinião/12	O marciano, o Brasil e Aristóteles	Denis Lerrer Rosenfield	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/19	O Globo	Opinião/18	Desacertos do BNDES	Rogério Furquim Werneck	Economia	Crise de representatividade econômica
2013/07/29	O Globo	Opinião/15	Conflito de gerações	Paulo Guedes	Oportunismo	Pretexto
2013/07/29	O Globo	Opinião/14	Relativa calma	Denis Lerrer Rosenfield	Economia	Crise de representatividade política
2013/08/01	O Globo	Opinião/21	Da arte de iludir	Demétrio Magnoli	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Outros
2013/08/07	O Globo	Opinião/19	Ninguém sabe com quem está falando	Roberto Damatta	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/08/11	O Globo	Opinião/19	Vá entender	Veríssimo	Outros	Outros
2013/08/14	O Globo	Opinião/19	Manifestações e passeatas	Roberto Damatta	Outros	Outros
2013/08/15	O Globo	Opinião/17	Nas franjas do Black Bloc	Demétrio Magnoli	Violência	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/08/26	O Globo	Opinião/14	Sob o olhar complacente da polícia	Denis Lerrer Rosenfield	Violência	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/09/02	O Globo	Opinião/15	Lentes distorcidas	Paulo Guedes	Oportunismo	Pretexto
2013/09/21	O Globo	Opinião/18	Alma em fogo	Cacá Diegues	Violência	Atos violentos
2013/09/26	O Globo	Opinião/17	Marina e as regras do jogo	Demétrio Magnoli	Oportunismo	Pretexto
2013/10/23	O Globo	Opinião/19	Achados e perdidos	Roberto Damatta	Oportunismo	Pretexto
2013/10/24	O Globo	Opinião/17	O Palácio e os "movimentos sociais"	Demétrio Magnoli	Movimento de Esquerda	Dilma/Lula/PT são os culpados

2013/11/04	O Globo	Opinião/14	O uso político da violência	Denis Lerrer Rosenfield	Violência	Violência provocada e/ou capitaneada pela esquerda
2013/07/01	Valor	Opinião/A13	Muita tributação e muito gasto	Gustavo Loyola	Economia	Crise de representatividade econômica
2013/07/09	Valor	Opinião/A11	A indignação do povo e o caminho	Yoshiaki Nakano	Crítica aos governos	Crise de representatividade política
2013/07/19	Valor	Opinião/A12	As manifestações e o trabalho	Naercio Menezes Filho	Carência de Serviços Públicos	Crise de representatividade política
2013/08/02	Valor	Opinião/A15	Ainda as manifestações de junho	Armando Castelar Pinheiro	Crítica aos governos	Crise de representatividade política
2013/08/08	Valor	Opinião/A15	A marcha da irracionalidade	Mário Mesquita	Economia	Crise de representatividade econômica

Data	Jornal	Caderno	Nome da Matéria	Campo Político	Categorização	Enquadramento
2013/06/27	Estadão	Espaço Aberto/A2	Problemas demais, governo de menos	José Serra	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/11	Estadão	Espaço Aberto/A2	Uma crise em busca de um governo	José Serra	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/25	Estadão	Espaço Aberto/A2	Fuga para adiante	José Serra	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/21	Folha	Opinião / A2	Aprendizado essencial	Marina Silva	Movimento autônomo	Outros
2013/06/23	Folha	Opinião / A2	Caminho da transformação	Henrique Meireles	Economia	Crise de representatividade econômica
2013/06/24	Folha	Opinião / A2	Brasileiros	Aécio Neves	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/06/30	Folha	Opinião / A2	Poder para os eleitores	Henrique Meireles	Oportunismo	Pretexto
2013/07/01	Folha	Opinião / A2	Classe Média	Aécio Neves	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/05	Folha	Opinião / A2	O Senhor e os anéis	Marina Silva	Crítica aos governos	Governos são os culpados
2013/07/07	Folha	Opinião / A2	Não somos sapos, afinal	Henrique Meireles	Carência de Serviços Públicos	Crise de representatividade econômica

2013/07/12	Folha	Opinião / A2	Os sem-gesto	Marina Silva	Oportunismo	Pretexto
2013/07/15	Folha	Opinião / A2	Governabilidade	Aécio Neves	Oportunismo	Pretexto
2013/07/29	Folha	Opinião / A2	Em boa hora	Aécio Neves	Oportunismo	Pretexto
2013/12/27	Folha	Opinião / A2	Personalidade do ano	Marina Silva	Movimento autônomo	Outros
2013/12/30	Folha	Opinião / A2	Feliz Brasil Novo	Aécio Neves	Oportunismo	Pretexto
2013/06/29	O Globo	Opinião/23	Não caiu a ficha	Cristovam Buarque	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/07/27	O Globo	Opinião/17	Mudar o rumo	Cristovam Buarque	Crítica aos governos Lula/Dilma/PT	Dilma/Lula/PT são os culpados
2013/08/24	O Globo	Opinião/17	Susto e alerta	Cristovam Buarque	Crítica aos governos	Governos são os culpados
2013/10/05	O Globo	Opinião/19	Vendo o grito	Cristovam Buarque	Crítica aos governos	Governos são os culpados

ANEXOS

ANEXO A – Publicações no jornal O Estado de São Paulo (Estadão) Texto 1: Protesto – Demétrio Magnoli – 20/06/2013

Protesto

DEMÉTRIO
MAGNOLI

E, do caos, fez-se o protesto. No início, manifestações pequenas degeneraram, previsivelmente, em violência e depredação. Truclências policiais, uma vaia avassaladora contra Dilma Rousseff e manifestações com outra pauta, sobre os gastos públicos na farra da Copa do Mundo, pontuaram o estágio intermediário. Enfim, protestos multitudinários tomaram as ruas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Brasília. A sequência desafia a lógica convencional e escapa às ferramentas de tradução dos políticos, mas lança alguma luz sobre uma crise larvar que, agora, emergiu. Bem na hora em que o Palácio do Planalto preparava-se para tocar novamente uma velha canção da Copa do Mundo de 1970 o céu desabou.

Nada houve de espontâneo na etapa inicial. Os movimentos pelo “passe livre” são constituídos por autointitulados “anarquistas”, seitas esquerdistas e jovens indignados que se movem à margem dos aparelhos da esquerda oficial (PT, PCdoB, sindicatos, UNE). Nas franjas dos movimentos, circulam bandos de punks à caça de oportunidades para confrontos com a polícia. O “passe livre”, uma utopia socialmente reacionária, funcionava como pretexto para quimeras diversas: a “superação do capitalismo”, a “revolução proletária”, a “guerra urbana”. As vergonhosas distorções de nossos sistemas de transporte coletivo – avessos à transparência, hostis aos usuários, pontilhados de privilégios, curvados pela associação oculta entre empresas de ônibus e políticos – não interessam realmente aos grupos radicalizados que protagonizaram as primeiras manifestações.

Há sintomas de uma notável regressão política. As passeatas estudantis de 1977 contra a ditadura militar tinham linha de frente e cordões de segurança, elementos ausentes nos protestos em curso. A desordem prestou-se à ação de incendiários e depredadores. Governantes e chefes de polícia despreparados multiplicaram o caos, produzindo cenas chocantes de violência contra manifestantes pacíficos. Mas a escala faz a dife-

rença: quando dezenas de milhares foram às ruas, os encapuzados viram-se reduzidos à insignificância e, quase sempre, à impotência.

“Não é por centavos, é por direitos”, esclarecia uma faixa no Rio de Janeiro. “Brasil, vamos acordar, o professor vale mais que o Neymar”, cantou-se em São Paulo. Na segunda-feira, o “passelivre” já era só um pretexto coletivo para manifestações que exigiam o reconhecimento de um “direito ao protesto” e exprimiam uma frustração “difusa” e “crescente” – duas palavras usadas pelo ministro Gilberto Carvalho, a sombra onipresente de Lula no governo de Dilma. As marcas da juventude e de uma diversificada classe média, inclusive das periferias, estavam impressas nos protestos de massa. “Não é a Grécia, não é a Turquia – é o Brasil que sai da letargia”, gritaram em São Paulo. Só se grita isso porque, de algum modo não óbvio, é “a Grécia” e é “a Turquia”.

A escala faz a diferença. As quimeras das seitas esquerdistas tornaram-se inaudíveis nos protestos de multidões. No lugar delas, desenhavam-se os contornos de uma agenda implícita, ainda não cozida no fogo da linguagem política. As pessoas estão fartas do governo e da oposição, da corrupção e da impuni-

O inimigo é toda a elite política reorganizada na década de balofa euforia do lulopetismo

.....dade, da arrogância e do cinismo, da soberba e do descaso. O estádio superfaturado, o ônibus superlotado, a escola arruinada, a inflação, a criminalidade, o Dirceu e o Eike – é sobre isso que falam os manifestantes, ecoando palavras de milhões ainda inseguros quanto à conveniência de protestar nas ruas. O inimigo, que ninguém se engane, é toda a elite política reorganizada durante a década de balofa euforia do lulopetismo. Um preocupado Gilberto Carvalho alertou contra a tentação de “tirar proveito político, de um lado ou de outro” dos eventos da segunda-feira. Mestre no ofício de “tirar proveito político”, ele já percebeu que um ciclo se fechou.

A política é, entre outras coisas, a arte de ordenar e hierarquizar

as inquietações populares. No declínio da ditadura, estudantes e sindicalistas usaram as expressões “anistia”, “liberdades democráticas” e “direito de greve”. Na hora da dissolução do regime militar, as oposições se reuniram em torno do estandarte das eleições diretas. A bandeira do impeachment, erguida por partidos e movimentos sociais, encerrou a saga desastrosa do governo Fernando Collor. Diante da hiperinflação, os tucanos ofereceram um programa de estabilização, reformas e privatizações. Na conjuntura de crises externas que erodiam os salários e as aposentadorias, o PT prometeu distribuir a renda e exterminar a pobreza. Hoje, porém, a “difusa” e “crescente” inquietação não encontra traduções políticas nítidas.

A desmoralização da ágora – eis a pior herança do lulopetismo. O governo Lula cooptou os movimentos sociais, convertendo-os em marionetes de suas ambições eleitorais, e reforçou os grilhões que prendem o movimento sindical ao poder de Estado. No governo Dilma, completou-se a construção de uma esmagadora maioria parlamentar alicerçada sobre a distribuição de sesmarias na administração direta e nas empresas estatais. Do lado de fora da ampla coalizão governista, destituídos de princípios ou convicções, os partidos de oposição remanescentes abdicaram da crítica e do debate, aguardando que um milagre transfira o poder para suas mãos. A política parlamentar democrática fenecceu, exaurindo-se de sentido. As manifestações provavelmente teriam começado antes, não fossem as esperanças depositadas no julgamento do mensalão.

Nesse cenário, os protestos descrevem trajetórias pré-políticas e os manifestantes apalpam terreno desconhecido, em busca de uma linguagem e de uma agenda. A anomia não perdurará eternamente – mas, por enquanto, gera muito calor e pouca luz. De qualquer modo, uma festa terminou antes mesmo de começar: desconfio de que *Próxima frente Brasil* não será ouvida na Copa do Mundo de 2014.

* É SOCIOLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR

Texto 2: Caboclo ativista - Xico Graziano – 25/06/2013

Caboclo ativista

 XICO
GRAZIANO

José Batistela, octogenário, personagem famoso em Araras (SP), minha terra natal, me escreveu dias atrás, logo após a primeira das manifestações de rua. Gente simples do interior, roceiro ainda por cima, o sitiante não conseguia entender direito a confusão existente na metrópole. “Contra o que, afinal, lutam esses jovens?”

Senti-me, de cara, impotente para explicar o porquê daqueles acontecimentos. Eu, próprio, temperado há tempos na selva de pedra, mal compreendia o sentido daquilo que testemunhara no centro de São Paulo. As ruas pareciam demonstrar uma complexa mistura de rebeldia, ideologia, oportunismo, esperança e temor sobre o futuro. Não tive como responder, naquele momento, ao meu matuto conterrâneo.

Na sequência, conforme todos vimos, cresceram as passeatas, ganhando o apoio popular, espalhando-se pelo País. Surgiu a reivindicação do transporte, aos poucos seu propósito mais amplo e difuso se delineou. As manifestações, embora contaminadas por grupelhos bandidos, carregavam uma forte negação do sistema político. Os jovens, ficou claro, gritam por uma sociedade decente. Acorda, Brasil.

Mais esclarecido sobre o rumo do movimento, tomei coragem para retornar ao seu Zé Batistela. Remeti a ele, em meu amparo, um apanhado de opiniões. Ignácio de Loyola Brandão, escritor dos melhores, disse que nos ônibus as pessoas viajam qual “gado amontoado”, mas os protestos eram “contra a vida miserável, expressam o saco cheio”. Fernando Henrique Cardoso argumentou que as razões se encontram “na carestia, na má qualidade dos serviços públicos, na corrupção, no desencanto da juventude frente ao futuro”. Demétrio Magnoli, sociólogo da USP, concluiu que as pessoas estão “fartas do governo e da oposição, da corrupção e da impunidade, da soberba e do descaso”. Opiniões abalizadas.

Traduzi assim essa gritaria que anda assustando a Nação. Na briga contra o valor da passagem dos ônibus, claramente se encontra a frustração da juventude acerca dos destinos políti-

cos no Brasil, a insatisfação contra a podridão do poder. Os jovens parecem se sentir desdenhados, esquecidos e humilhados pela política degradante, corrupta e falsa, que abominam. No país do futebol, dos estádios que custam os olhos da cara, nunca sobra recurso para melhorar a vergonha da saúde, a tristeza do ensino fundamental, a tragédia da segurança pública.

Calejado no trato da terra desde quando os colonos italianos para cá vieram cuidar de café, por mais que eu me esforçasse para explicar as coisas, seu Zé Batistela mostrava-se ainda ensimismado. Compreensivelmente, me retrucou. Ele sentia na roça o desencanto da sociedade brasileira com a política ve-

Contra a tragédia da seca ninguém gritou nos últimos dias. O campo ficou esquecido

lhaca instalada na República, as promessas mentirosas, a lambança. Mas por que, de repente, a boiada estourou?

Não é fácil explicar a profunda transformação, global, que tem sofrido a democracia representativa na era da comunicação digital. À margem dos partidos, até mesmo contra eles, as redes sociais geram uma sociedade articulada, cheia de comunidades virtuais, mas, contraditoriamente, efêmera e anárquica. No passado, as massas revoltosas precisavam do discurso inflamado nas tribunas; agora, os sonhos da mudança se alimentam do computador. Ou no celular.

Reminiscências me tomaram a mente. Nos anos 70, estudantes de Agronomia em Piracicaba, nós enfrentamos a prepotência da polícia nas passeatas contra a ditadura militar. Jogamos bolinhas de gude para atrair o passo dos cavalos, atiramos pedras nos escudos, nos esgoelamos pela democracia, todos unidos pelo utópico socialismo. Mais tarde, maduro na vida, acompanhei satisfeito a geração de meus filhos se pintar de verde e amarelo e exigir a derrubada de um mandatário desonroso.

A simpatia pelo protesto juvenil me desafia a convencer o conservador Zé Batistela a aceitar o

processo de mudança delineado nas ruas. Mas ele permanece reticente. Quando, na televisão, viu os governantes, do Rio de Janeiro e de São Paulo, felizes anunciarem a redução do preço das passagens, me telefonou: decepcionado, queria agora saber de onde sairia o dinheiro para cobrir a diferença da passagem. Embora caipira, ele sabe que existe mágica na administração pública.

Governar se resume a estabelecer prioridades no gasto orçamentário. Por exemplo: apenas metade de um estádio Mané Garrincha evitaria que 500 mil cabeças de gado, um quarto do rebanho, morressem esqueléticas pela seca do Semiárido; com a outra metade se construiriam cisternas e açudes, se protegeriam inúmeras áreas fragilizadas pela desertificação e ampliaria a irrigação dos pequenos agricultores. A tragédia da seca nordestina, a maior dos últimos 50 anos, passou quase despercebida na sociedade urbana que se rebela nesses dias. Ninguém gritou, o campo ficou esquecido.

O dinheiro de uma reforma do Maracanã, se aplicado na construção de armazéns, no seguro de renda agrícola, na pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na defesa agropecuária, ajudaria de forma duradoura, não apenas durante um campeonato, no desenvolvimento nacional. Um pedaço da grana consumida na Copa, se investida na estrutura da logística nacional, facilitaria o escoamento da safra, consertaria a buraqueira das rodovias, reduziria as perdas, diminuiria o frete. Sem roubalheira.

Moral da história para José Batistela: os caboclos, como ele, em vez de ficarem omissos, eternamente chorosos nos rincões, que abram os olhos, aprendam a se organizar, participar da sociedade de massas, defendendo suas demandas. Tornou-se ovelho, em duas semanas, um aprendiz de ativista, com uma marca de origem: pacato como sempre foi, abomina atos de violência. Vandalismo, jamais.

* AGRÔNOMO. FOI SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL: XICOGRAZIANO@TERRA.COM.BR

Texto 3: Problemas demais, governo de menos – José Serra – 27/06/2014

Problemas demais, governo de menos

 JOSÉ
SERRA

As manifestações que tomaram conta do Brasil nas últimas semanas derreteram a agenda política nacional, até então dominada pela prematuríssima campanha eleitoral, com três ou quatro candidatos já definidos. Sejam quais forem suas origens, seus mecanismos de propagação, virtudes, defeitos e consequências, o fato é que as mobilizações já produziram na vida brasileira um daqueles momentos em que “o futuro não será mais como era”, para evocar Paul Valéry.

Neste momento, partidos e governos, nas três esferas, sentem-se acuados, mas o foco principal de tensões situa-se no Palácio do Planalto, o grande responsável, aos olhos da população (e é mesmo!), pela condução do País.

O governo federal já vivia uma situação difícil, em razão do esgotamento do modelo econômico lulista: rápido crescimento do consumo, baixo investimento, forte criação de empregos menos qualificados e inflação baixa. Esse modelo foi viabilizado pela notável bonança externa, juntamente com o crescimento acelerado das importações, o aumento do crédito para o consumo e a sobrevalorização cambial. Foi a época da farrá de divisas e da lei do menor esforço, com estatuto semelhante ao da lei da gravidade.

A eclosão das manifestações coincidiu com o fim desse ciclo e a estagflação. Elas podem não ser efeito direto das condições da economia, mas é evidente que eclodem numa dada realidade, e não no vácuo: desaceleração do consumo em razão do menor crescimento da renda, do endividamento familiar elevado e da maior inflação; desaceleração da criação de empregos menos qualificados e falta de perspectivas para os assalariados de maior renda.

Nada pior para um governo já sem rumo do que a ventania contrária das ruas. Daí a ansiedade, a atrapalhão e a exacerbação do marketing das soluções virtuais. O emblema do desatino foi a tal Constituinte com o fim específico de fazer a reforma política. A proposta, tida como irrevogável, era de tal sorte absurda que foi revogada em 24 horas. Fi-

cou a pergunta: como pôde a Presidência da República errar de forma tão bisonha? Agora, a fim de disfarçar o recuo, trocou-se a Constituinte exclusiva pelo plebiscito, proposta impraticável.

Além do “pacto” da reforma política, a presidente propôs o pacto da educação: 100% dos royalties do petróleo para o setor. Resumir os problemas da educação à elevação do orçamento seria equivocado. Mesmo assim, os novos recursos vindos desses royalties serão bem menores do que se alardeia, pois a vinculação só vale para contratos de exploração firmados a partir de dezembro de 2002. E eles não geram petróleo antes de seis anos; dentro de uns dez o total destinado à educação poderia chegar a R\$ 8,5 bilhões anuais – cerca de

Para o petismo, tudo se resolve com marketing e anúncios solenes

3% do Orçamento da União, dos Estados e municípios.

Já o “pacto” da saúde consiste em importar uns 6 mil médicos estrangeiros – a quase totalidade, cubanos. Alguém é contra água encanada ou luz elétrica? Assim, quem se opõe a que o Brasil tenha mais médicos? O problema é como fazer. Eles estão é mal distribuídos, concentrados nas regiões do País com mais infraestrutura. É preciso criar condições para que atuem no interior – e pouco se faz nesse sentido. Nada contra, é evidente, a que profissionais de outros países atuem aqui, desde que seus diplomas sejam revalidados mediante exames, que o Ministério da Saúde quer dispensar. Nota: apenas 5% dos médicos cubanos que a eles se submeteram foram aprovados.

A má distribuição dos médicos é apenas um dos problemas da saúde. O PT reduziu de 53% para 44% a fatia dos gastos totais no setor, jogando mais peso nas costas de Estados e municípios. A Anvisa foi loteada, padrão Agnelo Queiroz; a Funasa, degradada. Durante a gestão petista, a participação das despesas correntes do Ministério da Saúde no SUS caiu de 17% para 14% do total do governo federal (excluídos o benefícios previdenciários). A rede hospitalar tem sido fragilizada, sufocando

as Santas Casas. Se a proporção de recursos do SUS para o atendimento hospitalar fosse a herdada do governo FHC, hoje seriam destinados a essa área R\$ 7,5 bilhões a mais por ano.

Outro “pacto” anunciado é o dos transportes urbanos: R\$ 50 bilhões. A gente fica com a impressão de que são recursos a fundo perdido. Não! Viriam principalmente na forma de oferta de crédito a Estados e municípios. Além disso, matéria do *Valor* evidenciou que, dos recursos federais disponíveis para essa finalidade, 93% não foram ainda utilizados. Na prática, transportes urbanos nunca foram prioridade do governo petista. Do contrário, jamais teria lançado, há seis anos, o alucinado projeto do trem-bala entre São Paulo e Rio, cujo custo deve andar ali pelos R\$ 70 bilhões. Por sorte, a incapacidade executiva do governo não permitiu que o projeto andasse depressa, mas já deve ter consumido cerca de R\$ 1 bilhão, com direito à criação de mais uma estatal. Cancelar o trem-bala e concentrar os recursos em trens urbanos seria medida mais que oportuna quando se fala em pactos pelo Brasil.

O bom senso, aliás, recomendaria o barateamento do custo das eleições e maior proximidade entre eleitor e eleito, como a adoção do voto distrital. Se o Planalto quer diminuir a corrupção na máquina pública, não precisa de propostas mirabolantes. Que se exija certificação dos 25 mil cargos de confiança e dos altos funcionários de todas as empresas federais e se refaça com critérios técnicos todo o quadro de dirigentes de agências reguladoras. Mais ainda, que se regule com urgência o parágrafo 3.º do artigo 37 da Constituição federal, sobre a participação dos usuários na administração pública direta e indireta, com ênfase no controle da qualidade dos serviços.

Tais medidas, entre outras, seriam simples e eficazes. Mas no petismo o fácil é sempre difícil, pois eles são especialistas em obter vantagens com as dificuldades que criam, e têm a convicção de que os problemas do País se resolvem com marketing e anúncios solenes.

*
EX-GOVERNADOR E EX-PREFEITO
DE SÃO PAULO

Texto 4: A usurpação do novo – Denis Lerrer Rosenfield – 01/07/2013

A usurpação do novo

 DENIS LERRER
ROSENFELD

As ruas brasileiras apresentam uma novidade que contrasta com toda a anomia anterior, em que prevalecia o divórcio entre o Estado e a sociedade, os representantes e os representados. Pior que a anomia, contudo, era o ambiente de desregramento moral, crise de valores, onde o signo mais visível era a corrupção e o desvio de recursos, alinhados com a baixa qualidade dos serviços públicos.

As vozes da rua, de maneira difusa, deram vazão a uma inconformidade latente, fazendo valer outro discurso, totalmente distinto do oficial, ufanista e demagógico. “Nunca antes neste país”, “saúde de qualidade” já realizada, entre outros slogans, davam a impressão de que o povo se encontrava anestesiado, desconhecendo a realidade e estava pronto para referendar mais uma vez o governo petista.

A sociedade civil acordou. Ao espreguiçar-se, saiu logo correndo, derrubando o que encontrava pelo caminho, sabendo perfeitamente o que não mais queria, mas não conseguindo articular ainda uma pauta propriamente positiva. O relevante, de qualquer forma, é o seu *não*: não à corrupção, não a políticos que só vislumbram seus interesses particulares, não às altas tarifas de transporte, não a serviços públicos de baixa qualidade, não aos gastos da Copa das Confederações e do Mundial.

O movimento social assim florescente se caracterizou por autonomia, apartidarismo, não aparelhamento por partidos e “movimentos sociais” como CUT, MST, UNE e outros. Bandeiras dessas entidades foram rasgadas e seus militantes, apupados. O PT, em particular, ficou atônito, pois jamais imaginara uma rua que não controlasse. O presidente do partido chegou a convocar a militância, numa manobra desastrosa, mostrando o pouco preparo partidário para um contexto tão radicalmente novo.

Convém aqui fazer uma distinção da maior importância para podermos entender o que está ocorrendo. O PT sempre entendeu os movimentos sociais enquanto “organizados”, por ele mesmo controlados. É o caso de seu braço sindical, a CUT, e do seu braço social-revolucionário,

o MST, com suas entidades afiliadas, como Via Campesina, Movimento dos Atingidos pelas Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Sem-Teto (este aparecendo nos últimos dias como protagonista). A UNE, embora controlada pelo PCdoB, apresenta a mesma forma de organização.

Ora, todos esses movimentos não foram efetivamente protagonistas das manifestações. Estas, por sua vez, se caracterizaram por serem “não organizadas” no sentido petista da expressão, compostas por pessoas das mais distintas ideias e concepções, em que mesmo as qualificações de direita e de esquerda se tornam difíceis de ser aplicadas. Seu instrumento de convocação foram as redes sociais. A primeira aceção pode ser dita heterônoma, pois aparelhada, e a segunda, autônoma, pois independente.

A ambiguidade do uso da expressão “movimento social” está dando lugar agora à usurpação. Os movimentos sociais heterônimos estão procurando se colocar como os verdadeiros representantes das manifestações. Não deixa de ser risível militantes desse tipo dizerem que foram eles que estiveram presentes desde o início, tendo sido deles as iniciativas do “novo”. Eles são o “anacrônico”

Movimentos sociais aparelhados são o ‘anacrônico’ que não ousa dizer seu nome

que não ousa dizer seu nome.

O governo está adotando a linha petista em sua tentativa de responder a uma crise que nem vislumbrou e o PT, tentando retomar o controle da situação. A presidente da República chamou, então, os “movimentos sociais” para conversar. Como assim? Chamou os usurpadores para uma conversa, deixando a sociedade autônoma ao léu?

A mixórdia foi total. As centrais sindicais foram chamadas para conversar, quando nada tiveram a dizer de manifestações de que não foram protagonistas. O Movimento dos Sem-Teto, outro ausente, aparece como interlocutor, forma de trazê-lo para junto do governo. A única exceção é o Movimento Passe Livre, que teve representatividade,

embora sua pauta seja dúbia. A pública é a de um movimento voltado para a redução da tarifa dos transportes públicos, e mesmo para o passe livre. A ideológica, segundo seu próprio manifesto, é de natureza anticapitalista, contra a economia de mercado e a livre-iniciativa. Do ponto de vista de suas concepções, comunga a ideologia do PT, considerando-a em situação de divórcio com o governo petista.

O governo foi além, fazendo valer outra forma de usurpação. Propôs inicialmente uma “Constituinte exclusiva” para a reforma política como resposta, quando isso nem apareceu como agenda dos manifestantes. E o fez por meio de um truque, ou seja, a convocação da tal “Constituinte exclusiva” sob a forma de plebiscito. Este conferiria aparência democrática à iniciativa, outorgando a uma “Constituinte” poderes ilimitados para questões políticas e até para além delas, como a dita “democratização dos meios de comunicação”, sob o prisma “político” reformista, evidentemente. Estaríamos diante de uma subversão da democracia por meios democráticos.

Quem controlaria uma “Constituinte” desse tipo? A resposta é óbvia: o governo, por deter o poder; o PT, por ser o partido mais enraizado nacionalmente; e os movimentos sociais “organizados”. O processo político escaparia de qualquer marco legal, fazendo o País entrar numa era de incerteza e insegurança. Sensatamente, o governo recusou de tal proposta, distanciando-se novamente das alas mais radicais de seu partido e dos movimentos sociais heterônimos.

Seria ingênuo, todavia, considerar que o processo esteja terminando ou que as formas de fazer política sejam só essas. Os ditos “vândalos” correspondem, por sua vez, a movimentos políticos organizados, “sociais” ou não, ou de extrema esquerda, que apostam numa crise institucional. Não se trata do crime organizado que se aproveita dessa situação, mas de uma forma de organização política que usa da violência para a consecução dos seus próprios objetivos.

 PROFESSOR DE FILOSOFIA
NA UFRGS. E-MAIL:
DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

Texto 5: A Copa de Lula – Demétrio Magnoli – 04/07/2013

A Copa de Lula

DEMÉTRIO
MAGNOLI

Todos podem protestar em todos os lugares – exceto nas imediações das sagradas arenas da Copa das Confederações. Essa foi a mensagem enviada pelas autoridades na “semana quente” das manifestações populares. Sem intervenção policial, manifestantes cercaram palácios e interromperam vias expressas. Em São Paulo, o eixo sensível da Avenida Paulista, onde se concentram hospitais, foi liberado para os protestos. Contudo, nas cidades-sede do evento, batalhões de choque delimitaram um “perímetro de segurança nacional” e atacaram manifestantes pacíficos que tentavam ultrapassá-lo. A regra do protesto ilimitado excluiu os “territórios internacionais” sob controle efetivo da Fifa. Nunca, numa democracia, um governo nacional se curvou tão completamente a uma potência externa desarmada.

A bolha policial de isolamento dos estádios estendeu-se por dois a três quilômetros. Não se tratava de assegurar o acesso de torcedores às arenas, mas de impedir que as marcas dos protestos ficassem impressas sobre as marcas da Fifa e das empresas patrocinadoras. “A condição prévia para a Copa é a cessão temporária da soberania nacional à Fifa, que assume funções de governo interventor por meio do seu Comitê Local”. Neste espaço, dois anos atrás, Adriano Lucchesi e eu definimos a Copa do Mundo de 2014 como uma “festa macabra” justificada pela “lógica perversa do neopatriotismo”.

Não fomos os únicos, nem os primeiros. O jornalista Juca Kfoury deplorou o triunfo dos bons companheiros Lula da Silva e Ricardo Teixeira na hora da escolha do Brasil como sede do megaevento de negócios travestido de competição esportiva. O ex-jogador Romário honrou seu mandato parlamentar denunciando sistematicamente a farra de desvio de dinheiro público, que ainda faz seu curso. “A Fifa é o verdadeiro presidente do Brasil hoje”, explicou com a precisão e a simplicidade de que carecem tantos doutos cientistas políticos. Mas a rapinagem dos piratas ficou longe da mira dos partidos de oposição, que preferiram ocupar assentos pe-

riféricos na nave da Copa, compartilhando os brindes erguidos em convéscotes de autoridades, empresários e cartolas. Alguém aí está surpreso com a aversão dos manifestantes ao conjunto de nossa elite política?

3 x 0. No domingo, encerrou-se o ensaio geral para o que será a Copa mais cara da História. A festa macabra custará, no mínimo, R\$ 28 bilhões, quase quatro vezes mais que a realizada na África do Sul em 2010 (R\$ 7,3 bilhões) e perto de três vezes mais que as Copas na Alemanha em 2006 (R\$ 10,7 bilhões) e no Japão/Coreia do Sul em 2002 (R\$ 10,1 bilhões). “Com o dinheiro gasto para construir o Mané Garrincha poderiam ter sido construídas 150 mil casas populares”, calculou Romário. Ele tem razão: a arena de Brasília, a mais cara de todos os tempos, custou R\$ 1,7 bilhão.

Obedecendo a uma compulsão automatizada, o ministro Gilberto Carvalho apontou um dedo acusador para a imprensa, que “teve um papel no moralismo, no sentido despolitizado” das manifestações populares. No mundo ideal desse senhor “politizado”, uma imprensa chapa-branca monopolista, financiada pelas empresas estatais, desempenharia a função de explicar aos saqueados que o saque é parte da ordem natural

A mais cara da História, ela é a síntese perfeita do legado político do presidente honorífico

das coisas. “Sem a imprensa, não somos nada”, concluiu Jérôme Valcke, o zagueiro de várzea da Fifa, que também gostaria de ter um “controle social da mídia”.

Um séquito de analistas especializados na arte da empulhação se dedica, agora, a criticar os cartazes dos manifestantes que contrapõem a Copa à “saúde” e à “educação”. No seu pronunciamento desesperado do final da “semana quente”, Dilma Rousseff recorreu aos sofismas desses analistas para exercitar o ilusionismo. Os recursos queimados na fogueira das arenas “padrão Fifa”, disse a presidente, são “fruto de financiamento”, não dinheiro do Orçamento. Mas ela não disse que a fonte dos financiamentos concedidos

pelo BNDES são títulos de dívida pública emitidos pelo Tesouro, nem que a diferença entre os juros reais pagos pelo Tesouro e os juros subsidiados cobrados pelo BNDES é coberta pelos impostos de todos os brasileiros, da geração atual e da próxima.

A “verdade técnica” da presidente não passa de um véu destinado a esconder o significado financeiro da festa macabra promovida pela Fifa e pelo governo brasileiro. No seu conjunto, a operação Copa 2014 é uma vastíssima transferência de renda da população para a Fifa, as empresas patrocinadoras do megaevento e as empreiteiras contratadas para as obras civis. Uma CPI da Copa revelaria as minúcias da rapinagem, destruindo no caminho governantes em todos os níveis que se engajaram na edificação de elefantes brancos com recursos públicos. É com a finalidade de evitá-la a qualquer custo que uma corrente de parlamentares resolveu aderir à ideia de uma CPI da CBF. Sob a pressão das ruas, cogita-se da hipótese de entregar os escalpos de José Maria Marin e Ricardo Teixeira numa bandeja de prata para salvar a reputação das autoridades políticas cujas assinaturas estão impressas nas leis e nos contratos da Copa.

“O Brasil nos pediu para sediar a Copa do Mundo. Nós não impusemos a Copa do Mundo ao Brasil.” Joseph Blatter, o poderoso chefe da “família Fifa”, não mente quando repete seu mantra preferido. O Brasil, na frase, significa Lula da Silva. A Copa mais cara da História é a síntese perfeita do legado político do presidente honorífico. A entrada do Mineirão, no jogo entre México e Japão, funcionários a serviço da Fifa arrancaram das mãos de dois torcedores cartazes onde estavam escritas as palavras proibidas “escola” e “saúde”. Os batalhões de choque em postura de batalha no perímetro de “segurança nacional” da Copa e os agentes da censura política em ação nos portões das arenas protegem mais que a imagem da Fifa e das marcas associadas. Eles protegem, sobretudo, a imagem de Lula, o regente da festa macabra.

* SOCIOLOGO, É DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR

Texto 6: Uma crise em busca de um governo – José Serra – 11/07/2013

Uma crise em busca de um governo

 **JOSÉ SERRA**

"Estou convencido de que nada é mais necessário para os homens que vivem em comunidade do que ser governados: autogovernados se possível, bem governados se tiverem sorte, mas, em qualquer caso, governados"

W. Lippmann

Ninguém está exigindo da presidente da República ou mesmo do PT que façam um grande governo. Só se está pedindo que façam algum governo. Quem está no poder tem o direito de errar. E o eleitor julga. Mas não tem o direito de não governar.

Quando, em 2010, fui candidato à Presidência, sabia bem que por trás da euforia de consumo do fim do governo Lula estava o espectro de grandes dificuldades para seu sucessor, fosse quem fosse. A inusitada bonança externa que cercava a economia brasileira não se prolongaria indefinidamente. Não daria para conciliar por muito mais tempo o crescimento rápido do PIB, puxado pelo consumo, com desindustrialização e investimentos baixos. Tampouco seria possível, para uma economia de crescimento lento, manter a combinação do aumento acelerado das importações com o desempenho modesto das exportações sem que voltasse o fantasma do desequilíbrio externo.

Mesmo assim, essa estratégia foi levada adiante, sob aplausos quase unânimes. Não se enganem: um erro da magnitude do que foi cometido no Brasil não se faz sem o apoio de muita gente. Alguns colunistas, naquele ano, chegaram a lançar a tese do "risco Serra", segundo o qual eu não poderia vencer a eleição porque representaria uma ameaça – imaginem! – à estabilidade da economia...

Ora, eu procurava então advertir para o que aconteceria caso não houvesse uma mudança de rumo na gestão governamental. Não era uma questão de opinião, mas de fato econômico e de lógica. Como poderia crescer de maneira sustentada um país que tinha as menores taxas de investimentos governamentais, o câmbio mais valorizado, os maiores juros do mundo e a maior carga tributária entre os países emergentes? Todos sabem que, para mim, a política

consiste em ampliar os limites conhecidos do possível. Já os que insistem, na vida pública, em ampliar os limites comprovados do impossível estão apenas jogando com a sorte alheia.

Não se trata agora de ser engenhheiro de obra feita. Algumas das atuais dificuldades estavam mesmo escritas na estrela do PT. Mas o encantamento basbaque com as circunstâncias da economia, que não tinham como perdurar, tornou o novo governo impermeável à realidade. Não vou dizer que ele ficou cego e surdo, porque as pessoas com essas problemas desenvolvem outras faculdades para perceber o que vai à sua volta.

O mal do governo foi mesmo a arrogância e, não sei em que medida, a ignorância, somada a

O atual passou a ser governado pelos fatos. A presidente não conduz, é conduzida

uma excepcional inaptidão executiva. Tudo amenizado pela boa vontade até da oposição. O marketing e a publicidade exacerbados se encarregaram de inflar resultados e expectativas.

Foi assim que o governo navegou sem rumo durante a primeira metade do mandato, sem chegar a lugar nenhum, como é típico de quem não sabe para onde vai. No início da segunda metade veio o estalo criativo: definir um rumo não para o Brasil, mas para o PT, com a antecipação da campanha eleitoral de 2014. Ou seja, não sabiam o que fazer com o Brasil, mas sabiam o que queriam para si: levar o País a se engalfinhar na luta político-partidária e desviar a atenção dos problemas e frustrações, confundindo promessas com realizações.

Mas o ciclo econômico lulopetista chegou a fim: lento crescimento da economia, desaceleração do consumo e da criação de empregos e aumento da inflação. As pessoas vão-se dando conta das ilusões vendidas nestes últimos 11 anos nas áreas de saúde, educação, transportes – e mesmo na moralização da vida pública. Quando as ruas pedem "hospitais e escolas padrão Fifa", estão a exigir efetividade nas políticas públicas. Eis que surge, então, a líder insegura, incapaz de lidar com as expectativas das ruas e do empresariado.

Longe de mim reduzir as manifestações apenas a essa reversão do quadro econômico. Mas é fato que elas não ocorrem no vazio. Uma faísca é inócua se produzida ao ar livre; se, no entanto, em meio a barris de pólvora... Os protestos serviram para evidenciar a todos que o governo não governa, que lhe falta a faculdade fundamental de atuar para diminuir o tamanho das crises. Ela e seus maus conselheiros fizeram o contrário.

A Nação assistiu, então, a uma presidente desorientada. Sua primeira reação foi deslocar-se para São Paulo à procura das luzes de Lula, seu criador. Em companhia da chefe da Nação, seu marqueteiro... Seguiram-se duas falas desconexas em redes nacionais, em tom de campanha eleitoral. O País esperava que ela transmitisse segurança, compreensão, disposição e liderança. Em vez disso, promessas vagas e a ideia de transformar os médicos brasileiros na caveira de burro dos problemas da saúde. Contra as evidências, a presidente até negou que o governo injete dinheiro público a fundo perdido na Copa do Mundo.

No auge da alienação, foi proposto instaurar uma Assembleia Constituinte só para a reforma política e, posteriormente, de se fazerem mudanças na legislação político-eleitoral via plebiscitos. Algo espantoso: a presidente e seus assessores mais próximos não tinham lido a Constituição. O Planalto tentava responder à crise que está nas ruas demonizando o Congresso Nacional e propondo medidas inconstitucionais.

Dilma passou dois anos envolta pela "bolha de Brasília", conferindo-se ares de majestade, impermeável à realidade. Mas essa bolha estourou, como evidenciou o cerco aos três Poderes. E pasmem: não obstante a voz clara das ruas e a voz rouca da economia sob estagflação, o governo ainda encontrou tempo para reiterar o bilionário e inútil trem-bala, o mais alucinado projeto da era petista e não petista.

Um governo não tem o direito de não governar. E o atual passou a ser governado pelos fatos. A presidente não conduz, mas é conduzida.

*
EX-PREFEITO E EX-GOVERNADOR DE SÃO PAULO

Texto 7: O marciano, o Brasil e Aristóteles – Denis Lerrer Rosenfield – 15/07/2013

O marciano, o Brasil e Aristóteles

 DENIS LERRER
ROSENFIELD

Um marciano desembarcou há dias no planeta Terra e optou por conhecer o Brasil. Muito tempo atrás, antepassados dele visitaram a Grécia clássica e lá tomaram conhecimento da filosofia de Aristóteles, que os apaixonou. Levaram os manuscritos mais elaborados para Marte, deixando para os terráqueos o duro trabalho de edição de suas obras por séculos a fio. Haviam sido atraídos, particularmente, pelo princípio de não contradição, que passou a ser ensinado em todas as escolas. Mais especificamente, qualquer político deveria fazer provas duríssimas aplicando esse princípio aos assuntos públicos. Afinal, tratava-se de algo maior: a prevalência do bem comum.

Pois nosso amigo marciano ficou surpreso com o que estava acontecendo em nosso país, porquanto o que via ele percebia como uma infração das regras mais elementares da lógica e, nesse sentido, de como entendia a política. Nas manifestações da última quinta-feira, anunciadas como “greve geral” ou como Dia Nacional de Lutas, ele não conseguia compreender o que poderia significar uma greve de movimentos sociais “organizados”, como CUT e MST, aparelhados pelo PT e financiados pelos governos petistas, contra o próprio governo petista. Trocando em miúdos, isso significava uma greve do PT contra o PT. O princípio de não contradição estaria sendo infringido!

Como podia ser que, no 13.º ano de um governo petista, o PT se sentisse tão incomodado com seu próprio governo? Cansado de si mesmo? Desorientado consigo? O que diriam, então, os cidadãos confrontados com tal confusão? Como pode alguém fazer auto-oposição?

Fiquei intrigado em especial ao se inteirar de uma expressão de muito uso no governo Lula e posta à prova no da presidente Dilma: a tal de “herança maldita”. Não conseguia perceber bem o que significava. Em sua formação intelectual, além de Aristóteles, lera muito Descartes, quando de outra incursão de seus antepassados ao nosso planeta. Aprendera com o filósofo francês um critério de ver-

dade baseado na clareza e distinção das ideias. Lógico como era, tratou de aplicar esse critério à expressão “herança maldita”.

Qual não foi a sua estupefação ao constatar que a herança do antecessor, considerada “maldita” pelo ex-presidente Lula, fora “bendita”, assegurando-lhe o êxito de seu primeiro mandato. Ficou sabendo que o primeiro governo petista mantivera as linhas básicas de sua política econômica e até social. Tinha tucanado. A lógica do governo teria sido uma e a retórica, outra. Isto é, fazia uma coisa e dizia o oposto. Não há princípio de não contradição que resista, além do problema de ordem propriamente moral de não reconhecimento.

Perseguindo ainda a clareza e a distinção das ideias, terminou por se compadecer da presidente Dilma, pois ela se viu numa sinuca de bico. Do ponto de vista moral, teve uma atitude digna ao qualificar a herança de seu próprio antecessor como “bendita”, quando, na verdade, é “maldita”. Está agora recolhendo seus frutos, que crescem nas ruas em manifestações autônomas. Seu discurso está, nesse sentido, impregnado de contradições, apesar de no início de seu mandato ter mantido a coerência ao reconhecer o legado de Fernando Henrique Cardo-

Dilma colhe os frutos da herança de Lula, que crescem nas ruas em manifestações populares

so. Aliás, de sua própria iniciativa, fez uma “faxina ética”, mas depois recuou ao seguir novamente o seu antecessor.

Mas os dilemas do nosso marciano não pararam por aí. Seus princípios e critérios não cessavam de ser postos à prova – e que provação! Não conseguia atinar com o que o governo e o PT entendem por “movimentos sociais” quando confrontou duas manifestações, a monstro de semanas atrás e a esquálida de quinta-feira, esta uma caricatura daquela.

Ele mesmo, poucas décadas atrás, entrara em contato com outro grego, naturalizado francês, de nome Cornelius Castoriadis. Em privado era chamado Corneille, porém isso também o confundia por lembrar o

célebre dramaturgo francês. O problema, todavia, não era esse. O que estava em questão era a distinção feita por esse filósofo entre “autonomia” e “heteronomia”. Autonomia designava movimentos populares autônomos, genuínos, que brotavam da sociedade por ela mesma, lutando contra governos que os oprimiam ou não atendiam às suas reivindicações; heteronomia significava movimentos controlados por aparatos partidários e burocráticos, de uso corrente na esquerda, cujo objetivo consistia em substituir e aniquilar manifestações independentes da sociedade civil.

Ora, as manifestações de junho caracterizaram-se precisamente por ser autônomas, nascidas no seio da sociedade civil, ultrapassando qualquer “aparelho” que tenha procurado controlá-las. Foi um espetáculo de liberdade. Uma expressão da mais legítima indignação com distintos governos de diferentes partidos, sejam eles do PT, do PMDB ou do PSDB, tanto no nível federal quanto estadual e municipal.

Numa manobra de grande inabilidade, o governo federal e o PT, em vez de procurar atender à indignação generalizada dos cidadãos brasileiros, partiram para uma tentativa de cooptar e burocratizar movimentos autônomos. Puseram em pauta a heteronomia. Sindicatos financiados com recursos públicos e movimentos sociais organizados também custeados pelo governo, como o MST, usurpam a bandeira da liberdade e da moralidade. O resultado foi um fiasco total: ruas comparativamente vazias, burocratização das marchas, uniformização dos discursos e indignação fingida.

A presidente, com humildade, deveria ter reconhecido desde o início os seus erros e os de seu antecessor, resgatando o princípio de não contradição e a clareza e a distinção de ideias. Poderia ter aberto um novo caminho. Nosso amigo marciano, por sua vez, confuso, preferiu voltar ao seu planeta. Pelo menos lá reinam a coerência e a racionalidade.

 PROFESSOR DE FILOSOFIA NA
UFRGS. E-MAIL:
DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

Fuga para adiante

 JOSÉ SERRA

A reunião deste fim de semana do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe um fato inédito. A rotina desses encontros é culpar a oposição por todas as mazelas do País, como se os petistas não mandassem no seu próprio governo. Mas desta vez foi diferente: ao analisar o quadro político e as dificuldades da administração Dilma Rousseff – mais evidentes após as grandes manifestações de junho e a queda livre nas pesquisas –, o PT pôs a culpa não na oposição, mas nos aliados! Assim, os males do Brasil seriam devidos ao fato de os petistas não conseguirem governar sozinhos, sendo obrigados a composições com os “conservadores”, santo eufemismo. Tais alianças estariam a impedir os avanços que o governo tanto deseja realizar. Será?

O PT já domina completamente o Executivo em Brasília: Presidência, Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Saúde, Educação, Justiça, todos os principais órgãos e ministérios são controlados pelo partido. Além das pastas responsáveis pelos temas que fizeram as ruas explodir de insatisfação, estão nas mãos dele todas as estatais relevantes.

Proveitoso seria, hoje, que fizesse autocrítica e perguntasse: “Onde foi que nós erramos?”. Mas essa atitude não combina com o DNA autoritário de quem se julga portador de uma verdade histórica tão inquestionável quanto o teorema de Pitágoras. Um exemplo de autocrítica possível seria o da forma perversa das alianças: baseadas não em programas, mas no rateio dos benefícios do poder.

Assim, somos obrigados a assistir ao filme da *fuga para adiante* – “fuite en avant”, para lembrar a expressão de Ignacy Sachs. Ou seja, após três mandatos o PT pede mais para ele mesmo, demanda o poder absoluto para fazer o que não conseguiu realizar em mais de uma década de hegemonia.

Eis a origem do tal plebiscito sobre reforma política. O objetivo é um só: como não consegue passar de 20% nos votos para o Legislativo, o PT quer mudar as regras para que a minoria nas urnas se transforme em maioria no Congresso Nacional, mi-

nimizando a necessidade de se aliar a outros partidos. Por isso defende a lista fechada para a eleição de deputados e o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais.

O PT tem cerca de 20% da preferência popular. Como a maioria do eleitorado não se identifica com nenhum partido, se o voto for na lista partidária, e não em candidatos, acredita poder transformar os 20% nas urnas em pelo menos 40% do Congresso.

Esse propósito seria bastante fortalecido pelo financiamento público das campanhas, que beneficiaria o PT de duas maneiras. Sendo o maior partido saído das últimas eleições, disporia automaticamente de mais recursos para disputar votos. Além

O PT demanda o poder absoluto para fazer o que não conseguiu em mais de 10 anos de hegemonia

disso, como o PT domina a poderosa máquina federal e numerosas entidades sindicais e ONGs especiais (de fato, organizações neogovernamentais), que têm expertise em fazer campanha eleitoral com recursos públicos, a proibição do financiamento privado legal o favoreceria.

Uma vez que o Congresso, com todos os seus imensos defeitos, não é composto de suicidas, o PT enfrenta forte resistência a esses projetos. O caminho normal, democrático, seria, então, fazer das suas teses bandeiras eleitorais e buscar a maioria no Congresso para elas. Mas como as relações entre o PT e a democracia são nebulosas, prefere tentar emparedar os adversários e os aliados, usando para isso o tal plebiscito.

O Tribunal Superior Eleitoral já esclareceu que precisa de 70 dias para organizar um plebiscito nacional. Ou seja, não há tempo hábil para combinar quatro coisas: 1) votar nas duas Casas do Congresso a lei que convoca o plebiscito, 2) realizar o plebiscito com tempo para horário “gratuito” de TV e rádio, 3) promover o necessário trabalho congressual para regulamentar as decisões e 4) que elas valham já em 2014, respeitando o princípio constitucional da anualidade.

A presidente Dilma Rousseff

continua a insistir no tal plebiscito para valer já nas eleições de 2014 e até persegue o deputado Cândido Vaccarezza, petista histórico, que reconheceu publicamente a falta de tempo hábil. Ela deve saber que é inviável, porém insiste. Por quê? Para alimentar um impasse e depois culpar o Congresso por “não ter ouvido as ruas”. Enquanto isso, passaria à população a ideia de que está empenhada e trabalhando por algo coerente, desviando o foco dos problemas verdadeiros: economia sob estagnação e dominada por expectativas ruins, consumo e emprego desacelerando, serviços públicos aquém das expectativas.

Escrevi dias atrás que o Brasil precisa de governo. Não obrigatoriamente um bom governo, mas ao menos algum governo. É o que mais nos falta hoje. Talvez ainda houvesse tempo de a presidente encontrar um rumo, corrigir rotas tresloucadas que a fazem se chocar, dia após dia, com a realidade dos fatos. Infelizmente, a inclinação parece ser dobrar a dose do remédio que não dá certo. O exemplo mais emblemático é a tentativa de satanizar os médicos brasileiros, para dar a impressão de que se está fazendo algo pelo presente e o futuro da saúde.

Já se esgotou, por sorte, a velha fórmula de produzir factoides que depois serão embalados publicitariamente – e veiculados em caríssimas campanhas para induzir o povo a acreditar que o governo funciona. Isso é o que foi feito, por exemplo, com o PAC, as campanhas anticrack, os buracos de estradas, o Pronas (da segurança), etc. Esse expediente já era. O Brasil quer governo que tenha rumo, fale menos, se antecipe aos acontecimentos, enfrente os problemas, planeje as ações, dê exemplo de boa conduta aos cidadãos e consiga entregar-lhes os benefícios mínimos que reclamam. Tão simples quanto isso.

Já passou da hora de o PT e o governo abrirem o olho. O Brasil é uma democracia sólida, o povo amadureceu e as eleições vêm aí. Certos desvios e atalhos, felizmente, repousam nos livros de História para, se Deus quiser, deles não saírem nunca mais.

* EX-PREFEITO E EX-GOVERNADOR DE SÃO PAULO

Texto 9: Política e economia – Denis Lerrer Rosenfield – 29/07/2013

Política e economia

 DENIS LERRER ROSENFIELD

Toda “política econômica”, por definição, é “política” por envolver marcos institucionais, em que tanto se podem fazer presentes formas de intervencionismo estatal quanto modos mais livres de funcionamento do mercado, assim como o respeito ou desrespeito ao direito de propriedade. É graças à maneira como os cidadãos tecem suas relações institucionais e constitucionais que os processos propriamente econômicos encontram seu lugar de funcionamento.

Se tal formulação já é verdadeira no marco mais geral, ganha particular significação quando vista na perspectiva de períodos pré-eleitorais e, mais precisamente, de crise, como a enfrentada pela sociedade brasileira pós-jornadas de junho/julho. Note-se que estas puseram a nu um sério problema de representação política, com os políticos e governantes em geral mostrando-se separados, diria até desapegados, dos cidadãos.

O governo federal (bem como os estaduais e municipais), diante desse quadro, mostrou-se desorientado, dissociando-se dos clamores populares. O País entrou numa disputa partidária sobre a reforma política, que nem nas ruas apareceu. O descolamento aumentou.

Mais particularmente, o País vive num processo de baixo crescimento econômico, com a inflação longe do centro da meta e o governo se contentando em dizer que ela não passará do teto dessa mesma meta, o que é uma evidente distorção. O emprego já começa a dar mostras de desaceleração, mantendo-se estável, com leve tendência de queda. O alarme já soou, num contexto que se apresenta como de difícil reeleição, num jogo que, a persistir a atual situação, se encontra zerado.

Decisões econômicas são urgentes. Seu componente político é inegável. O cálculo eleitoral comparece imediatamente. Acontece que decisões que vissem ao bem comum deveriam ser tomadas em perspectivas de médio e longo prazos. Ora, são justamente estas que desaparecem do horizonte. O passado recente do País, envolvendo tanto o PMDB (Plano Cruzado e outros do governo Sarney) como o

PSDB (crise cambial no governo FHC), mostra o quanto, por motivos eleitorais, decisões econômicas maiores são postergadas, mergulhando o País, no presente de tais decisões, na crise e no imediatismo.

Como se já não bastassem a inércia econômica e as soluções “criativas”, como a da contabilidade fiscal, o governo atual enfrenta-se com anseios cidadãos não atendidos, que podem irromper novamente a qualquer momento, e muito provavelmente nos meses anteriores às eleições de 2014, quando dos preparativos e durante a Copa do Mundo. O que esperar?

O governo optou por uma política econômica dirigida no nível estatal, não hesitando em interferir nos mecanismos de mercado, dos quais guarda visceral desconfiança. Responde aos problemas do mercado com mais intervencionismo, agravando os que tenta resolver. Quanto mais procura regular, mais desregulamentação produz. Os impasses e dilemas não cessam de se reproduzir. Vejamos alguns, salientando o seu caráter propriamente político.

● **Inflação** – Não é de interesse político do governo que a inflação fuja do controle, embora não tome medidas que adequadamente possam trazê-la para o centro da meta, salvo interven-

A relativa calma atual das ruas pode ser o prenúncio de tempestades futuras

cionismos pontuais, como a redução do preço da energia elétrica e a desoneração tributária de alguns setores, entre outros. A equação é política, porque a inflação crescente recai predominantemente sobre as classes mais desfavorecidas, que sentem no bolso o aumento do custo de vida. Ora, estas são beneficiárias do Bolsa Família e constituem a nova classe ascendente. A inflação surge, então, como um problema político-eleitoral. E o que faz o governo? Em vez de diminuir o peso da máquina estatal, reduzindo o seu custeio, responde com mais intervencionismo – e alimentando o processo inflacionário que busca equacionar.

● **Consumo da classe média** – Muito tem sido criticado o fato de o governo privilegiar o cresci-

mento da economia apostando no consumo, em vez do investimento. O modelo baseado no consumo está dando mostras de esgotamento, visível nos pífios índices de crescimento do produto interno bruto (PIB). As autoridades econômicas, diante desse fato, só estão dando respostas pirotécnicas, falando idilicamente de um crescimento futuro que se desmente a cada dia. Perdem legitimidade e nada transmitem de confiança, elementos essenciais para uma economia de livre-mercado.

Do ponto de vista social, não parece haver, no curto prazo, horizonte para que isso se altere, salvo se a presidente optar por uma posição de estadista, alterando o rumo da política econômica, visando o longo prazo. Acontece que sua base eleitoral está ancorada numa política expansionista de consumo, que se traduz em maior compra de automóveis, fogões, geladeiras, etc. Não é casual que depois do Minha Casa, Minha Vida o governo adote uma política de equipamento eletrodoméstico financiado dessas moradias. Os empréstimos bancários multiplicam-se e as dívidas de quem os contrai só crescem. No longo prazo é altamente problemático, no curto rende dividendos eleitorais.

● **Responsabilidade fiscal** – Nesse contexto, falar de responsabilidade fiscal torna-se, quando muito, um exercício de retórica, visando a transmitir uma confiança inexistente. Aliás, os cortes anunciados nos gastos federais, da ordem de R\$ 10 bilhões, só frustram ainda mais as expectativas. Há uma razão política de fundo para isso, pois o governo nem bem consegue implementar suas próprias políticas, por problemas evidentes de gestão. Boas iniciativas, como privatização de aeroportos e rodovias e a nova Lei dos Portos, tendem a ficar presas no emaranhado da incompetência e da burocracia. Faz parte dela também uma desconfiança em relação ao lucro.

Nesse meio tempo, as ruas estão cada vez mais dissociadas do que está sendo discutido no mundo político. A relativa calma atual pode ser o prenúncio de novas tempestades futuras.

 PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS. E-MAIL: DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

Texto 10: 'La politica è troppo sporcata' – Roberto Macedo – 01/08/2013

'La politica è troppo sporcata'

ROBERTO
MACEDO

Ao visitar o Brasil, o papa Francisco falou sobre diversos temas. Dado o estado desalentador da política no País, interessei-me particularmente por suas palavras sobre o assunto. Foram polidas, à sua maneira e para não ser descortês com autoridades locais, algumas delas presentes no evento, mas distantes dos objetivos e caminhos que ele pregava.

Mas Francisco não deixou de dar os seus recados sobre o tema, como no sábado, no Teatro Municipal do Rio, onde estavam alguns políticos. Lía um texto, mas improvisou para acrescentar: "O futuro exige hoje reabilitar a política, uma das formas mais altas de caridade. O sentido ético é um desafio sem precedentes". E após a apresentação na Via-Crúcis no dia anterior, afirmou: "Jesus se une a tantos jovens que perderam a confiança nas instituições políticas". Também atacou a corrupção na política, como ao visitar a comunidade de Varginha, na quinta-feira, quando pediu aos jovens que não se desiludissem "com notícias que falam de corrupção, com pessoas que, em vez de buscar o bem comum, procuram o seu próprio benefício". É o figurino de muitos políticos brasileiros.

Sobre a política encontrei na internet uma recente fala papal mais explícita nas suas críticas, que também alcançaram os cristãos. Está em www.youtube.com/watch?v=F5MwyYWKvQ. Foi em Roma, para uma plateia principalmente de jovens, no início do mês passado. Na ocasião deixou de lado um discurso de cinco páginas, que chamou de "aborrecidas", segundo a tradução que consta nas legendas do vídeo. E logo se dispôs a responder a questões da audiência.

Um participante, de grupo ligado a escolas jesuítas, pediu-lhe algumas palavras sobre "(...) como nosso compromisso, nosso trabalho hoje na Itália e no mundo, pode ser jesuítico e evangélico". A resposta: "Envolver-se na política é uma obrigação para um cristão. Nós, cristãos, não podemos nos fazer de Pilatos e lavar as mãos. Temos que nos meter na política, porque a política é uma das formas mais altas de caridade, porque busca o bem

comum. Os leigos cristãos devem trabalhar na política".

Note-se que ele enfatizou a política como a busca do bem comum, o que repetiu aqui, na comunidade de Varginha, conforme assinaléi acima. E não ficou apenas na crítica da política na sua prática, e de maneira mais forte, como mostrei mais adiante. Recomendou que os cristãos participem dela dentro dessa visão centrada no bem comum.

Voltando à fala em Roma, veio a frase que intitula este artigo, traduzida na legenda como "a política está muito suja". E continuou: "Mas, eu pergunto, está suja por quê? Por que os cristãos não se meteram nela com espírito evangélico? É a pergunta que eu faço. É fácil di-

No Brasil, o que o papa Francisco disse (em Roma) reforça a crença na infalibilidade papal

zer que a culpa é dos outros. Mas eu, o que faço? Isto é um dever. Trabalhar para o bem comum é um dever do cristão".

Não domino o italiano. Mas ao ouvir "sporcata" pareceu-me que o termo tinha um quê de porcaria e consultei um dicionário italiano-português. Em face do que encontrei, parece-me que a tradução da legenda usou a versão mais suave do termo original. No dicionário consta "porcata", um substantivo significando sacanagem, patifaria, safadeza, porcaria, porcalhada, obscenidade, bandalheira, coisa mal feita, droga. Há também o adjetivo "sporco", que significa sujo, imundo, porco, porcalhão, imoral, obscuro e outros termos na mesma linha.

Uma tradução mais adequada ao Brasil seria imunda ou emporcalhada, ou outros termos mais contundentes, ou mesmo todos os citados. Sujo é pouco para o que se vê na política, e não só aqui, no Brasil. Sendo argentino e conhecedor da Itália, ele sabe o que falava.

Na Itália, aliás, na sexta-feira vi pela internet que foram presas aproximadamente cem pessoas em ação contra diferentes organizações da Máfia, numa operação que envolveu centenas de policiais. Entre os presos, a maioria na região da Calábria, havia um senador, Piero

Aiello, membro do partido conservador do ex-primeiro ministro Silvio Berlusconi, um "sporco" de destaque.

No contexto brasileiro, o que Francisco disse em Roma sobre a política reforça a crença na infalibilidade papal. Há as honrosas exceções, mas cada vez mais excepcionais. E vale também sua observação quanto à omissão dos cristãos, e que não é apenas deles. É dos cidadãos em geral.

Recentemente o País acordou dessa omissão e vieram as manifestações de junho, quando a reivindicação de menores ou nulas tarifas de ônibus levou a protestos de caráter político mais amplo, como contra a corrupção e a má gestão de recursos e serviços públicos em geral. Surpresos, políticos reagiram defensivamente, reduzindo essas tarifas e prometendo responder à voz das ruas. Mas a "porcata" também se evidenciou, como na cúpula do Congresso, com o mau exemplo de viagens dos presidentes de suas duas Casas em aviões públicos postos à disposição de interesses privados. E num jantar oferecido pelo presidente da Câmara, por conta da Casa, para companheiros de partido, a R\$ 350 por cabeça.

Não sei se por causa das férias escolares, ou qual outro motivo, as manifestações de rua com conteúdo político refluíram bastante em julho, em número e densidade. Na sexta-feira em São Paulo, na Avenida Paulista, o destaque ficou para os vândalos. É preciso que sejam retomadas, e também reforçada a prevenção e a atuação contra o vandalismo. Ontem ele se repetiu em nova manifestação, mas desta vez a polícia foi mais atuante.

Sou economista e tendo a enfatizar questões econômicas, Mas os nós que prendem o Brasil ao atraso estão mais na política do que na economia. Vejo a expressão "política econômica" nesta ordem: a política em primeiro lugar, mas no Brasil ela prejudica muito a economia, pois é muito, muitíssimo "sporcata".

* ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), PROFESSOR ASSOCIADO À FAAP, É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Da arte de iludir

DEMÉTRIO
MAGNOLI

Todos eles leram *O Leopardo*, de Lampedusa. “Se queremos que as coisas permaneçam como sempre foram, elas terão de mudar” – o célebre conselho de Tancredi Falconeri a Don Fabrizio provavelmente não foi enunciado explicitamente na reunião de Dilma Rousseff com os líderes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), mas uns e outros sabiam que era disso que se tratava. A presidente declarou-se simpática à proposta de reforma política, mas não chegou a anunciar apoio público, algo que “não interessa” ao movimento, segundo o juiz Márlon Reis. O patrocínio oficial ficou, assim, fora dos autos.

Nas ruas, em junho, gritaram-se as palavras “educação” e “saúde”, não “reforma política”. Contudo o governo concluiu, razoavelmente, que o sistema político em vigor se tornou insustentável – e resolveu agir antes que uma nova onda de manifestações se organize sob a bandeira “Fora Dilma”. Os ensaios sucessivos da Constituinte exclusiva, uma flagrante inconstitucionalidade, e do plebiscito, uma tentativa quixotesca de cassar as prerrogativas do Congresso (o que se traduz hoje, na prática, como prerrogativas do PMDB), evidenciaram o desespero que invadiu o Planalto. É sobre esse pano de fundo que surgiu, como derradeira boia de salvação, a iniciativa do MCCE. Tancredi está entre nós.

Antes das manifestações de junho, só o PT tinha uma proposta completa de reforma política. Nos sonhos petistas, o anárquico e corrompido sistema atual evoluiria em direção a algo mais consistente – e ainda mais impermeável à vontade dos cidadãos. O financiamento público de campanha concluiria o processo de estatização dos partidos políticos, que se tornariam virtualmente imunes ao escrutínio popular. O voto em lista fechada concentraria o poder nas mãos das cúpulas partidárias, rompendo os ténues vínculos ainda existentes entre os eleitores e seus representantes. No fim, surgiria uma partidocracia cortada segundo os interesses exclusivos do partido dotado da máquina eleitoral mais eficiente.

O projeto petista, que já esbarrava na resistência do restante da elite política, tornou-se inviável depois do transbordamento das insatisfações populares. No lugar dele, o Planalto inclina-se em direção ao artefato lampedusiano produzido no forno do MCCE. O primeiro componente da proposta, sobre o financiamento de campanha, é um tímido aceno às ruas. O segundo, sobre o sistema eleitoral, é uma versão levemente modificada do projeto petista do voto em listas fechadas. Os autores da proposta têm bons motivos para temer que lhes colem o rótulo de companheiros de viagem do governo.

Dentro da ideia do financiamento público de campanha pulsa um coração totalitário. Sob a sua lógica, os partidos se libertariam por completo da necessidade de persuadir as pessoas a financiá-los. Pela mesma lógica, eu seria compelido a pagar as campanhas de figuras arcaicas restauradas pelo lulopetismo (Sarney, Calheiros, Collor, Maluf), de pastores fanáticos que sonham incendiar bruxas (Feliciano), de oportunistas sem freios atraídos pelas luzes do poder (Kassab, Afif), de saudosistas confessos do regime militar (Bolsonaro) e de stalinistas conservados em formol que adoram ditaduras de esquerda

À Lampedusa, o MCCE parece avesso à ideia de uma mudança genuína do sistema eleitoral

(quase todos os candidatos do PT, do PCdoB e do PSOL). O MCCE rejeitou essa ideia macabra, associando sensatamente o financiamento de campanha à capacidade dos partidos de exercer influência sobre cidadãos livres. Entretanto, curvando-se aos interesses gerais da elite política, a proposta não toca nas vacas sagradas do sistema em vigor: o Fundo Partidário e o tempo de televisão clinicamente qualificado como gratuito.

O sistema eleitoral atual é uma triste caricatura de democracia representativa. Soterrados sob listas intermináveis de candidatos apresentados por dezenas de siglas partidárias e ludibriados pelo truque imoral das coligações proporcionais, os eleitores operam como engrena-

gens da máquina de reprodução de uma elite política bárbara, hostil ao interesse público. A alternativa petista do voto em listas fechadas corrompe a representação de modo diverso, mas não menos doentio, conferindo aos chefes dos partidos o poder extraordinário de esculpir a composição do Parlamento.

A proposta do MCCE envolve a alternativa petista num celofane ilusório, sem modificar o seu cerne. Os partidos seriam obrigados a realizar prévias internas fiscalizadas pela Justiça Eleitoral para selecionar seus candidatos, o que configura uma interferência antidemocrática na vida partidária. Num primeira etapa, os eleitores votariam apenas nos partidos. Depois, na etapa derradeira, votariam em nomes constantes de listas com duas vezes mais candidatos que as vagas obtidas na etapa anterior. A valsa complexa conserva o poder de decisão essencialmente com os dirigentes dos partidos, mas distribui alguns doces aos eleitores. O Planalto e o PT entenderam o sentido da obra – que, por isso mesmo, deve ser descrita como “apartidária”.

Uma ruptura democrática seria a adoção do sistema de voto distrital misto. Nos Estados Unidos e na França, a disputa entre apenas um candidato de cada partido em circunscrições eleitorais delimitadas transfere o poder de decisão para os eleitores e provoca nítidas polarizações ideológicas. Sob a sua lógica, os partidos são estimulados a lançar candidatos capazes de sobreviver ao escrutínio direto do público. E, ao contrário do que argumentam os arautos do voto proporcional exclusivo, os candidatos não se podem apresentar como “deputados-vereadores”, pois a dinâmica da disputa majoritária os compele a associar seus nomes às posições doutrinárias de seus partidos.

O MCCE, porém, parece avesso à ideia de uma mudança genuína. “Precisamos do apoio de todas as forças políticas na hora da aprovação no Congresso”, explicou Márlon Reis, o Tancredi disponível na esteira da tempestade de junho.

* SOCIOLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR

Texto 12 – Nas franjas do Black Bloc – Demétrio Magnoli – 15/08/2013

Nas franjas do Black Bloc

DEMÉTRIO
MAGNOLI

“Muitos dos jovens que estão usando

essa estratégia da violência nas manifestações vieram das periferias brasileiras. Eles já são vítimas da violência cotidiana por parte do Estado e por isso os protestos violentos passam a fazer sentido para eles.” Rafael Alcadiapani da Silveira, autor do diagnóstico que equivale a uma celebração do vandalismo, não é um músico punk, mas um docente da FGV-SP. O seu (preconceituoso) raciocínio associa “violência” a “periferia” – como se esse sujeito abstrato (a “periferia”) fosse portador de uma substância inescapável (a “violência”). Por meio do conhecido expediente de atribuir a um sujeito abstrato (a “periferia”) as ideias, as vontades e os impulsos dele mesmo, Silveira oculta os sujeitos concretos que produzem um “sentido” para “protestos violentos”. Tais sujeitos nada têm que ver com a “periferia”: são acadêmicos-ativistas engajados na reativação de um projeto político que arruinou a vida de uma geração de jovens na Alemanha e na Itália.

No DNA humano estão inscritas as “pegadas” da evolução dos seres vivos. Nas obras de arte encontram-se os sinais de uma extensa cadeia de influências que as interligam à história da arte. Similarmente, pode-se identificar nos textos políticos uma genealogia doutrinária, que se manifesta em modelos argumentativos típicos e expressões estereotipadas. O professor da FGV menciona a “violência cotidiana por parte do Estado”. Nas páginas eletrônicas dos Black Blocs pipoca a expressão “Estado policial”. Bruno Torturra, o Mídia Ninja ligado a Marina Silva, definiu os Black Blocs como “uma estética” e defendeu a “ação direta”, desde que “dirigida aos bancos”. Pablo Ortellado, filósofo e ativista, elogiou a “ação simbólica” de destruição de uma agência bancária, que, interpretada “na interface da política com a arte”, simularia a ruína do capitalismo. Eu já li essas coisas – e sei onde.

Tudo isso foi escrito na década de 1970 pelos intelectuais italianos que lideraram os grupos autonomistas Potere Operaio,

Lotta Continua e Autonomia Operaia. Eles mencionavam as qualidades exemplares da “ação direta” e a eficiência da “violência simbólica”. Toni Negri pregava a violência como ferramenta para defender os “espaços” criados pelas “ações de massa” e exaltava o “efeito terrível que qualquer comportamento subversivo, mesmo se isolado, causa sobre o sistema”. Avançando um largo passo, Franco Piperno clamava pela “combinação” da “potência geométrica da Via Fani” (referência ao sequestro de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas, em Roma, no 16 de março de 1978) “com a maravilhosa beleza do 12 de março” (alusão ao assassinato de um policial, em Turim, pelo grupo extremista Prima Linea, em 1977).

Depois do assassinato de Moro, Negri e Piperno foram processados e injustamente condenados a cumprir sentenças de prisão, que acabaram sendo revertidas. Intelectuais, de modo geral, não sujam as próprias mãos. Os líderes autonomistas não integravam as Brigadas Vermelhas ou a Prima Linea – e, portanto, não deram as ordens que resultaram em atos de terror. Eles apenas ensinaram a seus jovens seguidores, alguns dos quais viriam a militar nas organizações terroristas, que a violência é necessária, eficaz e

Acadêmicos-ativistas engajaram-se em reativar um desastroso projeto político

bela. A responsabilidade deles não era criminal, mas política e moral, algo que jamais tiveram a decência de reconhecer.

Onde fica a fronteira entre a violência “simbólica” e a violência “real”? Na noite de 2 de abril de 1968 bombas incendiárias caíram e explodiram em duas lojas de departamentos de Frankfurt, que já estavam fechadas. A ação pioneira do grupo Baader-Meinhoff, inscrita “na interface da política com a arte”, foi cuidadosamente planejada para não matar ninguém. Era a violência “só contra coisas”, não “contra pessoas”, na frase de Ortellado para justificar as ações dos Black Blocs. O primeiro cadáver do Baader-Meinhoff, um guarda penitenciário, surgiu na operação de resgate de Andreas Baader,

em maio de 1970. Depois, vieram outros cadáveres, de chefes de polícia, juizes, promotores ou empresários. Tais personalidades seriam “símbolos” do “sistema” – isto é, segundo uma interpretação possível, “coisas”, não “pessoas”.

A tragédia alemã precedeu a tragédia italiana, mas não a evitou. No “Outono Alemão” de 1977, um jovem radical desiludido escreveu uma carta amarga, irônica, indagando sobre os critérios para decidir quem tinha mais responsabilidade pela opressão capitalista – e, portanto, deveria ser selecionado como alvo. “Por que essa política de personalidades? Não poderíamos sequestrar junto uma cozinheira? Não deveríamos pôr um foco maior nas cozinheiras?”. Os nossos alegres teóricos dos Black Blocs aplaudem o incêndio “simbólico” de uma agência bancária, mas ainda não se pronunciaram sobre o valor artístico da vandalização de edifícios empresariais, shopping centers, delegacias, palácios de governo ou residências. Por que esse “foco” nos bancos?

Eugênio Bucci – ele também! – usou a palavrinha “estética” quando escreveu sobre a suposta novidade do “esporte radical e teatral de jogar coquetel molotov contra os escudos da tropa fardada”. Não há, porém, novidade. Ortellado publicou um artigo sobre as fontes da “tática” dos Black Blocs, evidenciando suas conexões com os movimentos autonomistas de “ação direta” na Alemanha e na Itália dos anos 70 e 80, cujos destacamentos de choque servem de modelo aos nossos encapuzados. Ele não diz com clareza, mas as teses políticas que reativam o culto da manifestação violenta se originam precisamente de alguns dos acadêmicos-ativistas daquele tempo, hoje repaginados como mestres grisalhos do movimento antiglobalização.

Os Black Blocs anunciam um “badernaço nacional” para o 7 de Setembro. Mas o “badernaço” intelectual começou antes, na forma dessas piscadelas cúmplices para idiotas vestidos de preto que reboinam um desastroso filme antigo.

* SOCIOLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR

Democracia e violência

 DENIS LERRER ROSENFIELD

A democracia é uma forma de regimento de conflitos e de repressão à violência. Traduz-se o regimento pelo Estado de Direito, no qual as leis, válidas para todos, se caracterizam pela imparcialidade, impessoalidade e universalidade. As regras que a constituem não são, por isso mesmo, arbitrarias, mas fruto de todo um ordenamento constitucional, garantido pelo voto de todos os cidadãos.

Não pode ela, então, conviver com a violência que ameaça a estabilidade constitucional e a segurança jurídica e física. Contratos devem ser respeitados e os bens públicos e dos cidadãos, garantidos pela autoridade estatal, em particular pela polícia e pelo Judiciário. O mesmo vale para a integridade física das pessoas e seu direito de livre circulação pelas ruas.

Causa, portanto, a maior surpresa constatarmos que em recentes manifestações carros de empresas de comunicação foram destruídos; sedes dessas mesmas empresas, ameaçadas; agências bancárias, vandalizadas; revendas de carros, igualmente destruídas; tudo isso sob o olhar complacente da polícia, como se não dovesse intervir. Até o Hospital Sírio-Libanês foi palco de obstruções, impedindo pessoas de recorrer à sua emergência. A noção de limite foi perdida!

Acrescentem-se a invasão ao Palácio do Itamaraty, a ameaça física ao governador do Rio, Sérgio Cabral, que não pode fazer uso de seu apartamento, perturbando seus vizinhos, as tentativas de coagir o governador paulista, Geraldo Alckmin, em frente ao palácio do governo, para que tenhamos um quadro mais completo da inércia reinante. Convém lembrar, seguindo a lição de Hobbes, que a formação do Estado pressupõe que este exerça o monopólio da violência. Os cidadãos abdicariam do seu uso em proveito da paz e da ordem públicas, condição da sociabilidade humana. Imaginem se cada um puxasse uma arma ou agredisse fisicamente qualquer pessoa para resolver um conflito. Seria o caos completo.

O mesmo vale para os grupos que se digladiam pelo poder, usando o voto para dirimir os

conflitos e lutas inerentes à sua conquista. Com tal objetivo é estabelecida uma série de pré-requisitos para o ordenamento dessa disputa, como eleições periódicas, liberdade de organização partidária, imprensa e outros meios de comunicação livres, respeito aos resultados, direito das minorias e assim por diante. Em caso de descontentamento, devem os inconformados dirigir-se aos tribunais, no caso brasileiro, ao Tribunal Superior Eleitoral.

Grupos que não aceitam o Estado de Direito e a ordem constitucional, recorrendo à violência, devem, sim, ser duramente reprimidos, pois são ameaças reais à existência da democracia. Se agirem livremente, só tendem a enfraquecer as instituições. Pretendem ser aceitos democraticamente, tendo como finalidade a eliminação da própria democracia. Criam, para isso, um clima de instabilidade institucional.

Note-se que nas jornadas de junho e nas manifestações de julho/agosto grupos de extrema esquerda fizeram uso impune da violência, como se esta fosse um instrumento legítimo de luta política. Na verdade, eles são a negação da política, embora recorram a supostas justificativas sociais. Uma das mais recorrentes é alegar que são con-

dos, segundo o ângulo da foto e/ou da filmagem, como “brutalidades” que estariam reprimindo jovens e estudantes... A inversão é total!

Os mascarados que saqueiam, destroem, ameaçam fisicamente as pessoas e produzem medo generalizado são apresentados como “heróis” sociais. Em vez de a lei ser a eles aplicada, teríamos a justificativa da violência, como se esta dovesse ser aceita. O intolerável não pode ser democraticamente tolerado, sob pena de instabilizarmos as instituições, que são as garantias da paz pública, princípio primeiro do Estado.

As jornadas de junho, caracterizadas por serem essencialmente manifestações pacíficas de descontentamento e crítica aos partidos políticos e às autoridades constituídas, nos níveis federal, estadual e municipal, atingindo todos os partidos políticos, sem exceção, foram uma prova inequívoca da vitalidade de nossa democracia. Angariaram ampla simpatia popular, alcançando pessoas das mais diferentes faixas etárias, de renda e de escolaridade. A sociedade, autonomamente mobilizada pelas redes sociais, soube dizer não ao que está aí, farta de demagogia, de falta de representatividade política, de altos impostos que se traduzem em serviços públicos de baixa qualidade.

A inconformidade com a corrupção e o desvio de recursos públicos foi flagrante, mostrando cidadãos atentos aos valores básicos de toda convivência propriamente política. Repudiaram claramente a violência, a ponto de alguns participantes e simpatizantes dessas jornadas dizerem que não aceitariam participar desse tipo de manifestações. A violência foi e é amplamente rechaçada, numa nítida demonstração de uma sociedade civil madura.

A questão, contudo, consiste na disparidade entre essa maturidade social e a falta de legitimidade das autoridades públicas, que nem da interrupção da violência sabem tratar. Quando passarão a respeitar as suas obrigações constitucionais, próprias da democracia?



PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS. E-MAIL: DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

Os criminosos que atentam contra a ordem democrática deveriam ser presos e julgados

tra a “criminalização dos movimentos sociais”. O que isso significa? Apenas um passaporte para o uso irrestrito da violência, algo que lhes garantiria a impunidade. Pretendem estar ao abrigo da lei, desrespeitando-a completamente. Na verdade, são criminosos que atentam contra a ordem democrática e, por isso mesmo, deveriam ser presos e julgados, não mais circulando livremente pelas ruas.

Para inibir a ação policial contam com o apoio de uma mídia alternativa atualmente em voga, cuja especialidade é filmar policiais que estão cumprindo a sua função, recorrendo à força para reprimir atos violentos que se voltam contra a ordem pública. É o seu dever. É o que acontece, então? São apresenta-

Texto 14: Marina e as regras do jogo – Demétrio Magnoli – 26/09/2013

Marina e as regras do jogo

 DEMÉTRIO
MAGNOLI

“**C**oloque o dedo na ferida: sem as assinaturas é uma esperança vã, impossível de frutificar.” A frase, do ministro Marco Aurélio Mello, do Tribunal Superior Eleitoral, equivale a uma potencial sentença de morte para a Rede, a “vã” esperança partidária de Marina Silva. Marco Aurélio tem razão quando põe o dedo na “ferida” jurídico-administrativa, mas a “ferida” política está em outro lugar: na democracia brasileira não existe liberdade partidária. Por que eu, meu vizinho e um grupo de amigos não podemos decidir, hoje, fundar um partido e vê-lo, amanhã, reconhecido mediante a simples apresentação de um estatuto? Isso é liberdade partidária – algo que não temos, pois a elite política decidiu, em seu proveito, estatizar os partidos políticos.

A Constituição de 1988 consagrou a estatização dos partidos, refletindo um consenso de nossa elite política. Os partidos oficiais adquiriram o curioso direito de avançar sobre o bolso de todos os cidadãos, extraindo-lhes compulsoriamente os recursos que financiam o Fundo Partidário e as propagandas partidárias e eleitorais nos meios eletrônicos de comunicação. Em 2012, as dotações do orçamento federal para o Fundo Partidário somaram R\$ 286,2 milhões. Nós todos pagamos R\$ 850 milhões em 2010, sob a forma de compensações fiscais às emissoras de TV e rádio, pela transmissão dos horários clinicamente rotulados como “gratuitos” e utilizados pelos partidos. O projeto do PT de reforma política, que almeja introduzir o financiamento público de campanha, tem a finalidade de expandir ainda mais a transferência de recursos da sociedade para os políticos profissionais.

A Justiça Eleitoral é, ao lado da Justiça do Trabalho, uma das desastrosas invenções do varguismo. Nenhuma democracia precisa de tribunais para organizar eleições, missão que pode ser cumprida por meros órgãos administrativos. A razão de ser de nossos tribunais eleitorais se encontra no princípio antidemocrático da subordinação dos partidos ao Estado. O aparato judicial especializado desempe-

na a função de identificar os partidos que cumpriram os requisitos legais para tomar dinheiro dos cidadãos – e, eventualmente, disputar eleições. “Não cabe estabelecer critério de plantão para esse ou aquele partido”, explicou Marco Aurélio referindo-se à Rede, antes de concluir com a inflexão típica do juiz que zela pela igualdade de direitos: “Abre-se um precedente muito perigoso”. De fato: os princípios da liberdade partidária e da estatização dos partidos são inconciliáveis – e para preservar o segundo o nosso ordenamento político sacrifica o primeiro, sem jamais abrir perigosos precedentes.

Os partidos estatais formam um dos pés do tripé que sustenta um sistema político avesso ao interesse público e orientado para a corrupção sistemática. O segundo pé são as coalizões em eleições proporcionais, um expediente de falsificação da vontade do eleitor destinado a conferir viabilidade a partidos que não representam ninguém, mas acomodam frações periféricas da elite política. O terceiro pé é a prática de loteamento político da máquina estatal, propiciada pela escandalosa existência, apenas na esfera federal, de quase 50 mil cargos de livre nomeação.

A privatização do Estado é o

Entre o Brasil oficial e o Brasil real abre-se um fosso ameaçador, quase intransponível

outro lado da moeda da estatização dos partidos políticos. “Não tem conversa, a lei é prementória”, enfatizou Eugênio Aragão, vice-procurador-geral Eleitoral, alertando para os limites legais ao direito de candidatura. Hoje, diante do pedido de registro da Rede de Marina, a Justiça Eleitoral emerge como fiadora burocrática dos interesses gerais da elite política, que não pode abrir mão da coerência do conjunto do sistema.

No balcão cartorial do Estado brasileiro, registrar partidos é um negócio tão lucrativo quanto fundar sindicatos ou igrejas. PTC, PSC, PMN, PT-doB, PRTB, PHS, PSDC, PTN, PSL, PRB, PPL, PEN – a sopa de letrinhas das legendas oficiais vazias produz a falsa impressão da vigência de ampla liber-

dade partidária. Aplicando sua inteligência à produção de sofismas, Marco Aurélio argumentou que a ausência da Rede não prejudicaria as eleições de 2014, pois, afinal, o País não carece de partidos. Na esfera exclusiva da lógica burocrática, o ministro tem razão: todos poderão votar em partidos que não representam ninguém, mas cerca de um quarto do eleitorado experimentará a impossibilidade de sufragar a candidata de sua preferência. De certo modo, o Irã é aqui.

Marina e os seus não aprenderam direito as regras do jogo, explicam nos jornais os incógnitos políticos fundadores de legendas de aluguel e seus advogados especializados nos “negócios do Brasil”. Mas, como atestado de uma devastadora crise política e moral, ninguém pergunta aos representantes de nossa elite política sobre a natureza das regras desse jogo. Três meses atrás, centenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas para expressar sua frustração e sua ira com um Estado hostil à sociedade. Depois disso, o Supremo Tribunal Federal decretou que os políticos de sangue azul se distinguem dos cidadãos comuns pelo privilégio da impunibilidade. Agora, o Tribunal Superior Eleitoral prepara-se para, aplicando as leis vigentes, cassar o direito de voto de um quarto dos brasileiros. Entre o Brasil oficial e o Brasil real, abre-se um fosso ameaçador, quase intransponível.

Nos círculos próximos a Marina, comenta-se que ela não aceitará a alternativa de concorrer às eleições por uma legenda de negócios. Numa hipótese viçiosa, o gesto de desistência configuraria uma rendição disfarçada por discursos de indignação – e Marina contrariaria um despachante astuto para tornar viável a Rede no horizonte de 2018. Por outro lado, na hipótese virtuosa, seria um ato de bravura e resistência: o ponto de partida para uma “anticandidatura” de mobilização da sociedade contra a estatização dos partidos e a privatização do Estado.

Estou sonhando?

*
SOCIOLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR

Texto 15: O uso político da violência – Denis Lerrer Rosenfield – 04/11/2013

O uso político da violência

 DENIS LERRER ROSENFIELD

A discussão em torno da ação dos black blocs tem sido frequentemente enviesada, se não deturpada, por não estar focada no uso que tem sido dado à violência desse grupo nas consequências dela derivadas. Não se trata de manifestação “espontânea” nem da ação de bandos desorganizados, mas de um tipo de intervenção que se define por um propósito claramente político.

Pesquisas sobre o que dizem os que assim agem terminam por arranhar superficialmente o problema, porque seus agentes não são meros indivíduos, mas membros de uma organização com método em suas ações. Suas falas, individualmente, nesse sentido, são necessariamente limitadas, se não encobridoras, na medida em que suas ações em muito transcendem manifestações individuais.

Advogar um diálogo com eles, como se fossem a expressão de um descontentamento “social”, significa tirar a questão de seu ponto central. A violência é avessa a qualquer diálogo, quanto mais empreendido por grupos que, se chegam a declarar alguma proposta, é com o intuito de que ela seja inexecutável – por exemplo, a extinção do “lucro”, da sociedade de “mercado”, e assim por diante.

Note-se que tais grupos se caracterizam por ações metódicas e organizadas. São como células que respondem a um comando, dotadas de extrema mobilidade e que conseguem muitas vezes distrair a atenção policial. Atrair a atenção sobre um ato determinado de vandalismo e depredação, com o objetivo de empreender outro muito maior em outro local.

Agem quando de manifestações pacíficas, fazendo-as acabar em violência, visualizada com grande estardalhaço pela mídia. A finalidade é ocupar a cena pública. Quanto maior for o impacto televisivo, maior será seu “ganho”, pois tais imagens se propagarão com força por todo o País e mesmo para além dele. Para quem não gosta do crescimento e da competitividade internacional do País, o “ganho” terá ainda um “reconhecimento” extra. Fora de nossas fronteiras, tais imagens adquirem o estatuto de mani-

festação “popular”, como se o Brasil estivesse à beira de um problema institucional sério.

As jornadas de junho foram uma impressionante manifestação de cidadania, com mais de 1 milhão de pessoas nas ruas clamando contra a corrupção e a má qualidade dos serviços públicos, com foco, num primeiro momento, na mobilidade urbana. As pessoas, com toda a razão, estão cansadas de pagar altos impostos, tendo como “retribuição” andar de pé, apertadas, nos ônibus em péssimas condições. O transporte torna-se um calvário. Filas em postos de saúde e hospitais, com atendimento sofrível, mais o baixo nível da educação pública configuram um quadro lamentável: a feia pintura de nosso país.

O exercício da autonomia expresso em tais manifestações, não obedecendo a nenhuma orientação partidária, mostrou um outro País possível, alerta para os desmandos vigentes, não aceitando nenhum tipo de instrumentalização. Naquele momento era como se o País, surpreso, estivesse vendo desfilar uma banda da liberdade e da indignação. Contudo essa irrupção do novo assustou.

Assustou os que até então dominavam as ruas ou delas procuravam ter o monopólio, como os diferentes partidos de es-

Os atos violentos dos black blocs enxotaram da rua os indignados.

A quem interessa isso?

..... querda, sindicatos e movimentos sociais organizados, que tiveram, então, a intenção de se apropriar desse sopro de autonomia. A heteronomia entrou na pauta. O resultado foram “greves” e “manifestações” que terminaram em completo fiasco, expondo a dissociação entre a tentativa de manipulação e a legítima indignação das ruas.

Nesse contexto, a ação dos ditos “vândalos” passou a ter maior protagonismo, atuando em qualquer tipo de manifestação, relegando os demais a posição secundária. Na verdade, houve um processo de estranhamento: os manifestantes autônomos e indignados não mais se reconheceram naqueles mascarados. A violência exposta não era um espelho seu.

O resultado foi imediato: o refluxo das manifestações autônomas e legítimas. A expectativa nascida quando das jornadas de junho foi progressivamente minguando. Por enquanto, pode-se dizer que desapareceu, embora possa ressurgir em outro contexto. A violência enxotou os indignados da rua.

Logo, o efeito objetivo dos agentes da violência, os black blocs ou outros nomes que se lhes queira dar, foi o esvaziamento das manifestações autônomas e, mais do que isso, de suas bandeiras. Expulsaram da rua as bandeiras contra a corrupção, por um melhor serviço público e menos impostos. Eis a verdadeira consequência de suas ações. Ou melhor, eis o seu verdadeiro objetivo. A quem interessa isso?

Curiosamente, os que se dizem “anarquistas”, em tese os defensores da autonomia e da liberdade, são os que buscam diretamente tornar inviável toda manifestação livre e autônoma. Nada têm eles de anarquistas no sentido estrito da palavra, são meros representantes de uma esquerda que usa irrestritamente a violência segundo suas conveniências políticas.

Observe-se que muitas agremiações que participaram das jornadas de junho, como o Movimento Passe Livre, e outras posteriores, de certos sindicatos de professores, nutrem simpatia por esses “vândalos”, como se sua causa fosse a mesma, apesar de seus meios divergirem. Comportam-se como “companheiros”. Companheiros de quê, precisamente? Da desmobilização popular? Do abandono das bandeiras contra a corrupção, o desvio de recursos do erário e a péssima qualidade dos serviços públicos? Da desresponsabilização de seus responsáveis?

Expressão disso é o fato, politicamente inquietante, de que bradam contra a “criminalização dos movimentos sociais”. Traduzindo: a violência deveria ser permitida e defendida, pois seus agentes sustentam uma “causa social”. Seu objetivo consiste em deixar a impunidade reinar e as instituições democráticas se enfraquecerem.

* PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS. E-MAIL: DENISROSENFIELD@TERRA.COM.BR

ANEXO B – Publicações no jornal Folha de São Paulo

Texto 1: Protestos em série – Hélio Schwartzman – 14/06/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

Protestos em série

SÃO PAULO - É verdade que essas manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo perturbam a cidade. Vou um pouco mais longe e afirmo que há algo de egoísta nos protestos, já que impingem a todos as reverberações de uma agenda que não é consensual.

Uma sociedade democrática, entretanto, precisa aprender a conviver com esse tipo de contratempo. A alternativa, que é impedir a realização de atos públicos ou de condicioná-los ao beneplácito das autoridades, me parece incomensuravelmente pior.

E a Constituição (art. 5º, XVI) assegura que todos podem reunir-se sem armas em locais abertos ao público independentemente de autorização. Alguém poderia argumentar que o constituinte exagerou, já que o dispositivo permite a pequenas minorias impor grandes aborrecimentos à maioria, mas agora Inês é morta. Em 1988, após mais de 20 anos de ditadura, consagrar a liberdade de reunião era a coisa certa a fazer.

É claro que não existem direitos

absolutos. Se é líquido e certo que cidadãos podem protestar, também é fato que a propriedade, pública ou privada, precisa ser preservada. Um manifestante tem o direito de resistir a agressões policiais que considere injustas. Isso pode até envolver socos e pontapés, mas é difícil perceber como o legítimo exercício da autodefesa passe por queimar ônibus e destruir vitrines. Não há o que objetar na intenção do governador Geraldo Alckmin de identificar os responsáveis por tais atos e de processá-los.

Mesmo rejeitando os exageros e os atos de vandalismo, deve-se reconhecer que protestos por vezes tonificam a democracia. E, para que funcionem assim, é preciso garantir que movimentos reivindicatórios possam ter lugar sem julgar o que os motiva. Não dá para criar uma lei que permita manifestações como as das praças Taksim e Tahrir, mas não as da avenida Paulista, só porque combater a tirania é uma causa mais nobre do que demandar subsídios.

helio@uol.com.br

Texto 2: Entre a sabedoria e a loucura – Hélio Schwartzman – 19/06/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

Entre a sabedoria e a loucura

SÃO PAULO - Massas impõem respeito. Políticos que até ontem desdenhavam dos radicais e vândalos do Passe Livre agora juram que apoiam as manifestações desde criancinhas. Já há governantes falando em rever o preço do ônibus. O que está acontecendo?

É difícil dizer com precisão. Estudos da psicologia de massas ainda não chegaram a um acordo nem sobre como elas atuam, menos ainda sobre como surgem e desaparecem. Há motivos tanto para júbilo como para apreensão. Multidões, afinal, podem ser extremamente sábias e pavorosamente estúpidas.

Do lado positivo, a agregação de grandes números extirpa certos tipos de erro, já que os palpites mais absurdos se anulam e o que resta faz algum sentido. Se você quer saber o peso de um bezerro, pergunte para 787 pessoas, a maioria das quais não terá a menor ideia de qual número chutar, e tire a média. Em 1906, James Galton, um cientista fascinado por medidas, fez isso e ficou ainda

mais fascinado quando descobriu que a diferença entre as estimativas e o peso real do bicho foi de uma libra.

Não é só. A resposta mais popular entre espectadores de programas como "Quem Quer Ser um Milionário" está certa em 90% das vezes. No fundo, é o mesmo princípio utilizado por casas de apostas, que delegam ao mercado a tarefa de estimar as probabilidades e definir os prêmios.

Podemos então sempre confiar na sabedoria das multidões? É claro que não. Se as massas eliminam certos erros, criam outros. Entre as principais patologias do pensamento de grupo destacam-se a radicalização, a supressão do dissenso e a animosidade. Movimentos terroristas, caça às bruxas e brigas de torcida são, afinal, fenômenos de massa.

Multidões podem ainda ser manipuladas por demagogos e geram desastres históricos com seu comportamento de manada. Políticos, com seu aguçado senso de sobrevivência, aprenderam a cultivá-las e temê-las.

helio@uol.com.br

Texto 3: Aprendizado essencial – Marina Silva – 21/06/2013

MARINA SILVA

Aprendizado essencial

Ninguém deveria estar surpreso, sabíamos que iria ocorrer. A internet ajuda a mudar tudo: a cultura, os negócios, as comunicações. Por que só a política não seria afetada?

Carlos Nepomuceno diz que três fatores ajudaram a transformar o mundo: a impressão em papel, a Revolução Francesa e a independência dos EUA. Eles compuseram a realidade de dois séculos e nos trouxeram até aqui, mas são insuficientes para configurar um mundo com 7 bilhões de pessoas e uma ferramenta que quebra as estruturas convencionais para intermediar a informação, a internet.

Tenho falado, aqui mesmo na **Folha**, daquilo a que chamo movimentos de borda. Eles se afastam do centro político estagnado, das instituições enrijecidas, das disputas por dinheiro e poder. Neles predomina um ativismo autoral, não mais dirigido por partidos ou líderes carismáticos. A presença destes é residual e produz incômoda sensação de oportunismo. Não há comando único, há relação horizontal e lideranças móveis: hoje lidero, amanhã sou liderado; hoje sou arco, amanhã sou flecha.

Esse ativismo não tem por-

to, carrega sua âncora e estaciona onde quer. Basta ver quantos sites temporários há na internet, usados numa mobilização ou num momento.

O essencial é perceber o que está latente. Não são os 20 centavos no Brasil, as árvores da praça na Turquia, ou qualquer demanda simbólica visível. O que está em pauta é a democratização da democracia. As pessoas não querem ser meros espectadores, lugar em que foram colocadas pelos partidos que detêm o monopólio da política. Querem ser protagonistas, reconectar-se com a potência transformadora do ato político.

Deve-se reconhecer esse desejo e respeitar o sujeito político que surge. Muitos se apressaram em desqualificar os novos movimentos, os abaixo-assinados, a campanha de defesa das florestas, a solidariedade aos índios, o "Fora Renan". Agora se esforçam para descobrir uma forma de interlocução, mas mantendo a ansiedade de liderar, usurpar, controlar.

Não basta dar 20 centavos para tirar o incômodo da sala. O que está havendo é significativo: no país do futebol, durante a Copa das Confederações, as pessoas protestam contra o custo dos estádios e dizem que queremos nosso dinheiro em saúde e educação.

O Brasil pode aprender a fazer diferente: nem transição eterna e lenta nem ruptura brusca, mas o diálogo produtivo e criativo da democracia

brusca, mas o diálogo produtivo e criativo da democracia ampliada. Temor de vandalismo? Ora, cultivemos uma cultura de paz. Prefiro sentir-me representada pelas pessoas que estão nas ruas, dizendo o que não querem, a exigir que tenham projetos definidos.

Não há salvadores da pátria, há homens e mulheres que trabalham juntos. Que seja este nosso aprendizado essencial, nossa maior mudança.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Texto 4: Caminhos da transformação – Henrique Meirelles – 23/06/2013

HENRIQUE MEIRELLES

Caminho da transformação

Há uma sensação de mal-estar difuso e generalizado no país. Muitos associam as manifestações a esse sentimento. Existem explicações diversas para isso, que passam pela piora da economia, a rejeição de práticas políticas, os gastos com a Copa.

Eu gostaria de focar hoje a questão da qualidade de vida da população.

Vemos a irritação das pessoas com o trânsito, o mau funcionamento dos telefones, a superlotação dos aeroportos, a precariedade dos hospitais e dos serviços. Notícias de mau uso dos recursos públicos são frequentes.

Mas o problema vai além dos serviços públicos. Um amigo que está reformando sua casa me relatou, com grande indignação, que nenhum de seus fornecedores entregou serviços e produtos no prazo nem deu qualquer satisfação.

Não há dúvidas de que vivemos uma crise de produtividade no país, e isso está longe de ser mero conceito econômico teórico. É algo que atinge a todos diariamente.

Quando discutimos a necessidade de aumentar a produtividade com licitações de portos, rodovias, aeroportos e ferrovias, por exemplo, debatemos algo que terá impacto na vida de cada um e nos preços dos produtos. A demanda muito maior por produtos e serviços, fruto do desenvolvimento econômico da última década, deve ser acompanhada por investimentos.

Já o desemprego muito baixo reduz a preocupação com a manutenção do emprego e a exigência de qualificação. Isso, por um lado, é muito bom, porque dá mais segurança às pessoas em relação ao emprego, e toda teoria econômica existe, em última análise, para elevar o bem-estar dos cidadãos.

O problema é como, nesse ambiente, motivar as organizações privadas e os governos a investir na qualidade dos seus produtos e serviços e em treinamento. E também como motivar as pessoas a fazer um bom trabalho, a prestar bom serviço e a seguir a lei.

Mais importante ainda, é preciso consolidar os valores de um trabalho bem executado. Eles devem estar presentes da escola fundamental à universidade e seguir no governo, na empresa e no terceiro setor.

Portanto, o grande desafio do país é voltarmos a recuperar o orgulho de um trabalho bem-feito em todos os níveis. A ética, nesse movimento, será fundamental.

Em minha experiência profissional, no setor público e na área privada, vi como as pessoas podem se orgulhar de um serviço bem-feito, de uma instituição que funcione bem, do bom uso dos recursos.

Precisamos reforçar esses valores e trabalhar para que prevaleçam cada vez mais. É um caminho eficiente para a transformação tão claramente desejada pela população.

HENRIQUE MEIRELLES escreve aos domingos nesta coluna.

Texto 5: Brasileiros – Aécio Neves – 24/06/2013

AÉCIO NEVES

Brasileiros

Ainda há um grande esforço para tentar compreender melhor a motivação que leva às ruas milhares de brasileiros, defendendo um sem número de causas e reivindicações. A este respeito, lembrei-me que em outubro de 2011 — portanto há quase dois anos — assinei um artigo, aqui mesmo, nesta **Folha**, abordando a imprevisibilidade da política, as grandes transformações em curso e a busca coletiva por uma nova ordem.

Sem qualquer pretensão de leitura antecipada sobre os protestos que hoje varrem o país, inimagináveis há até poucos dias, já naquele momento era perceptível uma crescente onda de desencanto mundo afora com regimes autoritários, a corrupção e a crise econômica, temas encarnados por levantes como o da Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o Ocupe Wall Street, em Nova York.

À época, muitos apontavam aquelas como manifestações “sem bandeira”, quando na verdade representavam um múltiplo e crescente inconformismo. Ainda que movido por diferentes frustrações, fenômeno de certa forma semelhante alcançou a realidade brasileira, após longos anos de acúmulo de insuficiências de toda ordem, agravadas pela percepção de grave paralisia gerencial, desperdícios, desvios e enorme frustração com a impunidade.

com a impunidade.

O inédito movimento brasileiro contrasta com a tentativa de afirmação de um “Brasil cor-de-rosa”, como se tivéssemos deixado para trás, em um trecho vencido de história, uma das maiores desigualdades do planeta e as mazelas do nosso subdesenvolvimento. Se avançamos — e avançamos —, não vencemos o principal: continuamos um país pobre, desassistido e injusto.

O que não parecia ser factível tornou-se inesperada realidade: entornou para fora dos limites da política tradicional a percepção sobre obras que nunca acabam e multiplicam orçamentos exorbitantes; o baixo investimento em áreas fundamentais, gerando o sucateamento da saúde, a educação precária e a grave omissão na segurança pública, enquanto bilhões escorrem em programas de financiamento obscuros ou casos mais explícitos, como o de Pasadena, e agora as obras da Copa.

A insatisfação com a realidade está clara na pesquisa Ibope/CNI. Das nove áreas avaliadas, seis são desaprovadas pela maioria da população: segurança pública, saúde, impostos, combate à inflação, taxa de juros e educação.

A desaprovação ao combate à inflação subiu de 47% para 57%. Continuamos a ser um dos países que oferece o pior retorno dos impostos arrecadados em serviços públicos.

Há nesse episódio lições a serem aprendidas por todos os que temos responsabilidade pública, e uma é incontestável: o chamado mundo político tem uma enorme dívida com os brasileiros. E ela precisa ser resgatada.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Texto 6: O tamanho da mudança – Hélio Schwartzman – 25/06/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

O tamanho das mudanças

SÃO PAULO - A julgar pelo tom médio dos comentários que li no fim de semana, estamos em uma situação pré-revolucionária a partir da qual nada mais será o mesmo na política brasileira. Até gostaria que fosse verdade, mas receio que a realidade seja um pouco mais pesada.

O futuro é, por definição, contingente e quase tudo pode acontecer. Ainda assim, algumas coisas são mais prováveis do que outras. Os protestos não durarão para sempre. Como escrevi numa coluna da semana passada, manifestações dão trabalho, impõem um ônus às cidades e acabam enjoando. Se democracia direta fosse bom, assembleias de condomínio seriam um sucesso. Não são. E esse é um dos motivos por que inventamos a democracia representativa.

É claro que algo desse movimento permanecerá, mas é cedo para uma avaliação definitiva. Se o passado serve de guia para o futuro, o quadro não é dos mais promissores. Após o impeachment de Fernando Collor, em 1992, boa parte dos brasileiros

acreditávamos que o país abraçara um novo —e melhor— paradigma no que diz respeito à tolerância para com os desmandos da classe política. Ainda que isso tenha ocorrido em algum grau, não foi o suficiente para evitar os muitos escândalos que se sucederam. A política mudou, mas muito menos do que desejávamos.

Não estou dizendo que as manifestações sejam inúteis ou inoportunas. Só acho que, para além do impacto concreto e passageiro sobre tarifas, seu efeito positivo é um pouco mais sutil e indireto. Protestos são um sintoma de que, pouco a pouco, se constitui no Brasil uma sociedade civil mais articulada, capaz de cobrar seus governantes e por eles ser ouvida, e isso é importante para azeitar as instituições democráticas.

No fim das contas, o que distingue países que dão certo de nações fracassadas é a existência de estruturas que assegurem que o poder político e econômico não será monopolizado pela casta dirigente.

helio@uol.com.br

Texto 7: Pés pelas mãos – Hélio Schwartzman – 26/06/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

Pés pelas mãos

SÃO PAULO - Em espírito e intenções, até que a presidente Dilma Rousseff fez tudo certinho. Tentou dar conteúdo e direção a um movimento popular que ganhou o momento, mas não sabe para onde caminha. Quando se analisam as propostas concretas da mandatária, entretanto, fica a sensação de que ela entrou no clima das manifestações e resolveu agir sem pensar.

É verdade que a responsabilidade fiscal é importante para assegurar a estabilidade e os investimentos. Quem olha para uma defesa tão intransigente do ajuste das contas públicas jamais diria que ela partiu do governo que mais contribuiu para desequilibrá-las. Se há algo que caracteriza a administração Dilma até aqui foi ter apostado numa combinação de política econômica equivocada com contabilidade malandra que arruinou as expectativas. Mas nunca é tarde para se arrepender.

Para transportes, saúde e educação, a presidente saiu-se com um requeentado de medidas que já tinham

sido anunciadas e mais desonerações (o que vai contra o pacto fiscal, mas isso é detalhe). É bom que não tenha inventado pirotecnias, mas parece pouco para responder às ruas.

Foi justamente no ponto mais importante, o da reforma política, que Dilma meteu os pés pelas mãos. Ela deve ter lido em algum cartaz de manifestante a ideia de convocar uma constituinte exclusiva, juntou-a com o sempre popular plebiscito e criou uma proposta tão singular que não sobreviveu 24 horas. Foi detonada por juristas, políticos e, quero crer, por imperativos de realidade. Sob que regra os constituintes exclusivos seriam eleitos? O Congresso poderia aprovar PECs enquanto eles trabalhassem? E quanto a uma PEC com conteúdo contrário ao que tenha sido definido pelos constituintes?

O fato de Dilma ter recuado, embora revele o nível de confusão que impera no governo, mostra que a presidente está disposta a ouvir e a buscar soluções negociadas — o que é bom.

helio@uol.com.br

Texto 8: Emergência – Antônio Delfim Neto – 26/06/2013

ANTONIO DELFIM NETTO

Emergência

O movimento das ruas é uma daquelas “emergências” que levam a refletir sobre a qualidade da organização social em que vivemos. A história mostra o seguinte:

1) Que a utilização dos “mercados” para organizar a produção é resultado de um mecanismo evolutivo. Ele foi gerado por uma seleção quase natural entre os muitos sistemas que os homens vêm experimentando desde que saímos da África há 150 mil anos, para combinar uma relativa eficiência na conquista de sua subsistência material com um aumento paulatino da liberdade para viver sua vida;

2) Que, deixado a si mesmo, ele amplia as desigualdades e tende a gerar flutuações cíclicas no nível de emprego;

3) Que um Estado forte, constitucionalmente limitado e poder incumbente escolhido pelo sufrágio universal, é fundamental para regulá-lo e civilizá-lo;

4) Que a crença ingênua na eficiência do mercado financeiro, essencial ao desenvolvimento produtivo, leva à submissão deste ao primeiro e, com tempo suficiente, ao controle do próprio Estado, como vimos em 1929 e em 2008, o que exige mudanças no paradigma.

O mecanismo de seleção a que nos referimos acima continua a trabalhar, como mostra a surpresa do “movimento das ruas”, na direção do aumento da liberdade do homem para viver a sua humanidade, com a redução do trabalho necessário à sua subsistência

material e dando-lhe segurança por meio do aperfeiçoamento da organização social, que busca combinar três objetivos não plenamente conciliáveis: maior liberdade individual, maior igualdade de oportunidade e maior eficiência produtiva. É importante lembrar que esses três valores estão implícitos na Constituição de 1988, que reforçou as instituições para realizá-los.

A história sugere que o processo de aproximações sucessivas do “socialismo fabiano”, por meio do jogo interminável entre a “urna” e o “mercado”, é, talvez, o caminho assintótico para produzi-los. As alternativas propostas de sua substituição voluntarista e apressada por cérebros peregrinos lotaram de tragédias o século 20.

A sociedade mundial está inserida numa profunda revolução industrial apoiada em novas tecnologias e no aumento dramático de transmissão e acumulação de informação. Ela vai produzir uma redução do trabalho material e um aumento imenso da liberdade individual, no mesmo sentido da seleção “quase” natural que nos levou até aqui.

No Brasil que está ficando mais velho, as implicações desse novo passo civilizador têm que ser antecipadas com um dramático aumento da “qualidade” de nossa educação. O movimento das ruas está mostrando que esta é essencial para salvar a economia e, principalmente, a democracia.

ANTÔNIO DELFIM NETTO escreve às quartas-feiras nesta coluna.

contato@delfimnetto@terra.com.br

Texto 9: Poder para os eleitores – Henrique Meirelles – 30/06/2013

HENRIQUE MEIRELLES

Poder para os eleitores

As manifestações populares trouxeram urgência à longamente debatida reforma política. Vários assuntos estão em foco, como financiamento de campanha, fortalecimento dos partidos, transparência etc.

Um ponto fundamental em qualquer sistema político é o de garantir que os eleitos, de fato, representem os interesses dos seus eleitores.

A experiência de muitos países mostra que, quanto mais próxima do eleitor e passível de cobrança, melhor é a representação parlamentar em todos os níveis. E ela é fundamental para a aprovação de leis de interesse da comunidade e a boa fiscalização do Executivo.

A prática política de países com democracias consolidadas aponta que um sistema bem-sucedido para assegurar a proximidade com o eleitor e a sua capacidade de fiscalizar seu representante é o distrital puro, em que cada parlamentar é eleito por um determinado distrito com um número limitado de eleitores.

Isso traz enormes benefícios como: 1) o candidato é mais conhecido e mais próximo da comunidade que o elege; 2) a campanha é mais barata, já que o número de eleitores cortejados é bem menor; 3) os eleitores têm capacidade muito maior de acompanhar a atuação do seu representante; 4) será mais fácil aos eleitos prestar contas aos eleitores, já que estarão concentrados geograficamente, e não espalhados pelo Estado de forma muitas vezes errática.

O sistema distrital também pode transformar todas as eleições em escolhas majoritárias, desde que, em cada distrito, seja eleito apenas o mais votado nos níveis federal, estadual ou municipal.

Isso tende a reduzir o número de partidos de forma natural, já que sobreviverão só aqueles com presença majoritária em cada distrito.

E, na medida em que os candidatos disputam eleições entre número menor de eleitores, suas propostas e compromissos pós-eleitorais serão muito mais claros e transparentes.

Nos países com sistema distrital consolidado, um parlamentar que contrarie a linha de conduta preferida de seus eleitores ou a plataforma de seu partido tem muito mais chance de ser punido nas eleições seguintes.

Esse sistema, portanto, aumenta de forma substancial a eficiência e os bons resultados do sistema político, uma vez que a proximidade do eleito com o eleitor garante maior eficácia e transparência em todo o processo.

Isso tudo não é parte da nossa tradição política e cultural, e, portanto, a reforma deve seguir outras direções na tentativa de melhorar o sistema.

É necessário, no entanto, analisar alternativas bem-sucedidas para que possamos aprender não só com os nossos erros, mas com os erros e acertos dos outros.

HENRIQUE MEIRELLES é ministro da Economia nesta colunista.

Texto 10: Classe Média – Aécio Neves – 01/07/2013

AÉCIO NEVES

Classe média

Se os partidos brasileiros, sem exceção, saem politicamente abalados do saudável vendaval de passeatas no país, um deles certamente se resente mais: o PT.

A presença maciça da classe média no movimento de protesto coloca em xeque, com mais ênfase, as contradições do partido.

Pressionado a oferecer respostas ao país, o governo federal improvisou uma constituinte restrita, rapidamente abandonada, e busca, por meio da proposta de um plebiscito de complexa elaboração, aprovar uma agenda que interessa muito mais ao PT do que ao Brasil.

Assim, o governo federal patrocina manobras que visam tirar o foco das legítimas reivindicações apresentadas pela população, oferecendo justamente mais daquilo de que os brasileiros demonstram estar fartos: desrespeito.

No recente evento dos dez anos do PT, a filósofa petista Marilena Chaui afirmou, sob aplausos, que odiava a classe média. E explicou: “A classe média é estupidez. É o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista. É uma abominação política, porque ela é fascista, uma abominação ética, porque ela é violenta, e é uma abominação cognitiva, porque ela é ignorante”.

O leitor ficou chocado? O vídeo está no YouTube. Juntando-se essa fala raivosa e os protestos nas ruas, a conclusão é inevitável: o PT não gosta da classe média e por ela parece estar sendo correspondido na rejeição.

Os jovens questionam a forma tradicional de fazer política quando gritam: “O povo unido governa sem partido”. A grande maioria deles nada tem de fascistas ou reacionários. Estão apenas expressando suas compreensíveis frustrações. Os manifestantes se insurgem contra os aproveitadores que viraram políticos, políticos que se elegeram governantes, governantes que se esbaldaram na corrupção, corrupção que impede a melhoria do transporte, da saúde e da educação. Uma ciranda como no poema de Drummond cujo nome é “Quadrilha”, muito a propósito.

Um bom contraponto à intolerância de Marilena Chaui é um texto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de 2011. Nele, foi enfatizada a necessidade de maior diálogo com a classe média: “O caminho não se constrói apenas por partidos políticos, nem se limita ao jogo institucional. Ele brota também da sociedade, de seus blogs, tuítes, redes sociais, da mídia, das organizações da sociedade civil, enfim, é um processo coletivo. Não existe só uma oposição, a da arena institucional; existem vários focos de oposição, nas várias dimensões da sociedade”.

Com 82 anos de idade, Fernando Henrique com certeza faria bonito na avenida Paulista, na Rio Branco ou na Afonso Pena dos dias de hoje.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Texto 11: O senhor dos anéis – Marina Silva – 05/07/2013

MARINA SILVA

O senhor e os anéis

A pororoca de protestos nas ruas suscita várias tentativas de interpretação. Mas a visão do novo fenômeno está condicionada à posição de cada um: há os que olham da janela, das frestas, dos palácios ou das mesmas ruas onde caminham os manifestantes. Há os que se regozijam com os ventos da mudança e esforçam-se por descortinar novos horizontes. Há os que fecham as janelas e tentam ocultar a beleza do momento nas sombras da intolerância e do autoritarismo, construindo uma narrativa que mantenha tudo no lugar, do jeito que sempre foi.

Muitos ressaltam que uma parte crescente da população paga impostos e que, portanto, revolta-se com a corrupção, o desperdício e a baixa qualidade de serviços oferecidos pelo Estado em saúde, educação, transporte e segurança.

Ainda assim, é preciso ir mais fundo e perguntar: o que gerou a insatisfação que explode nas ruas? Como chegamos a tal estado de frustração? Por que os representantes se apartaram dos representados? Por que a corrupção é tão persistente? Por que sacrificamos os recursos naturais de milhões de anos pelo lucro de algumas décadas? Por que predomina a indiferença com o futuro e as próximas gerações?

Por mais densas que sejam, essas questões foram, ao mesmo tempo, formuladas e respondidas neste memorável junho de 2013. O “éthos” do movimento é uma irrupção de valores, o grito de uma ética libertária e profunda. E não foram apenas “os jovens”, mas todas as gerações, pais e avós juntos aos filhos e netos, dizendo: o Brasil é nosso e nós o queremos melhor. A rejeição não era “aos políticos”, mas aos vícios que o sistema por eles criado e gerenciado consagrou. A exigência é básica: respeito.

Esse clamor constrange a todos, pois os problemas da política, devo insistir, não são técnicos, mas éticos. Não falta metodologia para tornar o Brasil uma potência educacional, não falta ciência para vivermos com boa saúde, não falta tecnologia para a mobilidade urbana. Faltam vontade política e senso de responsabilidade, eis o motivo do constrangimento.

Infelizmente, alguns nem se constroem. A frase do vice-presidente da República é reveladora do que as ruas denunciam: “O Congresso estará obrigado a seguir o que o plebiscito deliberou? Não. Ele faz o que quiser, ele é o senhor absoluto, não poderá perder o protagonismo político”.

Na democracia, o poder emana do povo e por ele é exercido. Dele é o protagonismo, cuja perda foi denunciada e resgatada em grandes manifestações. O Estado é instrumento. O poder político é o de representar, não o de substituir o povo. O trabalho não é apenas para ele, mas com ele.

Esse é o valor que sustenta uma democracia. O resto são anéis, que alguns amam mais que aos próprios dedos.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Texto 12: Não somos sapos afinal – Henrique Meirelles – 07/07/2013

HENRIQUE MEIRELLES

Não somos sapos, afinal

Escrevi, em coluna recente, que o trânsito de São Paulo lembra a experiência clássica do sapo na água fervente. Quando cai dentro dela, salta rapidamente. Mas, se está dentro da água enquanto a temperatura sobe gradualmente, o sapo morre sem reagir.

Minha questão era se a população assistiria passivamente à gradual paralisação das grandes cidades, com o trânsito cada dia mais obstruído e lentidão também no investimento em transporte urbano em diversos níveis de governo, seja em metrô, trens, monotrilhos ou vias de trânsito rápido. As prefeituras não dispõem de recursos, os Estados alegam limitação financeira, e o governo federal tem outras prioridades.

As recentes manifestações, porém, mostram claramente que não somos sapos, afinal. Há uma forte reação à deterioração do serviço público, muito centrada nos transportes, mas também em saúde e educação.

A questão dos transportes é vital. Se não conseguirmos nos movimentar nas grandes cidades, o país não só não crescerá nas taxas ambicionadas como estará mais sujeito a crescer menos.

Não é possível exercer atividade produtiva — construir, produzir, tratar, educar, viver, criar os filhos — se não existe transporte eficiente nos grandes centros.

Diversos países do mundo têm discussões similares, inclusive os que têm infraestrutura de alto padrão. No Reino Unido, por exemplo, debate-se, de forma profunda, a viabilidade da construção do trem de alta velocidade entre Londres, Birmingham, Manchester e Leeds.

O debate se concentra na avaliação de custos e benefícios do investimento no trem-bala comparado a metrô e trens suburbanos.

No Brasil, essa questão é ainda mais aguda.

A justificativa de que não há dinheiro suficiente para investir em transporte urbano tem que ser resolvida de forma prática e corajosa. Na administração pública ou privada, tudo é questão de prioridades. A arrecadação tributária bruta no Brasil é elevadíssima. Há recursos, a questão é como gastá-los de forma eficiente e estabelecer prioridades.

O transporte urbano é prioridade nacional e deveria ser assim tratado pelos três Poderes dos três níveis de governo, como é feito em questões como os megaeventos globais.

Não adianta muito falar em questões importantíssimas — educação, saúde e produtividade — se não conseguirmos nos transportar nas cidades.

Portanto, é de fundamental importância que as manifestações populares sejam vistas como uma oportunidade para priorizar e resolver um elenco de problemas graves no serviço público brasileiro, para que possamos objetivar as demandas e resolvê-las.

HENRIQUE MEIRELLES escreve aos domingos nesta coluna.

Texto 13: Os sem-gesto – Marina Silva – 12/07/2013

MARINA SILVA

Os sem-gesto

Numa reunião simbólica, representantes dos povos indígenas foram, finalmente, após mais de dois anos de espera, recebidos pela presidente Dilma. Como nas pinturas que retratam momentos históricos (a primeira missa, o grito do Ipiranga e outras que ilustram os livros escolares), as imagens que o governo apressa-se em produzir são arrumadas, e seus personagens, distribuídos nos lugares que lhes cabe.

“Só que não”, como dizem os mais jovens nas redes sociais. Sabendo que, naquele exato momento, seus direitos estavam sendo ameaçados em manobras no Congresso, os índios não se deixaram enganar e expuseram sua insatisfação na carta que divulgaram em seguida. Não podem esquecer o genocídio que sofrem no chão que um dia foi seu.

De todo modo, permanece o simbolismo: a civilização “Matrix” está tão descolada do mundo real que não consegue passar da gesticulação ao gesto, da representação à presença. Ainda assim, esforça-se para produzir ao menos a impressão de que está respondendo às demandas da população.

Afinal, é disso que se trata, da presença desse novo personagem que tem forma de multidão e é polifônico, multicêntrico, imprevisível. Tudo se faz para ele: audiências, reuniões, aceleração de processos e votações, decisões sobre assuntos encalhados há vários anos.

O povo nas ruas destravou o Brasil. Além das conquistas imediatas, como no preço das passagens, o novo e indefinível personagem forneceu uma “licença política” até para antigas organizações voltarem às ruas com suas cores, símbolos e pauta de reivindicações.

Como em todos os momentos em que novos “espectros” rondam o mundo conhecido, há nele muitas reações: segurar as rédeas com mais força, nostalgia de quem passou de protagonista a figurante, histeria de quem se sente ameaçado, esperança de quem ainda crê na renovação das estruturas, oportunismos variados.

Mas há uma diferença: hoje, são poucos os entes políticos capazes de metabolizar a força tornada presente, pois a estagnação já atinge muitos grupos e em grau avançado.

Tenho a esperança de que, no Brasil, consigamos viver a transição civilizatória — que já se iniciou — com alternativas menos conflituosas que levem mais à renovação do que à ruptura, embora saiba que uma combinação de ambas é inevitável e necessária.

Quando vejo os caciques políticos chamando os índios para aparecer na foto, lamento, pois vejo a repetição neurótica sob a gesticulação nervosa que oculta a ausência do gesto. Quando vejo a altivez indígena recusando a manipulação, alegro-me com a força moral e ética de sua causa traduzida em ato.

O movimento oceânico que nos ronda pode parecer inconsciente para alguns, mas é consciente para si mesmo.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Texto 14: Governabilidade – Aécio Neves – 15/07/2013

AÉCIO NEVES

Governabilidade

Por incrível que pareça, o maior problema que a presidente Dilma Rousseff enfrenta não está nas manifestações de rua, na queda da popularidade ou nas vaias em eventos. Quem se dedica à vida pública sabe que faz parte da democracia enfrentar adversidades como essas, por mais constrangedoras que sejam.

A grande dificuldade vem do seu próprio partido, o PT. Nunca antes na trajetória de um chefe de nação foi tão oportuno invocar a máxima segundo a qual quem tem determinado tipo de amigos, não precisa de inimigos.

Em fevereiro, com nada menos que 20 meses de antecedência em relação ao pleito de 2014, o PT lançou a candidatura da atual presidente e colocou em marcha, sem disfarce, sua campanha eleitoral, forçando o governo a escolher entre a lógica da reeleição e os interesses do país.

O marqueteiro ganhou funções de primeiro ministro, com poder para decidir prioridades capazes de fortalecer a imagem da candidata. A agenda de viagens da presidente passou a ser ditada pelas conveniências da afirmação regional de sua imagem. Multiplicou-se a formação de cadeia nacional de TV, substituindo-se, sem qualquer pudor, o horário político gratuito do TSE.

Imaginando que venceria por WO, o PT acabou atropelado pela força da realidade. Quando as pesquisas indicaram a queda brutal da intenção de voto na candidata, a legenda atirou o seu nome aos leões, ensaiando o coro pela volta do ex-presidente Lula à disputa, enquanto sua base de apoio a tudo assiste sem esboçar qualquer gesto de solidariedade.

Escolher um candidato é sempre prerrogativa de um partido ou das alianças que se formam. Entretanto, ao retirar o tapete sob os pés da presidente, movido pelas conveniências da conjuntura, o PT, na verdade, contribui para debilitar ainda mais a sua gestão, com graves riscos para a governança. O que é um assunto aparentemente doméstico do PT passa a ser, portanto, uma preocupação de todos.

A presidente não pode ser diariamente desafiada a demonstrar a viabilidade do seu nome para 2014. Ou ser instada a priorizar uma agenda meramente eleitoral, quando o país espera o combate à inflação e ao baixo crescimento e soluções para a extensa pauta de reivindicações no campo dos serviços públicos em áreas essenciais. Muitas das medidas necessárias talvez não atendam aos interesses políticos do seu partido ou à lógica do seu marketing pessoal, mas são fundamentais para o país e não podem mais ser retardadas.

Se é legítimo que a sociedade cobre soluções para os problemas brasileiros, é igualmente fundamental que não percamos de vista o que é de fato prioritário.

Não vamos nos enganar: não há nada que esteja muito ruim que não possa piorar.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

HÉLIO SCHWARTSMAN

Despreparo escancarado

SÃO PAULO - Se há algo que ficou claro com os protestos de junho e seus mais modestos sucedâneos de julho é o despreparo, para não dizer levandade, de nossos governantes.

É verdade que eles foram apanhados de surpresa e corretamente detectaram a necessidade de dar respostas. Admite-se ainda que sejam apenas humanos e não tenham muita ideia do que deve ser feito.

O problema é que, em vez de reconhecer que não contam com soluções definitivas e de tentar buscá-las em diálogo com a sociedade (tanto a produção de conhecimento como a construção de instituições sólidas são necessariamente esforços coletivos), nossos dirigentes se põem e baixar medidas provisórias e decretos, que produzem efeitos legais imediatos, como se possuíssem todas as respostas sem margem a dúvidas.

Como o que sustenta tais diplomas não é mais do que esboços de ideias não necessariamente felizes, eles não sobrevivem incólumes ao escrutínio público. Foi o que se deu

com o programa Mais Médicos em suas diversas apresentações e com o decreto do governador Sérgio Cabral para inibir atos de vandalismo. Ambas as normas soçobraram diante de suas inconstitucionalidades, incoerências lógicas e irrealismo fático, em que pese algum germe de proposta interessante que pudessem conter.

Legislar é tarefa séria demais para ficar a cargo de uma pessoa ou grupo restrito. Não foi por outra razão que se inventaram as Assembleias. Nossas intuições, por mais confiança que nelas depositemos, são só intuições. Não dá para transformá-las em regras universais sem submetê-las a algum tipo de contraditório.

Vou um pouco mais longe e afirmo que, nos casos em que isso é possível, políticas públicas só deveriam ser implantadas após passar por testes empíricos, notadamente programas-piloto. Observar essas recomendações pouparia bastante dinheiro aos contribuintes e, de quebra, ainda salvaria a cara de vários políticos.

helio@uol.com.br

Texto 16: É a comida, estúpido – Hélio Schwartzman – 28/07/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

É a comida, estúpido

SÃO PAULO - Como ninguém até agora ofereceu uma boa narrativa de causa e efeito para os protestos de junho, vale a pena investigar se não estamos diante de um fenômeno complexo, daqueles que resistem a explicações lineares.

Um bom indício de que este pode ser o caso vem de um trabalho de Marco Lagi e colaboradores do NECSI (New England Complex Systems Institute) publicado em 2011. Ali, os autores mostram que há uma correlação importante entre os preços de alimentos calculados pela FAO (agência da ONU para a agricultura) e a ocorrência de protestos em todo o mundo. Sempre que o índice FAO sobe, ocorrem mais manifestações.

Em 13 de dezembro de 2010, o grupo escreveu para o governo dos EUA informando-o de que havia identificado um limiar para os protestos e, quatro dias depois, o tunisiano Mohamed Bouazizi ateava fogo a si próprio, iniciando a Primavera Árabe.

É claro que não há novidade em dizer que falta de comida engendra

revoltas e até revoluções. Maria Antonieta e os brioches estão aí para prová-lo. O trabalho do NECSI inova ao descrever o preço dos alimentos no contexto dos sistemas complexos como um ponto de virada matematicamente determinável, a partir do qual qualquer evento pode deflagrar protestos em massa. Esse mecanismo não fica restrito a lugares onde a maioria da população vive perigosamente perto da fome, podendo ocorrer até em países mais desenvolvidos.

Não sei se esse modelo é exato, mas, se for, ajuda a entender situações como a do Brasil e da Turquia, onde protestos muito específicos se irradiaram e assumiram proporções que, embora não sejam revolucionárias, metem medo nos governantes.

Segundo o pessoal do NECSI, podemos esperar novas agitações em escala global a partir de agosto, quando o índice FAO deve ultrapassar o limiar do perigo. A conferir.

Agradeço ao leitor Claudio Galperin, que me alertou para o estudo.

helio@uol.com.br

Texto 17: Em boa hora – Aécio Neves – 29/07/2013

AÉCIO NEVES

Em boa hora

Em sua breve e já inesquecível visita, o papa Francisco legou aos brasileiros exemplos revigorantes e uma oportuna mensagem de otimismo, tão necessária neste ano de tantas dificuldades. “Sejamos luzeiros de esperança! Tenhamos uma visão positiva sobre a realidade”, foi sua exortação no Santuário de Nossa Senhora Aparecida.

Quem o viu pela televisão ou ao vivo nos lugares onde esteve pôde obter a personificação de um novo sentido de liderança, marcado por posições reformadoras emblemáticas e grandes simbolismos, nesta hora em que tantos questionamentos recaem sobre aqueles que têm a responsabilidade de dirigir instituições: dispensou protocolos de chefe de Estado, desfilou pelas avenidas em carro simples e com as janelas abertas e impediu as ostentações e os exageros de praxe, buscando mais sinergia com os fiéis, postura que adotou desde o primeiro momento em que foi escolhido como sucessor de Bento 16.

Se a juventude esteve no centro de suas mensagens, foi enfático ao advertir que a sociedade deve assegurar a ela as condições “materiais e imateriais” para o seu desenvolvimento, oferecendo fundamentos sólidos sobre os quais se deve construir a vida. Garantir-lhe segurança e educação. Transmitir-lhe valores duradouros, como espiritualidade, solidariedade, perseverança, fraternidade e alegria.

Para quem tem filho ou filha na juventude, como é o meu caso, as palavras alentadoras de Francisco fizeram todo o sentido. “Bote esperança e os seus dias serão iluminados”, ele sugeriu aos jovens, em um de seus discursos. Vale, aliás, para jovens de qualquer idade.

Houve oportunidade também para que ele demarcasse como enxerga a questão social nos dias de hoje. Quando eleito, meses atrás, o argentino Jorge Mario Bergoglio escolheu seu nome como papa em homenagem a São Francisco de Assis, indicando a ênfase que colocaria na defesa dos mais carentes.

Na comunidade pobre da Varginha, no Rio de Janeiro, o papa fez o apelo para que ninguém permaneça insensível às desigualdades e possa contribuir para acabar com as injustiças: “A medida da grandeza de uma sociedade é dada pelo modo como esta trata os mais necessitados”.

O papa Francisco mostrou-se bem sintonizado com as manifestações de junho no Brasil. Entre a “indiferença egoísta” e o “protesto violento”, termos usados por ele, pregou a alternativa do diálogo e defendeu o respeito aos princípios éticos. “O futuro exige de nós uma visão humanista da economia e uma política que realize cada vez mais e melhor a participação das pessoas, evitando elitismos e erradicando a pobreza”, disse. Esse permanece sendo o objetivo em torno do qual todos devemos nos unir.

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

Texto 18: Chicago 2016 – Hélio Schwartzman – 30/07/2013

HÉLIO SCHWARTSMAN

Chicago 2016

SÃO PAULO - Genial a capa do jornal "Chicago Sun-Times", de quarta-feira passada, que trazia uma foto de protestos violentos no Rio de Janeiro acompanhada da manchete "Perdemos para isso?", numa referência ao fato de a capital fluminense ter derrotado a cidade ventosa na disputa pelos Jogos Olímpicos de 2016.

Levando adiante o bom humor do diário americano, proponho que entreguemos a Chicago o direito de sediar o evento. Acho que ainda dá tempo e todos sairiam ganhando.

O motivo mais óbvio para opor-se à realização da Olimpíada no Rio é o elevado custo da operação. Há dúvidas de que financiar esse tipo de competição seja uma prioridade e é praticamente uma certeza que os gastos ocorrem de forma pouco republicana, com aplicações orçamentárias pouco transparentes e as inafastáveis suspeitas de favorecimento.

Meu ponto, porém, é que, mesmo que as despesas seguissem um modelo de plena lisura e total eficácia administrativa, ainda assim Olimpíada

é algo de que governos deveriam manter prudente distância. A questão central é que esse tipo de despesa é concentrador de renda. É verdade que empreiteiros, donos de hotéis e de restaurantes, taxistas e o comércio em geral de fato podem beneficiar-se do investimento. Se a aventura produzir um legado de infraestrutura permanente (o que está longe de ser uma certeza), o carioca também ganhará algo.

O problema é que, para gerar essas oportunidades, tiramos dinheiro do caixa geral, para o qual todos contribuíram. Não me parece muito justo que o cidadão que paga impostos no Acre subsidie (e em condições longe das ideais) algo que será bom, no máximo, para parte dos cariocas.

Copas, Olimpíadas e grandes eventos internacionais são bem-vindos desde que financiados com dinheiro privado. Como não conseguimos fazer isso, preferimos apelar à velha lei da socialização dos prejuízos e da privatização dos lucros.

helio@uol.com.br

Texto 19: Personalidade do ano – Marina Silva – 27/12/2013

MARINA SILVA

Personalidade do ano

É comum, ao final de cada ano, que os veículos de comunicação façam enquetes e consultas para escolher — e, às vezes, premiar — as personalidades que se destacaram e influenciaram o rumo dos acontecimentos no país. Exponho aqui o meu voto e o justifico.

Em 2013, o Brasil se encontrou nas ruas. Este não é apenas o fato mais significativo do ano, mas se estende ao futuro e influencia todas as expectativas para o próximo ano.

Na verdade, as jornadas de junho permanecem como uma presença extra, incômoda para muitos como um fantasma na sala, gerando uma sensação de que os bastidores foram devassados, de que não há mais possibilidade de “votos secretos”, de que o reino inteiro está nu.

Por mais que os operadores do sistema político tentem restaurar a opacidade na vida institucional, não conseguem escapar aos olhos de um novo sujeito político que, de fora, abre as janelas. Ainda não chegaram a um termo na insistente tentativa de controlar a internet, mas já criaram grandes dificuldades para o surgimento de novos partidos e novas formas de representação política. Não adianta erguer novos muros, todos serão ultrapassados ou derrubados.

Esse novo sujeito, coletivo e difuso, que não obedece a um comando único e age a partir de vários centros, ganhou diversos nomes: ruas, multidão, manifestantes são alguns dos mais frequentes.

Antes de entrar em cena, era o último a saber das coisas, a massa de manobra, a maioria silenciosa, enfim, os que não viam, não ouviam e não falavam. Agora tudo mudou. Esse novo protagonista torna à vida pública de fato pública e exige que vigore efetivamente uma nova República.

Novos tempos e espaços surgem e neles navegam milhares, talvez milhões de militantes de uma política diferente, despreocupados em aparelhar esses espaços ou espichar seus tempos, ou seja, sem a ansiedade tóxica das disputas por hegemonia e poder.

Essa nova militância, que chamo de ativismo autoral, pois não se submete a direções partidárias ou sindicais, ONGs ou lideranças carismáticas, produz uma nova agenda em que as prioridades não são manipuladas. Assim, no país do futebol, tornou-se possível fazer da Copa das Confederações uma ocasião para reivindicar mais saúde e educação.

Por essa emergência que surpreendeu aos desatentos e, principalmente, por essa permanência que se anuncia para o futuro, pela ruptura com os velhos falsos consensos estabelecidos, pelo reencontro de uma utopia de justiça que parecia esquecida, voto nessa bela multidão que foi às ruas como personalidade do ano de 2013 e desejo-lhe mais força e criatividade para renovar a democracia no Brasil em 2014.

MARINA SILVA escreve às sextas-feiras nesta coluna.

Texto 20: Feliz Brasil Novo – Aécio Neves – 30/12/2013

AÉCIO NEVES

Feliz Brasil Novo

A última imagem do ano para milhões de brasileiros solidários é a do sofrimento das famílias vítimas da violência das chuvas. O Brasil assiste a um novo capítulo da mesma tragédia muitas vezes anunciada.

Nenhum governo é responsável por desastres naturais, por chuvas ou enchentes que arrastam vidas e esperanças. Mas são responsáveis pelo que fazem e deixam de fazer.

A presidente Dilma fez bem em simbolicamente levar a solidariedade do país aos brasileiros das regiões atingidas. Mas errou ao tratar essas situações tão graves como se não tivesse responsabilidade sobre elas. As visitas e as declarações da presidente seriam adequadas a alguém que tivesse assumido o cargo na véspera, mas não cabem a quem representa um governo que há 11 anos conduz o país.

Infelizmente, mais uma vez, o governo enfrenta um problema objetivo, acirrado pela sua própria omissão, sem reconhecer a sua parcela de responsabilidade e se limitando a fazer novas promessas. Promessas que, provavelmente, não serão cumpridas, como não foram as feitas no passado.

Na visita a Minas, vendo o sofrimento da cidade de Virgolândia, a presidente surpreendeu a muitos ao comentar que a cidade teve sorte por não ter um rio caudaloso passando por perto. E, em mais um lance de marketing, anunciou a liberação de um cartão “ilimitado” para as prefeituras.

Nenhuma palavra sobre as ações —ou a ausência delas— do governo federal nos últimos anos. Nenhuma palavra sobre o fato de que das 630 obras acompanhadas no PAC 2, lançado em 2010 (mas que inclui obras anunciadas desde 2007), nas ações voltadas para a Prevenção de Áreas de Risco, apenas 54 tenham sido entregues até setembro passado.

Nenhum comentário sobre a constatação de que, dos R\$ 11 bilhões anunciados pelo PAC 2 com a costureira pompa para a mesma finalidade, apenas 0,5% correspondam às obras efetivamente entregues até a mesma data. Meio por cento! Números como esses falam mais do que qualquer propaganda.

Mais um ano se aproxima do seu final. E registro o que, em meio a tantos desafios, acredito que devemos especialmente celebrar: a consolidação da nossa democracia, com destaque para o Judiciário independente e a liberdade de imprensa assegurada.

A presença de milhares de brasileiros nas ruas, um coro de vozes que ainda ecoa à espera de respostas, é o retrato emblemático e inesquecível do ano que se encerra.

Que no final de 2014 possamos comemorar bem mais do que a “sorte” de cidades não terem rios, e celebrar vidas e esperanças que não terão sucumbido às inevitáveis chuvas que virão. E que possamos celebrar especialmente o resgate da confiança no futuro do país. Feliz Brasil Novo!

AÉCIO NEVES escreve às segundas-feiras nesta coluna.

ANEXO C – Publicações no jornal O Globo

Texto 1: Uma crise de representação – Cacá Diegues – 15/06/2013

CACÁ DIEGUES

Uma crise de representação

Lá pela metade do século 20, por volta dos anos 1960, surgiram por aí diferentes movimentos contra o estado do mundo, com claros discursos pela construção de uma nova sociedade humana. Os beatniks, a primavera de Praga, os guerrilheiros latino-americanos, os panteras negras, o Solidariedade polonês, os hippies, os jovens americanos que se recusavam a ir para o Vietnã, os estudantes parisienses de maio de 1968, foram agentes explícitos de ideais programáticos e ideológicos que mobilizavam multidoes.

Hoje não é mais bem assim. Talvez porque o mundo tenha perdido a esperança em mudanças radicais. Talvez porque a revolução tenha perdido prestígio para a mobilidade social. Talvez por não nos sentirmos mais representados por nenhuma força política.

Depois do movimento Occupy Wall Street, da chamada Primavera Árabe, dos combates na Síria, dos confrontos contra o governo na Turquia e na Grécia, das manifestações populares nas ruas de uma Europa em crise, os jovens do Movimento Passe Livre trazem agora para Rio de Janeiro e São Paulo esse novo estilo de contestação, típico do século 21 — uma contestação pontual, sem propriamente projeto de nação ou de sociedade.

Em outubro de 2011, visitei o acampamento do Occupy Wall Street, em Nova York, e escrevi aqui, nesse mesmo canto de página, que “todo mundo sabe por que foi parar no Zuccotti Park (local do acampamento dos manifestantes), mas parece que quase ninguém tem uma ideia precisa de

para quê serve o movimento, o que deve acontecer em seguida (...) é como se um mal-estar estrutural estivesse substituindo os programas ideológicos (...) as ideias parecem sufocadas pelo mal-estar que tomou o lugar da luta política”.

Depois de ver na televisão um rebelde sírio arrancar o coração de um soldado governista, como é possível acreditar que sua revolta seja alimentada pela construção de uma sociedade mais justa? Quem pode nos garantir que a Líbia, depois da destruição e morte de seu ditador, esteja mesmo construindo um regime de liberdade? Depois da crise, para onde irão as manifestações pontuais de rua em Paris, Madri ou Atenas?

Questionado sobre o que queriam seus ativistas, um desses movimentos americanos de contestação postou resposta esclarecedora em sua página no Facebook: “O processo é a mensagem.” Ou seja, o ato de agir é a única razão da ação.

Todos esses movimentos se explicam pela ausência de representação de seus membros no campo da política. Como cada vez mais nos sentimos menos representados pelos que estão no poder (mesmo que eleitos por nós), só nos resta ir às ruas para ao menos mostrar que existimos. Nossas reivindicações podem ir desde o fim de um ditador até a luta contra o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus, tanto faz. Ainda no acampamento do Occupy Wall Street, no Zuccotti Park, vi uma senhora ativista fazer discurso de protesto contra a maneira pela qual era tratada por seu marido.

ão



A resposta à crise da democracia representativa não pode ser o autoritarismo que elimina a liberdade de escolha

Ninguém mais se sente representado politicamente, assim como nossos supostos representantes não se importam mais em representar ninguém. Há um enorme abismo entre nós e o poder que devia agir em nosso

nome, um desinteresse em nos representar. O processo eleitoral não tem nada a ver com a representação que devia ocorrer depois dele. Os eleitos só pensam em continuar eleitos e em proteger a instituição a que pertencem, para que ela exista para sempre, com eles dentro. Os acordos partidários, as manobras de sobrevivência, os interesses pessoais e, às vezes, as vantagens pecuniárias são fatores hegemônicos na atividade do “representante”. Outro dia, o ex-presidente Lula disse que “às vezes, tenho a im-

pressão de que partido é um negócio”. Hoje o termo “democracia representativa” diz mais respeito a um regime que, eleito pelo povo, interpreta um determinado papel. Ela é “representativa” no sentido teatral da expressão, no sentido da representação dramática. Não há nenhuma justificativa programática ou ideológica para seus gestos. Apenas ação. Como podemos nos identificar com eles? Então vamos às ruas para nos representar a nós mesmos, nem sempre sabemos bem para quê.

A resposta à crise da democracia representativa não pode ser o autoritarismo que elimina a liberdade de escolha e é contra a natureza humana. Nem a ilusão da democracia direta, mãe do populismo e da ditadura. Como tudo que é humano, a democracia não é um regime perfeito, mas pode ser aperfeiçoada sempre. (Im “Sabrina”, filme de Billy Wilder, o pai da heroína, motorista particular de família abastada, diz que a democracia é muito estranha: embora o contrário seja comum, quando um pobre casa com um rico nunca se ouve dizer do pobre que ele foi “muito democrático”).

Enquanto não encontramos coisa melhor, não podemos abrir mão da democracia. É sagrada e insubstituível a beleza do voto que deve garantir o poder da maioria e os direitos das minorias que, daí a quatro anos, terão outra oportunidade de se tornarem maioria. E isso com liberdade permanente para todos trem às ruas ou não. ■

Cacá Diegues é cineasta
cardosdiegues@uol.com.br

Texto 2: Revolta e futebol – Roberto Damatta – 19/06/2013

ROBERTO DAMATTA

Revolta e futebol

Foi uma semana marcada por revoltas e conflitos. Os embates vão das disputas em aberto das terras terena pelos fazendeiros a uma surpreendente onda de tumultos urbanos motivados pela total inércia dos governantes diante do caos que todos vivemos nas cidades brasileiras sem transporte urbano, com um nível de criminalidade que tangencia ao da guerra civil e pela impossibilidade de usar o automóvel por falta de espaço e educação cívica.

A revolta contrasta com o futebol — esse conflito aberto, mas com tempo, espaço e regras explícitas. A revolta causa prejuízo e mal-estar. O pé na bola é uma fábrica de dinheiro e, entre nós, de toda uma afirmação do mundo. Afinal, o que é melhor: ser cinco vezes campeão do mundo ou ter inventado (usado) a bomba atômica?

Tanto o interior quanto o litoral ressuscitam conflitos reprimidos a exigir justiça, eficiência e honestidade pública. Justiça para os usuários pagadores de impostos e dependentes de transporte público e para os chamados “índios”, cujas terras foram reconhecidas e demarcadas para depois serem — eis o absurdo — “desreconhecidas”. Aqui, estamos diante de uma nova figura legal que simboliza o neoindigenismo do governo Dilma. Ao lado de um pró-capitalismo que distribui empréstimos e concessões aos companheiros, surge um aviltante anti-indigenismo em contramão ao legado de Rondon, de Darcy Ribeiro, dos Villas-Bôas, de Noel Nutels, e de todos quantos têm alguma preocupação com a responsabilidade para com essas humanidades que, por acaso, estão dentro do nosso território. Os antropólogos fo-



ram colocados sob suspeita. Seus laudos periciais vistos como bons demais para os indígenas. A Funai foi desmontada. Nunca antes na história desse país a questão indígena foi solucionada com tanto desembaraço. Agora, ela será administrada por um “conselho” — esse formato administrativo que desde Dom João Charruto é usado para nada resolver.

Ao lado desse conflito, testemunhamos demonstrações de violência urbana que nos tiram do prumo. Para quem viu a chamada revolta das barcas, na Niterói de 1959 — um protesto que levou a multidão a incendiar a residência dos donos da empresa, deixando um saldo de 6 mortos e 118 feridos e um belo estudo sociológico realizado por Edson Nunes —, a memória não pode deixar de anotar como o estar entre a casa e a rua é um momento sensibilizador do mistério chamado de “multidão” ou de “turba”, cuja conduta seria violenta e irracional.

A revolta deflagrada pelo transporte público não é nova no Brasil. Ela remonta à Revolta do Vintém, de 1880, cujo motivo foi o aumento das

passagens dos bondes. A ausência de um serviço público decente na rua na hora de ir ou voltar do trabalho é uma constante. “A Banda”, a marchinha extraordinária de Chico Buarque de Holanda, exprime bem a processo. A banda passa e vai arregimentando quem ouve ou é contaminado pela sua melodia. Eis um ponto de partida para compreender como o protesto termina em revolta porque a densidade dos gestos corresponde à ausência de ação dos governantes, que não são mais distinguíveis por partido ou por atitudes. A violência igualada na sua irracionalidade é da mesma ordem de um espaço público que ficou entregue por décadas ao deus-dará da nossa passividade.

Ninguém pode determinar com precisão o motivo dessas manifestações. Mas todos temos consciência de suas intenções e de suas ultrapassagens do bom senso, graças à participação decisiva das forças policiais — esse ator imprescindível para criar a moldura final do drama. Numa sociedade democrática, protestar é rotina e fomos para a rua com essa intenção. Tudo

ia muito bem até que surgiu a polícia que veio deturpar o nosso pacifismo e mudar as nossas intenções. A polícia, por seu turno, nega a intenção do confronto. Cumpria o seu dever, mas os mais exaltados impediam qualquer ato pacífico. Como, pergunta o cidadão disposto a aceitar tudo, sair desse enredo?

Dizem que há inflação e superfaturamento, inclusive nos estádios de futebol. Há boatos “o bicho vai pegar”. Alguns bruxos dizem que as fórmulas milenaristas se esgotaram. Não há mais quem possa fazer por nós, exceto nós mesmos. Todos os políticos ficaram iguais no seu narcisismo e na sua surdez.

Em meio a tudo isso, ocorrem torneios futebolísticos mundiais. Vencemos o primeiro jogo da primeira Copa global, a das Confederações. Mas, vejam bem o sintoma: valaram os presidentes da Fifa e da República. Há esperança, diz o meu lado otimista; deixa pra lá, diz-me a voz que conversa com um velho amigo escocês. ●

Roberto DaMatta é antropólogo

DEMÉTRIO MAGNOLI

Protesto

Edo caos fez-se o protesto. No início, manifestações pequenas degeneraram, previsivelmente, em violência e depredação. Truculências policiais, uma vala avassaladora contra Dilma Rousseff e manifestações com outra pauta, sobre os gastos públicos na terra da Copa do Mundo, pontuaram o estágio intermediário. Enfim, protestos multitudinários tomaram as ruas de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Brasília. A sequência desafia a lógica convencional e escapa às ferramentas de tradução dos políticos, mas lança alguma luz sobre uma crise larvar que, agora, emergiu. Bem na hora em que o Palácio do Planalto preparava-se para tocar novamente uma velha canção da Copa do Mundo de 1970, o céu desabou.

Nada houve de espontâneo na etapa inicial. Os movimentos pelo "passe livre" são constituídos por autointitulados "anarquistas", seitas es- querdistas e jovens indignados que se movem à margem dos aparelhos da esquerda oficial (PT, PCdoB, sindicatos, UNE). Nas franjas dos movimentos, circulam bandos de punks à caça de oportunidades para confrontos com a polícia. O "passe livre", uma utopia socialmente reacionária, funcionava como pretexto para quimeras diversas: a "superação do capitalismo", a "revolução proletária", a "guerra urbana". As vergonhosas distorções de nossos sistemas de transporte coletivo — avessos à transparência, hostis aos usuários, pontilhados de privilégios, curvados pela associação oculta entre empresas de ônibus e políticos — não interessam realmente aos grupos radicalizados que protagonizaram as primeiras manifestações.

SO PAULO: JORNAL DA FOLHA DE SÃO PAULO

Há sintomas de uma notável regressão política. As passeatas estudantis de 1977 contra a ditadura militar tinham linha de frente e cordões de segurança, elementos ausentes nos protestos em curso. A desordem prestou-se à ação de incendiários e depredadores. Governantes e chefes de polícia despreparados multiplicaram o caos, produzindo cenas chocantes de violência contra manifestantes pacíficos. Mas a escala faz a diferença: quando dezenas de milhares foram às ruas, os encapuzados viram-se reduzidos à insignificância e, quase sempre, à impotência.

"Não é por centavos, é por direitos", esclarecia uma faixa no Rio de Janeiro. "Brasil, vamos acordar, o professor vale mais que o Neymar", cantou-se em São Paulo. Na segunda-feira, o "passe livre" já era só um pretexto coletivo para manifestações que exigiam o reconhecimento de um "direito ao protesto" e exprimiam uma frustração "difusa" e "crescente" — duas palavras usadas pelo ministro Gilberto Carvalho, a sombra onipresente de Lula no governo de Dilma. As marcas da juventude e de uma diversificada classe média, inclusive das periferias, esta-

vam impressas nos protestos de massa. "Não é a Turquia, não é a Grécia — é o Brasil que saindo da inércia", gritaram em São Paulo. Só se grita isso porque, de algum modo não óbvio, é "a Grécia" e "a Turquia".

A escala faz a diferença. As quimeras das selvas esquerdistas tornaram-se inaudíveis nos protestos de multidões. No lugar delas, desenhavam-se os contornos de uma agenda implícita, ainda não cozida no fogo da linguagem política. As pessoas estão fartas do governo e da oposição, da corrupção e da impunidade, da arrogância e do chismo, da soberba e do desdém. O estádio superlotado, o ônibus superlotado, a escola arruinada, a inflação, a criminalidade, o Dirceu e o Eike — é sobre isso que falam os manifestantes, ecoando palavras de milhões ainda inseguros quanto à conveniência de protestar nas ruas. O inimigo, que ninguém se engane, é toda a elite política reorganizada durante a década de balofa euforia do lulopetismo. Um preocupado Gilberto Carvalho alertou contra a tentação de "tirar proveito político, de um lado ou de outro" dos eventos da segunda-feira. Mestre no ofício de "tirar proveito político", ele já percebeu que um ciclo se fechou.

A política é, entre outras coisas, a arte de ordenar e hierarquizar as inquietações populares. No declínio da ditadura, estudantes e sindicalistas usaram as expressões "anistia", "liberdades democráticas", "direito de greve". Na hora da dissolução do regime militar, as oposições se reuniram em torno do estandarte das eleições diretas. A bandeira do impeachment, erguida pelos partidos e movimentos sociais, encetou a saga desastrosa do governo Fernando Collor. Diante da hiperinflação, os tucanos ofereceram um

programa de estabilização, reformas e privatizações. Na conjuntura de crises externas que erodiam os salários e as aposentadorias, o PT prometeu distribuir a renda e exterminar a pobreza. Hoje, porém, a "difusa" e "crescente" inquietação não encontra traduções políticas nítidas.

A desmoralização da ágora — eis a pior herança do lulopetismo. O governo Lula cooptou os movimentos sociais, convertendo-os em marionetes de suas ambições eleitorais, e reforçou os grilhões que prendem o movimento sindical ao poder de Estado. No governo Dilma, completou-se a construção de uma esmagadora maioria parlamentar alceçada sobre a distribuição de sesmarias na administração direta e nas empresas estatais. Do lado de fora da ampla coalizão governista, destituídos de princípios ou convicções, os partidos de oposição remanescentes abdicaram da crítica e do debate, aguardando que um milagre transfira o poder para suas mãos. A política parlamentar democrática feneceu, exaurindo-se de sentido. As manifestações provavelmente teriam começado antes, não fossem as esperanças depositadas no julgamento do mensalão.

Nesse cenário, os protestos descrevem trajetórias pré-políticas e os manifestantes apalparam terreno desconhecido, em busca de uma linguagem e de uma agenda. A anomia não perdurará eternamente — mas, por enquanto, getsa muito calor e pouca luz. De qualquer modo, uma festa terminou antes mesmo de começar: desconfio que Pra frente Brasil não será ouvida na Copa do Mundo de 2014. ●

Demétrio Magnoli é sociólogo
demetrio.magnoli@uol.com.br

Texto 3: Protesto – Demétrio Magnoli – 20/06/2013

Texto: 4: O governo e o clamor das ruas – Rogério Furquim Werneck – 21/06/2013

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

O governo e o clamor das ruas

Preplexo, o País tenta entender a onda de manifestações que vem tomando as ruas nas últimas semanas. Há muitas perguntas cruciais sem resposta satisfatória. Como e por que tais manifestações puderam se alastrar por todo o País em tão pouco tempo? Que insatisfações, aparentemente difusas e generalizadas, de fato as inspiraram? E por que esse movimento ganhou tanta força logo agora, neste exato momento? São perguntas que o próprio governo deve estar se fazendo.

Três das fontes de insatisfação que vêm sendo apontadas como inspiradoras dos protestos deveriam merecer cuidadosa reflexão em Brasília: a inflação, os reajustes de tarifas de transporte coletivo e os investimentos requeridos para que o País hospede a Copa e as Olimpíadas.

A esta altura está mais do que claro que a presidente Dilma Rousseff mostrou complacência excessiva com a inflação. Basta notar que o Banco Central se dará ao luxo de atravessar todo o atual mandato presidencial com a inflação bem acima do centro da meta. Agora, colhendo o que plantou, o governo constata que uma inflação de 6,5% ao ano já começa a gerar tensões altamente desgastantes.

No vale-tudo em que se converteu a condução da política econômica nos últimos meses, o governo se permitiu tentar conter a inflação por meio de intervenções diretas em preços de maior relevância na composição do índice. No início do ano, desenterrando prática deplorável e oportunista, típica do período de alta inflação, o Planalto pressionou os prefeitos de São Paulo e

do Rio para que adiassem o reajuste de tarifas de transporte coletivo por alguns meses.

Fascinado com os supostos benefícios imediatos dessa manipulação, o governo não parece ter dado a devida atenção aos custos do abandono da regra de reajustes de tarifas com periodicidade claramente definida. Quebrando a regra, sinalizou a possibilidade de que a magnitude e o momento do reajuste de tarifas de transporte coletivo passassem a ser objeto de negociação. Possibilidade à qual se agarraram, agora, os manifestantes de cada grande cidade do País.

Percebendo afinal as proporções do equívoco, o Planalto deve estar amaldiçoando o momento em que teve a infeliz ideia de abrir essa caixa de Pandora. Se não tivesse "conseguido adiar" os aumentos de tarifas de transporte coletivo em São Paulo e no Rio e os reajustes tivessem sido anunciados normalmente nas datas previstas, no início do ano, é bem possível que os episódios que deflagraram a atual onda de protestos não tivessem ocorrido.

Mas a insatisfação com os serviços de transporte coletivo nas grandes áreas metropolitanas do País tem razões bem mais profundas. A ilusão de que boa parte da população urbana na poderia continuar para sempre gastando mais de três horas por dia entre a casa e o trabalho, sem maiores protestos, não fazia sentido. Mais cedo ou mais tarde, a conta do vergonhoso descaso com as carências do País em transporte de massa estava fadada a aparecer. Mas o governo tem outras prioridades. Insiste em incentivar a demanda de automó-

ruas



**Oportunismo
do Planalto ajudou
a precipitar a onda
de protestos**

veis e subsidiar gasolina. E, por motivos ideológicos, prefere investir em áreas, como petróleo e energia elétrica, onde a maior parte do investimento poderia perfeitamente ser deixada a cargo do setor privado.

Merece também menção a previsível ressaca de parte da opinião pública com o oba-oba dos custosos investimentos necessários para que o País hospede a Copa e as Olimpíadas. Quanto a isso, parece ter havido cálculo político equivocando em Brasília. "Pao e circo" é uma receita milenar e consagrada de populismo. Mas na Roma Antiga não havia nem Fifa nem Comitê Olímpico. E a entrada no Coliseu era grátis. Já aqui, o

povo, visivelmente irritado, ficará de fora do dispendioso circo que está sendo montado. E o governo agora se deu conta de que o público pagante, em eventos transmitidos por televisão a 100 milhões de eleitores, será do tipo que vai presidente da República. A ideia não era bem essa. Mas agora é tarde. ■

Rogério Furquim Werneck é economista e professor da PUC-Rio

Texto 5: Ação direta – Paulo Nogueira Batista Jr. – 22/06/2013

PAULONOGUEIRA BATISTA JR.

Ação direta

Estou neste momento no Brasil para o nascimento do meu quarto neto, Luiz Felipe. O garotinho nasce num momento conturbado da vida nacional. Eis que por toda a parte irrompem manifestações iradas. Assisti a tudo, estarecido, pela televisão.

Todo mundo foi pego de calça curta — políticos e autoridades, sociólogos e politólogos, economistas e jornalistas. Como disse Keynes certa vez, “o esperado nunca acontece; é o inesperado sempre”. Ninguém, que eu saiba, antecipou a escala das manifestações. Apesar da surpresa geral e unânime, não faltam explicações, análises, teorias. Aqui estou neste momento improvisando as minhas.

Na verdade, tenho apenas uma e solitária hipótese: as manifestações de rua no Brasil, a exemplo de episódios similares em outros países nos anos recentes, traduzem um colapso da confiança na democracia.

O cidadão comum sente-se cada vez menos representado pelos partidos, pelos políticos e pelos governos. No Brasil, como em outros países, as manifestações não são contra determinadas correntes partidárias ou a favor de outras. Se entendi bem, o brasileiro vai à rua contra “tudo que está aí”.

A desilusão com a democracia representativa é muito disseminada — mesmo em países com larga tradição democrática e instituições supostamente

sólidas e experimentadas.

Quando a desilusão política se combina com dificuldades econômicas e sociais, explode a insatisfação

Quando a desilusão política se combina com dificuldades econômicas e sociais, explode a insatisfação.

Já cabe perguntar se a palavra democracia não deveria ser sempre aspeada. “Gover-

no do povo, pelo povo e para o povo”, na célebre definição do maior presidente dos Estados Unidos, a “democracia” reduz-se cada vez mais a um conjunto de rituais vazios de conteúdo democrático.

Para que votar? — pergunta o cidadão. E com certa razão. O mercado domesticou a urna. O eleitor vota, o político se elege, mas o poder econômico dá as cartas antes, durante e principalmente depois das eleições.

O dinheiro sempre mandou, não há dúvida. Mas, nos tempos recentes, manda como nunca. A turma da bufunfa é a face oculta, ou nem tanto, dos poderes eleitos. Estes fazem, não raro, mera figuração. Nos bastidores, o bufunfeiro exerce sua insidiosa influência.

Uma das razões é o custo gigantesco das campanhas políticas. Sem apoio do

uas campanhas políticas. Sem apoio da bufunfa, nenhum partido, nenhum candidato é competitivo. Em uma palavra: a política foi colonizada pelo dinheiro. E a “democracia” se transfigurou em plutocracia.

Como espantar-se se um número cada vez maior de “eleitores” prefere a ação direta? Para citar Lincoln uma vez mais, “pode-se enganar alguns o tempo todo, todos por algum tempo, mas não se pode enganar a todos o tempo todo”. ●

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista e diretor-executivo pelo Brasil e mais dez países no Fundo Monetário Internacional, mas expressa os seus pontos de vista em caráter pessoal

Texto 6: Novos tempos – Paulo Guedes – 24/06/2013

Novos tempos

As ondas de “destruição criativa” das novas tecnologias e das mídias sociais inundaram o território da política. As inúmeras inovações que derrubaram fronteiras industriais estabelecidas abalam agora as instituições políticas pouco flexíveis com uma enxurrada de anseios há muito reprimidos. A presidente entendeu o recado de uma classe média emergente: “Essa mensagem direta das ruas é de repúdio à corrupção e ao uso indevido de recursos públicos.” A voz das ruas foi um clamor de indignação com os políticos e

de insatisfação com os serviços públicos. Aos gritos de “sem violência” e “sem partidos”.

Há muito tenho dito que o Congresso nos deve uma reforma política, uma forma decente de conduzir a coisa pública. As evasivas ante as condenações do mensalão e a Proposta de Emenda Constitucional 37, um verdadeiro monumento à impunidade, demonstram ainda, mais do que a falta de sintonia do Congresso com a opinião pública, uma assustadora perda de legitimidade.

Tenho insistido também na descentralização de recursos do governo federal para estados e municípios, tornando os gastos públicos mais sensíveis aos anseios da população. “Transporte público, saúde e educação”: o dinheiro tem de ir aonde o povo está. Quem gosta muito de

estádios novos são as empreiteiras e o governo federal, enquanto prefeitos e governadores devem estar preocupados com hospitais, escolas, ônibus, trens e metrô.

A segurança pública é também tema incontornável ante a violência de algumas centenas de assaltantes, baderneiros e integrantes de brigadas embandeiradas, entre as centenas de

A voz das ruas: indignação com os políticos e insatisfação com os serviços públicos em uma explosão de civismo exigindo mudanças

milhares de manifestantes pacíficos e ordeiros, numa festa democrática espontânea, sem cabos eleitorais, sem máquinas partidárias, sem carros de som, sem palanques, “como nunca antes na História deste país”.

Na moderna sociedade do conhecimento, em plena era da informação instantânea, os próprios políticos desacreditaram a política. Soubemos durante o julgamento do mensalão que, nas relações entre o Executivo e o Congresso, bem como nas alianças partidárias, compra-se, vende-se, aluga-se. A explosão de civismo nas ruas, em que tremulavam bandeiras do Brasil ao som do Hino Nacional, é uma exigência de mudança radical no comportamento de nossa classe política. Decência, ainda que tardia. ●

PAULO GUEDES

Texto 7: Indignai-vos nas urnas! – Rodrigo Constantino – 25/06/2013

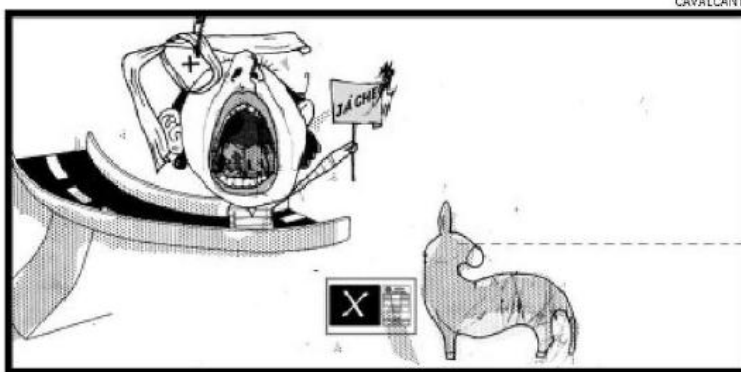
RODRIGO CONSTANTINO

Indignai-vos nas urnas!

Motivo para revolta é o que não falta. Aquele cenário maravilhoso que o governo pintava não existe. Nossos pilares são de areia, e o inverno está chegando. O descaso com a população por parte das autoridades é enorme, as prioridades são todas desvirtuadas, e o rumo precisa mudar radicalmente.

Mas confesso não compartilhar da euforia que tomou as ruas das principais capitais do país. Há uma insatisfação generalizada e difusa, sem foco. Não adianta ser contra “tudo que está aí”. É preciso compreender melhor o que nos trouxe a esse quadro, e como mudá-lo. Temos que gerar mais luz e menos calor.

Além da grande cacofonia nas ruas, cada um com uma demanda diferente, há grupos radicais de esquerda tentando se apropriar dos protestos. Afinal, isso é o que eles sempre fizeram: incitar as massas e criar baderna. Separar o joio



do trigo é crucial. Vândalos devem ser contidos, saques e agressões aos policiais devem ser reprimidos com todo o rigor da lei. Manter a ordem é fundamental.

O clima anárquico só interessa aos golpistas de plantão. Uma turba descontrolada é um convite a uma intervenção estatal rigorosa. A Revolução Francesa sofreu desse mal, levando ao Terror de Robespierre, e depois à ditadura de Napoleão. Maio de 68 foi outro exemplo de caos produzido pela juventude entorpecida por utopias revolucionárias.

Consigo entender perfeitamente o desespero de muitos, cansados de nossa política podre, da ausência de alternativas sérias, da impunidade, do transporte caótico, a saúde pública em frangalhos. Tudo isso é totalmente legítimo. Mas precisamos canalizar essa energia toda para forças construtivas, e não destrutivas.

Sou bastante crítico a este governo. Meu julgamento da era petista é o pior possível. Nunca antes na história deste país se viu tantas trapalhadas conjuntas, tanta incompetência, tanta mediocridade e safadeza. O PT segregou o país, comprou votos com esmolas estatais, aparelhou a máquina do Estado e demonstra forte viés autoritário.

Estamos pagando um alto preço por essa inoperância, agora que os ventos externos pararam

de soprar na nossa direção. Dilma não fez uma única reforma estrutural importante, exagerou no populismo e permitiu inclusive a volta da alta inflação. Meu veredicto é o mais duro possível contra a presidente e sua equipe.

Dito isso, não consigo mergulhar com muito otimismo nas manifestações das ruas, até porque tenho sérias dúvidas se este é também o diagnóstico dessas pessoas. Muita gente acaba demandando mais intervencionismo estatal como solução. Querem mais do veneno! Bandeiras demagógicas, como “passe livre”, também abundam. Esse, definitivamente, não é o caminho.

O que fazer então? Sei que a nossa democracia é muito falha. Quem pode ficar feliz com esse Congresso? Mas não acredito muito em revoluções populares, que costumam sair do controle. Prefiro apostar na evolução de nossas instituições, hoje capengas e ameaçadas. Precisamos lutar dentro da própria democracia, com as armas da legalidade, respeitando o Império das leis.

Essa via leva mais tempo, tem solavancos, exige concessões, demanda paciência, aquela que está prestes a se esgotar. Mas ela é mais sólida, mais sustentável, mais pacífica. O principal valor da democracia representativa não está em suas “fantásticas” escolhas (Lula?), mas em sua capacidade de eliminar grandes erros de forma pacífica.

Conquistamos a duras penas o regime democrático, e criamos algumas instituições republicanas importantes, como a liberdade de imprensa e a independência dos poderes. Não foi no ritmo que desejávamos, tampouco da qualidade que almejamos. Mas precisamos preservá-las. Hoje mais do que nunca, justamente porque elas estão em xeque, sob constante ataque de minorias organizadas e barulhentas.

Nenhum partido atual representa minha visão liberal de país. São todos eles intervencionistas, depositando no Estado um papel demasiado de controle sobre nossas vidas e recursos. Mas nem por isso penso que a solução é uma espécie de “revolução apartidária”. Em política não há vácuo; ele logo é preenchido por alguém. Que não seja um aventureiro, um “messias” salvador da Pátria. Ou salvadora.

Eis minha sugestão aos brasileiros cansados dessa situação: indignai-vos, mas nas urnas! Não será a escolha ideal, mas o ideal existe somente em nossas ilusões. E elas são perigosas quando passamos a acreditar que são viáveis. Façamos aquilo que for possível, mantendo nossa frágil, porém necessária democracia. De nada adianta rugir feito um leão nas ruas, e depois votar como um burro nas urnas. ●

Rodrigo Constantino é economista

Texto 8: Notas de uma magra trincheira – Roberto Damatta – 26/06/2013

ROBERTO DAMATTA

Notas de uma magra trincheira

As manifestações cujo término eu espero que seja o voto contra tudo isso que aí está, nas eleições, tem arcabouços bem marcados. Não estamos mais diante de um movimento milenarista embandeirado nas chamadas “grandes ideias” que carimbaram o século 19 e pariram pogroms, holocausto, duas guerras mundiais e ditaduras no século 20, mas diante de um protesto pelo bom senso. Assistimos a uma convocação em rede para propor um novo estilo de governar.

O verdadeiro significado de um mundo em rede não é o seu lado formal, como enfatizam alguns dos seus teóricos, mas é o que as redes circulam como drama sem o teste dos preconceitos. Sobre tudo dos tabus teóricos segundo os quais uma coisa deve vir depois da outra. Mentira. O movimento mostra como coisas aparentemente pequenas servem de texto para grandes causas. A realidade de um mundo conectado não é a rede, é a impossibilidade de profetizar o futuro ao lado da certeza de que a política exige honradez para ser praticada. A rede somente revela que suportar a vida continua a ser — como dizia Freud — o primeiro dever dos vivos.



O que o povo quer é ônibus confiável e barato, se possível, gratuito; menos corrupção, segurança, saúde e educação. Ora, esse é o programa dos partidos no poder e, no entanto, é essa demanda que forma o centro das manifestações.

O que há de novo? Primeiro, como observa Elio Gaspari, a ausência dos famosos, dos santos e dos que sabem tudo. As passeatas que se alastram como um carnaval cívico não são englobadas por nenhuma organização poderosa: governo, partido político, sindicato, MST, movimento estudantil ou algum grupo cósmico-religioso clamando pelo fim do preconceito de gênero, do sofrimento ou do pecado. O que temos visto é a reunião na rua (não num palácio, universidade, assembleia e fórum político) de milhares de miniprotestos, os quais, mesmo quando escritos em linguagem pitoresca, falam de coisas práticas e são apresentados individualmente.

Há uma recusa significativa aos partidos políticos justamente porque eles são o sinal do imobilismo e do enriquecimento em nome da mudança. O movimento traz à tona lugares comuns esquecidos pelos políticos no poder (e hoje, com a tal coalizão, só há uma minoria fora dele). A manifestação não é um manifesto contra a democracia liberal, mas ao estilo de como essa democracia tem se concretizado no Brasil. Ela denuncia a ausência de encontro da sociedade com o governo. Governo que, no Brasil de Lula e Dilma, tem sido

muíto mais um instrumento de aristocratização do que de resolução de problemas, o próprio sucesso que o sistema tem apresentando como o do poder de compra e da estabilidade monetária.

O bom senso não tem partido. Ele é uma simples conta de chegar entre meios e fins. Não se impede uma guerra com missas do mesmo modo que não bastam leis, políticas públicas de redistribuição de renda e instituições, pois é preciso honestidade e motivação para fazê-las funcionar e, assim, torná-las um instrumento da sociedade como um todo. Não adianta uma Constituição inspirada na gloriosa França da Bastilha sem franceses para colocá-la em prática! Por isso o bom senso faz parte das rotinas democráticas, conforme viu Tocqueville. Segurança, educação, transporte confiável e cumprimento de promessas feitas pelo próprio governo petista que está — eis um ponto implicitamente lembrado pelos manifestantes — no poder e que governa o Brasil. Não há mais como eleger um bode expiatório para incompetências (inflação, desmantelamento da Petrobras), escândalos, mensalão sem desfecho; obras superfaturadas de toda ordem, bem como os elos espúrios entre grandes empresários e políticos. De PECs que visam claramente a castrar o poder de apuração do povo, ampliando a zona cinzenta de uma intolerável impunidade, etc., etc., etc...

xxxxxx

Quando uma coisa tão básica como a rua sai

de sua função normal de trânsito entre o lar e o trabalho, percebemos a gravidade do problema. Ao lado da passeata, houve vandalismo. Mas, pergunto eu com meus companheiros de trincheiras magras, Jorge Moreno e Luiz Werneck Vianna, quem atirou a primeira pedra? Quem disse que o “bicho ia pegar”? Quem errou ao mudar a data do Bolsa Família, levando milhares aos balcões da Caixa Econômica Federal no bojo do boato de que o benefício ia acabar ou, pelo contrário — e isso não pode ser suprimido —, ia ser dado em dobro? A quem interessa impedir a criação de novos partidos e tem feito tudo para eles sejam legalmente sufocados?

O que ocorreu com os 1,3 milhão de votos no sentido de impedir a posse do atual presidente do Senado? Como lembra Jorge Moreno, 1,2 milhão saíram às ruas, mas quem jogou os votos legais na lata do lixo?

Quem vandaliza? Eis o que não pode calar se quisermos ter um mínimo de sinceridade quando, antes de dormir, nos olhamos no espelho. Quem, afinal de contas tem, como perguntou outro dia Dora Kramer, a faca e o queijo na mão?

xxxx

Queridos leitores: certo de que o Brasil vai melhorar, volto a escrever na primeira quarta-feira de agosto. ●

Roberto Damatta é antropólogo

Texto 9: Cadê o De Gaulle? – Veríssimo – 27/06/2013



VERISSIMO

Cadê o De Gaulle?

O "Journal du Dimanche" de Paris de domingo trazia uma entrevista com Daniel Cohn-Bendit, um dos líderes da sublevação popular que quase derrubou o governo francês em maio de 1968 e que continua atuando, como ativista e analista político, com o nome que conquistou naquela primavera. Não é mais o irreverente Dani Vermeelho de 45 anos atrás, mas ainda é o remanescente mais notório daquela geração que fez o então presidente de Gaulle pensar em largar

tudo e se mandar. Só mais tarde ficou-se sabendo como o velho general chegara mesmo perto de renunciar. De Gaulle não era a única causa da revolta que começou com os estudantes e empolgou Paris, mas era um símbolo de tudo que os revoltosos não queriam mais. Se maio de 68 não sabia definir bem seus objetivos, pelo menos tinha um ícone vivo contra o qual concentrar seu fogo. Um conveniente símbolo com dois metros de altura, um nariz dominador e a empáfia correspondente.

A chamada de capa para a entrevista de Cohn-Bendit era "Um perfume de Maio de 68" e a matéria fazia uma comparação mais ou menos óbvia do que acontece no Brasil com o que acontece na Turquia e o que aconteceu nas recentes "primaveras" árabes e em 68 em Paris. Óbvio e inexacta. Nos países árabes a rua

derrubou ditadores, na Turquia a revolta é, em parte, contra um governo autocrático e inclui, como complicadora, a luta antiga pela hegemonia religiosa. E, diferente do maio de Paris, a combustão instantânea no Brasil ainda não produziu seus Cohn-Bendits nem tem um De Gaulle conveniente como um símbolo que resume o que se é contra. Ser contra tudo que está errado despersonaliza o protesto. Qual é a cara de tudo que está errado? No Brasil tanta coisa está errada há tanto tempo que qualquer

**Uma nação envergonhada
dos seus políticos
e das suas mazelas
está inteira nas ruas**

figura, atual ou histórica, serve como símbolo da nossa desarrumação intolerável, na falta de um de Gaulle, Renan Calheiros ou Pedro Álvares Cabral.

Na sua entrevista, forçando um pouco a cronologia, Cohn-Bendit diz que 68 foi o preâmbulo de 81, quando a esquerda chegou ao poder na França. Junho de 2013 será o preâmbulo de exatamente o quê, no Brasil? Aqui a esquerda, ou algo que se define como tal, já está no poder. O que vem agora? O Marx tem uma frase: se uma nação inteira pudesse sentir vergonha, seria como um leão preparando seu bote. Uma nação envergonhada dos seus políticos e das suas mazelas está inteira nas ruas. Resta saber para que lado será o bote desse leão.

Tempos interessantes, tempos interessantes. •

CACÁ DIEGUES

Meu coração não precisa

O movimento sem nome ainda não acabou, mas, aconteça o que acontecer, já é um movimento vitorioso. Desde o dia 6 de junho, as manifestações se sucedem pelo país agora, com mais ou menos gente. Elas já alcançaram certamente seu ápogeu, mas nem por isso esgotaram seus temas.

Com os jovens do movimento, como escreveu Arthur Dapieve, "a libido voltou à política". Exatamente o oposto do que os políticos fizeram com as duas. Para os de direita, aquilo que chamamos genericamente de povo é sempre ignorante e incapaz, serve apenas para elegê-los. Para os de esquerda, o povo é apenas um número em suas análises de classe, uma multidão. Para uns e outros, ele só existe quando eleitor.

No Ocidente, o pensamento político tem sido uma caricatura do fundamentalismo iluminista, a ideia de que é possível entender nosso comportamento privado ou público apenas pelos instrumentos que a razão nos dá. Consagramos ser possível reduzir a complexidade humana a mecanismos que geram um futuro inevitável e aí, enquanto esperamos pelo inevitável, o inesperado nos surpreende.

Precisamos fazer política pensando nas pessoas, e não apenas em cidadãos sem rostos. A felicidade de cada um deve ser o fim supremo de todos os gestos públicos, não importa sob que regime — embora só a democracia nos possa dar plenas condições para essa prática. Se criticamos o transporte urbano, não é em busca de votos para um partido, mas porque desejamos que as pessoas, dentro de

seu capacidade econômica, viajem bem, com conforto e paz de espírito.

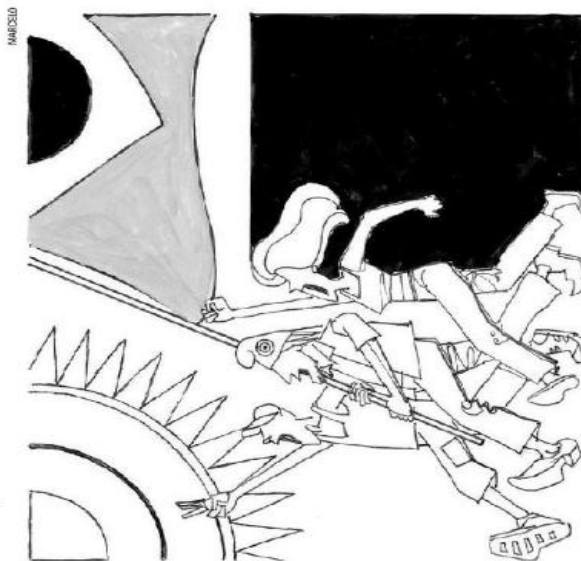
As moças e rapazes que estão indo às ruas com tanto humor podem ser comparados a heróis de outras revoluções históricas. A revolução americana, que consagrou textualmente o direito à busca da felicidade, começou com uma esperteza lúdica de colonos da Nova Inglaterra, que se disfarçaram de indígenas para jogar o chá inglês ao mar, em protesto contra os impostos praticados pelo Império Britânico. A alegria indignada é a arma mais moderna das revoluções.

Em 1964, 68, 84 ou 92, a voz da rua reivindicava a troca da política então vigente por outra. Hoje ela se manifesta contra a política. Nossos oradores, em passadas ou tribunas, eram admirados, conhecíamos as ideias de cada um deles, seguíamos seus eventuais partidos. Hoje as manifestações não têm líderes, ninguém faz discurso, cada um se expressa através do cartaz de cartolina que imagina. Um deles, que vi na Rio Branco, dizia: "Meu coração não precisa de partido."

A democracia representativa está em crise no mundo todo e não poderia ser diferente no Brasil. Mas, como a democracia direta é a mãe do autoritarismo populista, precisamos encontrar um novo modelo de democracia participativa. Essas manifestações podem estar indicando um rumo nessa direção, mesmo que erradamente confundidas com a violência.

Ninguém aprova a violência praticada nelas, repeti-lo é quase uma platitudes. Mas é preciso se dar conta da infiltração que o movimento vem so-

de partido



MARCELO

o rei do populacho da colônia. Se não acabarmos com ela, levaremos, quem sabe, mais um século para mudar sua ideologia.

Gosto muito de saber que a presidente e os políticos se manifestam sobre e até concordam com algumas das causas do movimento sem nome. O que é muito diferente, por exemplo, de Kadafi e Assad, que responderam aos protestos em seus países provocando uma guerra civil. Ou de um Erdogan arrogante que não aceita pregar uma praça para atender seu povo. Embora não creia que os políticos tradicionais sejam capazes de entender direito o que se passa ou que estejam mesmo dispostos a abandonar seus maus hábitos, torço para que o diálogo continue e dê certo.

Como torço pela seleção brasileira, nessa e em todas as Copas, em nome da alegria e do amor ao futebol, que não pode ser sufocado por razões mesquinhas e malfetadas dos outros. Construir um estádio como o Maré Garrincha, numa cidade em que a última final de campeonato teve menos de 2 mil espectadores, é uma insensatez e um desperdício que nos faz desconfiar de quem o praticou. Além de desrespeito ao brasileiro exemplar que deu o nome ao estádio. Mas torcer por um time é um gesto de pertencimento e confraternização, uma coisa da qual o país precisa muito. Domingo vou vestir minha camisa canarinho com o número 10 às costas e pongo no bonde que leva a rapaziada pro Maracanã. ●

Cacá Diegues é cineasta
carlosdiegues@uol.com.br

mostram a ação e os equipamentos usados por infiltrados integralistas, neonazistas e skinheads, com suas suásticas, socos ingleses e manifestos guerreiros.

Esses vídeos também nos revelam o arcaísmo cívico que é a existência de uma Polícia Militar no Brasil. Como diz Tullio Vianna, no blog da revista "Fórum", ela é um contingente de soldados treinados para a guerra e abandonados na "frente de batalha", a tratar como inimigos os cidadãos que devem proteger. Nossa Polícia Militar foi criada por D. João VI para proteger

Como a democracia direta é a mãe do autoritarismo populista, precisamos encontrar um novo modelo de democracia participativa

frendo de quem não tem nada a ver com ele. Além de criminosos vulgares, há também os que desejam manipular as manifestações, direcioná-las para fins que não são os seus. Tenho visto muitos vídeos na rede que nos

Texto 11: Não caiu a ficha – Cristovam Buarque – 29/06/2013

CRISTOVAM BUARQUE

Não caiu a ficha

As surpreendentes mobilizações dos últimos dias podem ser explicadas em dez letras: “Caiu a ficha.” Não se sabe exatamente o que levou a ficha a cair neste exato momento, mas todos os ingredientes já estavam dados. A maior surpresa foi a surpresa. Caiu a ficha de que o Brasil ficou rico sem caminhar para a justiça: chegou a sexta potência econômica, mas continua um dos últimos na ordem da educação mundial. Também caiu a ficha de que sem educação não há futuro, e de que, por isso, 13 anos depois de criada, a Bolsa Família continua necessária, sem abolir sua necessidade.

Caiu a ficha de que em 20 anos de governos socialdemocratas e dez anos do PT no poder ampliamos o consumo privado, mas mantivemos a mesma tragédia nos serviços sociais, nos hospitais públicos e nas escolas públicas. Caiu a ficha de que o aumento no número de automóveis em nada melhora o transporte, ao contrário, piora o tempo de deslocamento e endividamento das famílias. Caiu a ficha de que o PIB não está crescendo e se crescesse não melhoraria o bem-estar e a qualidade

*Eles já ouvem
as ruas, mas
ainda não
entendem o
idioma da
indignação*

de vida. Caiu a ficha de que, no lugar de metrópoles que nos orgulhem, temos “monstrópoles” que nos assustam.

Caiu a ficha do repetido sentimento de que a

corrupção não apenas é endêmica, ela é aceita; e os corruptos, quando identificados, não são julgados; e se julgados não são presos; e se presos não devolvem o roubo. E de que os políticos no poder desprezam as repetidas manifestações de vontade popular.

Caiu a ficha de que o povo paga a construção de estádios, mas não pode assistir aos jogos. E de que a Copa não vai trazer benefícios na infraestrutura urbana das cidades-sede, como foi prometido. Aos que viajam ao exterior, caiu a ficha da péssima qualidade de nossas estradas, aeroportos e transporte público.

Caiu a ficha de que somos um país em guerra civil, onde 100 mil morrem por ano por assassinato direto ou indireto no trânsito.

Caiu a ficha também de que as mobilizações não precisam mais de partidos que organizem, de jornais que anunciem, de carros de som que conduzam, porque o povo tem o poder de se autoconvocar por meio das mídias sociais. A praça hoje é do tamanho da rede de internet, e é possível sair das ruas sem parar as manifestações e voltar a marchar a qualquer momento. Na prática, caiu a ficha de que é fácil fazer guerrilha-cibernética: cada pessoa é capaz de mobilizar milhares de outras de um dia para o outro em qualquer cidade do país.

numerosas de outras de um dia para o outro em qualquer cidade do país.

Mas, entre os dirigentes nacionais, ainda não caiu a ficha de que mais de dois milhões de pessoas nas ruas não se contentam com menos do que uma revolução. Mais de dois milhões não param por apenas 20 centavos nas passagens de ônibus. Eles já ouvem as ruas, mas ainda não entendam o idioma da indignação. Nem caiu a ficha de que só manifestações não bastam. É preciso fazer uma revolução na estrutura, nos métodos e nas organizações da política no Brasil: definir como eleger os políticos, como eles agirão, como fiscalizá-los e puni-los. ■

Cristovam Buarque é senador (PDT-DF)

Texto 12: Luzes acesas – Paulo Guedes – 01/07/2013

O GLOBO

PAULO GUEDES

Luzes acesas

As pesquisas de opinião após a onda de protestos nas ruas indicam queda abrupta da popularidade da presidente Dilma Rousseff e forte elevação das intenções de voto em Marina Silva. O também candidato Aécio Neves tem uma boa leitura do fenômeno: "Uma insatisfação dos brasileiros com a classe política, em razão da ausência de respostas efetivas aos problemas enfrentados pelas pessoas ao longo de anos." Marina Silva é identificada pelos eleitores como uma outsider do establishment político, assim como foi sem-

pre um "trabalhador" o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A concentração de recursos públicos no governo federal contrasta com a necessidade de descentralização dos sistemas políticos abertos. Daí as reclamações por mais e melhores escolas, hospitais e transporte público, em vez de novos estádios. Governadores, prefeitos e suas bancadas exercem pressões legítimas. Eduardo Paes e Fernando Haddad acabam de sugerir novo regime para megacidades, um grito pela diástole representativa, pela descentralização administrativa e pela reforma fiscal. No governo federal, por falta da reforma administrativa, sobra dinheiro para a política e falta para saúde e educação.

"A raiz dos grandes problemas brasileiros é a

crescente e absurda concentração de poder financeiro e político no governo federal. Precisamos resgatar a Federação", diagnosticou o mesmo Aécio Neves como exigência de nossa democracia emergente. As manifestações populares "contra a corrupção e a roubalheira" registram um cansaço histórico com a degenera-

Hipertrofia e aparelhamento do Estado deturpam práticas políticas e valores morais. Fabricam escândalos e desmoralizam partidos.

ção das práticas políticas. "As enormes quantias de dinheiro que passavam pelas mãos do Estado davam oportunidade para fraudulentos contratos de fornecimento, corrupção, subornos, malversações e ladroenças de todo gênero", denunciava Marx. "O absolutismo do Antigo Regime desabou, mas permaneceram seus alicerces: a concentração de recursos e a centralização administrativa", advertia Tocqueville.

A hipertrofia do Estado e o aparelhamento da máquina pública têm consequências desastrosas sobre as práticas políticas e os valores morais da sociedade. São os ingredientes da fábrica de escândalos e da desmoralização dos partidos. As redes sociais e as manifestações das ruas são luzes acesas em uma sociedade aberta. ●

DENIS LERRER ROSENFELD

A usurpação do novo

As ruas brasileiras apresentam uma novidade que contrasta com toda a anomia anterior, onde prevalecia o divórcio entre o Estado e a sociedade, os representantes e os representados. Pior do que a anomia, contudo, era o ambiente de desgramento moral, crise de valores, onde os signos mais visíveis eram a corrupção e o desvio de recursos públicos, alinhados com a baixa qualidade dos serviços públicos.

As vozes da rua, de maneira difusa, deram vazão a uma inconformidade latente, fazendo valer outro discurso, totalmente distinto do oficial, ufanista e demagógico. "Nunca antes nesse país," "saúde de qualidade" já realizava, entre outros slogans davam a impressão de que o povo estava anestesiado, desconhecendo a realidade, e estava pronto para referendar mais uma vez o governo petista.

A sociedade civil acordou. Ao espreitar-se saindo logo correndo, derrubando o que encontrava pelo caminho, sabendo perfeitamente o que não mais queria, não conseguindo, contudo, articular ainda uma pauta propriamente positiva. O relevante, de qualquer forma, é o seu "não", não à corrupção, não a políticos que se vislumbra em seus interesses particulares, não às altas tarifas de transporte público, não a serviços públicos de baixa qualidade, não aos gastos da Copa das Confederações e do Mundial.

O movimento social assim florescente caracterizou-se pela autonomia, pelo apartidarismo, pelo não aparelhamento por partidos e por "movimentos sociais" como a CUT, o MST, a UNE e outros. Bandeiras des-sas entidades foram rasgadas e seus

milhantes apupados. O PT, em particular, ficou atônito, pois jamais imaginou uma rua que não controlasse. O presidente do partido chegou a convocar a milícia em uma manobra desastrada, mostrando o pouco preparo partidário para um contexto tão radicalmente novo.

Convém aqui fazer uma distinção da maior importância para que possamos entender o que está ocorrendo. O PT sempre entendeu os movimentos sociais enquanto "organizados": movimentos por ele mesmo controlados. E o caso de seu braço sindical, a CUT, do seu braço social-revolucionário, MST, com suas entidades afiliadas, como a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento dos Sem Teto (esse último aparecendo nos últimos dias como protagonista).

A UNE, embora controlada pelo PCdoB, apresenta a mesma forma de organização.

Ora, todos esses movimentos não foram efetivamente protagonistas das manifestações. Essas, por sua vez, se caracterizaram por serem "não organizadas" no sentido petista do termo, compostas por pessoas das mais distintas ideias e concepções, onde, mesmo, as qualificações de direita e de esquerda tornam-se difíceis de serem aplicadas. Seu instrumento de convocação foram as redes sociais. A primeira aceção pode ser dita heterônoma, pois aparelhada, a segunda autônoma, pois independente.

A ambiguidade do uso do termo "movimento social" está dando lugar agora à usurpação. Os movimentos sociais heterônimos estão procurando



O processo político escaparia de qualquer marco legal, fazendo o país entrar em uma era de incerteza e insegurança

A mixórdia foi total. As centrais sindicais foram chamadas para converter manifestações das quais não foram protagonistas. O Movimento dos Sem Teto, outro ausente, aparece como interlocutor, forma de trazer o MST para junto do governo. A única exceção reside no Movimento do Passe Livre, que teve representatividade, embora a sua pauta seja dúbia. A pública é a de um movimento voltado para a redução da tarifa dos transportes públicos e, inclusive, pelo passe livre. A ideológica, segundo o seu próprio manifesto, é de natureza anticapitalista, contra a economia de mercado e a livre iniciativa. Do ponto de vista de suas concepções comunga com a ideologia do PT, considerando-a em situação de diálogo com o governo petista.

O governo foi além, fazendo valer outra forma de usurpação. Propôs, inicialmente, uma "Constituinte exclusiva" para a reforma política enquanto resposta, quando essa nem apareceu

como agenda dos manifestantes. E o fez sob a forma de um "truque", ou seja, a convocação de uma "Constituinte exclusiva" sob o modo de um "plebiscito". Este conferiria uma aparência democrática à iniciativa, outorgando a uma "Constituinte" poderes limitados para questões políticas e, mesmo, para além delas, como a dita "democratização dos meios de comunicação", sob o prisma "político" reformista evidentemente. Estariam, diante de uma subversão da democracia por meios democráticos.

Quem controlaria uma "Constituinte" desse tipo? A resposta é óbvia: o governo, por deter o Poder, o PT, por ser o partido mais enraizado nacionalmente, e os movimentos sociais "organizados". O processo político escaparia de qualquer marco legal, fazendo o país entrar em uma era de incerteza e insegurança. Sensatamente, o governo recuou de tal proposta, deslocando-se, novamente, das alas mais radicais de seu partido e dos movimentos sociais heterônimos.

Contudo, seria ingênuo considerar que o processo esteja terminando, nem que as formas de fazer política sejam somente essas. Os ditos "vândalos" correspondem, por sua vez, a movimentos políticos organizados, "sociais" ou não, ou de extrema esquerda, que estão apostando em uma crise institucional. Não se trata do cínico organizador que se aproveita dessa situação, mas de uma forma de organização política que usa da violência para a consecução de seus próprios objetivos. ■

Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Texto 14: A Copa de Lula – Demétrio Magnoli – 04/07/2013

DEMÉTRIO MAGNOLI

A Copa de Lula

Todos podem protestar em todos os lugares — exceto nas imediações das sagradas arenas da Copa das Confederações.

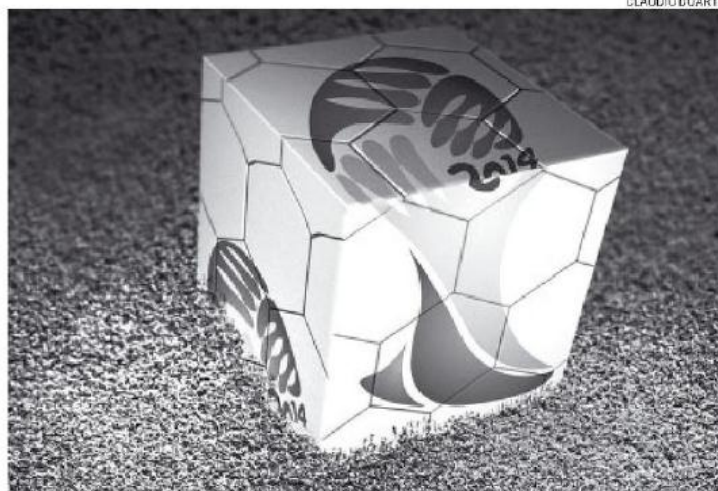
Essa foi a mensagem enviada pelas autoridades na “semana quente” das manifestações populares. Sem intervenção policial, manifestantes cercaram palácios e interromperam vias expressas. Em São Paulo, o eixo sensível da Avenida Paulista, onde se concentram os hospitais, foi liberado para os protestos. Contudo, nas cidades-sede do evento, batalhões de choque delimitaram um “perímetro de segurança nacional” e atacaram manifestantes pacíficos que tentavam ultrapassá-lo. A regra do protesto ilimitado excluiu os “territórios internacionais” sob controle efetivo da Fifa. Nunca, numa democracia, um governo nacional se curvou tão completamente a uma potência externa desarmada.

A bolha policial de isolamento dos estádios estendeu-se por dois a três quilômetros. Não se tratava de assegurar o acesso de torcedores às arenas, mas de impedir que as marcas dos protestos ficassem impressas sobre as marcas da Fifa e das empresas patrocinadoras. “A condição prévia para a Copa é a cessão temporária da soberania nacional à Fifa, que assume funções de governo interventor por meio do seu Comitê Local.” Nesse espaço, dois anos atrás, Adriano Lucchesi e eu definimos a Copa do Mundo de 2014 como uma “festa macabra” justificada pela “lógica perversa do neopatriotismo”.

Não fomos os únicos, nem os primeiros. O jornalista Juca Kfourir deplorou o triunfo dos bons companheiros Lula da Silva e Ricardo Teixeira na hora da escolha do Brasil como sede do megaevento de negócios travestido de competição esportiva. O ex-jogador Romário honrou seu mandato parlamentar denunciando sistematicamente a farra de desvio de dinheiro público, que ainda faz seu curso. “A Fifa é o verdadeiro presidente do Brasil hoje”, explicou com a precisão e simplicidade de quem carecem tantos doutos cientistas políticos. Mas a rapinagem dos piratas ficou longe da mira dos partidos de oposição, que preferiram ocupar assentos periféricos na nave da Copa, compartilhando dos brindes erguidos em convites de autoridades, empresários e cartolas. Alguém aí está surpreso com a aversão dos manifestantes ao conjunto de nossa elite política?

3 x 0. No domingo, encerrou-se o ensaio geral para o que será a Copa mais cara da história. A festa macabra custará, no mínimo, R\$ 28 bilhões, quase quatro vezes mais que a realizada na África do Sul em 2010 (R\$ 7,3 bilhões) e perto de três vezes mais que as Copas na Alemanha em 2006 (R\$ 10,7 bilhões) e no Japão/Coreia em 2002 (R\$ 10,1 bilhões). “Com o dinheiro gasto para construir o Mané Garrincha poderiam ter sido construídas 150 mil casas populares”, calculou Romário. Ele tem razão: a arena de Brasília, a mais cara de todos os tempos, custou R\$ 1,7 bilhão.

Obedecendo a uma compulsão automatizada, o ministro Gilberto Carvalho apontou um dedo acusador para a imprensa, que “teve um papel no mo-



CLAUDIO DUARTE

A ‘verdade técnica’ da presidente não passa de um véu destinado a esconder o significado financeiro da festa macabra promovida pela Fifa e pelo governo brasileiro

ralismo, no sentido despolitizado” das manifestações populares. No mundo ideal desse senhor “politizado”, uma imprensa chapa-branca monopolista, financiada pelas empresas estatais, desempenharia a função de explicar aos saqueados que o saque é parte da ordem natural das coisas. “Sem a imprensa, não somos nada”, concluiu Jérôme Valcke, o zagueiro de várzea da Fifa, que também gostaria de ter um “controle social da mídia”.

Um séquito de analistas especializados na arte da empulhação dedica-se, agora, a criticar os cartazes dos manifestantes que contrapõem a Copa à “saúde” e à “educação”. No seu pronunciamento desesperado do fim da “semana quente”, Dilma Rousseff recorreu aos sofismas desses analistas para exercitar o ilusionismo. Os recursos queimados na fogueira das arenas “padrão Fifa”, disse a presidente, são “fruto de financiamento”, não dinheiro do Orçamento. Mas ela não disse que a fonte dos financiamentos concedidos pelo BNDES são títulos de dívida pública emitidos pelo Tesouro, nem que a diferença entre os juros reais pagos pelo Tesouro e os juros subsidiados cobrados pelo BNDES é coberta pelos impostos de todos os brasileiros, da geração atual e da próxima.

A “verdade técnica” da presidente não passa de um véu destinado a esconder o significado financeiro da festa macabra promovida pela Fifa e pelo

governo brasileiro. No seu conjunto, a operação Copa 2014 é uma vasta transferência de renda da população para a Fifa, as empresas patrocinadoras do megaevento e as empreiteiras contratadas nas obras civis. Uma CPI da Copa revelaria as minúcias da rapinagem, destruindo no caminho governantes em todos os níveis que se engajaram na edificação de elefantes brancos com recursos públicos. É com a finalidade de evitá-la a qualquer custo que uma corrente de parlamentares resolveu aderir à ideia de uma CPI da CBE. Sob a pressão das ruas, cogita-se a hipótese de entregar os escalpos de José Maria Marin e Ricardo Teixeira numa bandeja de prata para salvar a reputação das autoridades políticas cujas assinaturas estão impressas nas leis e contratos da Copa.

“O Brasil nos pediu para sediar a Copa do Mundo. Nós não impusemos a Copa do Mundo ao Brasil.” Joseph Blatter, o poderoso chefe da “família Fifa”, não mente quando repete seu mantra preferido. O “Brasil”, na frase, significa “Lula da Silva”. A Copa mais cara da história é a síntese perfeita do legado político do presidente honorífico. A entrada do Mineirão, no jogo entre México e Japão, funcionários a serviço da Fifa arrancaram das mãos de dois torcedores cartazes onde estavam escritas as palavras proibidas “escola” e “saúde”. Os batalhões de choque em postura de batalha no perímetro de “segurança nacional” da Copa e os agentes da censura política em ação nos portões das arenas protegem mais que a imagem da Fifa e das marcas associadas. Eles protegem, sobretudo, a imagem de Lula, o regente da festa macabra. ■

Demétrio Magnoli é sociólogo
demetrio.magnoli@uol.com.br

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Seda e aço

Aqui nos Estados Unidos, comentaristas de TV referiram-se à "estratégia de seda e aço" da seleção na vitória sobre a Espanha. Nada mais justo, nada mais verdadeiro. Essa combinação insólita de atributos opostos e até contraditórios — arte e força, criatividade e ordem, sutileza e garra — foi a marca da seleção na partida extraordinária contra "o melhor time do mundo". A Espanha pode bem ser, não nego, o melhor time do mundo, mas verdade seja dita: não viu a cor da bola naquele dia.

Mas não era de futebol que queria falar hoje, e sim da situação política. Eis o que queria dizer: o Brasil inteiro precisa de uma "estratégia de seda e aço". A comparação é totalmente admissível: afinal, como dizia Nelson Rodrigues, a seleção é a pátria de calção e chuteiras, dando botinadas em todas as direções.

Os elementos dessa estratégia já estão aí. As manifestações de massa devem ser vistas, acredito, como mais um sintoma da vitalidade do país. Os políticos ficaram inseguros, e com razão. E os elites econômicas, é claro, não gostam de ver o povo, nem mesmo a classe média, nas ruas. Quando a massa foi para a rua, a turma da bufunfaria tinha os dentes de pânico.

Mas a presidente Dilma mostrou-se disposta a ouvir e dialogar com os manifestantes. Fez bem de apresentar propostas e, no meu entender, acertou ao colocar o foco na reforma política.

Muitos dos problemas que movem as manifestações não serão resolvidos nos marcos do atual sistema político

Há duas semanas escrevi, nesta coluna, que as manifestações eram um sinal de crise da democracia representativa em que o mercado domesticou a uma e a política foi colonizada pelo dinheiro. Ainda que os manifestantes

não o digam dessa maneira, parece claro que muitos dos problemas que motivam a sua insatisfação — corrupção endêmica, crônica deficiência dos serviços públicos de transporte, educação e saúde — dificilmente serão resolvidos nos marcos do atual sistema político.

Na mensagem que enviou aos presidentes da Câmara e do Senado, a presidente Dilma lançou temas que poderiam, e deveriam, constar de uma consulta popular: financiamento das campanhas, voto proporcional ou distrital, suplentes no Senado Federal, voto secreto no parlamento. Outras questões podem ser incluídas, notadamente a seguinte: deve continuar ou não o direito à reeleição de presidentes, governadores e prefeitos? Não sei se haverá tempo hábil para modificar as regras para as eleições de 2014,

mas vale a pena lançar o processo agora com vistas a 2016.

O financiamento das campanhas, por exemplo, é o canal de que se vale o dinheiro para desvirtuar e deturpar as eleições e os processos decisórios. Essa é uma grande, e talvez a principal, fonte da corrupção contra a qual os manifestantes se insurgem.

Muitos querem impedir o plebiscito. Seda e aço neles! ●

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista e diretor-executivo pelo Brasil e mais dez países no Fundo Monetário Internacional, mas expressa os seus pontos de vista em caráter pessoal
paulbnjr@hotmail.com

Texto 16: Brasília Faminta – Paulo Guedes – 08/07/2013

O GLOBO

PAULO GUEDES

Brasília faminta

A percepção popular de que sobram privilégios e falta responsabilidade à classe política ressoa na voz das ruas. No exato momento em que o povo reclama do desconforto diário e do alto custo para chegar ao trabalho e voltar para casa, gastando muito tempo e dinheiro com transportes públicos, os presidentes do Senado e da Câmara e o ministro da Previdência Social usam jatinhos da FAB para programações sociais com

amigos e familiares. É cada vez mais perturbadora a insensibilidade dos políticos aos desafios de uma democracia representativa diante de inovações tecnológicas como as redes sociais. Nesta nova era de transparência e responsabilização na condução de atividades públicas, há fotos e testemunhos de seus abusos da coisa pública em tempo real.

"A escalada dos impostos tornava os privilégios dos aristocratas mais evidentes e ofensivos ao restante da população. A centralização burocrática do poder político e dos recursos financeiros enfraqueceu também a legitimidade dos poderes locais. A manutenção dos privilégios e a ausência de responsabilidades destruíram a legitimidade da aristocracia", diagnosticava Alexis de Tocqueville

le, em seu clássico "O Antigo Regime e a revolução" (1856). "A medida que a opinião pública se inflama, o Parlamento avança sobre assuntos políticos, mas o governo central e seus agentes, com requintes aperfeiçoados pela experiência de ocupação da máquina pública, usurpam ainda mais poderes administrativos."

Em seu capítulo VII, intitulado "Como a capital da França adquiriu preponderância so-

Os privilégios da classe política são cada vez mais ofensivos ao restante da população. E as redes sociais tornam evidentes seus abusos

bre as províncias e usurpou ainda mais poderes para controlar a nação", Tocqueville refere-se a uma carta escrita a um amigo por Montesquieu em 1740: "A França não é mais do que Paris e as poucas distantes províncias que Paris ainda não teve tempo de engolir." Há uma crise de representatividade no ar. A social-democracia hegemônica não ousou enfrentar o Estado do Antigo Regime. Ante o desafio das reformas, preferiu aliar-se aos conservadores. Mesmo em sucessivas tentativas de estabilização, esteve sempre ausente a dimensão fiscal. As alianças PSDB-PTL e PT-PMDB são o testemunho de uma transição incompleta do Antigo Regime para a Grande Sociedade Aberta. O abraço de Lula, Maluf e Sarney explica tudo. ■

DENIS LERRER ROSENFIELD

O marciano, o Brasil e Aristóteles

Um marciano desembarcou no planeta Terra e, desta vez, optou por conhecer o Brasil. Há muito tempo atrás, antepassados seus tinham visitado a Grécia clássica. Lá tomaram conhecimento da filosofia de Aristóteles, que os apaixonou. Levaram, inclusive, os manuscritos mais elaborados para seu planeta, deixando para os terráqueos o duro trabalho de edição de suas obras por séculos a fio.

Particularmente, tinham sido atraídos pelo princípio de não contradição, que passou a ser ensinado em todas as escolas. Mais especificamente, qualquer político deveria fazer provas duríssimas, aplicando esse princípio aos assuntos públicos. Afinal, tratava-se de algo maior: a prevalência do bem comum.

Nosso amigo marciano ficou, então, surpreso com o que estava ocorrendo em nosso país, pois tudo o que via percebia como uma infração às regras mais elementares da lógica e, neste sentido, de como entendia a política. Nas manifestações da última quinta-feira, anunciadas como "greve geral" ou como "dia nacional de lutas", ele não conseguia compreender o que bem podia significar uma "greve" de movimentos sociais "organizados", como CUT e MST, aparelhados pelo PT e financiados pelos governos petistas, contra o próprio governo petista. Traduzindo em milúdos, isto significa uma "greve" do PT contra o PT. O princípio de não contradição estaria sendo infringido!

Como podia acontecer que, no décimo terceiro ano de um governo petista, o PT se sentisse tão incomodado com o seu próprio governo? Cansado de si

mesmo? Desorientado consigo? O que diriam, então, os cidadãos confrontados com tal confusão? Como pode alguém fazer oposição a si mesmo?

Ficou particularmente intrigado com uma expressão de muito uso no governo do ex-presidente Lula e posta à prova no da presidente Dilma. Trata-se de uma tal de "herança maldita". Não conseguia bem perceber o que significava. Em sua formação intelectual, além de Aristóteles, tinha lido muito Descartes, quando de outra incursão de seus antepassados ao planeta Terra. Tinha aprendido com o filósofo francês um critério de verdade baseado na clareza e distinção das ideias. Lógico como era, tratou de aplicar esse critério à expressão "herança maldita".

Ora, qual não foi a sua estupefação ao constatar que o que o ex-presidente Lula considerava como herança "maldita" de seu antecessor tinha sido "bendita", assegurando-lhe o êxito de seu primeiro mandato. Ficou sabendo que o primeiro governo petista tinha mantido as linhas básicas de sua política econômica e, mesmo, social. Tinha tucanado. A lógica do governo teria sido uma, a retórica outra. Ou seja, fazia uma coisa e dizia outra. Não há princípio de não contradição que resista, além do problema de ordem propriamente moral de não reconhecimento.

Perseguindo ainda a clareza e a distinção das ideias, terminou por comover-se com a presidente Dilma, pois ela se encontrou em uma situação de bico. Do ponto de vista moral, teve uma atitude digna ao qualificar a herança de seu antecessor como "bendita", quando, na verdade, ela é "maldita". Está agora recolhendo os seus



frutos que crescem nas ruas em manifestações autônomas. O seu discurso está, neste sentido, impregnado de contradições, apesar de ter, no início de seu mandato, mantido a coerência ao ter reconhecido o legado do ex-presidente Fernando Henrique. Aliás, de sua própria iniciativa, fez uma "falxina ética", tendo depois recuado ao seguir novamente o seu antecessor. Contudo, os dilemas de nosso marciano não pararam por aí. Seus princípios e critérios não cessavam de ser postos à prova — e que provação! Não conseguia entender o que o governo e o PT entendiam por "movimentos sociais", quando confrontou duas manifestações, a monstro de duas semanas atrás e a esqualida desta última quinta, tendo sido esta uma caricatura daquela.

Ele próprio, apenas poucas décadas atrás, tinha entrado em contato com outro grego, naturalizado francês, de nome Cornelius Castoriadis. Em privado, era chamado Cornille, porém isso também o confundia por lembrar o célebre dramaturgo francês. O problema, porém, não era esse. O que estava em questão era a distinção feita por esse filósofo entre "autonomia" e "heteronomia". Autonomia designava movimentos populares autônomos, genuínos, que brotavam da sociedade por ela mesma, lutando contra governos que os oprimiam ou não atendiam às suas reivindicações. Heteronomia, por sua vez, significava movimentos controlados por aparatos partidários e burocráticos, de uso corrente na esquerda, cujo objetivo consistia precisamente em substituir e aniquilar uma manifesta-

ção independente da sociedade civil.

Ora, as manifestações de duas semanas atrás se caracterizaram, precisamente, por serem autônomas, nascidas do próprio seio da sociedade civil, ultrapassando qualquer "aparelho" que tenha procurado controlá-las. Foi um espetáculo de liberdade. Uma expressão da mais legítima indignação com distintos governos de diferentes partidos, sejam eles do PT, PMDB ou PSDB, tanto no nível federal, quanto estadual e municipal.

Em uma manobra de grande inabilidade, o governo federal e o PT, em vez de procurarem atender a uma indignação generalizada dos cidadãos brasileiros, partiram para a cooptação e a burocratização de movimentos autônomos. Colocaram em pauta a heteronomia. Sindicatos financiados com recursos públicos e movimentos sociais organizados como o MST, também financiados pelo governo, usurparam a bandeira da liberdade e da moralidade. O resultado foi um fiasco total. Ruas comparativamente vazias, burocratização das marchas, uniformização dos discursos e indignação fingida.

A presidente, com humildade, deveria ter reconhecido desde o início os seus erros e os de seu antecessor, resgatando o princípio de não contradição e a clareza e a distinção de ideias. Poderia ter aberto um novo caminho. Nosso amigo marciano, por sua vez, confuso, preferiu voltar ao seu planeta. Pelo menos lá retham a coerência e a racionalidade. ■

Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Texto 17: O marciano, O Brasil e Aristóteles

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK

Desacertos do BNDES

Com o governo ainda aturdido com os protestos de junho, voltaram a ganhar destaque na mídia más notícias or das insatisfações que afloraram nas ruas e o retumbante fracasso da "nova matriz de política econômica", o mais provável é que a atuação do BNDES seja objeto de críticas cada vez mais contundentes nos próximos meses. É preciso ter em mente que a instituição se converteu em ponto de confluência de vários dos piores desacertos da política econômica.

Para entender como se chegou a isso, vale a pena relembra o paradoxal estratégia de financiamento do crescimento proposta pelo ministro Guido Mantega, em entrevista ao "Financial Times", quando assumiu a pasta da Fazenda em 2006: como o governo não contava com recursos para investir, a solução seria recorrer ao investimento privado financiado com recursos do governo. Dito assim, parecia ser apenas uma contradição em termos. Mas a verdade é que, com a operosa ajuda do BNDES, essa ideia despropositada seria afinal posta em prática, dando lugar a um enorme programa de financiamento de investimentos bancado com dinheiro público, não obstante a inegável carência de recursos do governo.

Se o Tesouro não dispunha de recursos, que então se endividasse para fazer empréstimos subsidiados de longo prazo ao Banco. Estabeleceu-se, por fora do Orçamento, uma ligação direta entre o Tesouro e o BNDES, através da qual recursos provenientes da emissão de dívida pública passa-

ram a ser transferidos ao Banco, sem contabilização no resultado primário e sem que a dívida líquida do setor público fosse afetada.

Desde 2007, cerca de R\$ 370 bilhões foram transferidos do Tesouro ao BNDES. E isso permitiu a montagem de gigantesco orçamento paralelo no BNDES. Embora todos os recursos proviessem do Tesouro, passaram a conviver no Governo Federal dois mundos completamente distintos. De um lado, a dura realidade do Orçamento da União, em que se contavam centavos. De outro, a ilha da Fantasia do BNDES, nutrida com emissões de dívida pública, em que parecia haver dinheiro para tudo.

Não chegou a ser uma surpresa que tanta fartura tenha dado lugar a um clima de megalomania e dissolução no Banco, propício ao surgimento de agendas próprias, missões inadiáveis e projetos de investimento grandiosos e voluntaristas. Que têm abarcado desde programas de cerceamento de liberdade da concorrência para a formação de "campeões nacionais" ao de sajuizado projeto do trem-bala. Como era de se esperar, as contas de muitas decisões impensadas já começaram a chegar. E o Banco vem tendo de se desdobrar para explicar o inexplicável. O maior desgaste político, contudo, ainda está por vir.

A decodificação dos protestos que tomaram as ruas do País, em junho, continuará a ser, por muito tempo, matéria altamente controversa. Mas, em meio às insatisfações difusas que parecem ter inspirado as manifestações, foi possível distinguir clara irritação com as deficiências dos set-



Governo começa a pagar a conta dos excessos e a atuação do Banco está fadada a sofrer críticas cada vez mais contundentes

viços públicos e a carência de investimentos em infraestrutura urbana, especialmente em transporte de massa. Vistos dessa perspectiva, os vultosos investimentos que vêm recebendo fi-

nanciamento subsidiado do BNDES, com dinheiro público advindo da emissão de dívida pelo Tesouro, mostram notável desconexão com as prioridades populares. Pouco ou nada dos 370 bilhões mobilizados desde 2007 foi efetivamente canalizado para a redução das carências de investimento denunciadas nos protestos de junho.

Boa parte foi destinada ao financiamento de investimentos no setor elétrico e no setor petróleo. Em grande medida, a projetos da própria Petróbras. Apesar das carências vergonho-

sas que o País continua exibindo em saneamento básico, transporte de massa, saúde, segurança e educação, o governo, por capricho ideológico, vem concentrando os financiamentos do BNDES, bancados com recursos do Tesouro, em projetos de investimento estatal em áreas nas quais o setor privado está interessado em investir. Um desacerto lamentável que, agora, pode lhe custar caro. ■

Rogério Fuquim Werneck é economista e professor da PUC-Rio

CRISTOVAM BUARQUE

Mudar o rumo

Nada indica mais a pobreza da política brasileira do que a proposta de pacto para mudar algumas regras no sistema eleitoral, quando precisarmos de união para uma mudança de rumo. Anos atrás fui à Irlanda investigar por que um dos países mais atrasados em educação havia se transformado em exemplo mundial nesta área. Quis visitar a cidade de Cork, onde, nos anos 70, as lideranças políticas do país haviam decidido uma união para priorizar a educação nos anos seguintes. O embaixador do Brasil, Stelio Amarante, disse que não havia tempo porque as estradas eram ruins. Perguntei como um país tão bom em educação tinha suas estradas ruins. Ele respondeu: "Por isso mesmo! Gastaram o dinheiro em educação e não em estradas. Agora o país vai modernizá-las."

Os líderes irlandeses olharam o futuro e fizeram as contas para definir prioridades. Nós estamos acostumados a olhar para o imediato e a não fazer as contas. Esta é uma das razões da insatisfação que leva às manifestações do povo, especialmente da juventude que está querendo reorientar os recursos para mudar o rumo do país.

Há seis anos o Brasil se dedica à construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014, sem olhar a educação e o ano 2030. O Distrito Federal não tem times que atraíam torcedores, mas fez estádio para 72 mil espectadores ao custo de R\$ 1,6 bilhão.

Deixaremos de formar 30.400 cientistas e tecnólogos

Uma conta mostra que apenas com os cursos deste estádio seria possível financiar a formação de pelo menos 6.800

engenheiros de excelência, desde a primeira série do ensino fundamental, em superescolas com padrão internacional até a formatura em cursos similares ao do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), um número maior do que a soma de todos os engenheiros formados no Instituto em seus 64 anos.

Se considerarmos que cada um desses profissionais vai contribuir para o desenvolvimento do país e gerar uma renda igual ao salário deles, algo em torno de R\$ 20 mil por mês, ao longo de 35 anos de trabalho o montante resultaria em cerca de R\$ 63,6 bilhões, valor equivalente a 40 estádios similares ao novo Mané Garrincha.

Se considerarmos o custo dos 12 estádios da Copa, deixaremos de formar pelo menos cerca de 30.400 cientistas e tecnólogos da mais alta qualidade. Esses profissionais serviriam de base para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, desde que os líderes brasileiros olhassem para o futuro e fizessem as contas.

Muito mais sobre o futuro, a educação

Nesse caso, talvez no futuro, alguém pergunte: "Como é possível que um país com a excelente qualidade na educação, uma das melhores do mundo, não tenha na sua capital um estádio para 72 mil pessoas?" E alguém diria: "Por isso mesmo, preferiram formar 6.800 engenheiros de máxima qualidade. Agora vão fazer o estádio."

O Brasil tem muitos problemas. Um dos mais graves é não fazer contas, nem olhar o futuro. Felizmente, o povo e especialmente os jovens começaram a fazer as contas e a ir às ruas usando a guerrilha cibernética para forçar uma unidade brasileira pela mudança de rumo nas nossas prioridades. ■

Cristovam Buarque é senador (PDT-DF)

Texto 19: Mudar o rumo – Cristovam Buarque – 27/06/2013

Texto 20: Conflito de gerações – Paulo Guedes – 20/07/2013

O GLOBO

PAULO GUEDES

Conflito de gerações

“**J**ovens nas ruas”, anunciava O GLOBO em sua primeira página do caderno de Economia da última quinta-feira. Era uma clara alusão ao protagonismo da juventude nas recentes manifestações. Mas era implacável o título completo: “Jovens nas ruas. No olho da rua”. Pois a verdadeira notícia foi “o aumento do desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos, de 14,6% para 15,3%, mais do que o dobro dos 6% registrados para a

média de todas as idades.” O desemprego entre os jovens é muito alto e não para de subir. Sem legislação trabalhista, sem encargos sociais e previdenciários sobre a mão de obra, 3,5 bilhões de eurasiáticos mergulharam nos mercados de trabalho globais, condenando ao desemprego em massa os países com mercados de trabalho inflexíveis. Uma verdade da guerra mundial por empregos.

O problema é mais agudo em economias prisioneiras da armadilha social-democrata do baixo crescimento. Regimes previdenciários liberais, legislações trabalhistas inadequadas e organizações sindicais anacrônicas derrubaram o crescimento, aumentaram o desemprego e marginalizaram toda uma geração ao impedir o acesso de jovens pouco experientes aos

mercados de trabalho. Na Europa, ficou conhecido como “euroesclerose” o fenômeno do baixo crescimento e da incapacidade crônica de geração de empregos nas décadas anteriores à criação do euro. Sim, pasme o leitor, pois os males atuais são todos atribuídos à nova moeda. Na Grécia, em Portugal e na Espanha, as taxas de desemprego entre os jovens estão em torno dos 50% — metade dos jovens não tem

futuro. No Brasil, com encargos sociais e trabalhistas de quase 100% dos salários, um emprego é destruído para cada emprego criado.

Os jovens sem futuro são vítimas de instituições inadequadas. Justamente indignados, devem perguntar a seus pais por que as “garantias” trabalhistas e previdenciárias outorgadas a si próprios pelos membros das gerações mais velhas destruíram a capacidade de geração de empregos para os mais jovens. Afinal, herdaram de seus pais não apenas valores morais e bens materiais, mas também seus países e suas instituições. O conflito entre as gerações aumenta quando a juventude é ameaçada pelo desemprego, pelo egoísmo, pela irresponsabilidade e pela desatenção dos mais velhos e pelo seu legado institucional. •

O futuro dos jovens é ameaçado pelo despreparo, pelo egoísmo, pela irresponsabilidade, pela desatenção e pelo legado institucional dos mais velhos

DENIS LERRER ROSENFIELD

Relativa calma

Toda "política econômica", por definição, é "política" por envolver marcos institucionais, onde tanto podem se fazer presentes formas de intervenções estatais quanto modos mais livres de funcionamento do mercado, assim como o respeito ou desrespeito ao direito de propriedade. E graças ao modo mediante o qual os cidadãos têm as suas relações institucionais e constitucionais que os processos propriamente econômicos encontram o seu lugar de funcionamento.

Se tal formulação já é verdadeira no marco mais geral, ganha ela particular significação quando vista na perspectiva de períodos pré-eleitorais e, mais precisamente, de crise, como é a enfrentada pela sociedade brasileira pós-jornadas de junho-julho. Note-se que estas últimas puseram a nu um sério problema de representação política, com os políticos e governantes em geral mostrando-se como se- parados, diria mesmo desaparecidos, em relação aos cidadãos do país.

O governo federal (e os estaduais e municipais), diante deste quadro, se mostrou desorientado, dissociando-se dos clamores populares. O país entrou em uma disputa partidária sobre a forma política que nem nas ruas apareceu. O descolamento aumentou.

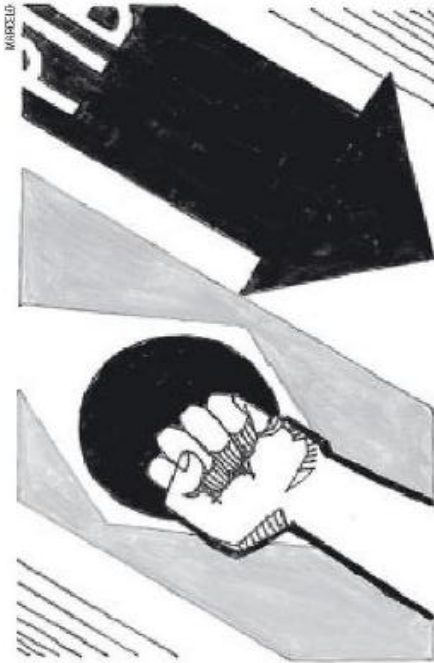
Mais particularmente, o país encontra-se em um processo de baixo crescimento econômico, a inflação encontra-se longe do centro da meta, com o governo contendo-se em dizer que ela não passará do teto da mesma meta, o que é uma evidente distorção. O emprego já começa a dar mostras de desaceleração, mantendo-se estável, com uma leve tendên-

cia de queda. O alarme já soou em um contexto que se apresenta como difícil de reeleição, em um jogo que, a persistir a atual situação, encontra-se zerado.

Decisões econômicas são urgentes. Seu componente político é inevitável. O cálculo eleitoral aparece imediatamente. Ocorre que decisões que visem ao bem comum deveriam ser tomadas em suas perspectivas de médio e longo prazos. Ora, são bem essas que desaparecem do horizonte. O passado recente do país, envolvendo tanto o PMDB (Plano Cruzado e outros do governo Sarney) como o PSDB (crise cambial do governo FHC), mostra o quanto, por razões eleitorais, decisões econômicas maiores são postergadas, mergulhando o país, no presente dessas mesmas decisões, na crise e no imediatismo.

Como se já não bastassem a inércia econômica e as soluções "criativas" como a da contabilidade fiscal, o governo atual enfrenta-se com anseios dos cidadãos, não atendidos, que podem irromper novamente a qualquer momento, e muito provavelmente nos meses anteriores às eleições do ano próximo, quando dos preparativos e do próprio Mundial. O que esperar?

O governo optou por uma política econômica dirigista no nível estatal, não hesitando em interferir nos mecanismos de mercado, diante dos quais guarda uma desconfiança visceral. Responde aos problemas do mercado com mais intervenções, agravando os problemas que procura resolver. Quanto mais procura regular, mais desregulamentação produz. Os impasses e dilemas não cessam de se reproduzir. Vejamos al-



País entrou em uma disputa partidária sobre a reforma política que nem nas ruas apareceu.

O descolamento aumentou

guns, salientando o seu caráter propriamente político.

Inflação. Não é de interesse político do governo que a inflação fuja do controle, embora não tome medidas que prontamente possam trazê-la para o centro da meta, salvo através de intervenções pontuais como a redução do preço da energia elétrica e a desoneração tributária de alguns setores, entre outros. A equação é po-

lítica, porque um aumento da inflação real predominantemente sobre as classes mais desfavorecidas, que sentem no bolso o aumento do custo de vida. Ora, essas classes são beneficiárias do Bolsa Família e constituem

que isto se altere, salvo se a presidente optar por uma posição de estadista, alterando o rumo da política econômica, visando ao longo prazo. Ocorre que sua base eleitoral está ancorada em uma política expansionista de consumo, que se traduz em maior compra de automóveis, fogões, geladeiras, etc. Não é casual que, depois do Minha Casa Minha Vida, o governo adote uma política de equipamento eletrodoméstico dessas mesmas moradias. Os empréstimos bancários se multiplicam e as dívidas dos que os contraem só aumentam. A longo prazo, é altamente problemático, a curto rende dividendos eleitorais.

Responsabilidade fiscal. Nesse contexto, falar de responsabilidade fiscal torna-se, quando muito, um exercício de retórica, visando a transmitir uma confiança inexistente. Aliás, os cortes anunciados, da ordem de R\$ 10 bilhões, só frustram ainda mais as expectativas. Há uma razão política de fundo para que isto aconteça, pois o governo nem bem consegue implementar as suas próprias políticas, por problemas evidentes de gestão. Boas iniciativas como privatização dos aeroportos, rodovias e nova lei dos portos tendem a ficar presas no emaranhado da incompetência e da burocracia. Faz parte dela também uma desconfiança em relação ao lucro.

Nesse meio tempo, as ruas estão cada vez mais dissociadas do que está sendo discutido no mundo político. A relativa calma atual pode ser o prenúncio de novas tempestades futuras. •

Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Texto 21: Relativa calma – Denis Lerrer Rosenfield – 29/07/2013

DEMÉTRIO MAGNOLI

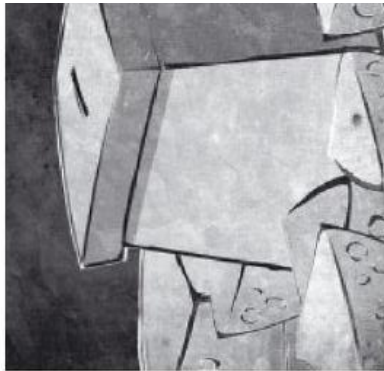
Da arte de iludir

Todos eles leram "O leopardo", de Lamartine. "Se queremos que as coisas permaneçam como sempre foram, elas terão que mudar" — o célebre conselho de Tancrédio Falconieri a Don Fabrizio provavelmente não foi enunciado explicitamente na reunião de Dilma Rousseff com os líderes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), mas uns e outros sabiam que era disso que se tratava. A presidente declarou-se simpática à proposta de reforma política, mas não chegou a anunciar um apoio público, algo que "não interessa" ao movimento, segundo o juiz Márlon Reis. O patrocínio oficial ficou, assim, fora dos autos.

Nas ruas, em junho, gritaram-se as palavras "educação" e "saúde", não "reforma política". Contudo, o governo concluiu, razoavelmente, que o sistema político em vigor tornou-se insustentável — e resolveu agir antes que uma nova onda de manifestações se organizasse sob a bandeira de "Fora Dilma". Os ensaios sucessivos da constituinte exclusiva, uma flagrante inconstitucionalidade, e do plebiscito, uma tentativa quixotesca de cassar as prerrogativas do Congresso (o que se traduz, hoje, na prática, como perseguições do PMDB) evidenciaram o desespero que invadiu o Planalto. E sobre esse pano de fundo que surgiu, como derradeira boia de salvação, a iniciativa do MCCE. Tancrédio está entre nós.

Antes das manifestações de junho, só o PT tinha uma proposta completa de reforma política. Nos sonhos petistas, o anárquico e corrompido sistema atual evoluiria em direção a algo mais consistente — e ainda mais impermeável à vontade dos cidadãos. O financiamento público de campanha concluiria o processo de estatização dos partidos políticos, que se tornariam virtualmente imunes ao escrutínio popular. O voto em lista fechada concentraria o poder nas mãos das cúpulas partidárias, rompendo os tênues vínculos ainda existentes entre os eleitores e seus representantes. No fim, surgiria uma democracia cortada segundo os interesses exclusivos do partido dotado da máquina eleitoral mais eficiente.

O projeto petista, que já esbarrava na resistência do restante da elite política, tornou-se inviolável depois do transbordamento das insatisfações populares. No lugar dele, o Planalto inclina-se em direção ao artefato lampetustiano produzido no forno do MCCE. O primeiro componente da proposta, sobre o financiamento de campanha, é um tímido aceno às ruas. O segundo, sobre o sistema eleitoral, é uma versão levemente modificada do projeto petista do voto em listas fechadas. Os autores da proposta têm bons motivos para temer que lhes colem o rótulo



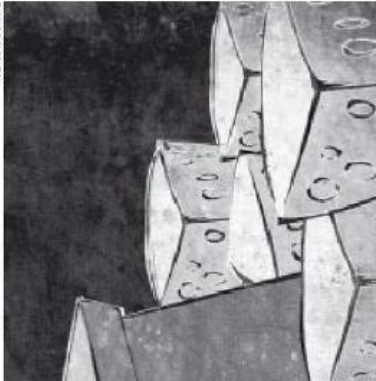
lo de companheiros de viagem do governo.

Dentro da ideia do financiamento público de campanha pulsa um coração totalitário. Sob a sua lógica, os partidos se libertariam por completo da necessidade de persuadir as pessoas a financiá-los. Pela mesma lógica, eu seria compelido a pagar as campanhas de figuras arcaicas restauradas pelo lulopetismo (Samuel, Calheiros, Collor, Maluf), de pastores fanáticos que sonham incendiar bruxas (Feliciano), de oportunistas sem freios atraídos pelas luzes do poder (Kassab, Alff), de saudosistas confusos do regime militar (Bolsonaro) e de stalinistas conservados em formol que adoram ditaduras de esquerda (quase todos os candidatos do PT, do PCdoB e do PSOL). O MCCE rejeitou essa ideia macabra, associando sensatamente o financiamento de campanha à capacidade dos partidos de exercer influência sobre cidadãos livres. Entretanto, curvando-se aos interesses gerais da elite política, a proposta não toca nas vacas sagradas do sistema em vigor: o Fundo Partidário e o tempo de televisão clinicamente qualificado como gratuito.

O sistema eleitoral atual é uma triste caricatura de democracia representativa. Soterrados sob listas inermíveis de candidatos apresentados por dezenas de siglas partidárias e ludibriados pelo truque moral das coligações proporcionais, os eleitores operam como engrenagens da máquina de reprodução de uma elite política bárbara, hostil ao interesse público. A alternativa petista do voto em listas fechadas corrompe a representação de um modo diverso, mas não menos doentio, conferindo aos chefes dos partidos o poder extraordinário de esculpir a composição do parlamento.

A proposta do MCCE envolve a alternativa pe-

CLAUDIO QUARTE



tista num colofão ilusório, sem modificar o seu cerne. Os partidos seriam obrigados a realizar prévias internas fiscalizadas pela Justiça Eleitoral para selecionar seus candidatos, o que configuraria uma interferência antidemocrática na vida partidária. Numa primeira etapa, os eleitores votariam apenas nos partidos. Depois, na etapa derradeira, votariam em nomes constantes de listas com duas vezes mais candidatos que as vagas obtidas na etapa anterior. A valse completa conserva o poder de decisão essencialmente com os dirigentes dos partidos, mas distribui alguns doces aos eleitores. O Planalto e o PT entenderam o sentido da obra — que, por isso mesmo, deve ser descrita como "apartidária".

Uma ruptura democrática seria a adoção do sistema de voto distrital misto. Nos Estados Unidos e na França, a disputa entre apenas um candidato de cada partido em circunscrições eleitorais delimitadas transfere o poder de decisão para os eleitores e provoca nítidas polarizações ideológicas. Sob a sua lógica, os partidos são estimulados a lançar candidatos capazes de sobreviver ao escrutínio direto do público. E, ao contrário do que argumentam os arautos do voto proporcional exclusivo, os candidatos não podem se apresentar como "deputados-vereadores", pois a dinâmica da disputa majoritária os compele a associar seus nomes às posições doutrinárias de seus partidos.

O MCCE, porém, parece afeito à ideia de uma mudança genuína. "Precisamos do apoio de todas as forças políticas na hora da aprovação no Congresso", explicou Márlon Reis, o Tancrédio disponível na esteira da tempestade de junho. ●

Demétrio Magnoli é sociólogo
demetrio.magnoli@uol.com.br

Texto 22: Da arte de iludir – Demétrio Magnoli – 01/08/2013

Texto 23: Ninguém sabe com quem está falando – Roberto Damatta – 07/08/2013

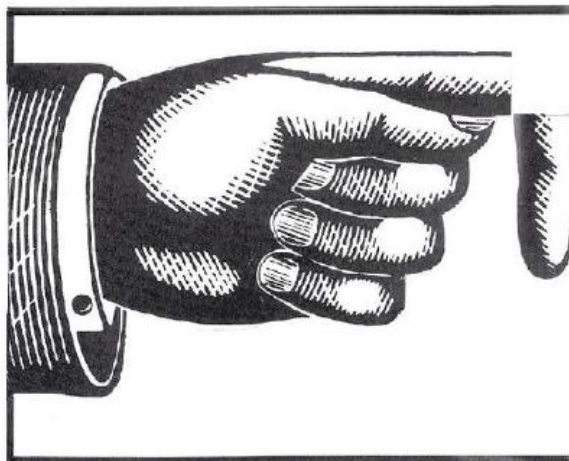
ROBERTO DAMATTA

Ninguém sabe com quem está falando

Que o leitor me desculpe a autorreferência, mas para quem caracterizou o sistema brasileiro como dependente de uma dimensão hierárquica (a realidade do mais ou menos) que obriga em saber quem manda ou quem é dono — o famoso, mas pouco avaliado, “Você sabe com quem está falando?” — o mal-estar que nos assola tem tudo a ver com uma ausência de limites relacionada a uma forte presença da igualdade e a ausência significativa, típica do lulopetismo, de alguém capaz de ancorar responsavelmente a cena política.

A velha oposição entre direita e esquerda que sempre ajudou a montar a nossa cosmopolítica dividindo o mundo entre mal e bem, burgueses vendidos e nós, esboroou-se com as manifestações que trouxeram ao palco uma multidão de reivindicações, a maioria pedindo o final de dois pesos e medidas, de uma ética de condescendência típica das posições lulistas e messiânicas.

Fincadas na liberdade e exigindo igualdade, as passeatas inauguraram um escandaloso



MARCELO

“ninguém sabe com quem está falando!” Desse modo, o mandamento central da nossa cartilha política sumiu depois das reações da presidente, cujo resultado criou novos confrontos. Mas o clímax desta ausência de limites foi a entrevista à “Folha de S.Paulo”, na qual se lê que Dilma e Lula são “indissociáveis”. Formam, como eu insinuei nesta coluna faz tempo, um perfeito ato de ventriloquia. Agora ninguém sabe mais se está falando com o ventríloquo ou com o boneco.

As passeatas testam de modo intenso onde estão os limites. Elas também desnudam a falta de interlocução entre as forças sociais que o próprio exercício da democracia liberal libertou entre nós. Nas repúblicas, tal papel cabe ao Poder Executivo. Um poder solitário, próprio de um personagem capaz de eliminar as arestas do impessoalismo da dimensão liberal, fundada no consentimento e na difícil ética de dizer não aos nossos desejos e interesses.

Como entender o nosso pobre, querido, passivo e abandonado “povo” quando ele deixa de ser a parte passiva de discursos populistas controlados por um partido, e passa a ser um protagonista livre a clamar não por uma revolução, mas por um estilo de governar mais sincero, mais honesto e menos mentiro-

so? Mais próximo das necessidades pagas pelo trabalho desse povo, o que faz das passeatas também uma cobrança. Uma exigência de reciprocidade depois de uma década e pouco de megapublicidade despudorada e promessas não cumpridas?

A explicação de que tudo foi obra de redes eletrônicas é importante, mas não se pode esquecer que nenhum computador opera sem ter sido ligado. Para que as redes influenciem, é preciso fazer parte de uma tela. De uma rede que valorizamos e seja capaz de ordenar para nós.

O fato novo é o elo entre individualismo, transparência e igualdade em tempo real e global. É a vida num universo translúcido no qual a comparação é um dado essencial e que, por isso mesmo, não pode conviver com a opacidade de um sistema de governo desenhado para manter os labirintos sombrios dos que se tornam aristocratas (e milionários!) pela política. É preciso liquidar a distância entre o ético e o legal onde nascem as oligarquias e os privilégios que sempre foram o apanágio do poder à brasileira. São eles que separam o abismo entre o circo futebolístico “padrão Fifa” do pão amargo de um transporte, de uma saúde, de uma educação e de uma segurança abaixo de todos nós — as pessoas comuns.

Vivemos hoje a rejeição de um mundo ideológico tão a gosto de um desonesto receituário político. Esquerda e direita escondem quem manda mais e quem manda menos; quem é realmente responsável pela torrente de escândalos que a mídia e as redes não podem abafar. Do fundo da megalópole dita sem alma, surge um povo livre de partidos. Sobre tudo do partido do poder. O povo, curiosamente individualizado na passeata, aponta a dissonância: há um padrão internacional para o futebol, mas não há um padrão decente para a moralidade pública.

O resultado é uma perturbação histórica. No país do “Você sabe com quem está falando?”, na terra dos barões, dos populistas e dos que sabem tudo, não temos mais com quem falar. Há uma busca, mas a presidente ouve e não escuta. Ela gerencia: decreta e discursa. E quando o faz, cria outras passeatas e abre a coletividade para novos problemas.

Um lado meu teme pela ausência de atores mais conscientes dos seus papéis; um outro, otimista, acha que começamos a descobrir que democracia tem a ver com uma anarquia controlada. Um sistema onde cada qual sabe do mais difícil: a grande arte de dizer não a si mesmo. ■

Roberto DaMatta é antropólogo

Texto 24: Vá entender – Veríssimo – 11/08/2013

Vá entender

Vá entender-1: quando era raro mulher ir a futebol os calçõesinhos curtos dos jogadores deixavam suas coxas reluzentes à mostra. A medida que mulheres começaram a frequentar os estádios, os calções foram aumentando de tamanho. Hoje são até mais compridos do que os que usavam os europeus, e dos quais dávamos risadas. Quando o Arsenal veio jogar no Brasil, na pré-história, nada parecia mais estranho do que seus calções até os joelhos. Hoje, vendo jogos antigos da seleção e de times brasileiros, nada parece mais estranho do que seus calçõesinhos apertados. As coxas reluzentes foram sonegas das moças.

Explicações sociológicas à vontade.

Vá entender-2: na Europa as manifestações populares são contra a austeridade e o corte nos gastos sociais do governo, para pagar as dívidas e sanar as finanças. No Brasil, as manifestações são pela austeridade: protestam, entre outras coisas, pelo desperdício de dinheiro em estádios de futebol e os outros custos da Copa. Claro que nem os manifestantes europeus pedem que seus governos construam estádios de futebol para ficarem ociosos, como exemplo de estímulo à economia, nem os manifestantes brasileiros pedem que o governo não gaste nada. Mas o contraste entre as reivindicações de parte a parte mostra como essa questão de intervençãoismo keynesiano versus conservadorismo monetarista pode ser apenas uma questão de geografia.

VERISSIMO

E chegamos, não me pergunte como, aos pelos pubianos. Durante muitos anos a "Playboy" americana publicou fotos de mulheres nuas sem mostrar seus pelos pubianos. Até que houve uma edição histórica por duas razões: pela primeira vez a nuca do mês era negra, e apareciam seus pelos pubianos.

Na Europa as manifestações populares são contra a austeridade e o corte nos gastos sociais.

No Brasil, as manifestações são pela austeridade, contra desperdício de dinheiro em estádios de futebol e custos da Copa

Agora, como sabe quem costuma ver a "Playboy" brasileira, os pelos pubianos voltaram a desaparecer. Não por obra de retoque editorial ou fotoshop, mas por obra das próprias mulheres, que os raspam — ou no máximo os reduzem a um bigodinho do Hitler. Vá entender-3.

PAPO VOVÔ

Lucinda, nossa neta de 5 anos, volta e meia aparece com palavras novas, que não sabemos onde aprendeu. Sua palavra favorita, no momento, é "estatelado". E no outro dia ela estava brincando de apresentadora de um programa culinário e, quando terminou seu bolo de faz de conta, mostrou para a câmera imaginária e disse: "Voalá!" Ficamos estatelados. ●

Texto 25: Manifestações e passeatas – Roberto Damatta – 14/08/2013

ROBERTO DAMATTA

Manifestações e passeatas

O repórter fuzilou: professor, como explicar essas manifestações?

Não é fácil ser professor e cronista. O papel de cronista leva para uma quetida reclusão, para uma ampla liberdade interior. O de professor tem uma face inevitavelmente resignada, coercitiva e pública. O resultado é que o meu pobre eu, que melhor do que ninguém entende a sua imensa ignorância, briga com o meu senso de responsabilidade pública. Esta, queria colaborar; aquele, conhecedor dos seus limites, só queria dizer o que ninguém disse: que eu não sei, que ninguém sabe ou sabia...

Que falar do mundo é um palpitir de ignorâncias e aproximações. Que o futuro a Deus pertence e que o futuro, como ensinava Santo Agostinho, é o presente prolongado. A Certeza, essa deusa em cujo altar depositamos flores (e grana), é tão difícil quanto a Verdade. A "notícia" é justamente o imprevisto que desmancha planos e, supomos, aponta caminhos. A vida é cheia de surpresas. Projetos perfeitos para melhorar o Brasil produziram efeitos contraditórios. A esquerda, como disse o próprio Lula, não estava velha? E a popularidade de Dilma não subiu? E os fatos envolvendo o PSDB? Afinal é tudo farinha do mesmo saco?

Nossas ações têm consequências imprevistas. O bem pode gerar o mal e até mesmo a má-fé

pode engendrar o bem. Aliás, o ditado — há males que vêm para o bem — diz muito quando é lido pelo avesso: há bens que vêm para o mal. Tudo o que fazemos, leitores, deixa rastro por mais calculistas, delicados ou cautelosos que possamos ser.

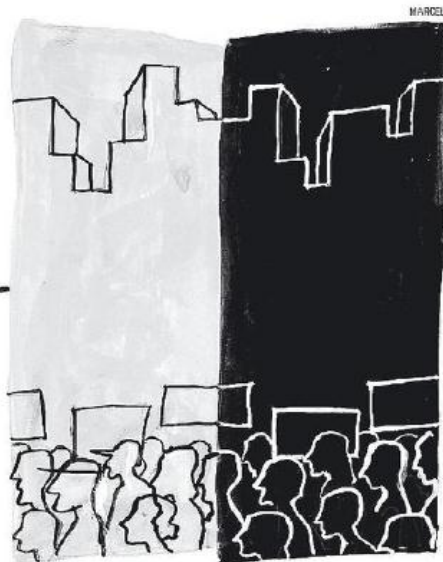
Então, professor, como explicar o atual momento? Pensei imediatamente na dificuldade que tem o pensamento moderno (que privilegia o indivíduo) para entender algum movimento coletivo (no qual o ator é uma coletividade). A soma não nos intriga, mas a interligação nos deixa apalermados. Curioso como a tecnologia traz de volta o mundo como um todo. Agora mesmo, Obama discute um modo de disciplinar a espionagem global que, do ponto de vista dos Estados Unidos, faz parte de sua patriótica defesa. Uma tecnologia específica nos obriga a tomar consciência de suas implicações abusivas e relembra a totalidade da qual somos parte.

Lembrei-me do Lévi-Strauss de "Tristes Trópicos" (de 1955), quando, com aquela sua excepcional visão distanciada que transforma tudo o que é atual e presente em algo minúsculo e relativo, afirma que todo avanço tecnológico implica num óbvio ganho, mas igualmente numa perda. Freud advertiu em 1930, em "O mal-estar na civiliza-

ção", como é um engano pensar que o poder sobre natureza — esse apanágio de nossa "civilização" — seja visto como o centro da felicidade. Falamos com um filho que está em outra cidade pelo telefone, ou lemos a mensagem de um amigo querido que fez uma longa viagem. Curamos igualmente muitas doenças e prolongamos a vida. Mas isso não prova um estado permanente de felicidade. Muito pelo contrário, tais exemplos não seriam a prova de um "prazer barato"? Como numa noite fria pôr a perna de fora do cobertor e depois cobri-la novamente? Porque, acrescenta Freud, se jamais tivéssemos saído da aldeia, nossos filhos e amigos estariam ao nosso lado e toda essa tecnologia seria inútil. Ademais, complementa, "de que nos vale uma vida mais longa, se ela for penosa, pobre em alegrias e tão plena de dores que só poderemos saudar a morte como uma redenção?"

Em seguida a essas observações realistas (e proféticas), mais do que pessimistas como o próprio Freud as classifica, ele chega a um ponto essencial: não temos o direito de considerar que um estado subjetivo, como a nossa felicidade, seja imposto a outras pessoas, épocas e coletividades. Mudar de ponto de vista e relativizar é uma sabedoria e uma cambalhota.

O controle da natureza não justifica o controle sobre outras formas de vida.



Sou visitado por minhas netas, jovens, animadas, lindas como uma praia de janeiro e cada qual abastecida de um celular. Amoras, elas conversam com o Avô, mas nenhuma deixa de teclar o seu aparelho, que é mais uma prótese a provar a nossa sempre carente humanidade. Contador inveterado de histórias, lembro de um evento ocorrido quando era menino e vi meu pai feliz tirando de sua pasta maços de dinheiro cheirosos — uma bolada! — a qual correspondia a um aumento de salário pago retroativamente. Somos reativos: só agimos depois das tragédias e dos escândalos; mas somos também retroativos porque, dependendo da categoria e da pessoa, o "governo" paga direitos passados. O "legal" é tão generoso como um beijo na boca...

Logo percebi que as netas ouviam pela metade. Claro: cada uma delas estava enredada, falando ao mesmo tempo com outras pessoas as quais eram muito mais (ou tão reais) quanto eu com meu corpo e minhas fábulas infelizmente permanentes.

Entendi que minhas netas não estavam sós. Cada qual era uma multidão. Uma delas, inclusive, manifestou que contava o que eu contava para mais dez amigas — na hora e no ato. Eu pensei estar num encontro de família e estava, sem sair de casa, numa passeata. ■

Roberto DaMatta é antropólogo

DEMÉTRIO MAGNOLI

Nas franjas do I

Muitos dos jovens que estão usando essa estratégia da violência nas manifestações vieram das periferias brasileiras. Eles já são vítimas da violência cotidiana por parte do Estado e por isso os protestos violentos passam a fazer sentido para eles. Rafael Alcázar, autor do diagnóstico que equivale a uma celebração do vandalismo, não é um músico punk, mas um docente da FGV-SP. O seu (preconceituoso) raciocínio associa "violência" a "periferia" — como se esse sujeito abstrato (a "periferia") fosse portador de uma substância inescapável (a "violência"). Por meio do conhecido expediente de atribuir a um sujeito abstrato (a "periferia") as ideias, as vontades e os impulsos dele mesmo, Silveira oculta os sujeitos concretos que produzem um "sentido" para "protestos violentos". Tais sujeitos nada têm a ver com a "periferia": são acadêmicos-ativistas engajados na reativação de um projeto político que arruinou as vidas de uma geração de jovens na Alemanha e na Itália.

No DNA humano estão inscritas as "pegadas" da evolução dos seres vivos. Nas obras de arte, encontram-se os sinais de uma extensa cadeia de influências que as interligam à história da arte. Similarmente, pode-se identificar nos textos políticos uma genealogia doutrinária, que se manifesta em modelos argumentativos típicos e expressões estereotipadas. O professor da FGV menciona a "violência cotidiana por parte do Estado". Nas páginas eletrônicas dos Black Blocs, pipoca a expressão "Estado policial". Bruno Tortura, o Mídia Ninja ligado a Marina Silva, definiu os Black Blocs como "uma estética" e defendeu a "ação direta", desde que "dirigida aos bancos". Pablo Ortellado, filósofo e ativista, elogiou a "ação simbólica" de destruição de uma agência bancária que, interpretada "na interface da política com a arte", simularia a ruína do capitalismo. Eu já li essas coisas — e sei onde.

Tudo isso foi escrito na década de 1970, pelos intelectuais italianos que lideraram os grupos autonomistas Potere Operaio, Lotta Continua e Autonomia Operaia. Eles mencionavam as qualidades exemplares da "ação direta" e a eficiência da "violência simbólica". Toni Negri pregava a violência como ferramenta para defender os "espaços" criados pelas "ações de massa" e exaltava o "efeito terrível que qualquer comportamento subversivo, mesmo se isolado, causa sobre o sistema". Avançando um largo passo, Franco Piperno clamava pela "combinação" da "potência geométrica da Via Fani" (referência ao seqüestro de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas, em Roma, no 16 de março de 1978) "com a maravilhosa beleza do 12 de março" (alusão ao assassinato de um policial, em Turim, pelo

grupos extremistas Prima Linea, em 1977).



os critérios para decidir quem tinha mais responsabilidade pela opressão capitalista — e, portanto, deveria ser selecionado como alvo. "Por que essa política de personalidades? Não poderíamos sequestrar junto uma cozinheira? Não deveríamos pôr um foco maior nas cozinheiras?" Os nossos alegres teóricos dos Black Blocs aplaudem o incêndio "simbólico" de uma agência bancária, mas ainda não se pronunciaram sobre o valor artístico da vandalização de edifícios empresariais, shopping centers, delegacias, palácios de governo ou residências. Por que esse "foco" nos bancos? Eugênio Bucci — ele também! — usou a palavra "estética" quando escreveu sobre a sua poesia novidade do "esporte radical e teatral de jogar coquetel molotov contra os escudos da tropa fardada". Não existe, porém, novidade. Ortellado publicou um artigo sobre as fontes da "tática" dos Black Blocs, evidenciando suas conexões com os movimentos autonomistas de "ação direta" na Alemanha e Itália dos anos 1970 e 1980, cujos desdobramentos de choque servem de modelo aos nossos encapuzados. Ele não diz com clareza, mas as teses políticas que reatam o culto da manifestação violenta originam-se precisamente de alguns dos acadêmicos-ativistas daquele tempo, hoje repaginados como mestres grisalhos do movimento antibolização.

Os Black Blocs anunciam um "badernaço nacional" para o 7 de setembro. Mas o "badernaço" intelectual começou antes, na forma desses piscadelas cúmplices para idóneos vestidos de preto que rebolam um desastoso filme antigo. ■

Demétrio Magnoli é sociólogo
demetriomagnoli@uol.com.br

Texto 27: Susto e alerta – Cristovam Buarque – 24/08/2013

CRISTOVAM BUARQUE

Susto e alerta

A cena dos vereadores do Rio de Janeiro pedindo permissão aos jovens manifestantes para reunirem-se no plenário da Câmara Municipal foi mais enfática prova do que as grandes manifestações do mês de junho.

Mas a reação das direções políticas tem sido comparável à de uma pessoa que ao caminhar em direção a um abismo ouve um grito e se assusta, mas continua no mesmo rumo, sem perceber que era um alerta. Os sustos despertam, mas nem sempre alertam.

Houve reação. No primeiro momento, o governo propôs pactos confusos e sobre temas superficiais.

O Congresso Nacional se reuniu para uma chamada agenda positiva, onde alguns poucos projetos foram debatidos sem qualquer consequência para o pacto social que está rompidos. Por omissão, insensibilidade, perplexidade ou impossibilidade de mudar o caminho, todos continuaram na mesma marcha em direção a um futuro repleto de instabilidade.

As poucas grandes manifestações no país com pauta variada foram substituídas por muitas manifestações pequenas com propósitos específicos. Como são específicas e contra alvos determinados, as lideranças políticas não se afetaram e voltaram à lenta passividade do dia a dia à espera das próximas eleições. Agem como se as manifestações fossem apenas contra um governador e não contra o que ele simboliza como imagem de toda a política.

Até o mês de junho, a sociedade funcionava apesar do quase colapso da segurança e do trânsito, do tamanho da desigualdade, da péssima qualidade nos serviços de saúde e educação e da imoralidade da corrupção.

Apesar do descontentamento, a parte da população beneficiada e a parcela sacrificada conviviam, aceitavam-se, produziam e esperavam.

O grau de desigualdade no acesso aos serviços públicos e a sua ineficiência fizeram "cair a ficha" na população, especialmente contra a classe política. Além de ser vista como responsável pelos erros é vista como privilegiada e tolerante com a corrupção, sem diferenciar os partidos.

Esta "queda da ficha" levou a uma quebra do pacto social, que acontece simultaneamente com a percepção do poder de mobilização oferecido pelas redes sociais, provocando uma guerrilha cibernética, capaz de incomodar e de dar visibilidade às questões sociais.

durante as várias pautas sociais.

A partir de agora, qualquer pretexto provocará manifestações de centenas de pessoas, ou mesmo de apenas dezenas, mas todas capazes de parar o funcionamento do tecido social e seus serviços, de servir de grito de alerta e de exigir um novo pacto social que vai precisar de substanciais concessões da elite para melhorar a qualidade de vida do público e dos serviços públicos, a fim de reduzir a desigualdade e eliminar a corrupção.

Mais do que um susto, as lideranças precisam sentir o alerta e buscar novos caminhos que reconstituam o pacto social, em um novo patamar de eliminação de privilégios e desigualdades. •

Cristovam Buarque é senador (PDT-DF)

DENIS LERRER ROSENFIELD

Sob o olhar complacente

A democracia é uma forma de regimento de conflitos e de repressão à violência. Traduz-se o regimento pelo estado de direito, onde as leis, válidas para todos, se caracterizam pela imparcialidade, impessoalidade e universalidade. As regras que a constituem não são, por isto mesmo, arbitrárias, mas são fruto de todo um ordenamento constitucional, garantido pelo voto de todos os cidadãos.

Não pode ela, então, conviver com a violência que ameaça a própria estabilidade constitucional e as seguranças jurídica e física. Contratos devem ser respeitados, os bens públicos e dos cidadãos devem ser garantidos pela autoridade estatal, em particular pela Polícia e pelo Judiciário. O mesmo vale para a integridade física das pessoas e o seu direito de livre circulação pelas ruas.

Causa, portanto, a maior surpresa constatarmos que em recentes manifestações carros de empresas de comunicação tenham sido destruídos, sedes dessas mesmas empresas ameaçadas, agências bancárias vandalizadas, revendas de carros igualmente destruídas, sob o olhar complacente da Polícia, como se não dovesse intervir. Até o Hospital Sírio-Libanês foi palco de destruições, impedindo que pessoas pudessem recorrer à sua emergência. A noção de limite foi perdida!

Acrecente-se a invasão ao Palácio do Itamaraty: a ameaça física ao governador Sérgio Cabral, que não pode fazer uso de seu apartamento, perturbando os seus vizinhos; as tentativas de coação ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em frente ao Palácio do Governo, para que tenhamos

um quadro mais completo da inércia reinante.

Convém lembrar, seguindo a lição de Hobbes, que a formação do Estado pressupõe que este exerça o monopólio da violência. Os cidadãos abdicariam do seu uso em proveito da paz e ordem públicas, condição da própria sociabilidade humana. Imagine-se se cada um puxasse uma arma ou agredisse fisicamente qualquer pessoa para a resolução de um conflito. Seria o caos completo.

O mesmo vale para os grupos que se digladiam pelo Poder, usando o voto para dirimir os conflitos e lutas inerentes à sua conquista. Com tal objetivo é estabelecida uma série de pré-requisitos para o ordenamento desta disputa, como eleições periódicas, liberdade de organização partidária, imprensa e meios de comunicação livres, respeito aos resultados, direito das minorias e assim por diante. Em caso de descontentamento, devem os inconformados se dirigir aos tribunais, no caso brasileiro, ao Tribunal Superior Eleitoral.

Grupos que não aceitam o estado de direito e a ordem constitucional, recorrendo à violência, devem, então, ser duramente reprimidos, pois são ameaças reais à própria existência da democracia. Se agirem livremente, só tendem a entrafocar as próprias instituições. Pretendem ser aceitos democraticamente, tendo como finalidade a própria eliminação da democracia. Criam, para isto, um clima de instabilidade institucional.

Note-se que, nas Jornadas de Junho e nas manifestações de Julho/Agosto, grupos de extrema-esquerda fizeram uso impunemente da violência, como

da polícia



MURIEL

Mascarados saqueiam, destroem, ameaçam fisicamente as pessoas e produzem medo generalizado. Autoridades públicas nem da irrupção da violência sabem tratar

se esta fosse um instrumento legítimo de luta política. Na verdade, eles são a negação mesma da política, embora recorram a supostas justificativas sociais.

Uma das mais recorrentes é a utilização da expressão de que são contra a "criminalização dos movimentos sociais". O que isto significa? Significa apenas um passaporte para o uso ilimitado da violência, algo que lhes garante a impunidade. Pretendem estar ao abrigo da lei, desrespeitando-a completamente. Na verdade, são criminosos que atentam contra a ordem democrática e, por isto mesmo, deveriam ser presos e julgados, não mais

circulando livremente pelas ruas. Contam com o apolo, para inibir a ação policial, de uma mídia alternativa, atualmente em voga, cuja especialidade consiste em filmar policiais que estão cumprindo a sua função e recorrendo à força para reprimir atos violentos, que se voltam contra a própria ordem pública. Trata-se do seu dever. O que acontece então? São apresentados, segundo o ângulo da foto e da filmagem, como "brutantes" e estúpidos! A inversão é total!

Os mascarados que saqueiam, destroem, ameaçam fisicamente as pessoas e produzem um medo generalizado são, então, apresentados como "heróis" sociais. Em vez de a lei ser a eles aplicada, teríamos a justificativa da violência, como se esta dovesse ser aceita. O intolerável não pode ser democraticamente tolerado, sob pena de instabilizarmos as próprias instituições, que são as garantias da paz pública, princípio primordial do próprio Estado.

As Jornadas de Junho, caracterizadas por serem, essencialmente, manifestações pacíficas de descontentamento e crítica aos partidos políticos e às autoridades constituídas, em níveis federal, estadual e municipal, atingindo todos os partidos políticos sem nenhuma exceção, foram uma prova inequívoca da vitalidade de nossa democracia. Angariaram ampla simpatia popular, alcançadas pessoas das mais diferentes faixas etárias, renda e escolaridade.

A sociedade autonomamente mobilizada por redes sociais soube dizer não ao que está aí. Larta de demagogia, de falta de representatividade política, de altos impostos que se traduzem por serviços públicos de baixa qualidade. A inconformidade com a corrupção e o desvio de recursos públicos foi flagrante, mostrando cidadãos arentos aos valores básicos de toda convivência propriamente política. Repudiaram claramente a violência, a ponto de alguns participantes e simpatizantes dessas jornadas dizerem que não aceitariam participar desse tipo de manifestações. A violência foi e é amplamente rechaçada, em uma nítida demonstração de uma sociedade civil madura.

A questão, contudo, consiste na disparidade entre essa maturidade social e a falta de legitimidade das autoridades públicas, que nem da irrupção da violência sabem tratar. Quando passamos a respeitar as suas obrigações constitucionais, próprias da democracia? ●

Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Texto 29: Lentes distorcidas – Paulo Guedes – 02/09/2013

PAULO GUEDES

Lentes distorcidas

Há sempre uma visão de mundo informando nossas opiniões. Mentes científicas formam hipóteses a respeito do funcionamento do mundo e estão abertas a revisões quando não estão de acordo com os fatos. Mentes religiosas buscam a compreensão em verdades absolutas. Mentes moldadas por grandes ideologias políticas exibem mapas de paraísos na Terra. Mentes mais sensíveis reinterpretam pelas artes ou até mes-

mo recriam a realidade com suas originais percepções. Em cada época prevalecem imagens compartilhadas de um mundo visto através desses filtros cognitivos. Como um "espírito de seu tempo", o cristianismo medieval, o Renascimento e a Reforma, o Iluminismo e o método científico, o nacionalismo e as ideologias totalitárias dirigiram ações humanas para o bem e para o mal.

O tempo passa ainda devagar em terras brasileiras, apesar da revolução das novas tecnologias de informação e comunicações na virada do século XXI. A formação de opiniões alimentada aqui de uma hegemonia ideológica socialista há muito tornada obsoleta. Lentes distorcidas formam opiniões tolerantes com as práticas mais inadequadas. Encargos trabalhistas

que destroem dezenas de milhões de empregos formais. Descontrole de gastos públicos resultando em esforços anti-inflacionários que duram décadas. Uma política diplomática que se afasta do eixo humanista por alinhamentos ideológicos. Práticas políticas degeneradas pela compra de sustentação parlamentar pela "esquerda" hegemônica.

Pois bem, tenho minhas opiniões. Admiro Joa-

O tempo aqui ainda passa devagar, apesar das novas tecnologias. A formação de opiniões alimenta-se de uma obsoleta ideologia socialista

quim Barbosa, como não aprecio o trabalho de Lewandowski. Tenho simpatia pela iniciativa do diplomata Saboia, ante a omissão de seus superiores. Não teria devolvido os pobres boxeadores cubanos que nos pediram asilo. Aprovo manifestações pacíficas de milhares nas ruas, como gostaria de ver processados dezenas de baderneiros por destruição de propriedade. O direito de ir e vir de milhões de trabalhadores tem de ser preservado contra os maus humores de algumas dezenas que bloqueiam as principais artérias das grandes cidades. Por fim, a imigração de médicos e seus familiares, recebendo salários equivalentes aos de profissionais brasileiros de mesma qualificação, parece-me algo diferente de um tráfico humano à moda de aluguel de gado para "exploração" socialista. •

CACÁ DIEGUES

Alma em fogo

Conheci Aldo Arantes quando éramos ambos estudantes de Direito, na PUC-RJ. Nasceu em Anápolis, goiano atuante e dedicado, eu tinha feito questão de contar com Aldo na chapa em que fui eleito presidente de nosso Centro Acadêmico, por seu talento político e sua correção pessoal. Com papel fundamental na organização da esquerda católica na AP (Ação Popular), Aldo tornou-se, no ano seguinte, o primeiro aluno da PUC a ser presidente da UNE.

Nessa eleição, articulou e representou ampla, rara e histórica união da esquerda do movimento estudantil, com uma composição política que ia de trabalhistas a comunistas, de social-democratas a trotskistas, de católicos progressistas a liberais moderados. Um exemplo bem-sucedido do que deveria ter sido procurado no Brasil, naquele início dos anos 1960. Isso nunca mais aconteceu.

Na UNE, Aldo criou a Editora Universitária, a revista "Movimento", o Centro Popular de Cultura (CPC), a UNE Volante, com esse mesmo espírito aliancista, sem discriminações ideológicas. Dessas entidades, saíram os melhores intelectuais e artistas brasileiros do período.

Agora Aldo está lançando um livro, "Alma em fogo", pela Editora Anita Garibaldi. Nele nos conta sua vida pessoal e política, desde Anápolis até sua atual especialização em Meio Ambiente, passando pela UNE, pelo Partido Comunista do Brasil, pela clandestinidade, prisão e tortura, Anistia, Constituinte e volta ao Congresso. Uma vida marcada pelo des-

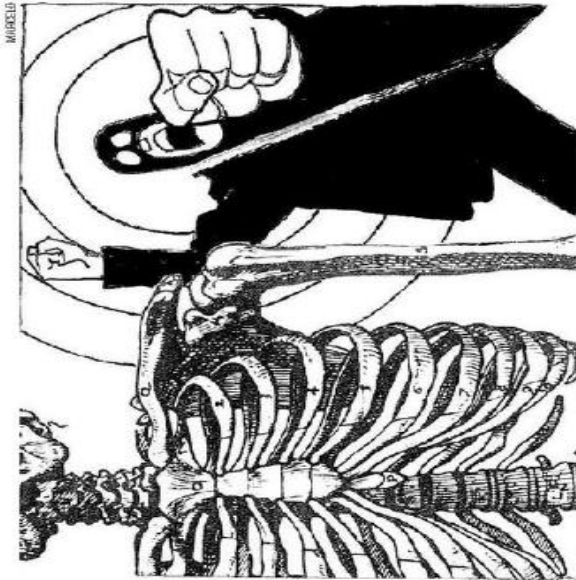
prendimento, pela generosidade, pela coragem pessoal e política, sempre colado à história do país.

Preso em 1976 pela ditadura militar, Aldo narra em seu livro as sessões de tortura nos DOI-Codis de São Paulo e do Rio, onde foi esmurrado e "torturado na chamada 'geladeira', nu, algemado, encapuzado e sem me alimentarem", como está a partir da página 204. Depois foi levado à Cadeira do Dragão, "uma cadeira recoberta de metal para ampliar os efeitos dos choques elétricos (...) aplicados no pênis, na língua, na orelha, em partes sensíveis do corpo". Vou poupar os leitores do resto da descrição, uma sucessão de horrores selvagens. Mas não devemos esquecer nunca que isso um dia aconteceu no Brasil.

Mesmo cometendo equívocos como, entre outros, a oposição ao Plano Real e os elogios ao regime norte-coreano, a biografia desse homem de bem deve nos servir de exemplo de dedicação ao que se julga melhor para o outro.

O título do livro é uma citação do "Fausto", de Goethe: "Aquilo que não sentes, não deves pleitear; é preciso que o queiras com a alma em fogo." Isso podia ter sido escrito pelo próprio Aldo Arantes

Quem quiser que ache o quebra-quebra, o vandalismo, a violência que surgiu no meio de nossos protestos populares, manifestações espontâneas. Esse comportamento se espalhou pelo mundo, vestindo as mesmas máscaras, desde as manifestações de-constructivas da crise de 2008, nos Esta-



Nos DOI-Codis de São Paulo e do Rio, foi esmurrado e torturado na 'geladeira', nu, algemado, encapuzado. Depois foi levado à 'Cadeira do Dragão'

dos Unidos e na Europa.

John Zerzan, professor e filósofo americano de 70 anos, é o pai do anarcoprimativismo. Inspiração dessa atitude, uma teoria que deplora a civilização e a tecnologia, afirmando que a humanidade só foi feliz enquanto viveu na pré-história, em sociedades na "plena liberdade", sem a "domestica-

ção" de linguagem, arte, ciência, pensamento simbólico e conceito de tempo. É preciso voltar a este mundo primitivo, mesmo que à força.

Zerzan publicou livros sobre o anarcoprimativismo, sendo o mais conhecido "The twilight of the machines" ("O crepúsculo das máquinas"), editado justamente naquele ano crítico de 2008.

Ele começou a ficar famoso a partir da segunda metade dos anos 1980, quando sua obra, uma salada de Rousseau, Thoreau, Marcuse e Deleuze em círculos universitários americanos e europeus. E se consagrou em 1995, quando o célebre Unabomber o citou como sua principal refe-

rência, em seu manifesto publicado no "Washington Post", antes de ser descoberto e preso por ter enviado 16 bombas pelo correio, que deixaram três mortos e 23 feridos.

Zerzan é o teórico dos primeiros Black Blocs americanos, inspirando a participação deles em manifestações públicas para causar destruição, medo e insegurança, capazes de abalar a paz social. Sendo os Black Blocs muito poucos para produzirem manifestação própria, devem pegar carona infiltrados em movimentos de estudantes, operários, mulheres, gays, negros, o que foi. Como tentaram fazer com o Occupy Wall Street, em Nova York, de onde foram expulsos sumariamente.

Ah, sim. O demônio declarado de John Zerzan e do anarcoprimativismo é Steve Jobs. Mas é através das redes sociais na internet que as manifestações são convocadas.

Eu também queria que esse julgamento do mensaleiro acabasse logo. Acho que nem os réus devem estar aguentando mais essa tensão. Mas não exageremos. A Justiça tem que julgar segundo as leis vigentes, não devemos desejar que as decisões do STF sejam plebiscitárias. Se entregarmos a Justiça à emoção da opinião pública, estaremos correndo o risco de vivermos trocando Cristo por Barabás. Bem, isso não significa que eu esteja comparando os réus do mensalão ao nazareno. Longe de mim. ●

Cacá Diegues é cineasta
carlosdiegues@uol.com.br

Texto 30: Alma em fogo – Cacá Diegues – 21/09/2013

DEMÉTRIO MAGNOLI

Marina e as regras do jogo

“**C**oloque o dedo na ferida: sem as assinaturas é uma esperança vã, impossível de frutificar”. A frase do ministro Marco Aurélio Mello, do Tribunal Superior Eleitoral, equivale a uma potencial sentença de morte para a Rede, a “vã” esperança partidária de Marina Silva. Marco Aurélio tem razão quando põe o dedo na “ferida” jurídico-administrativa, mas a “ferida” política está em outro lugar: na democracia brasileira não existe liberdade partidária. Por que eu, meu vizinho e um grupo de amigos não podemos decidir, hoje, fundar um partido e vê-lo, amanhã, reconhecido mediante a simples apresentação de um estatuto? Isso é liberdade partidária — algo que não temos, pois a elite política decidiu, em seu proveito, estatizar os partidos políticos.

A Constituição de 1988 consagrou a estatização dos partidos, refletindo um consenso de nossa elite política. Os partidos oficiais adquirem o curioso direito de avançar sobre o bolso de todos os cidadãos, extraindo-lhes compulsoriamente os recursos que financiam o Fundo Partidário e as propagandas partidárias e eleitoral nos meios eletrônicos de comunicação. Em 2012, as doações do orçamento federal para o Fundo Partidário somaram R\$ 286,2 milhões. Nós todos pagamos R\$ 850 milhões, em 2010, sob a forma de compensações fiscais às emissoras de TV e rádio, pela transmissão dos horários clinicamente rotulados como “gratuitos” e utilizados pelos partidos. O projeto do PT de reforma política, que almeja introduzir o financiamento público de campanha, tem a finalidade de expandir ainda mais a transferência de recursos da sociedade para os políticos profissionais.

A Justiça Eleitoral é, ao lado da Justiça do Trabalho, uma das desastrosas invenções do vanguardismo. Nenhuma democracia precisa de tribunais para organizar eleições, missão que pode ser cumprida por meros órgãos administrativos. A razão de ser de nossos tribunais eleitorais encontra-se no princípio antidemocrático da subordinação dos partidos ao Estado. O aparato judicial especializado desempenha a função de identificar os partidos que cumpriram os requisitos legais para tomar dinheiro dos cidadãos — e, eventualmente, disputar eleições. “Não cabe estabelecer critério de plantão para esse ou aquele partido”, explicou Marco Aurélio referindo-se à Rede, antes de concluir com a inflexão típica do juiz que zela pela igualdade de direitos: “Abre-se um precedente muito perigoso.” De fato: os princípios da liberdade partidária e da estatização dos partidos são inconciliáveis — e, para preservar o segundo, nosso ordenamento político sacrifica o primeiro, sem jamais abrir precedentes.

ras do jogo



CLAUDIO DANTTE

Os partidos estatais formam um dos pés do tripé que sustenta um sistema político avesso ao interesse público e orientado para a corrupção sistêmica. O segundo pé são as coalizões em eleições proporcionais, um expediente de falsificação da vontade do eleitor destinado a conferir viabilidade a partidos que não representam ninguém, mas acomodam frações periféricas da elite política. O terceiro pé é a prática de loteamento político da máquina estatal, propiciada pela escandalosa existência, apenas na esfera federal, de quase 50 mil cargos de livre nomeação. A privatização do Estado é o outro lado da moeda da estatização dos partidos políticos. “Não tem conversa, a lei é peremptória”, enfatizou Eugênio Aragão, vice-procurador-geral Eleitoral, alertando para os limites legais ao direito de candidatura. Hoje, diante do pedido de registro da Rede de Marina, a Justiça Eleitoral emerge como fiadora burocrática dos interesses gerais da elite política, que não pode abrir mão da coerência do conjunto do sistema.

No balcão cartorial do Estado brasileiro, registrar partidos é um negócio tão lucrativo quanto fundar sindicatos ou igrejas. PTC, PSC, PMN, PTDOB, PRB, PHS, PSDC, PTN, PSL, PRB, PPL, PEN — a sopa de letrinhas das legendas oficiais vazias produz a falsa impressão da vigência de ampla liberdade partidária. Aplicando sua inteligência à produção de sofismas, Marco Aurélio argumentou que a ausência da Rede não prejudicaria as eleições de 2014, pois, afinal, o país não carece de partidos. Na esfera exclusiva da lógica burocrática, o ministro tem razão: todos poderão votar em partidos que não representam ninguém, mas cerca de um quarto do

eleitorado experimentará a impossibilidade de sufragar a candidatura de sua preferência. De certo modo, o lá é aqui.

Marina e os seus não aprenderam direito as regras do jogo, explicam nos jornais os inóclitos políticos fundadores de legendas de aluguel e seus advogados especializados nos “negócios do Brasil”. Mas, como atestado de uma devastadora crise política e moral, ninguém pergunta aos representantes de nossa elite política sobre a natureza das regras desse jogo. Três meses atrás, centenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas para expressar sua frustração e sua ira com um Estado hostil à sociedade. Depois disso, o Supremo Tribunal Federal decretou que os políticos de sangue azul se distinguem dos cidadãos comuns pelo privilégio da impunibilidade. Agora, o Tribunal Superior Eleitoral prepara-se para, aplicando as leis vigentes, cassar o direito de voto de um quarto dos brasileiros. Entre o Brasil oficial e o Brasil real, abre-se um fosso ameaçador, quase insuperável.

Nos círculos próximos a Marina, comenta-se que ela não aceitará a alternativa de concorrer às eleições por uma legenda de negócios. Numa hipótese viciosa, o gesto de desistência configuraria uma renúncia disfarçada por discursos de indignação — e Marina contrariaria um despachante astuto para viabilizar a Rede no horizonte de 2018. Por outro lado, na hipótese virtuosa, seria um ato de bravura e resistência: o ponto de partida para uma “anticanidatura” de mobilização da sociedade contra a estatização dos partidos e a privatização do Estado. Está sonhando? ●

Demétrio Magnoli é sociólogo
demetrio.magnoli@uol.com.br

Texto 32: Vendo o grito – Cristovam Buarque – 05/10/2013

CRISTOVAM BUARQUE

Vendo o grito

A classe política passa a impressão de que viu, mas não ouviu, os gritos do povo. Eles provocaram um pequeno ativismo, como para dar satisfação com atos legislativos, mas sem gestos e leis que permitissem uma revolução que o povo deseja.

As manifestações foram sentidas com a emoção de quem vê o quadro do pintor norueguês Edvard Munch, representando uma pessoa gritando, em cima de uma ponte. O observador pode até sentir o grito que sai daquele rosto transtornado, mas não ouve porque o quadro está em outra dimensão, é uma representação, não é a realidade do grito. Da mesma forma, por indiferença de uns e incompetência de outros, os gritos não foram ouvidos.

Diversos fatos têm mostrado esta insensibilidade.

O povo foi às ruas querendo uma reforma radical, uma revolução na maneira como se faz política no Brasil. Em vez disso, propusemos uma mini-reforma política, e nem ela foi concluída.

Nesta semana, quase 50 parlamentares mudaram de partido, não por discordâncias ideológicas, mas para tirar vantagens dos novos, em troca de oferecer tempo de televisão e dinheiro público do fundo partidário.

Ouvir as vozes, em vez de apenas ver a cara dos que estão nas ruas, exigiria, entre outras coisas, proibir coligações no primeiro turno; eliminar os fundos partidários com recursos públicos; proibir financiamento de campanha por pessoas jurídicas e limitar o valor das doações

particulares; permitir apenas uma reeleição para todos os cargos eletivos; redefinir a forma de escolha de ministros do STF e do TCU; criação de mecanismos para cassação de mandatos pelo eleitor; possibilidade de candidaturas independentes sem filiação partidária; eleição por voto distrital de vereadores;

O povo foi às ruas querendo revolução na maneira como se faz política. Em vez disso, propusemos minirreforma política. E nem foi concluída

dores; limitar o horário eleitoral apenas às falas dos candidatos; fim do voto secreto e do voto de liderança, com votação aberta e nominal em todos os casos; adoção de consultas populares por meio de modernas tecnologias de comunicação; perda de mandato do parlamentar nomeado para cargos de ministro e de secretário; fim do recesso parlamentar e instituição de férias de 30 dias para os eleitos; registro dos compromissos de campanha; limitação de benefícios específicos da classe política; considerar falta de decoro o uso de serviços públicos por detentores de mandato; malha fina automática para aumento da ordem pública;

maucação pela ocupação de cargo público; e eliminação do foro especial.

Estas e outras propostas estão no Senado ou na Câmara de Deputados em forma de Projetos de Lei ou Propostas de Emenda à Constituição, mas não foram consideradas, porque os gritos foram vistos, mas não ouvidos.

Nos últimos 90 dias, centenas de pequenas manifestações foram realizadas, mas estas nem ao menos estão sendo vistas, como se não formassem uma ainda maior do que a de junho, sobretudo, pela lógica de que são organizadas como parte de uma intensa guerrilha cibernética do povo na rua, mobilizado pelos métodos que a Internet permite. ●

Cristovam Buarque é senador (PDT-DF)

ROBERTO DAMATTA

Achados e perdi

Às vezes eu sinto a angústia de um menino perdido numa multidão. Vivemos hoje no Brasil um período insustentado de estabilidade política permeada pelas superintensões promovidas pelo casamento entre hierarquias aristocráticas — que em todas as sociedades, e sobretudo na escravidão, como percebeu o seu teórico mais sensível, Joaquim Nabuco, tem como base a amizade e a simpatia pessoal — e o individualismo moderno relativamente igualitário que demanda burocracia e, com ela, uma impecável, abrange e inatingível impessoalidade.

O hibridismo resultante pode ser negativo ou positivo. Pelo que capturo, o hibridismo — ou o multismo ético — é sempre malvisto porque ele não cabe no modo ocidental de pensar. Provam isso as Cruzadas, a Inquisição, o Puritanismo, as Guerras Mundiais, o Holocausto e a exagerada ênfase na purificação e na eugenia — na coerência absoluta entre gente, terra, língua e costumes, típicos do eurocentrismo. A mistura corre do lado errado e tende a derrapar como um carro dirigido por jovens bêbados quando saem da balada; ou da esquerda carismático-populista, burocrática e patrimonialista no poder. Desconfio que continuamos divididos entre tipos de dominação weberiana e suas instituições. Fazer a lei e, sobretudo, pregar a sociedade para a lei; ou simplesmente prender? Chamar a polícia (que é, salvo as honrosas exceções, intensamente ligada aos banditos e chefes do crime, paradoxalmente presos) ou resolver pela "polícia"? Mas como fazê-lo se os "políticos" (com as exceções de praxe) estão interessados no desequilíbrio porque a estabilidade impede e dificulta a chegada ao "poder"? Poder que significa, além da sacralização pessoal, um imoral enriquecimento pelo povo e com o povo. Adenais, somente uma minoria acredita na Política representada por instituições igualitárias e niveladoras.

Para ser mais preciso ou confuso, amamos a dominação racional-legal estilo germano-romano, mas não deixamos de lado nosso apreço infinito pela dominação carismática em todas as esferas sociais, inclusive na "cultura", como revela esse disparate de censurar biografias. Temos trestita admiração por todos os que usam e abusaram da liberdade individualista nesse nosso mundinho relacional quando lhes perdoamos e não os criticamos, o que conduz a uma confusão trágica entre o uso da liberdade e o seu abuso irresponsável. Esses mimados pela vida e exaltados pelos amigos — os nossos malquinhos — legítimam a ambiguidade que se consolida pelo personalismo do herói a ser lido pelo lado do direito ou do avesso. Esse avesso que, no Brasil, é confundido com a causa dos



oprimidos num esquerdismo que tem tudo a ver com uma "ética da caridade" do carolismo balizador e historicamente oficial. Com isso, ficamos sempre — como dizia aquele general-ditador — a um passo do abismo. Andar para trás é condescendência; para a frente, suicídio.

Como gostamos de brincar com fogo, estamos sempre a um passo da legitimação da violência justificada como a voz dos oprimidos que ainda não aprenderam a se manifestar corretamente. E como fazê-lo se jamais tivemos um ensino efetivamente igualitário ou instrumental para o igualitarismo numa sociedade cunhada pelo escravismo e por uma ética de condescendência pelos amigos e conhecidos?

Pressinto uma enorme violência no nosso sistema de vida. Tem o que ela vem a ocupar um território ainda mais denso e seja usada para legitimar outras violências tanto ou mais brutais do que os "quebra-quebras" hoje redefinidos como "manifestações". Protestos que comecem com demandas legítimas e, infiltrados, tornam-se "quebra-quebras". Qual é o lado a ser tomado se achado nessa enrugalhada entre demandas legais e prestígio pessoais. Entre patrimonialismo carismático e burocracia, os quais susten-

tam o "Você sabe com quem está falando?" — esse padrinho do "comigo é diferente", "cada caso é um caso", "ele é meu amigo", "você está errado mas eu continuo te amando"... E por aí vai numa sequência que o leitor pode inferir, deletar ou embargar.

Embargar, aliás, é o verbo e a figura jurídica do momento em que vivemos e dos sistemas que se constroem pela lei, mas confundindo a regra com o curso torto, podre e valdoso da humanidade, tem as suas cláusulas de desconstrução. Com isso, condenamos com a mão direita e embargamos com a esquerda; ou criamos os heróis com a esquerda e os embargamos com a direita. Construímos pela metade. O ponto que já foi ressaltado por mim algumas vezes é o simples: se conseguirmos assumir abertamente a ambiguidade há a esperança de controlá-la. E isso pode ser uma enorme vantagem num planeta cujo futuro é um inevitável "brasileiramento".

Assim, ao sermos obrigados a calvinisticamente condenar, como fazem os nossos brothers americanos que todo dia atiram nos próprios pés, podemos assumir em definitivo que todos têm razão. Afinal de contas, o Brasil é um vasto programa de auditório com pitadas de missa solene e jogo de futebol. ■

Roberto DaMatta é antropólogo

Texto 33: Achados e perdidos – Roberto Damatta – 23/10/2013

Texto 34: O Palácio e os “movimentos sociais” – Demétrio Magnoli – 24/10/2013

novimentos sociais'



CLAUDIO BRUNETTE

DEMÉTRIO MAGNOLI

O Palácio e os 'r

É um absurdo vender isso. A sociedade não participou do debate sobre o tema. Nossa tentativa é sensibilizar o governo para negociar e discutir. As sentenças, de Francisco José de Oliveira, diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), referiam-se ao leilão de Libra, na faixa do pré-sal. Mas a lógica subjacente a elas, expressa na segunda frase, nada tem de singular. Nas duas últimas décadas, os “movimentos sociais” repetem aborrecidamente a ladainha sobre “a sociedade” excluída do “debate”, enquanto invadem órgãos públicos em nome da “participação”. Vivemos nos tempos do supercorporativismo, um ácido corrosivo derramado sobre o material de nossa democracia.

O Brasil moderno nasceu, pelo forceps de Getúlio Vargas, sob o signo do corporativismo. A “democracia social” do Estado Novo cerceava os direitos dos indivíduos, subordinando-os a direitos coletivos. Na definição do historiador Francisco Marinho “o cidadão nesse novo modelo de organização do Estado era identificado através de seu trabalho e da posse de direitos sociais e não mais por sua condição de indivíduo e posse de direitos civis ou políticos” (“O corporativismo em português”, *Civilização Brasileira*, 2007, p. 56). Inspirado no salazarismo português e no fascismo italiano, o corporativismo varguista organizou a sociedade como uma família tripartida: governo, sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores. O supercorporativismo, uma obra do lulopetismo, inda o balão do corporativismo original até limites extremos.

Um traço forte, comum a ambos, é o desprezo pelos direitos civis e políticos, que são direitos individuais associados à ordem da democracia representativa. A principal diferença encontra-se no atributo nuclear da cidadania: o cidadão varguista definia-se pelo trabalho; o cidadão lulopetista define-se pela militância organizadora. No Estado Novo, a carteira de trabalho funcionava como atestado de inserção na ordem política nacional.

Sob o lulopetismo, o documento relevante é a prova de filiação a um “movimento social”. Na invasão do Ministério das Minas e Energia, junto com a FUP, estavam líderes do Movimento dos Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) — que, em tese, não têm interesse no tema da exploração do pré-sal. A sociedade, segundo o supercorporativismo, é a soma das entidades sindicais e dos “movimentos sociais”. E por isso que, sem o consenso dessas corporações da nova ordem, nenhum assunto jamais estará suficientemente “debatido”.

Lula nasceu no berço do sindicalismo. O PT estabeleceu, na origem, íntimas relações com os “movimentos sociais”. Nas democracias, a sociedade civil organiza-se para exercer pres-

são legítima sobre os poderes de Estado. O lulopetismo, porém, borrou a fronteira entre sociedade civil e Estado assim que chegou ao governo: sua reforma da CLT estendeu a participação do Imposto sindical varguista às centrais sindicais, enquanto os “movimentos sociais” passaram a receber financiamento público direto ou indireto. O cordão umbilical, que liga o poder de Estado aos “movimentos sociais” é a Secretaria Geral da Presidência, um ministério estratégico chefiado por Luiz Dulci, no governo Lula, e por Gilberto Carvalho, no governo Dilma Rousseff. Os dois engenheiros do edifício do supercorporativismo pertencem ao círculo de fiéis incondicionais de Lula.

O PT sempre enxergou os “movimentos sociais” como tentáculos partidários. Os líderes mais destacados desses movimentos são militantes petistas. O financiamento público elevou a conexão a um novo patamar: na última década, eles se converteram em satélites do Palácio.

Os dirigentes do MST, do MAB e de inúmeros movimentos similares ajustam suas agendas políticas às do Partido e cerram fileiras com o lulopetismo nos embates eleitorais. Durante a odisséia do mensalão, eles desceram às trincheiras enlaçadas para proteger José Dirceu e caíra. Contudo, na dialética do supercorporativismo, os “movimentos sociais” também precisam promover mobilizações contra o governo, sob pena de se condenarem à irrelevância.

O corporativismo varguista almejava a harmonia social. No mecanismo de regulação do lulopetismo, a desordem é um componente da ordem. Os “movimentos sociais” palacianos produzem fricções cíclicas, que são reabsorvi-

das pelo recurso a negociações simbólicas e compensações materiais. A extensão inelutável do “direito à desordem” a movimentos controlados por facções dissidentes (PSOL, FSTU) provoca perturbações suplementares, mas, paradoxalmente, robustece os alcances lógicos do supercorporativismo. Os invasores do Ministério de Minas e Energia são obrigados a condicionar periodicamente seu estatuto de interlocutores privilegiados do poder por meio de ações de contestação limitada da ordem.

A democracia representativa ancora-se no princípio da soberania popular, que é exercida, por meio da delegação de poder, em eleições gerais. O sistema político-partidário brasileiro desmoraliza a representação para assegurar privilégios especiais a uma elite política de natureza patrimonialista. O lulopetismo, um sócio majoritário desse sistema, aproveita-se de seus desvios para erguer o edifício do supercorporativismo como esfera paralela de negociação política.

Na dinâmica extraparlamentar do supercorporativismo, o Partido pode ignorar as demandas dos cidadãos comuns, dialogando exclusivamente com a casta mais ou menos amestrada de dirigentes dos “movimentos sociais”. Sobre com quem está falando? Você só é alguém se possuir a carteirainha de um “movimento social” — eis a mensagem veiculada pelo Palácio.

Nas “jornadas de junho”, manifestações multitudinárias falaram em “saúde” e “educação”, vindicando direitos universais estranhos à lógica do supercorporativismo. Por isso, nervoso e assustado, o Partido as rotulou como uma “reação da direita”. Ah, bom... ●

Demétrio Magnoli é sociólogo

DENIS LERRER ROSENFIELD

O uso político da violência

A discussão em torno da ação dos black blocs tem sido frequentemente envenenada, seletivamente deturpada, por não estar focada no uso que tem sido dado à violência por esse grupo utilizada e nas consequências dela derivadas. Não se trata de uma manifestação "espontânea", nem da ação de bandos desorganizados, mas de um tipo de intervenção que se define por um propósito claramente político.

Pesquisas sobre o que dizem os que assim agem terminam por apenas arrastar superficialmente o problema, porque os seus agentes não são meros indivíduos, mas membros de uma organização que usa método em suas ações. Suas falas individuais, neste sentido, são necessariamente limitadas, senão encoberidas, na medida em que as suas ações de muito transcendem manifestações individuais.

Propugnar, também, por um diálogo com eles como se fossem a expressão de um descontentamento "social" significa tirar a questão de seu ponto central. A violência é avessa a qualquer diálogo, quando mais empreendido por grupos que se chegam a declarar alguma proposta é com o intuito de que ela seja necessariamente inextinguível. Por exemplo, a extinção do "lucro", a sociedade de "mercado" e assim por diante.

Note-se que tais grupos se caracterizam por ações metódicas e organizadas. São como se fossem células que respondem a um comando, dotadas de extrema mobilidade e que conseguem frequentemente distrair a atenção policial. Atrair a atenção sobre um ato determinado de vandalismo e depredação, com o objetivo de

empreender outro muito maior em outro local.

Agem quando de manifestações pacíficas, fazendo com que essas sempre terminem em violência, visualizada com grande estardalhaço pela mídia. A finalidade reside em ocupar a cena pública. Quanto maior for o impacto televisivo, maior será o seu "ganho", pois tais imagens se propagam com força por todo o país e, mesmo, para além dele. Para quem não gosta do crescimento e da competitividade internacional do país, o "ganho" terá ainda um "reconhecimento" extra. Fora de nossas fronteiras, tais imagens adquirem o estatuto de uma manifestação "popular", como se o país estivesse à beira de um problema institucional sério.

As jornadas de junho foram uma impressionante manifestação de cidadania, com mais de um milhão de pessoas nas ruas, clamando contra a corrupção e a má qualidade dos serviços públicos, com foco, em um primeiro momento, na mobilidade urbana. As pessoas, com toda a razão, estão cansadas de pagar altos impostos, tendo como "retribuição" andar de pé em ônibus, apertadas e em péssimas condições. O transporte se tornou um calvário. Filas em postos de saúde e em hospitais, com atendimentos sofríveis, junto com o baixo nível da educação pública, configuram um quadro lamentável: a feia pintura de nosso país.

O exercício da autonomia expresso em tais manifestações, não obedecendo a qualquer orientação partidária, mostrou um outro país possível, alerta com os desmandos vigentes, não aceitando nenhum tipo de instrumentalização. Naquele momento

ANDRÉ WELLD



público e menos impostos. Eis a verdadeira consequência de suas ações. Ou melhor, eis o seu verdadeiro objetivo. A quem interessa isto?

Curiosamente, os que se dizem "anarquistas", em tese os defensores da autonomia e da liberdade, são os que procuram diretamente inviabilizar toda manifestação livre e autônoma. Nada têm eles de anarquistas no sentido estrito da palavra, sendo meros representantes de uma esquerda que usa irrestivelmente da violência, segundo suas próprias conveniências políticas.

Observe-se que muitas agremiações que participaram das Jornadas de Junho, como o Movimento do Pas-se Livre, e outras posteriores de certos sindicatos de professores, nutrem simpatia por esses "vândalos", com se sua causa fosse a mesma, apesar de seus meios divergirem. Comportam-se como "companheiros". Companheiros de quê precisamente? Da desmobilização popular? Do abandono das bandeiras contra a corrupção, o desvio de recursos públicos e a péssima qualidade dos serviços públicos? Da desresponsabilização dos seus responsáveis?

Expressão disto é o fato, politicamente inquietante, de que bradam contra a "criminalização dos movimentos sociais". Traduzindo: a violência deveria ser permitida e defendida, pois os seus agentes sustentam uma "causa social". O seu objetivo consiste em deixar a impunidade reinar e as instituições democráticas se entrecortar. •

Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

verdade, houve um processo de estranhamento. Ou seja, os manifestantes autônomos e indignados não mais se reconheceram naqueles protagonistas mascarados. A violência exposta não era um espelho seu.

O resultado foi imediato. O refluxo completo das manifestações autônomas e legítimas. A expectativa nascida quando das Jornadas de Junho foi progressivamente mingando. Por enquanto, pode-se dizer que desapareceu, embora possa ressurgir em outro contexto. A violência enxotou os indignados da rua.

Logo, o efeito objetivo dos agentes da violência, os black blocs ou outros nomes que se queira dar, foi o esvaziamento das manifestações autônomas e, mais do que isto, de suas bandeiras. Expulsaram da rua as bandeiras contra a corrupção, por um melhor serviço

ANEXO D: Publicações no jornal Valor Econômico

Texto 1: Muita tributação e muito gasto – Gustavo Loyola – 01/07/2013

Segunda-feira,

Opinião

Muita tributação e muito gasto

Gustavo Loyola



As manifestações que tomam conta de diversas cidades do país nas últimas semanas comportam várias leituras. Manda a prudência que não tiremos delas conclusões apressadas, nem que encontremos soluções simples para problemas que são complexos e multifacetados. Contudo, não há como deixar de registrar o contraste abissal entre os anseios e as expectativas da população, explicitados nessas manifestações, e a atuação do Estado brasileiro, que arrecada praticamente 40% do PIB nacional e oferta serviços públicos de baixa qualidade em áreas críticas como saúde e educação.

Nos últimos meses, ao lado de muitos outros economistas, tenho manifestado nesta coluna minha preocupação com a deterioração

da gestão da política fiscal, cuja execução se tornou menos transparente e mais relaxada no que tange ao controle dos gastos públicos. Isso porque, caso seja mantida essa trajetória, há grande risco de o país ingressar num quadro de instabilidade macroeconômica, voltando a um passado que julgávamos superado pelas conquistas das últimas décadas.

Muito embora a gestão prudente das contas públicas seja condição necessária ao crescimento econômico, não se deve jamais esquecer que os aspectos qualitativos do sistema tributário e da estrutura de gastos públicos são fundamentais para o progresso econômico e social da nação, como nos lembram os milhões de brasileiros que se manifestam nas ruas. Na pauta diversificada e ampla dos manifestantes sobressaem-se temas como o da insatisfatória qualidade da educação, da saúde e dos transportes públicos urbanos, assim como o da ausência de priorização correta dos gastos do governo para atividades essenciais.

A Constituição de 1988 consagrou a ideia de se implantar no Brasil um abrangente Estado de bem-estar social, com extensão universal de direitos à educação, saúde e aposentadoria, entre ou-

tros. Por óbvio, a contrapartida a esses direitos é a necessidade de o Estado se financiar junto à própria sociedade, por meio de taxação. Foi o que de fato ocorreu, já que a carga tributária cresceu cerca de 50% no último quarto de século, igualando-se à praticada em muitos países europeus. Contudo, a "europização" da carga tributária não impediu a "africanização" dos serviços públicos essenciais. Ademais, para piorar a situação, e ao contrário do que se observa nos países desenvolvidos, a carga tributária aqui cresceu com base na expansão da taxação indireta, do que resulta um sistema tributário com características marcadamente regressivas.

Certamente não há uma "bala de prata" que solucione as mazelas das políticas públicas no Brasil, construídas historicamente desde o período colonial. Porém, é necessário navegar na direção correta, levando em consideração que os anseios e as expectativas da sociedade brasileira estão se alterando nos últimos anos, mudanças que são fruto dos próprios avanços obtidos nos campos político, social e econômico a partir da redemocratização do país.

Lastimavelmente, as prioridades das políticas públicas no pe-

ríodo recente pareceram se encaixar na direção errada, ao reforçar a intervenção do Estado em áreas em que sua participação é dispensável e ao distribuir subsídios generosos que agravam o caráter regressivo da política fiscal no Brasil. Poderíamos mencionar vários exemplos dessas políticas equivocadas, mas, por razão de espaço, ficamos aqui apenas com o tema que funcionou como estopim para as manifestações: o transporte público.

A visível insatisfação com a baixa qualidade dos serviços prestados pelo Estado indica que o modelo está esgotado

Nesse sentido, basta recapitular, brevemente, alguns aspectos da política do governo federal nos últimos três anos: (a) redução do IPTU para aquisição de automóveis; (b) redução da Cide, inclusive sobre a gasolina; (c) manutenção do preço doméstico da gasolina abaixo de seu preço internacional, trazendo prejuízos crescentes para a Petrobras; (d) estímulo, inclusive com recursos dos recolhimentos compulsórios, ao financiamento para aquisi-

ção de veículos. Nessas quatro medidas, há clara manifestação da preferência revelada do governo pela disseminação do transporte individual, em detrimento da ampliação e melhoria da qualidade do transporte público coletivo.

O atendimento às reivindicações da população passa necessariamente pela mudança de eixo da política de alocação dos gastos públicos, nas três esferas de governo. Sabemos que isso não depende exclusivamente da vontade do Executivo, pois o Legislativo tem sido cúmplice recorrente da deterioração da qualidade da despesa. Da mesma forma, não subestimamos a importância do combate à corrupção e ao desperdício. Porém, a visível insatisfação com a baixa qualidade dos serviços prestados pelo Estado à população indica que o modelo brasileiro de muita tributação e muito gasto público para pouco resultado está esgotado. Assim como a paciência dos brasileiros.

Gustavo Loyola, doutor em economia pela EPGE/FGV, foi presidente do Banco Central e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo. Escreve mensalmente às segundas-feiras. gloyola@tendencias.com.br

Texto 2: A indignação do povo e o caminho – Yoshiaki Nakano – 09/07/2013

A indignação do povo e o caminho

Yoshiaki Nakano



As manifestações de rua que vêm ocorrendo nas últimas semanas no Brasil já receberam as mais variadas interpretações. Diante da magnitude e do potencial revolucionário em termos de mudanças das instituições constitutivas da sociedade brasileira fica difícil não fazer algumas conjecturas para tentar entender a sua natureza e significado. Entretanto, só com o tempo e após desenrolados os acontecimentos será possível entendê-las, pois percebe-se que o movimento constrói seu caminho à medida que o percorre. Mas existem pelo menos dois aspectos que não deveriam ter nos surpreendido e uma indagação que cabe fazê-la: como afetará o desenvolvimento do país?

O que não deveria ter nos surpreendido é o fato das manifestações no Brasil serem resultado de contágio, num mundo conectado por internet e redes sociais em que imagens e ideias se difundem instantaneamente. Há um elo co-

mum que liga as movimentações na Turquia e no Brasil, com as primaveras do mundo árabe e as frequentes rebeliões na China, onde o medo ainda contém o povo. O elo comum é a emergência de uma "nova classe média global", em função do rápido crescimento dos países emergentes. Tanto no Egito, na Turquia como no Brasil não são os miseráveis, nem os mais pobres, que iniciam e lideram as manifestações, mas pessoas com nível de educação e renda acima da média, e que têm acesso a redes sociais, que recebem e passam informações e descobrem que pode-se organizar protestos e manifestações quase que instantaneamente, pois estão conectados "on line" a um meio de comunicação em massa. Assim, movimentos sociais em rede e o segundo elo comum, de forma que as manifestações de rua no Brasil tem esse elo comum com Occupy Wall Street.

Foi então a geração de emprego, o aumento nos salários da base da pirâmide e a ascensão social de uma camada significativa da população que, com a melhoria no padrão de vida e na educação, deixou a pobreza em que se tem de lutar cada instante pela sobrevivência, que, decepcionada e indignada, se lança na luta política para não ter as suas expectativas e sonhos frustrados. Essa nova classe média quer ter voz, valoriza a liberdade individual, a democracia e demanda por melhores oportunidades. Na verdade, temos um sistema político e partidário que não

preparou o país nem ajustou as instituições para uma nova realidade com a ascensão da nova classe média e o fenômeno da construção de um novo poder político por meio das redes sociais.

Assim, de repente surge o povo — um poder que se manifesta em carne e osso, em locais públicos convertidos em espaços de poder político — e percebe que o Estado não funciona, mas extrai uma carga de tributos de primeiro mundo devolvendo serviços de péssima qualidade de terceiro mundo, a começar pelas demandas básicas do ser humano como saúde, educação, segurança e mobilidade urbana; percebe que temos um sistema de representação política que tembra do povo apenas nas eleições; uma elite política ou corrupta em busca de interesse próprio; infraestrutura em frangalhos; e burocracia incompetente e com privilégios exorbitantes.

É a rejeição total da classe política, dos partidos e do Estado, simbolizado nas marchas para os palácios governamentais e para as Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional. É um fenômeno novo no Brasil. São pessoas que desistem, individualmente, manifestar sua indignação e, conectando-se, se juntam para vencer o medo do repressado do Estado. Por meio da troca de informações nas redes sociais percebem que podem se unir e construir, podem ser donos do poder para defender seus interesses individuais. Não são manifestações organizadas

por partidos ou sindicatos e nem representam uma classe social, uma categoria, uma minoria ou um grupo étnico ou religioso.

Nessas manifestações não há liderança, são indivíduos, dezenas, milhares que se auto-organizaram e cooperam para formar uma nova fonte de poder. É evidente que esse novo poder conflita com o poder estabelecido, mas nada garante que esses movimentos serão capazes de promover mudanças duradouras nas instituições.

A rota proposta pelas manifestações envolve uma nova forma de democracia que ainda não sabemos como será

A velha classe política rapidamente está tentando tomar a bandeira dos manifestantes, e o presidente do Senado, colocando-se à frente do movimento, vem comandando a aprovação de algumas de suas reivindicações. De nada adianta converter a corrupção em crime hediondo se o nosso "sistema" é tal que não são aplicadas nem as penalidades previstas pela legislação em vigor. Gastar mais em educação e saúde em nada vai melhorar se o sistema e as práticas não sofrerem mudanças profundas. Na melhor das hipóteses, se os recursos não forem desviados, vamos ter mais do mesmo.

Para concluir, cabem algumas observações sobre como o "novo

poder" afetará o futuro desenvolvimento do país. Observa-se nas manifestações e na rede social que as pessoas começam a perceber que, individualmente, são a fonte de poder e querem ser ouvidas, e seus interesses e expectativas, respeitados. Nesse sentido, é um movimento liberal e contrapõe-se frontalmente ao pensamento da esquerda que acredita que a tomada do poder do Estado é condição para transformar a sociedade e promover o desenvolvimento. O caminho proposto pelas manifestações nas ruas e praças, seja do mundo emergente ou nos países desenvolvidos, envolve uma nova forma de democracia que ainda não sabemos como será. Será pela devolução do poder pelo Estado? Será pela descentralização das decisões que podemos ter o fortalecimento dos indivíduos e daí da sociedade civil, que tem que construir novas instituições políticas e por meio delas controlar aqueles que ocupam posições no aparelho de Estado e daí teremos desenvolvimento sustentável e duradouro. Qualquer que seja o caminho trilhado pelo Brasil, o povo será muito mais exigente com os políticos.

Yoshiaki Nakano mestre e doutor em economia pela Cornell University, é professor e diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). Ex-secretário da Fazenda do governo Mário Covas (SP). Escreve mensalmente às terças-feiras.

Opinião

As manifestações e o trabalho

Naercio Menezes Filho



O Brasil tem convivido com manifestações nas ruas que pegaram de surpresa os políticos e a opinião pública em geral. Vários analistas vêm tentando entender o porquê desse movimento, que surgiu num momento em que o governo Dilma vinha obtendo recordes de aprovação. Alguns desses analistas sublinharam que o esgotamento do modelo econômico vigente, com o recuo do crescimento da inflação e o crescimento reduzido do PIB, seria o pano de fundo para as manifestações, fazendo dos aumentos das tarifas de ônibus a faísca que inflamou o movimento. Até que ponto a situação econômica foi mesmo responsável por essa comoção social? Será que os ganhos do mercado de trabalho realmente chegaram ao fim?

Segundo pesquisa do Datafolha, a maior parte dos manifestantes era jovem, com ensino médio ou superior, sem ligação com partidos políticos ou entidades de

classe. Assim, para verificar se o fator econômico foi mesmo importante, nada melhor do que analisar o desempenho recente do mercado de trabalho para esse grupo demográfico. Na verdade, os dados das Pesquisas Mensais de Emprego do IBGE mostram que a situação dos jovens está melhor do que nunca. A figura abaixo mostra que no último triênio (maio de 2010 a maio de 2013) os ganhos salariais dos mais jovens foram maiores que nos períodos anteriores e maiores que os dos adultos no mesmo período. O salário dos jovens não qualificados (18 a 35 anos de idade, sem ensino fundamental completo) nas regiões metropolitanas aumentou cerca de 3% no ano entre 2004 e 2007, 4,4% entre 2007 e 2010 e 5,4% entre 2010 e 2013. Vale notar que esses são ganhos reais, ou seja, as perdas decorrentes da inflação já estão descontadas.

Já o salário dos jovens com ensino médio ou superior (preponderante nas manifestações) cresceu menos de 1% ao ano entre 2004 e 2007, 2,6% entre 2007 e 2010 e 3,7% entre 2010 e 2013. Ou seja, o período imediatamente anterior ao início das manifestações foi o de maior crescimento salarial dos jovens educados nos últimos anos. Para comparação, a figura mostra também o crescimento salarial dos adultos (36 a 60 anos) no mesmo período. Podemos notar que o crescimento salarial dos adultos me-

nos qualificados (17) foi bastante elevado, atingindo 4,4% no último triênio. Os adultos com nível médio ou superior (18), por sua vez, foram os que menos ganharam, com crescimento salarial de apenas 3% no período como um todo. Por isso a desigualdade de renda tem declinado no país.

Recuperação econômica não acalmará as massas porque elas não foram às ruas motivadas por sua situação econômica

Mas porque o crescimento salarial dos mais jovens foi sempre superior ao dos adultos, para os dois grupos educacionais? A queda nas taxas de fertilidade das mulheres ocorrida nos anos 60 fez com que número de jovens na

população brasileira esteja diminuindo pela primeira vez na história, o que beneficia aqueles que estão entrando agora no mercado de trabalho. Além disso, como o crescimento recente está sendo liderado pelo setor de serviços, que emprega intensivamente trabalhadores menos qualificados, o crescimento salarial é maior entre os menos qualificados, para os dois grupos etários. Não é à toa que muitos jovens estão deixando a escola para ingressar no mercado de trabalho!

A situação em termos de desemprego também é bastante favorável. A taxa de desemprego dos jovens com ensino médio ou superior declinou de 13,3% em 2007 para 10% em 2010 e apenas 7,8% em maio de 2013. Os adultos estão em pleno emprego, com taxa de desemprego de 3,2% nas regiões metropolitanas. Mas, se a situação

dos jovens no mercado de trabalho está melhor do que nunca, o que provocou as manifestações?

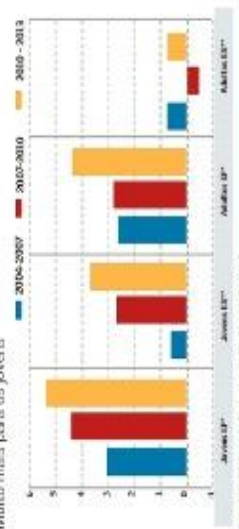
Todos sabemos que a qualidade dos serviços prestados pelo setor público é sofrível. A classe média alta há tempos abandonou as escolas e os hospitais públicos. Apesar dos progressos obtidos nos últimos vinte anos com a inclusão dos jovens na escola, programas de transferência de renda e cuidados com a saúde básica, a gestão dos sistemas educacionais e hospitalares nos Estados e municípios continua péssima. Além disso, muitos jovens são assalariados todos os dias nas grandes cidades e o transporte público é caótico.

Nesse contexto, a revolta da população é compreensível, especialmente tendo em vista o comportamento extrativista dos membros do Legislativo, Executivo e Judiciário, além dos movimentos corporativistas, que só querem extrair mais benefícios para suas categorias às custas da população como um todo. Mas, porque a reação aconteceu justamente agora? Não sabemos ainda, mas como não foram motivadas por sua situação econômica, as massas não devem se acalmar com uma eventual recuperação da economia.

Naercio Menezes Filho, professor titular – Colêbia IFTB coordenador do Centro de Políticas Públicas (CIPP) e professor associado da FEA-USP e escreve mensalmente às sextas-feiras naerciof@usp.br

Crescimento dos salários

Muito mais para os jovens



Opinião

Ainda as manifestações de junho

Armando Castelar Pinheiro



Ganhei o livro de um amigo: "Ajuda a explicar um pouco do que está acontecendo por aqui", disse-me ele. Intitulado "Networks of Outrage and Hope" (Redes de Revolta e Esperança), de Manuel Castells, o livro saiu ano passado. Vale a leitura, especialmente por dois de seus ingredientes. Primeiro, a cuidadosa descrição dos movimentos populares ocorridos na Tunísia, Islândia, Egito, Espanha e EUA. Segundo, o esforço de sistematizar a forma como essas manifestações começaram e se desenvolveram.

Para Castells, as dificuldades econômicas e a percepção de que o sistema político tem um déficit de representação são dois dos principais motivos das manifestações dos últimos três anos. O elevado desemprego entre os jovens e o problema econômico

principal, ainda que a alta do preço dos alimentos nos países árabes e a crise financeira na Europa e nos EUA também sejam relevantes. Não é esse o caso do Brasil, pelo menos ainda.

Em relação à crise de representação, Castells aborda dois fenômenos. Um, a ideia de que as regras eleitorais são feitas por políticos com o objetivo de se preservarem no poder. Há, claro, diferenças entre as ditaduras árabes e as "democracias" ocidentais, mas a percepção de que as regras e as políticas são mais orientadas para os interesses dos próprios políticos e das elites empresariais e financeiras que financiam suas campanhas é comum a todos os casos.

O segundo fenômeno é a forma horizontal e sem líderes com que os manifestantes se organizam, em claro contraste com o sistema político e mesmo revol- tado do passado. A internet é o grande veículo que permite a comunicação e a organização de protestos respeitando essa horizontalidade. Mas ela também está presente na organização dos manifestantes enquanto estes ocupavam espaços urbanos, da Praça Tahrir, no Cairo, ao Parque Zuccotti, em Nova York. A interação entre a ocupação do espaço físico e das redes sociais é, aliás,

um tema recorrente no livro.

Por trás dessa horizontalidade está o princípio de que cada um representa a si mesmo, e apenas a si. Não há porta vozes, nem líderes. Essa forma de organização é incompatível com a vida partidária e mesmo com organizações de representação, como os sindicatos. Isso significa que, ainda que determinados grupos políticos possam se beneficiar dessas manifestações, é quase impossível cooptá-las. Se algum político ganha com os protestos é por acaso, porque suas propostas coincidem com as demandas dos manifestantes.

Mas que demandas são essas? Um traço comum à maioria dos movimentos é a variedade de demandas. No Brasil não foi diferente: da repulsa à "cura gay" à cobrança de uma saúde "padrão-OEA", havia de tudo, ainda que o tema da corrupção tenha se destacado. Não há, porém, uma agenda de demandas objetivas, passíveis de serem entregues pelo governante dentro do seu mandato. Para Castells, essa falta de objetividade é ao mesmo tempo uma fraqueza e um ponto forte das manifestações. Uma fraqueza, pois sem uma agenda objetiva é difícil partir para ações concretas. Um ponto forte, pois ao abarcar pessoas com deman-

das tão variadas as manifestações ganham corpo e ficam mais difíceis de cooptar.

Assim, os protestos não visam conquistar o poder, de acordo com as regras existentes (eleições) ou alterando-as (revoluções). O seu grande impacto é sobre o sistema de valores sociais. No Brasil isso pode ser observado em relação ao tema da corrupção. Os manifestantes não querem mais uma lei punindo os corruptos, mas que os políticos se comportem de forma ética.

Dificuldades econômicas e sistema político com déficit de representação são dois dos motivos dessas revoltas

Não obstante, enfatiza Castells, o que faz as pessoas saírem "do sofá para as ruas" não é análise racional dos problemas econômicos, sociais e de representação, mas as emoções. Revolta com o que está errado nas vidas de cada um e esperança de que é possível mudar o mundo para melhor. A revolta vem da humilhação, do tratamento indigno. A esperança, de olhar o exemplo dos outros e ver que é possível mudar.

Em torno das emoções giram

outros dois temas: a violência e a mídia. A repressão contra as primeiras manifestações foi um elemento importante para manifestações ainda maiores em vários países. Mas o tema da violência vai além, incluindo a forma como os manifestantes lidam com ela, seja protestando, seja reagindo à repressão.

Sobre a mídia, Castells enfatiza a relação entre as novas mídias, criadas pela internet e pelos celulares com câmeras, e a mídia tradicional. As primeiras às vezes geram material para os veículos tradicionais, mas são também essenciais para garantir uma cobertura mais isenta das manifestações. A mídia tradicional reage mais lentamente e em muitos casos dá uma cobertura parcial dos fatos, mas é central para que as mensagens cheguem ao grande público e que a transformação de valores possa ocorrer.

E cedo para dizer o quanto e como essas manifestações vão mudar a sociedade. A sensação que fica da leitura de Castells é que esse processo ainda não acabou. Parece-me que esse é claramente o caso do Brasil.

Armando Castelar Pinheiro é coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV e professor do IE/UFPA. Escreve mensalmente as sextas-feiras.

F12

"É qu na cir Da di Chris abste para Paulo da il de aj minis Mant desu para

Ca Le

Nov AOA apom corre consi do Si gese em n senta tribu meni ses p cissa criac 31/7 criad do G

A marcha da irracionalidade

Mário Mesquita



O frio intenso observado no Sul/Sudeste em julho parece ter contribuído para a redução na intensidade e frequência das manifestações de rua, ainda que episódios isolados persistam, e que o grau de violência tenha aumentado. Não resta dúvida, contudo, de que os protestos tiveram e terão impacto relevante sobre a economia, não só a curto prazo, mas potencialmente a médio prazo também.

A curto prazo, as demandas das ruas levaram à revisão de tarifas de ônibus em importantes capitais e também ao adiamento de aumentos programados de preços públicos. De fato, parte relevante da significativa redução da inflação observada em julho pode ser atribuída a tais desdobramentos — o resto referiu-se basicamente à reversão da alta de alimentos, não constituindo, portanto, tendência.

Ao mesmo tempo, as manifestações parecem ter tido impacto relevante sobre a confiança dos agentes econômicos. A combina-

ção de um noticiário negativo com a sensação de desaceleração nos incrementos de renda levou a piora considerável da confiança dos consumidores, segundo o indicador da FGV, que recuou para o menor patamar desde maio de 2009, quando a economia ainda se recuperava do mergulho observado no final do ano anterior. Estando abaixo da média dos últimos anos, tal indicador aponta para desaceleração relevante do consumo no terceiro trimestre — uma evidência de tal efeito pode ser encontrada nos estoques de veículos nas revendas, que, segundo a Fenabreve, atingiram o equivalente a 45-48 dias de vendas em julho, ante um patamar normal de 23-30 dias.

Também a confiança da indústria foi negativamente afetada, o que constitui outro indicador antecedente negativo, visto que o índice, compilado pela mesma instituição, chegou ao menor patamar desde julho de 2009. Já no setor de serviços, a confiança recuou expressivos 6,4% no mês, voltando aos patamares observados em junho de 2009.

Tais indicadores antecedentes sugerem um crescimento bem fraco no terceiro trimestre. A desaceleração da atividade no trimestre corrente será ressaltada pelo contraste com um crescimento bastante razoável no período anterior. De fato, após a divulgação dos últimos números referentes a junho, os economistas do Brasil Plural estimam que o PIB pode ter crescido 1%, com

ajuste sazonal, ante o trimestre anterior, apontando para respetáveis 4,1% em termos anualizados — o que estaria bem acima do potencial atual da nossa economia, diga-se de passagem.

Ocorre que, em meio à sensação generalizada de piora da confiança na economia, um resultado melhor no segundo trimestre tende a ser visto como um sinal “retrovisor” e no máximo estancaria a piora das projeções para o ano, que devem estacionar no intervalo entre 2% e 2,5%, em vez de levar a uma onda de reversões positivas.

Lideranças políticas tendem a ceder aos apelos, o que pode acabar gerando um ambiente econômico disfuncional

Haverá certamente algum impacto no campo das finanças públicas. Por um lado, as demandas por um uso melhor de recursos públicos devem levar, a médio prazo, a uma melhor priorização e, especialmente, menor desperdício — a qualidade do gasto deve melhorar, portanto. Por outro, as demandas sociais vão todas na direção de gastos maiores, notadamente na área de infraestrutura urbana.

O fato é que transporte coletivo de qualidade custa caro. O custo pode ser bancado pelos usuários, pelos contribuintes, atuais ou futuros (caso os investimentos sejam financiados por

dívida), ou ambos, em proporção a ser definida pelos governos e políticas locais. Não se trata de negar a relevância ou justiça das demandas dos manifestantes, mas simplesmente de reconhecer (vício de economista) que o custo existe, e vai seguir existindo, quer as ruas queiram ou não.

Caso a opção seja por gastar hoje e jogar a conta para as futuras gerações, seria importante respeitar os princípios de sustentabilidade, como estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O crescimento do endividamento do setor público, independente de sua causa ou origem, vai encontrar o mesmo estoque de poupança privada, logo, todo o resto sendo constante, tende a pressionar as taxas de mercado. Uma alteração ou ruptura da LRF poderia, no limite, contribuir para um relaxamento da classificação de risco da dívida soberana, o que teria impactos não só sobre o custo de financiamento do setor público, mas também do setor privado — de novo, não se trata de questionar o mérito dos investimentos, mas apenas de apontar consequências.

Mas talvez a implicação mais importante, e potencialmente negativa, das demonstrações seja uma certa tendência à reversão ao ambiente de irracionalidade e populismo típico dos anos 80 do século passado. Essa marcha da irracionalidade se caracteriza pela crescente popularidade, em camadas da população, pelo menos aquela que vai às ruas, da noção de que pagar por serviços é algo

inaceitável e injusto. Ainda que com corajosas exceções, as lideranças políticas, zelando por sua viabilidade profissional, tendem a ceder aos apelos, em uma corrida populista que pode acabar gerando um ambiente econômico disfuncional — o exemplo de certas decisões sobre pedágios é bem simbólico dessa tendência.

É verdade que parte da irritação da população reflete a clara inconsistência entre a carga tributária elevada e os serviços públicos de baixa qualidade, mas segue sendo verdade que manter ou melhorar a qualidade dos mesmos implica custos.

Viabilizar leilões de concessões públicas na área de transporte, em um momento em que decisões sobre preços se tornam muito politizadas, tende a ser ainda mais difícil, o que pode levar ao adiamento de importantes investimentos nessa área, investimentos estes que, a menos que ocorra um forte aumento da carga tributária, ou uma expressiva e potencialmente perigosa elevação da dívida governamental, o setor público não tem condições de financiar.

Em resumo, depois do vendaval de junho vai ser importante monitorar a que preço, e às custas de quem, os governantes irão conseguir se reconciliar com as ruas.

Mário Mesquita é economista e sócio do banco Brasil Plural. Anteriormente foi diretor de Estudos Especiais e depois diretor de Política Econômica do Banco Central, 2006-2010. Escreve mensalmente as quartas-feiras.